

Cadernos de Campo:
Revista de Ciências Sociais

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara
Reitor: Prof. Dr. Julio Cezar Durigan
Vice-Reitora: Prof. Dr. Marilza Vieira Cunha Rudge
Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof. Dr. Eduardo Kokubun
Pró-Reitora de Pesquisa: Profa. Dra. Maria José Soares Mendes Giannini

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA
Diretor: Prof. Dr. Arnaldo Cortina
Vice-Diretor: Prof. Dr. Cláudio César de Paiva

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Coordenadora: Profa. Dra. Ana Lucia de Castro
Vice-Coordenador: Prof. Dra. Eliana Maria de Melo Souza
Comissão editorial: Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha;
Prof. Dr. Marcelo Santos; Profa. Dra. Maria Jardim

Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais

ISSN 1415-0689

Cadernos de Campo

Araraquara

n. 20

p. 1 - 230

jan./jun. 2016

CADERNOS DE CAMPO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Avaliadores *Ad Hoc*

Cristiane A. Martins de Lima Ferrari (UNIP/Unifacvest)
Edemir de Carvalho (UNESP/FFC)
Henrique José Domiciano Amorim (UNIFESP)
Jean Paulo Pereira de Menezes (UNIOESTE)
João Carlos Soares Zuin (UNESP/ FCLAr)
Marcelo Santos (UNESP/FCLAr)
Márcia Teixeira de Souza (UNESP/FCLAr)
Natália Scartezini Rodrigues (UNESP/FFC)
Rejane Cleide Medeiros de Almeida (UFT)
Renata Medeiros Paoliello (UNESP/FCLAr)

Editores-chefes

Nayara Cristina Lizarelli
Rafael Franklin Almeida Bezzon

Comitê Editorial

Bruno Gracias Dio
Jéssica Aline Troiano
Leticia Rodrigues Ferreira Netto
Licia Nara Fagotti
Mariana Sacconi Peres
Nayara Cristina Lizarelli

Rafael Franklin Almeida Bezzon
Renan Bergo
Tamyres Gaby Martins Alves
Thiago Fidelis

Revisores

Jéssica Aline Troiano
Leticia Rodrigues Ferreira Netto
Licia Nara Fagotti
Nayara Cristina Lizarelli
Rafael Franklin Almeida Bezzon

Diagramação

STAEPE – Laboratório Editorial

Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras - *Campus*
Araraquara

Impressão

Gráfica Faculdade de Ciências e Letras - *Campus*
Araraquara

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais FCL/UNESP/Araraquara Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil
Fone: (16) 3334-6219 – Fax: (16) 3334-6267 (Departamento de Sociologia)
E-mail: cadernosdecampo@fclar.unesp.br

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento de Sociologia: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP

Cadernos de Campo : Revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Letras. – Vol. 1, n. 1 (1994)- . – Araraquara : Faculdade
de Ciências e Letras, UNESP, 1994–

Semestral
ISSN impresso 1415-0689
ISSN eletrônico 2359-2419

I. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A comissão

7

ENTREVISTA

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E OS DESAFIOS
DA CONTEMPORANEIDADE
ENTREVISTA COM RENATO ORTIZ.

A comissão

11

DOSSIÊ TEMÁTICO

LABOR, POIESIS E PRÁXIS:
AS (RE)CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

NOTAS PARA OS ESTUDOS DE TRABALHADORES
DE BARRAGENS: UM RETRATO DE BELO
MONTE E ALTAMIRA NO INÍCIO DE 2014

Raoni Machado Giralдин

19

A MATERIALIDADE DO TRABALHO
IMATERIAL: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Manuela Lowenthal Ferreira

39

UM RETORNO À CRÍTICA DA ECONOMIA
POLÍTICA: A CONTRIBUIÇÃO DOS CLÁSSICOS AO
MUNDO CONTEMPORÂNEO DO TRABALHO

André de Oliveira Geronimo

57

A TENDÊNCIA À FLEXIBILIZAÇÃO PRODUTIVA
E À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO
CONTEXTO DO CAPITALISMO FINANCEIRO
João Mauro Gomes Vieira Carvalho 81

PARA ALÉM DO UTILITARISMO ECONOMICISTA:
UM ESTUDO DE CASO DA LÓGICA DA
AÇÃO COLETIVA EMPRESARIAL
Cristiano das Neves Bodart e Edson Terra Azevedo Filho 105

TRABALHO ASSALARIADO E EMANCIPAÇÃO
HUMANA: APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA
MARXISTA DO “SOCIALISMO REAL”
Anderson Piva 129

ARTIGOS LIVRES

¿PODEMOS HABLAR DE UN CAPITAL DELICTIVO?
William Alvarez 149

EQUILÍBRIO E DESEQUILÍBRIO INSTITUCIONAL NO
DEBATE DO NOVO INSTITUCIONALISMO NA CIÊNCIA
POLÍTICA: ESTAGNAÇÃO E MUDANÇA DE TRAJETÓRIA
Ivan Henrique de Mattos Silva 165

A FASCISTIZAÇÃO DA INDIGNAÇÃO: AS
MANIFESTAÇÕES DE 2015 NO BRASIL
Natalia Scartezini 183

A AÇÃO DO PODER PÚBLICO E A IMPLANTAÇÃO DOS
ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM SÃO CARLOS:
UMA ANÁLISE DOS CONDOMÍNIOS DAMHA
Michele Rodrigues Bizzio 207

APRESENTAÇÃO

A revista **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, publicação organizada pelos discentes da pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP/FCLAr, chega à sua edição de número 20. Neste número os leitores encontrarão modificações na organização das seções da revista, além de encontrarem um dossiê temático e artigos livres. O dossiê aborda o Trabalho, um tema que transcende os limites temporais e que se reconfigurou a partir das mudanças pelas quais passou a sociedade, são seis artigos que tem como escopo tema do Trabalho. Os artigos livres, seção que não está atrelada à temática do dossiê, compõem o número com mais cinco trabalhos e completando as seções da revista, uma entrevista.

A publicação, em relação aos números anteriores, se modifica. Buscando uma melhor experiência de leitura, nós da comissão, escolhemos por abrir este número com uma entrevista. O escolhido para esta estreia foi o professor Dr. Renato Ortiz, discorrendo sobre os desafios contemporâneos das Ciências Sociais e desenvolvendo reflexões sobre os principais conceitos de sua obra.

O dossiê temático aborda o tema: **Labor, poiesis e práxis: as (re)configurações do mundo do trabalho**, nele trazemos abordagens contemporâneas desse campo clássico das Ciências Sociais com o intuito de buscar um diálogo transdisciplinar. Abrindo a seção, os leitores encontrarão o texto de Raoni Machado Giraladin **Notas para os estudos de trabalhadores de barragens: um retrato de Belo Monte e Altamira no início de 2014**, fruto de uma pesquisa de mestrado que aborda a questão das barragens, em específico o caso de Belo Monte, e o lugar do trabalhador nesse contexto.

Na sequência, o artigo **A materialidade do trabalho imaterial: uma análise teórica**, de Manuela Lowenthal Ferreira, que impulsiona a discussão pela teoria do valor-trabalho. Indicando o surgimento de um novo tipo de trabalho, que se apresenta de modo flexível e pela não-produção de bens palpáveis ou quantificáveis, apontando a necessidade de uma nova problematização conceitual desse campo a partir das mudanças nas relações entre trabalhador e mundo do trabalho.

O próximo artigo, **Um retorno à crítica da economia política: a contribuição dos clássicos ao mundo contemporâneo do trabalho** de André de Oliveira Gerônimo, aborda as reconfigurações do mundo do trabalho, retomando o debate de autores clássicos. Com o intuito de analisar o reducionismo com que as análises tradicionais teriam considerado a divisão social do trabalho e a realidade social.

O texto de João Mauro de Carvalho, **A tendência à flexibilização produtiva e ao trabalho precarizado no contexto do capitalismo financeiro**, procura desenvolver a temática do dossiê através de estudos teóricos sobre as transformações na organização do trabalho e suas consequências no atual processo de flexibilização da produção. Procurando tratar os impactos da flexibilização sobre as condições materiais de trabalho e sobre a constituição subjetiva do trabalhador.

Em sequência um artigo escrito a quatro mãos, com o objetivo de abordar a ação coletiva empresarial, tendo como objeto as redes associativas do SEBRAE em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: **Para além do utilitarismo economicista: um estudo de caso da lógica da ação coletiva empresarial**, de Cristiano das Neves Bodart e Edson Terra Azevedo Filho. Os autores buscam conectar as reflexões teóricas com a experiência cotidiana ao escolherem como forma de abordagem um problema empírico vivido pelos empresários e operários sindicalizados do setor ceramista.

Fechando o dossiê está, **Trabalho assalariado e emancipação humana: apontamentos para uma crítica marxista do “socialismo real”**, de Anderson Piva. O autor traz o debate e a crítica, acerca da concepção de socialismo medido pela propriedade estatal dos meios de produção. Elucidando as aproximações e as diferenças entre as concepções de Stálin, Trótsky e Lênin acerca das possibilidades e dos critérios de realização de uma experiência socialista, Piva tece crítica ao que se tornou central para a definição de tais experiências: o discurso do desenvolvimento das forças produtivas em detrimento das relações de produção.

A próxima seção, artigos livres, reúne diversos temas de interesse que permeiam as Ciências Sociais. Iniciamos com o artigo de William Alvarez: **Podemos falar de um capital delictivo?**, que aborda através das categorias e conceitos bourdianos a realidade de grupos ilegais associados ao tráfico e consumo de drogas num bairro da cidade de Quito, Equador. Por meio de um trabalho etnográfico, o autor acompanha o cotidiano de três agentes envolvidos no que chama de contra-campo *e/ou habitus* ilegal associado ao crime, à violência e às drogas.

Em sequência são as instituições que entram em foco com o artigo: **Equilíbrio e desequilíbrio institucional no novo institucionalismo na**

Ciência Política: estagnação e mudança de trajetória de Ivan Henrique de Mattos Silva. Seu objetivo é discutir a relação entre estagnação e mudança institucional, problematizando o neoinstitucionalismo enquanto uma perspectiva teórica. Para isso retoma postulados teóricos de Hall, Taylor, Olsen, Przerworski, North e Rothstein, expoentes das abordagens acerca das instituições.

A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil, artigo de Natalia Scartezini traz uma perspectiva interessante ao vincular as manifestações populares atuais com as teorias clássicas das Ciências Sociais. Com abordagem sobre as movimentações políticas contemporâneas, retoma em seu texto Antonio Gramsci ao lado de Wilhelm Reich com debatedoras contemporâneas como Maria Orlanda Pinassi, Silvia Adoue e outros, para construir sua interpretação acerca dos acontecimentos políticos de 2015.

Fechando este número, está o artigo de Michele Rodrigues Bizzio **A ação do poder público e a implantação dos espaços residenciais fechados em São Carlos: uma análise dos Condomínios Damha**. A autora busca tratar dos princípios jurídicos que possibilitam a construção de espaços residenciais privatizados, fenômeno cada vez mais comum no espaço urbano brasileiro, em um município do interior do estado de São Paulo, São Carlos.

Agradecemos imensamente a contribuição dos autores e autoras, de todos e todas que produziram os pareceres, do Laboratório Editorial da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, *campus* Araraquara, da Biblioteca desta mesma unidade e da Gráfica pela colaboração em realizar a edição de número 20 da revista **Cadernos de Campo**. Desejamos a todas e todos uma excelente leitura, muitas provocações e o convite para dialogar com estes textos em uma próxima edição.

*A Comissão Editorial
Araraquara, São Paulo, fevereiro de 2016.*

ENTREVISTA

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE ENTREVISTA COM RENATO ORTIZ.

Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas (UNICAMP – IFCH), Renato Ortiz se dedica à pesquisa nas áreas de globalização, ideologia e cultura desde o fim da década de 1980. O sociólogo é autor de *A Diversidade dos Sotaques: o inglês e as ciências sociais* (Brasiliense, 2008), *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (Brasiliense, 1998), *A Moderna Tradição Brasileira* (Brasiliense, 1994) e *Mundialização e Cultura* (Brasiliense, 1996), entre outros.

Ortiz traz grandes contribuições para o debate acerca dos processos de globalização, internacionalização e mundialização decorrentes desta nova era, marcada pela reconfiguração do espaço e das relações. Compreender a dimensão e complexidade deste debate nos permite refletir a respeito das consequências sociais, econômicas e políticas decorrentes de tais processos que tendem a atingir direta e indiretamente nossos modos particulares de vida.

Com o objetivo de elucidar a temática, além de discorrer sobre a complexidade e a diferenciação dos conceitos *globalização*, *mundialização* e *internacionalização*, Renato Ortiz comenta os desafios das Ciências Sociais em meio à conjuntura social atual. Além de versar sobre a importância dos estudos pós-coloniais para o enriquecimento do debate e a forma com que os efeitos, provenientes do processo de mundialização, interferem nas identidades, nas culturas e no mundo do trabalho.

Confira a entrevista.

*A comissão
Araraquara, São Paulo, fevereiro de 2016.*

Comissão Editorial: *Quais são os desafios das Ciências Sociais Brasileiras na contemporaneidade?*

Renato Ortiz: Penso que é possível dizer que as Ciências Sociais estão maduras no Brasil. O problema é que elas se tornaram prisioneira de sua própria história. Para se afirmar como “brasileira” elas voltaram-se exclusivamente para o Brasil. Temos uma obsessão pelo nacional. Isso restringe o horizonte cosmopolita no qual as Ciências Sociais deveriam se desenvolver.

C.E.: *Qual a relevância para as Ciências Sociais no Brasil, hoje, (não sei bem desse “hoje” entre vírgulas, acho estranho) da leitura de autores conhecidos como Pós-coloniais ou dos Estudos Culturais?*

R.O.: Creio que a leitura de autores estrangeiros, sobretudo quando se trata de debates de ideias, é sempre importante para nós. Entretanto, é preciso qualificar a leitura e entender as diferenças entre as correntes e a sua relevância. No caso dos Estudos Culturais um ponto importante diz respeito à abertura das fronteiras das disciplinas. Mas não nos encontramos mais nas décadas de 1980 e 1990 nas quais os Estudos Culturais eram uma novidade. Ao longo do século XXI este movimento se acomodou e, no caso brasileiro, teve uma influência restrita. Quanto aos pós-colonialistas penso que a maior contribuição seja a crítica ao eurocentrismo, entretanto, a proposta de analisar os fenômenos sociais atuais através da oposição colonizador/colonizado parece bastante reducionista. Dificilmente ela captaria a complexidade do mundo em que vivemos.

C.E.: *Pensando nas sociedades contemporâneas, qual a diferença entre “mundialização”, “internacionalização” e “globalização”?*

R.O.: A ideia de inter-nacionalização, como marca o uso do hífen, implica na relação entre as nações. Ou seja, a nação é a unidade independente que realiza as diferentes interações entre elas. Uma nação A interage com uma nação B, C, D, etc. O raciocínio pressupõe a interação como resultado dessas unidades independentes. O processo de globalização não pode ser compreendido a partir da unidade nacional, ele o transcende; dito de outra maneira, ele atravessa cada uma das nações existentes no mundo. Por isso se discutiu tanto sobre a crise da nação nos últimos anos (chegando-se inclusive ao *nonsense* de se falar do “fim das nações” o que é um equívoco). O importante é, no entanto, entender que o

processo de globalização não se reduz à compreensão do nacional, seja do ponto de vista político ou conceitual. A diferença entre globalização e mundialização foi introduzido por mim no livro “Mundialização e Cultura”. Trata-se de uma diferenciação conceitual. Globalização nos remete à ideia de unicidade. Há uma economia global, uma tecnologia global. Entretanto, haveria uma “cultura global”? Única e homogênea em todo o planeta? Minha resposta foi: não. Para qualificar este não procurei utilizar o termo globalização ao falar de economia e tecnologia, mas mundialização ao falar de cultura. Neste sentido, não existe uma “*global culture*”, mas um movimento diferenciado de mundialização no interior de uma situação de globalização. Por exemplo: a diversidade dos idiomas existentes no mundo atual, hierarquizados através do inglês no mercado mundial de bens linguísticos.

C.E.: *Como os efeitos gerados pela mundialização incidem na cultura e nos processos identitários? Nesse sentido, em que implica falar, por exemplo, de um processo cultural homogeneizante? O inglês, como língua universal, reflete esse processo?*

R.O.: O mundo não é “plano” tampouco homogêneo. O que existe é a expansão da modernidade-mundo. Porém ela se realiza de maneira diferenciada em função da história dos povos e das nações. A questão da globalização implica algo em comum e diferenciado. Não se trata de uma homogeneização do planeta. Vejamos o caso da hegemonia do inglês. Ela não implica o fim dos outros idiomas, mas uma nova relação de poder entre eles. O inglês torna-se o centro do universo linguístico mundial, ou seja, ele “vale”, simbolicamente, “mais” do que as outras línguas. É esta relação de poder que deve ser compreendida não o fato da suposta homogeneização do mundo.

C.E.: *Frente aos desafios colocados pelo mundo globalizado, onde as fronteiras se encontram cada vez mais fluídas, possibilitando o surgimento de movimentos radicais de Estado e Contra-Estado, o que pensa sobre o lugar que ocupa o debate acerca do conceito de cultura hoje?*

R.O.: Esta é uma pergunta interessante, mas seria difícil respondê-la a contento numa entrevista como esta. Inclusive, escrevi recentemente um artigo “A cultura no mundo contemporâneo” que sairá na revista *Estado e Sociedade* da UNB [Universidade de Brasília]. Há várias mudanças. Uma delas diz respeito a esfera cultural transformar-se num lugar de poder. Isso significa que diferentes

movimentos podem se apropriar das manifestações culturais para “fazer política”. Um tema interessante que escapa das modalidades tradicionais: Estado, partido, sindicato, movimentos sociais.

C.E.: *Como os efeitos decorrentes do processo de mundialização incidem no mundo do trabalho na contemporaneidade?*

R.O.: Os sociólogos do trabalho e os economistas têm insistido nas mudanças existentes na esfera do trabalho. Muitos deles sublinham a passagem de um momento “fordista” para outro de um capitalismo “flexível”. Do ponto de vista cultural creio que a principal transformação diz respeito à ética, ou seja, a maneira como o trabalho é pensado na sociedade contemporânea. Ele já não mais se ajusta às ideias de Weber que descreve a época heroica da mentalidade capitalista. A frugalidade, a contenção, enfim, as qualidades que ele associava ao protestantismo calvinista, são hoje suplantadas pelo hedonismo e o efêmero da sociedade de consumo.



BIOGRAFIA

Marcelo D'Saete (São Paulo, 1979) é autor de histórias em quadrinhos, ilustrador e professor. Estudou design gráfico no Colégio Carlos de Campos, é graduado em artes plásticas e mestre em história da arte pela Universidade de São Paulo.

Publicou diversas histórias em quadrinhos na revista *Front, Graffiti, Quadreca, Suda Mery k!* (Argentina), *Contos Bizarros, +Soma e Stripburger* (Eslovênia). Algumas dessas contando com a parceria dos roteiristas Kiko Dinucci, Eddy Gomez e Bruno Azevêdo. Ele também ilustrou os livros infantis *Ai de tí, Tietê* de Rogério Andrade Barbosa; *Dois Casas* de Claudia Dragonetti; *E Assim Surgiu o Maracanã* de Sandra Pina; *Zagaia e Da Cabula* de Allan Santos da Rosa; *As descobertas de Paulinho na Metrópole* de Marina Torres; *Olho Mágico* de Tiago Melo; *A Rainha da Bateria* de Martinho da Vila; e diversos outros. Participou da exposição *Consequencias* do Injuve na Espanha em 2002; da exposição de originais da revista *Front* no FIQ em Minas Gerais em 2003; e da exposição *Ilustrando em Revista*, Editora Abril. Expôs no 7º *Festival Internacional de Banda Desenhada e Animação - Luanda Cartoon* de 2010 e em *Amadora BD*, exposição *Seis esquinas de inquietação* em 2013.

Publicou o álbum *Noite Luz* (livro de 112 páginas, editora Via Lettera, 2008) com seis histórias em quadrinhos de sua autoria. Esse mesmo livro foi publicado na Argentina pela editora Ex-Abrupto.

Lançou o álbum de quadrinhos *Encruzilhada* (124 páginas) em julho de 2011 pela editora Leya (selo Barba Negra). *Cumbe* (176 páginas, editora Veneta, 2014) é o seu terceiro livro de histórias em quadrinhos, versando sobre o período colonial no Brasil. *Risco* (40 páginas, editora Cachalote, 2014) é o mais recente livro do autor¹.

As histórias de D'Saete versam sobre temas como desigualdade social, violência urbana e negritude. *Cumbe* trata da resistência de negros e negras escravizados no Brasil do século XVII, o livro foi publicado também na França, Portugal e será lançado na Itália e nos Estados Unidos. A editora Veneta publica esse ano uma nova edição de *Encruzilhada* (160 páginas), desta vez com a inclusão da história *Risco*. É de uma das histórias deste livro a imagem aqui publicada. Agradecemos a gentileza do autor e da editora em nos cederem a imagem para publicação.

Mais informações:

Site do autor: <http://www.dsaete.art.br/>

Sites da editora: <http://www.editoraveneta.com.br/>

<http://www.lojaveneta.com.br/>

¹ Informações extraídas do site do autor.

DOSSIÊ LABOR, POIESIS E PRÁXIS:
AS (RE)CONFIGURAÇÕES DO
MUNDO DO TRABALHO

NOTAS PARA OS ESTUDOS DE TRABALHADORES DE BARRAGENS: UM RETRATO DE BELO MONTE E ALTAMIRA NO INÍCIO DE 2014

Raoni Machado GIRALDIN*

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de minha pesquisa de mestrado, no qual discuto a situação da cidade de Altamira, estado do Pará, no início do ano de 2014, em virtude da presença de trabalhadores das obras do Complexo Hidrelétrico Belo Monte. Aqui trago reflexões sobre os estudos de empreendimentos hidrelétricos nas ciências sociais, faço uma descrição do meio urbano de Altamira e região e termino levantando questões sobre o lugar dos trabalhadores nos estudos sobre barragens e qual a importância que o ambiente urbano recebe neste contexto.

PALAVRAS CHAVE: Trabalhadores. Hidrelétricas. Altamira. Belo Monte. Espaço urbano.

A problemática das obras hidrelétricas para as ciências sociais.

No que diz respeito à construção de hidrelétricas enquanto tema de pesquisa, as ciências sociais costumam se centrar nos territórios e populações impactados. Isto ocorre tanto devido ao interesse da antropologia pelo estudo de comunidades indígenas, rurais e ribeirinhas, nas quais as barragens se tornam uma questão (DIAMOND; POIRIER, 2010; KARPINSK, 2007; OLIVEIRA FILHO; COHN, 2014; PAZ, 2006; VIANA, 2003), quanto à participação de antropólogos na elaboração dos estudos de impacto de projetos hidrelétricos (ASSIS, 2007). Este artigo, por sua vez, explora questões relativas às populações que habitam a área do projeto hidrelétrico e às instituições públicas e privadas recém-chegadas para ali atuar.

* Mestre em Antropologia Social. UnB – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília – DF – Brasil. 70910-900 - raoni.giraldin@gmail.com.

As transformações em Altamira, onde estão concentradas muitas das atividades do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), refletem a complexidade da relação entre as empresas que constroem hidrelétricas e os locais nos quais elas se instalam. A hidrelétrica de Belo Monte é um projeto que foi revisto ao longo de trinta anos. Sua construção, inicialmente pensada para ocorrer assim que a hidrelétrica em Tucuruí fora erguida, na passagem da década de 1980 para 1990, foi atrasada em mais de 20 anos, em meio a intensos embates políticos.

A constituição de Altamira como um centro regional da Transamazônica precedeu a sua atual condição de cidade anexa a uma grande obra. Entre os investimentos agrários para a ocupação da região e a atual implementação do aproveitamento hidrelétrico, a cidade cresceu e se complexificou. Em 2010, continha 99.075 habitantes, de acordo com o censo do IBGE daquele ano (IBGE, 2010). As estimativas locais de crescimento populacional, em decorrência de Belo Monte, apontam um aumento de 25 a 40 mil pessoas. Esta é uma estimativa bastante incerta, dada a flutuação característica do mercado de trabalho próprio a uma grande obra (RIBEIRO, 1991).

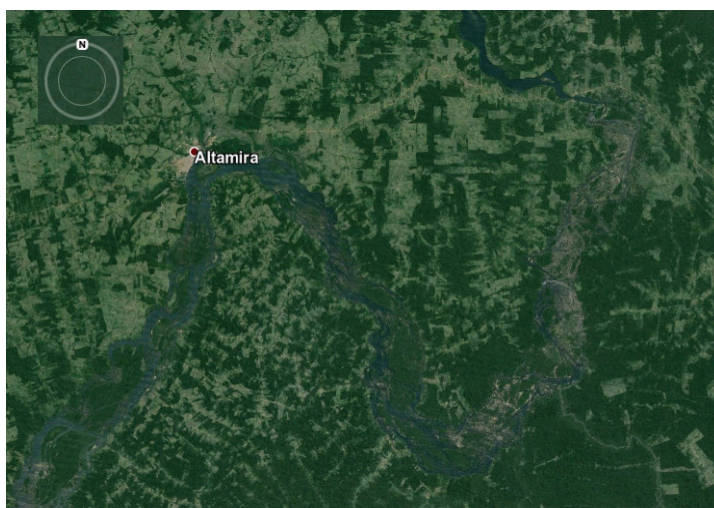
A etnografia que realizei durante minhas pesquisas no mestrado, levou em consideração, prioritariamente, a presença do Consórcio Construtor Belo Monte na cidade de Altamira. Ela está inscrita em um período específico, que compreende as obras da construção civil, posteriores ao processo de licitação e de consultas municipais, e anterior à montagem das turbinas e demais equipamentos que gerarão a energia. Os dados acerca de eventos cronologicamente anteriores são oriundos de pesquisas publicadas na forma de trabalhos acadêmicos, artigos em periódicos, documentos de acesso público e de notícias veiculadas na televisão e internet. Fazer uma etnografia na cidade durante a execução das obras é como “tirar um retrato”, apresentando situações pontuais que se encadeiam a processos maiores. No começo do ano de 2014, as obras estavam “no ápice”, quando a quantidade total de trabalhadores atingia um número que tenderia a decrescer nas subseqüentes etapas da construção.

A previsão para o início da geração de eletricidade em Belo Monte era novembro 2015, quando as turbinas na casa de força complementar, na barragem do Sítio Pimental, começariam a funcionar, dando início ao enchimento do reservatório da usina. Nesse momento, esperava-se que as obras estivessem avançadas e concentradas na finalização da barragem principal, no Sítio Belo Monte. Notícias recentes, entretanto, mostram como que este prazo está sendo revisto, uma vez que o IBAMA não autorizou o funcionamento da hidrelétrica, em decorrência do descumprimento de exigências ambientais.

As obras da hidrelétrica estão em áreas do município de Vitória do Xingu, em um trecho a jusante de Altamira. O núcleo urbano de Altamira fica na divisa das áreas municipais com o município vizinho, no início do trecho em que o Rio Xingu faz uma grande curva¹. O sistema de transporte viário é responsável pela sua definição na geopolítica regional. Apesar de estar bem no centro do estado do Pará, Altamira é considerada como parte do sudoeste paraense. Em termos dos novos acordos econômicos, mantém mais contato com a Transamazônica e os municípios a leste do que com as grandes áreas extrativistas ao sul, em direção à divisa com Mato Grosso.

Essa característica do município transparece nos fóruns de debate acerca do AHE Belo Monte e as populações do Xingu. Com o abandono de projetos anteriores, em prol da concentração das atividades na Volta Grande, muitas questões ainda reverberam nas populações que utilizam o rio como um todo e que demandam mais atenção às áreas a montante. A execução de projetos de desenvolvimento cria, ao definir as bases de seu interesse econômico e alcance técnico, diferentes espacialidades, que são arranjos estratégicos para a sua realização (CRUZ, 2010; ROCHA, 2014). Os impactos positivos e negativos de um empreendimento como esse são espacialmente definidos.

Mapa 1 – Altamira e a Volta Grande do Xingu.



Fonte: Google Earth.

¹ Este trecho do Xingu é conhecido por “Volta Grande” e é caracterizado por uma acentuada curva, originalmente conhecido por uma grande quantidade de cacheiras e corredeiras (ver mapa 1).

O caso de Altamira guarda semelhanças com o sistema fábrica/vila operária, no qual a instalação de uma unidade industrial constitui-se pela imobilização da força de trabalho, pela qual uma mesma empresa fornece trabalho e moradia. Esta é uma temática explorada etnograficamente por Leite Lopes (1988). Essa noção de “sistema” combina moradia, transporte e trabalho coordenados por decisões tomadas por uma mesma entidade. O espaço urbano criado reflete as hierarquias do ambiente de trabalho direta ou indiretamente. O consórcio construtor e, acima dele, a Eletronorte, criam um sistema desse tipo em Altamira, mas que está submetido à sua futura retração, dado o regime temporal da indústria da construção civil pesada engajada em uma hidrelétrica.

Na execução de grandes obras, a indústria de construção civil pesada instala seus acampamentos e acessa determinados recursos e serviços de centros urbanos próximos, simultaneamente à obra propriamente dita, como o caso da “Cidade Livre” na construção de Brasília (RIBEIRO, 2008), ou em cidades preexistentes. Altamira concentra ambientes estratégicos para as empresas da construção civil assim como espaços de consumo e recreação.

A cidade, nesse caso, faz parte de um duplo processo de produção/uso. A sua relação com a expansão econômica que caracteriza a execução de obras de infraestrutura é um exemplo de como a urbanização é um processo paralelo à expansão do modelo econômico industrial na economia capitalista (LEFEBVRE, 2000). O complexo extrativista do alumínio na Amazônia, aliado ao uso intensivo de fontes hidrelétricas, provocou alteração na população urbana nas cidades na região centro-norte do estado do Pará que seguiram as ondas de investimentos econômicos.

A ocupação urbana relacionada com o crescimento industrial no estado, seguindo um modelo de ocupação e exploração, teve como frentes importantes os assentamentos da Transamazônica, no sentido Leste-Oeste, e também as reservas de bauxita no noroeste paraense, em ligação com os portos nas regiões de Belém e São Luis, no Maranhão. Os municípios, enquanto uma rede conectada, têm como pontos de concentração as regiões que atraem investimentos atrelados à exploração hídrica e mineral. Dessa forma, formatam-se as cidades, abrindo novas “fronteiras” para a exploração econômica a partir de rios e de grandes trechos de floresta. O capital atrai populações e estabelece um modo de urbanização que relaciona as noção de fluxos e fronteiras (HANNERZ,

1997). Os fluxos são de pessoas e de capital e as fronteiras existem na medida em que o “vazio” estaria adiante. Estas fronteiras não correspondem somente à dimensão cartográfica que, tratando-se do crescimento econômico, acarreta no estabelecimento de marcos a serem alcançados, de acordo com a oferta de recursos no território. O argumento de Hannerz (1997) é uma tentativa de relacionar o estabelecimento destas fronteiras com o surgimento de novos sujeitos a serem pesquisados, os *híbridos*. Tomo esta reflexão como ponto de partida para pensar no caso dos trabalhadores de Belo Monte e dos moradores de Altamira, onde a expansão das fronteiras econômicas possui atores específicos e multifacetados.

A temporalidade específica de um projeto hidrelétrico, que submete os centros urbanos a rápido crescimento, cria um cenário disjuntivo, tanto temporal quanto espacialmente (ROCHA, 2014). Humberto Rocha faz referência à maneira como a construção de uma hidrelétrica é um processo de criação de diferenças entre os grupos representados pelos consórcios construtores e aqueles oriundos de grupos atingidos por barragens. Desta forma, afirmo seu caráter disjuntivo, tanto espacial quanto temporalmente, como uma forma de qualificar o estado dos núcleos urbanos próximos a esses grandes projetos. O ritmo dos eventos, assim como suas alterações no espaço urbano não ocorre segundo um “projeto político democrático-participativo” (ROCHA, 2014, p. 259) e promove o acirramento das diferenças socioeconômicas locais a partir do modo de ação das empresas interessadas na atuação econômica passageira. Neste sentido, o cenário de Belo Monte é especialmente preocupante, dadas as condições com as quais as licenças para a construção foram inicialmente liberadas, sem a total contrapartida em termos das medidas condicionantes que serão esmiuçadas mais adiante.

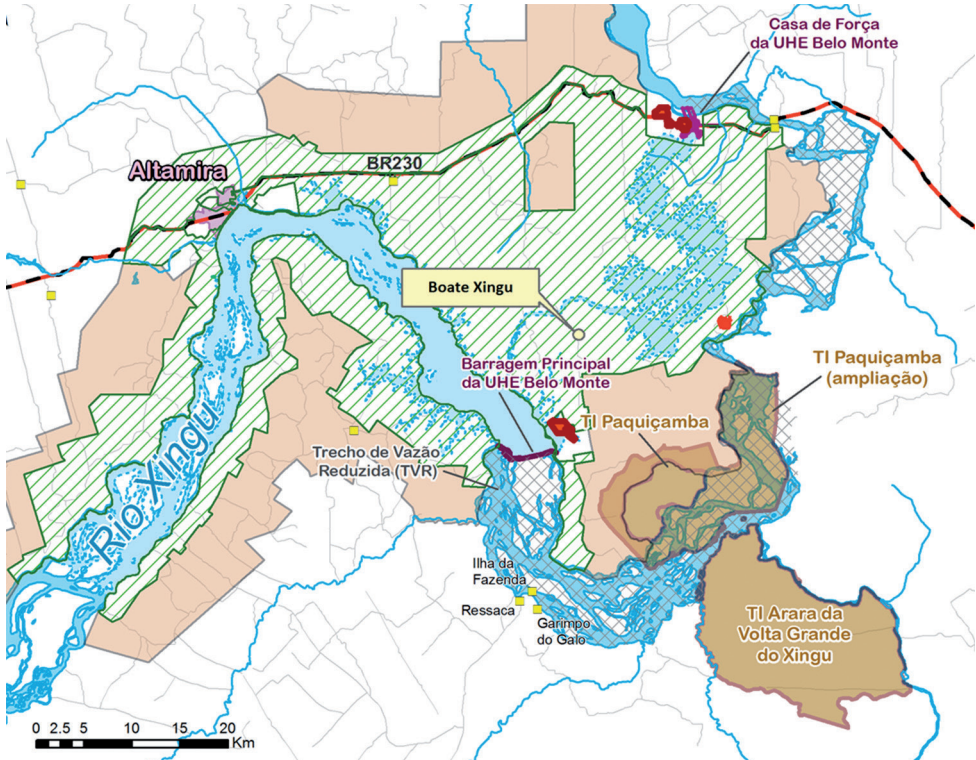
A construção de hidrelétricas é, assim, parte de um processo contínuo de expansão das fronteiras econômicas. O estudo do caso do núcleo urbano de Altamira, à luz do processo de industrialização da Amazônia, permite a visualização de cenários futuros. Assim, como já vem desenhando-se o aproveitamento hidrelétrico do Tapajós, não é possível dizer com certeza que o Xingu está imune a novos empreendimentos a médio ou a longo prazos.

O caso de Belo Monte.

A relação que o AHE Belo Monte estabelece com o contexto político e econômico, associada ao fato de que esta será a maior hidrelétrica totalmente brasileira, atrai holofotes sobre a sua execução, iluminando-a enquanto um caso no qual a política energética brasileira como um todo passa a ser debatida. Um projeto executado serve como experiência para as partes interessadas. Já os problemas de ordem social e ambiental junto a populações afetadas são um dos principais instrumentos de reivindicação das partes contrárias, engajadas nas discussões que circulam nas consultas locais e nos protestos em Brasília.

A construção do AHE Belo Monte concentra-se em três canteiros de obras: Belo Monte, Pimental e o responsável pelos Canais e Diques. Os dois primeiros são nomeados a partir de propriedades rurais adquiridas no contexto da instalação do projeto. Belo Monte é o maior deles e comporta os prédios destinados à acomodação de trabalhadores, além de escritórios administrativos do consórcio: setor financeiro, imprensa e relações públicas. Pimental é o segundo maior canteiro, estando responsável pelas obras na primeira barragem e na casa de força secundária. Assim como em Canais e Diques, onde estão sendo construídos os canais de adução, Pimental é composto pelas obras em realização e pelos alojamentos de trabalhadores. Canais e Diques e Pimental estão próximos entre si, dada a característica da obra, na qual os canais de adução partem de um trecho logo antes do primeiro barramento. O acesso aos acampamentos de ambos os canteiros é feito através da Transamazônica, num trecho a cerca de 25 quilômetros de distância de Altamira, seguindo por mais cerca de 30 km em um trecho não asfaltado no sentido sul. O acesso a Belo Monte se dá mais adiante, a aproximadamente 50 km de distância da cidade. Nesse ponto, o Sítio Belo Monte está bem próximo ao acesso à rodovia.

Mapa 2 – Fragmento do mapa. Apresentação do local das obras, com destaque para a posição das barragens (em roxo) em relação à BR 230 (Transamazônica) e em relação à “Boate Xingu”, supostamente uma casa prostituição.



Fonte: Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/02/prostibulo-estava-em-area-declarada-de-interesse-publico-para-belo-monte/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Além dos acampamentos, as obras de Belo Monte também ocupam, na Volta Grande, áreas destinadas ao porto construído em um trecho a jusante da casa de força principal, além de uma unidade de produção de cimento e da vila dos engenheiros e funcionários de alto cargo do consórcio, que está localizada próxima ao Sítio Belo Monte. Ao passo que as obras foram iniciadas em 2011, os engenheiros, que inicialmente ocuparam imóveis principalmente em Altamira, mudaram-se para a vila no final de 2013, quando esta ficou pronta. Até o final de 2013 os engenheiros ocupavam, prioritariamente, casas alugadas pelo consórcio em bairros de nível alto em Altamira, entre o centro da cidade e o aeroporto.

Acampamento é uma categoria que corresponde ao conjunto de atividades centradas na execução de uma obra por uma empresa de construção civil que reúne moradias e escritórios em arranjos variados. As acomodações temporárias dos acampamentos, além dos alojamentos propriamente ditos, reúnem centros de informática, biblioteca, ginásio e campo de futebol, sala de jogos, enfermaria e refeitórios. Em boa parte dos casos de construção de hidrelétricas, existe apenas um acampamento, uma vez que as atividades tendem a se concentrar em um local específico. O AHE Belo Monte é formado por três obras ocorrendo concomitantemente, logo existem três complexos do tipo. Em acréscimo aos acampamentos, outras estruturas foram erguidas de acordo com necessidades específicas e que não precisaram estar próximas aos canteiros. Este é o caso do porto que, em decorrência da estrutura de transporte preexistente na Volta Grande, localiza-se fora do trecho encachoeirado que interessa à geração de eletricidade, podendo conectar-se aos rios da bacia amazônica e ao Oceano Atlântico.

Com o início das obras, o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), ao chegar a Altamira em 2011, instalou seu escritório de Recursos Humanos (RH) na Rua Primeiro de Janeiro, entre a Travessas Lindolfo Aranha e a Travessa Comandante Castilho. O prédio que inicialmente funcionou como RH é uma construção de muros colados com as casas ao lado, localizada em uma área do centro da cidade ocupada por residências. Ele fica um pouco após um posto de gasolina que está na esquina da Rua Primeiro de Janeiro com a Lindolfo Aranha. Na sua imediações, na rua José Porfírio, existe um hospital e, em frente, um colégio, ambos de administração municipal.

O RH funcionou nessa localidade por cerca de dois anos, sendo transferido do local em 2013. Durante a época em que estava na rua Primeiro de Janeiro, muitas reclamações eram feitas em relação à presença dos trabalhadores que estavam em processo de contratação ou demissão, e que aguardavam no local. O posto de gasolina era o principal incomodado pela presença. O fluxo de trabalhadores no local somava-se aos frequentadores do hospital na José Porfírio, o que era potencializado devido ao fato de que ali se encontravam os pontos de ônibus tanto para linhas coletivas do município quanto para os ônibus que serviam de transporte exclusivo do consórcio. Na rua José Porfírio também concentram-se algumas lanchonetes, bares e restaurantes.

Posteriormente, o RH passou a ocupar o local atual, dessa vez não mais no centro da cidade, mas no novo bairro Alberto Soares. O bairro se localiza numa parte mais elevada do município, próximo ao 51º Batalhão de Infantaria da Selva (51º BIS). O novo RH foi totalmente erguido a partir de um terreno

desocupado e segue o padrão das construções presentes nos acampamentos: construções simples, feitas de aço em forma de pequenos galpões retangulares.

O RH é um complexo destoante do bairro no qual está instalado, assim como do resto da cidade, e é bem diferente das primeiras instalações. O CCBM oferece alojamento e refeitório dentro do RH. O lugar é bem organizado e sinalizado. Há segurança através de câmeras em todas as partes e o lixo é recolhido separadamente. Nas imediações do RH, existem pequenos restaurantes, lanchonetes, ponto de ônibus e de moto-táxi, e locais onde se pode tirar fotocópias de documentos e fotografias 3x4.

A função do RH na cidade é, basicamente, manejar as vagas de emprego nas obras, alocando uma grande quantidade de trabalhadores. A entrada é controlada por duas portarias e todos necessitam de crachás de identificação. Todos os dias, começando por volta de 7 horas da manhã, as atividades do dia são anunciadas por funcionários próximos aos portões. As atividades correspondem às listas de homens e mulheres que serão convocados para passar por distintas etapas na fase de recrutamento.

Dramas humanos no “tornar-se” e no “deixar de ser” trabalhador de Belo Monte.

A literatura antropológica, ao falar de trabalhadores em sistemas industriais, como o caso da construção de Brasília (RIBEIRO, 2008), Yacyretá (RIBEIRO, 1991), das fábricas de tecido em Paulista, Pernambuco (LEITE LOPES, 1988), ou da Companhia Siderúrgica Nacional (MOREL, 1989), traz como um tema central a necessidade de imobilização da força de trabalho. Para isso, é preciso construir moradias destinadas aos funcionários, evitando a sua dispersão, que “[...] implicaria não poder efetivamente subordiná-los a um controle cotidiano ajustado aos interesses da atividade produtiva, o que é garantido pela imobilização da força de trabalho no acampamento” (RIBEIRO, 2008, p. 127).

Este também é o caso de Belo Monte, uma vez que a presença de acampamentos atende a maioria dos trabalhadores que atuam na obra e é uma das maneiras pelas quais o consórcio responsável consegue dar conta de administrar o contingente humano necessário para a realização das obras. Abordo, neste artigo, a maneira como essa grande quantidade de pessoas envolvidas no projeto de construção exerce impacto sobre a cidade de Altamira e como os trabalhadores experimentam certas características do grande projeto em que trabalham. Nos

dias atuais, a ocupação humana na região vem imprimindo seus efeitos a partir dos resultados imediatos das obras na região de Altamira.

A área da antropologia preocupada com a investigação do desenvolvimento econômico nas sociedades capitalistas pretende estudar a maneira como ocorrem os eventos significantes para a sua expansão. Estes processos estão bem exemplificados na maneira como os sistemas fabris se constituem. O surgimento destes sistemas envolve a construção de unidades produtivas e a operação das mesmas. Uma vez que construção e operação muitas vezes envolvem atividades de natureza bastante diversa, pode-se dizer que há a indústria propriamente dita e uma indústria de “fazer indústrias”, que é o caso da construção civil pesada. Comparando a construção com a operação, uma usina hidrelétrica emprega muito mais trabalhadores durante as obras do que durante o seu funcionamento, dadas as necessidades de profundas alterações na geografia local, desviando curso de rios e construindo canais e barramentos.

Esta diferença no número dos contingentes de trabalhadores faz com que a construção de uma hidrelétrica de grande porte seja um grande evento para as cidades próximas a ela. Por um tempo são anunciados os benefícios de sua execução, no seu decorrer há um crescimento da populações e dos serviços ofertados na cidade. Para o comércio, a existência de um projeto como esse significa um aumento exponencial no números de consumidores potenciais. A sua conclusão é acompanhada por uma retração populacional, uma vez que as atividades que persistem após o fim das obras não chegam perto de fornecer o número de empregos que existiam durante a construção.

Há, dessa forma, uma questão presente a partir do momento em que as autoridades competentes decidem pela contratação de empresas que irão construir uma hidrelétrica: os assentamentos urbanos na região próxima ao projeto de construção receberão um contingente humano que ficará ali somente durante a construção. Sabe-se que a maioria deste contingente será de homens solteiros ou desacompanhados das famílias que estabelecerão residência em períodos, que vão de alguns meses a poucos anos, no máximo.

O estudo realizado junto aos trabalhadores do Consórcio Construtor Belo Monte, em Altamira, não abordou os elementos que caracterizam a imobilização do trabalhador dentro dos acampamentos enquanto algo em si, uma vez que não tive acesso à área de construção, onde os trabalhos são realizados. A partir daí, procurei entender a maneira como esta imobilização se torna possível dentro de um contexto regional preexistente e como transcorre uma parte importante da vida nesse sistema de trabalho: as passagens pela cidade. Desta forma, a visão que

se obtém dos sujeitos neste contexto possui fortes elementos de contraste com o centro urbano enquanto contexto prévio, exaltando características que definem estes trabalhadores como um tipo específico de migrantes.

O crescimento do núcleo urbano de Altamira esteve relacionado com a exploração de recursos da floresta como a borracha e a madeira, e também com os planos estatais de desenvolvimento regional, como no caso da construção da BR-153 e da rodovia Transamazônica. A execução de Belo Monte pode ser encarada como uma continuação dos planos de expansão econômica da região, baseados em pesquisas realizadas por órgãos federais, como o Projeto Radam, e executados por empreendimentos privados. A ocupação humana durante a construção da Transamazônica foi um fenômeno explorado por Emílio Morán (1981) enquanto uma experiência de criação de comunidades rurais ao longo da rodovia. Belo Monte é um evento mais localizado ao redor da Volta Grande do Xingu e mais denso em termos populacionais.

A configuração atual de Altamira possui elementos característicos dos processos de aglomeração urbana causada pelos planos de desenvolvimento do Estado brasileiro e dos ciclos migratórios comuns às cidades industriais ou em processo de industrialização. Os operários da construção civil pesada na cidade estabelecem uma dinâmica que corresponde a uma relação entre populações locais e trabalhadores temporários que migram e ocupam o espaço urbano de forma transitória. Este foi um tema explorado pela antropologia urbana em seu início, entre os pensadores da Escola de Chicago, como Park (1987).

A presença da hidrelétrica no local, desde a fase de elaboração do projeto e das consultas populares, significa uma configuração espacial e temporal específica (ROCHA, 2014) e coloca em descompasso os executores do projeto e a população local. No caso do meio urbano pesquisado, esta população local é composta pelos moradores que habitam previamente Altamira, que podem ou não desempenhar atividades econômicas relacionadas com as obras. Um dos efeitos do descompasso é a incapacidade de se ter uma previsão sobre o destino da economia local após o término das obras. Ao mesmo tempo, a procura por um rápido faturamento, no contexto aquecido pelo influxo de capitais na região, provocou uma alta generalizada nos preços de bens e serviços em Altamira.

As opiniões a respeito da hidrelétrica dividem a população local com quem conversei. Algumas pessoas relatam a importância de se manter o Xingu da maneira como está, preservando a sua vazão e as áreas nas suas margens. Outras pessoas relatam as vantagens do projeto hidrelétrico que abriu novas oportunidades de trabalho para comerciantes e prestadores de serviços. Outro fator positivo

levantado foi o das vantagens em se ter o acesso, agora, a recursos minerais como o ouro, que existiriam no leito do rio e que estariam sendo descobertos por meio de intervenções em escala industrial.

As atividades que alteram as configurações do rio tencionam a opinião pública a respeito das vantagens da barragem, apresentando-se tanto opiniões favoráveis como contrárias. No que diz respeito à cidade de Altamira, os efeitos da presença da obra sobre o município atraem poucas opiniões positivas. O trânsito congestionado nas saídas da cidade e o aumento da violência somam-se aos atrasos nas obras de saneamento prometidas pelo projeto da hidrelétrica e fazem que, no contexto urbano, configure-se um cenário de desconforto e insegurança.

Os trabalhadores, junto aos quais realizei meus estudos, não se encaixam na categoria de “planejadores” ou “tomadores de decisão”, não possuindo uma ação direta sobre as decisões de como decorre a construção. Todavia, não fazem parte da “população local”. Mesmo entre aqueles trabalhadores que habitam Altamira, muitos não possuem documentos para alegar residência local. Os trabalhadores não são responsáveis pela existência do projeto, pela realização das obras da forma como acabou sendo, nem pelos atrasos no cumprimento dos acordos no que diz respeito à infraestrutura urbana. Eles também não são moradores locais, apesar de acessar serviços específicos da cidade e a frequentarem periodicamente.

Dessa forma, quem trabalha nas obras faz uso da cidade sem estar na categoria de residente, e se torna agente das mudanças introduzidas pelas obras pelo fato de que a sua própria presença é a reverberação dos efeitos delas no contexto urbano. Em especial, a condição de “peão”² encarna problemas oriundos da implementação do projeto hidrelétrico no meio urbano. Estes trabalhadores estão nas pontas das hierarquias da obra, não dispendo dos aparatos para uma acomodação temporária na região tal e qual os engenheiros e funcionários de cargos elevados, que possuem veículos de trabalho, casas e diárias em hotéis. Sua presença está mais imersa no cotidiano de Altamira, onde dividem, de maneira mais direta, os serviços com a população.

Os envolvidos na construção do projeto, comportando todos os funcionários do consórcio responsável, os executivos, engenheiros e os “peões”, possuem um tempo de trabalho relativamente curto no local, dada a característica específica da indústria da construção civil pesada, já bem discutida por Ribeiro

² Termo pejorativo comumente utilizado para designar o trabalhador com menos qualificação dentro da hierarquia de um obra.

(1991). O que observei foi que, apesar de uma inegável efemeridade de todo o processo de construção, a rotina das pessoas que se estabelecem na região para trabalhar nesse contexto é presente nos núcleos urbanos anexos. Dessa forma, deve-se considerar não somente a dinâmica que se estabelece no sistema “fábrica/vila operária” (LEITE LOPES, 1988) ou, mais especificamente, no sistema “grande obra/acampamento” (RIBEIRO, 2008), mas também na relação entre o sistema dos postos de trabalho e dos alojamentos em conjunto com os núcleos urbanos próximos, quando estes existem.

A observação de uma cidade próxima a uma grande obra permitiu ver a maneira como a vivência dos trabalhadores ocorre em termos opostos àqueles que se estabelecem na relação acampamento/grande projeto. Enquanto que, dentro dos portões das obras, no território controlado pelo consórcio, tudo está voltado para a manutenção da ordem, imobilização e controle das pessoas que trabalham, a cidade está associada a trânsitos e consumos que fogem dos enquadramentos disciplinares dos alojamentos. A cidade é a porta de entrada para a região, nos movimentos que podem ocorrer de modo regular, como no caso das “baixadas”³. A chegada e saída de novos residentes também atestam o ritmo das contratações e demissões.

O acesso aos serviços urbanos por parte dos trabalhadores residentes no alojamento, assim como por aqueles que moram no meio urbano temporariamente, não é algo levado em conta no planejamento do cenário da execução das obras. Espera-se, em certa medida, que o aparato oferecido pelo consórcio dentro dos alojamentos seja suficiente para manter todos entretidos entre as “baixadas”. A proibição do consumo de bebidas alcoólicas, assim como do contato com pessoas do sexo oposto dentro da área do consórcio, acabam sendo um motivo que leva muitos a frequentarem a cidade. Os trânsitos que configuram o período de folga semanal, concentrada no domingo, criam situações de maior aglomeração de trabalhadores na cidade, gerando um contraste com a população local, e evidenciando a falta de espaço para os trabalhadores dentro da cidade. Acaba-se, portanto, por utilizar um espaço público específico: as calçadas e ruas na margem do Xingu, que passam a ser utilizadas intensamente como local de parada para a música, para as brincadeiras, romances e consumo de álcool.

As aglomerações de trabalhadores demarcam a maneira como uma grande obra difere de uma cidade de pouco menos de 100 mil habitantes, como era o

³ Folga periódica para trabalhadores com residência fora da área do projeto, para as quais são fornecidas passagens de ônibus ou avião.

caso de Altamira antes da chegada de Belo Monte. As aglomerações são súbitas e para elas não existe plano de ação diferente da ação policial, atuante durante as confusões e crimes que porventura ocorram. O grande número de pessoas que se aglomera poderia ocupar uma área duas ou até três vezes, maior do que o espaço utilizado. O acréscimo populacional, entretanto, não justifica investimentos de longo prazo, dado o término das obras em um período relativamente curto. A presença dos trabalhadores na cidade demonstra o descompasso entre os limites dos investimentos voltados para a população e economia locais e os efeitos da enorme capacidade de mobilização de pessoas do consórcio construtor de uma grande obra.

A chegada, saída ou a frequência de trabalhadores na cidade associa-se às ideias de “invasão” e “risco”. Estas se compõem sobre a maneira como são realizadas as “fugas” das rotinas de vida dos alojamentos, marcadas pelas histórias de abuso no consumo de bebidas alcoólicas, e brigas que se concentram na primeira semana após o recebimento dos pagamentos. A inexistência de uma residência fixa na cidade é um fator agravante, que faria com que os mesmos trabalhadores tivessem menos o que “perder” em situações de violência. As obras colocam a cidade toda num certo ritmo diferente e o trabalhador costuma ser um dos vetores do estranhamento entre o moradores e o projeto. Os trabalhadores que ocupam os cargos mais baixos da hierarquia da construção civil pesada são aqueles que acabam por figurar mais intensamente no cenário urbano. Em boa medida, a “invasão” ocorre pela ausência de ampliação dos espaços públicos voltados para esses trabalhadores.

Observar a maneira como os trabalhadores inserem-se na cidade de Altamira, partindo da análise das situações mais comuns das quais participam, assim como da maneira mais comumente empregada para lembrar de suas presenças, possibilitou encontrar algumas peculiaridades relativas aos problemas decorrentes da implementação da hidrelétrica sobre um núcleo urbano. Tratam-se de questões diferentes das correspondentes à construção de Belo Monte com relação às temáticas indígenas ou ambientais. Estas possuem atores mais definidos (o CCBM, a Eletronorte, a Norte Energia, as populações nas áreas de impacto e suas organizações políticas).

Ao contrário, no âmbito das negociações sobre o destino dos territórios impactados pelas mudanças do curso do Xingu, discutem-se os efeitos permanentes no meio físico, social e cultural, levando eventualmente a revisões nos projetos hídricos e nos projetos ambientais em vigor, no meio urbano os resultados parecem ser mais imprevisíveis. A geologia, geografia e engenharia conse-

guem prever com bastante precisão para onde o rio irá jogar suas águas em cada arranjo proposto; já as empresas contratantes, os administradores do alojamentos e os gestores públicos urbanos pouco sabem quais serão as condições dos residentes temporários da região.

A presença dos trabalhadores pesquisados na cidade diz respeito aos processos de chegada e de saída, e às folgas semanais. Chegar e sair da região, assim como dos postos de trabalho nas obras, são processos análogos e opostos, marcados pela lentidão em “fichar” e “correr a quita”⁴. Durante esses dois períodos é quando a condição desterritorializada se torna mais evidente, dada a indisponibilidade dos alojamentos quando não se trabalha. A administração do dinheiro também é um fator importante, para os trabalhadores em trânsito, dados os preços elevados de acomodação e alimentação, em Altamira, praticados durante as obras.

Apesar da condição transitória daqueles que podem ser chamados de “trabalhadores de barragens”, “barrageiros” ou “peões”, a “presença” dessas pessoas em Altamira foi pensada por mim como uma existência impactante e, em boa medida, componente de um drama intenso. Coloco o este último termo em destaque para afirmar como este pode ser entendido enquanto um termo relacional que depende da existência em um contexto. Este, no caso, é o de uma cidade do Xingu e da Transamazônica, de imenso território, e que foi palco de debates a respeito dos direitos de populações indígenas, rurais e extrativistas nas últimas décadas. A visibilidade dos trabalhadores de Belo Monte de certa forma é reduzida pela importância de outras agendas de discussão.

Não posso afirmar que a minha pesquisa produziu uma visão do que seria o “modo de vida” do trabalhador de Belo Monte. O que consegui, nesse sentido, foi relatar um pouco do “tornar-se” e do “deixar de ser” trabalhador nessa grande obra. Creio que durante todo o tempo lidei com travessias de fronteiras que separam a cidade dos canteiros, a condição de “pessoa de fora” e de morador local. Esta foi a maneira que utilizei para pensar um cenário em que, como diz Ulf Hannerz, “as comunidades são diásporas e as fronteiras na realidade não imobilizam mas, curiosamente, são atravessadas.” (HANNERZ, 1997, p.8). Os trânsitos, que podem ser pensados enquanto fluxos, tema debatido pelo autor mencionado, são bons para pensar as fronteiras que são estabelecidas e repercutem no cotidiano. Este trabalho tem interesse na explicação dos efeitos de suas travessias. Desta forma, o trabalho aqui sistematizado sobre os resultados

⁴ Termos correspondentes à contratação e demissão, respectivamente.

de minha pesquisa de campo, diz mais respeito aos modos de contratação e demissão de funcionários, assim como as diferenças entre o modo de vida dos trabalhadores das obras da hidrelétrica e aquele mais próprio dos moradores de Altamira. Isto está em relação direta como a minha escolha por estudar o núcleo urbano próximo às obras.

Este também foi um testemunho do que aconteceu em Altamira no início de 2014, à luz da conjuntura política das obras daquela que será a maior hidrelétrica brasileira quando concluída. Reconhecendo a comunidade de pesquisadores que vêm se dedicando a discutir a necessidade, os efeitos e as contradições do AHE Belo Monte, procurei retratar como ocorreu a passagem de uma parcela dos trabalhadores envolvidos nas obras e que acabaram por chegar e instalar-se na região. Minhas intenções foram de construir uma pesquisa que desse conta de discutir tanto aspectos do projeto em si, como do crescimento do núcleo urbano de Altamira e também das rotinas de quem ali chega.

Espero oferecer contribuições para a discussão das condições de vida e de trabalho de atores por trás de grandes eventos nacionais, cujos holofotes muitas vezes não os iluminam suficientemente. Os trabalhadores de grandes obras, atuantes na indústria da construção civil pesada, desafiam a etnografia por mover-se de acordo com a execução de cada projeto de construção. O investimento numa etnografia que possui como foco os trabalhadores de empresas presentes em grandes eventos da economia e política mundiais, tendo como ponto de partida o contexto urbano, mostrou-se profícuo para a compreensão de estratégias em contextos complexos que são difíceis para a vivência e o trabalho da pesquisa de campo.

Belo Monte ainda não funciona de maneira plena. A quantidade de energia a ser gerada ainda não foi colocada à prova, da mesma forma como os efeitos do barramento do rio ainda não foram observados. As consequências para o ambiente ocorrerão especialmente quando as obras estiverem concluídas e quando Belo Monte estiver em relação com os regimes de água próprios do Xingu. A construção de outras centrais elétricas no rio é uma possibilidade que, apesar de descartada por alguns setores, pode vir a acontecer nas próximas décadas. Para esses ou novos empreendimentos, a hidrelétrica na Volta Grande será uma experiência que orientará novas medidas da engenharia, que testa processos, técnicas e máquinas. Dessa forma também deve ser para as ciências sociais, que podem compreender melhor os efeitos de um empreendimento desta escala na atualidade, de forma a contribuir para a discussão que visa evitar ou ao menos minimizar os efeitos negativos do crescimento do setor hidrelétrico brasileiro e seus atuais impactos sobre as cidades e os rios da Amazônia.

NOTES FOR STUDIES OF DAM WORKERS: A PORTRAIT OF BELO MONTE AND ALTAMIRA IN EARLY 2014

ABSTRACT: *This article presents the results of my master's degree research, in which I discuss the situation of the city of Altamira, state of Pará, in the beginning of 2014. The facts are presented about the construction of the Belo Monte Hydroelectric Complex and the presence of its workers in the region. Here I bring reflections on the studies of hydroelectric endeavors in the Social Sciences and I describe the urban environment of Altamira and its region. I finish rising questions about the place occupied by the workers in the studies regarding dam construction projects and what importance the urban environment has in this context.*

KEYWORDS: *Workers. hydroelectric dams. Altamira. Belo Monte. Urban space.*

REFERÊNCIAS

ASSIS, L. G. R. **As margens da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil:** desafio antropológicos entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades. 2007. 318 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7487/1/2007_LuisGuilhermeResendeAssis.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

CRUZ, C. B. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.22, n.1, p.181–190, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/download/9975/5920>> . Acesso em: 25 abr. 2016.

DIAMOND, S.; POIRIER, C. Brazil's Native Peoples and the Belo Monte Dam: A Case Study. **NACLA Report on the Americas**, New York, v.43, p.25–29, 2010. Disponível em: <<http://www.loisellelab.org/wp-content/uploads/2015/08/NACLA-2010.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pará:** Altamira: Censo demográfico 2010. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150060>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **MANA**, v. 3, n. 1, p. 7–39, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

KARPINSKI, C. **Sobre as águas a memória:** relações de poder e subjetividades durante a implantação da usina hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). 2007. 126 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89851/238392.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em 22 de mar. 2016.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** 4.éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 485 p.

LEITE LOPES, J. S. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** Brasília: Ed. da UnB, 1988. 623 p.

MORÁN, E. F. **Developing the Amazon.** Bloomington: Indiana University Press, 1981. 292p.

MOREL, R. L. M. **A Ferro e fogo:** construção da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968). 1989. 506 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

OLIVEIRA FILHO, J. P.; COHN, C. (Ed.). **Belo Monte e a questão indígena.** Brasília: ABA Publicações, 2014. 337 p.

PARK, R. E. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. (Org.) **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 26-67.

PAZ, L. R. L. **Hidrelétricas e terras indígenas na Amazônia:** Desenvolvimento Sustentável?. 2006. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências do Planejamento Energético) – Programa de Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/pazlrl.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança:** a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Ed. da UnB, 2008. 276 p.

_____. **Empresas transnacionais:** um grande projeto por dentro. São Paulo: Marco Zero: Anpocs, 1991. 189 p.

ROCHA, H. J. O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. **Tempo Social:** Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p.

259–280, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/15.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações:** Um estudo de caso sobre a Barragem de Itá. 2003. 191 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ippur.ufjf.br/download/pub/RaquelDeMattosViana.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

A MATERIALIDADE DO TRABALHO IMATERIAL: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Manuela Lowenthal FERREIRA*

RESUMO: O presente artigo busca abordar as discussões acerca das teses desenvolvidas sobre o “Trabalho Imaterial”, categoria que surgiu a partir das transformações no mundo do trabalho, do crescimento dos setores de serviços e produtos que não resultam na produção de bens palpáveis ou quantificáveis. A partir deste contexto, alguns autores passam a tratar estas transformações como sendo uma superação das condições exploratórias e antagônicas provenientes da ordem do capital, assim como a defasagem da teoria do valor-trabalho. Diante disto, será levantada a necessidade da reproblemática conceitual das teorias sobre trabalho e processos de produção de valor, questionando o caráter imaterial desta nova categoria e a sua relação com a reprodução de capital.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho imaterial. Produção de valor. Configurações mundo do trabalho.

A categoria trabalho e suas variantes

As transformações no mundo do trabalho trazem novas exigências e mudanças nas relações entre o trabalhador e o processo de trabalho, assim como novas habilidades voltadas para o conhecimento, interferindo diretamente nas formas de sociabilidade, também como as transformações na interação com o meio social e a própria transformação subjetiva do indivíduo. A partir disto, uma nova categoria de trabalho passou a ser discutida nos meios acadêmicos como sendo uma transformação do modo de produção capitalista, o trabalho que não produz bens palpáveis, considerado “imaterial”. Entretanto, esta aná-

* Mestranda em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - manu_lowe@hotmail.com.

lise envolve diversas questões a serem debatidas no interior da problematização proposta, uma vez que parte da teoria do valor-trabalho e da crítica da economia política desenvolvida por Karl Marx (2008). A crítica estrutural da teoria do valor-trabalho sofreu diversas mudanças a partir dos anos 70, e passou a ser relacionada ao industrialismo, sendo em muitos casos considerada ultrapassada e inutilizada. Porém, a partir dos anos 90, com as transformações no mundo do trabalho, permeado pela “imaterialidade” das novas tecnologias da informação e pelo ramo de prestação de serviços, a teoria do valor trabalho retorna aos debates teóricos demonstrando sua atualidade e aplicabilidade essenciais.

Ricardo Antunes (2002) é um dos autores atuais que mais se atenta à temática em questão, ressaltando que o mundo do trabalho não chegou ao fim, mas passa por um processo de transformação:

Contra a equívoca desconstrução teórica realizada nas últimas décadas, pelos chamados críticos da sociedade do trabalho, nosso grande desafio é compreender a nova morfologia do trabalho, seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo. Isso nos obriga a desenvolver uma noção ampliada e moderna de classe trabalhadora (que venho chamando, de modo sinônimo, como classe-que-vive-do-trabalho) e que inclui a totalidade daqueles homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salário. (ANTUNES, 2002, p.84).

É nesse sentido que será conduzida a discussão proposta. Para tanto, a realização do debate acerca da validade da categoria “trabalho imaterial”, assim como da reexaminação da teoria do valor-trabalho, é necessário previamente um levantamento teórico sobre o conceito utilizado nos estudos sobre a Sociologia do Trabalho, sendo a categorização da atividade transformadora ainda uma questão crucial e decisiva para as nossas considerações sobre a caracterização do trabalho “imaterial” em relação à variância de significados que envolvem a categoria “trabalho”, assim como a separação entre o trabalho manual e o intelectual. Deste modo, nos propomos a iniciar a discussão com esta questão fundamental e primeira: O que é o trabalho? Para posteriormente compreender um suposto trabalho imaterial/abstrato/improdutivo.

Conforme Lessa (1995):

O ser social, portanto, é um ser que se autoproduz no sentido preciso que tanto as suas determinações mais essenciais, quanto as mais fenomênicas,

são resultados da síntese dos atos humanos concretos, singulares, em tendências históricas concretas, universais. E isto apenas é possível porque, com o ser social, surgiu algo inteiramente novo: uma forma de interação entre o ser vivo e a natureza que é o **trabalho**. É das necessidades e possibilidades postas pela necessidade primeira de toda reprodução social, qual seja, retirar da natureza o indispensável para a reprodução social, que todas as outras categorias sociais surgem e se desenvolvem. Por isso é que, para Marx, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens e todas as outras categorias sociais são por ele fundadas. (LESSA, 1995, p. 28, grifo do autor).

Nesse sentido, o trabalho, enquanto categoria ontológica, funda o ser social, isto é, funda e fundamenta a vida dos homens em sociedade. Entretanto, segundo nos informa Lessa (1995) com o surgimento da sociedade de classes ocorre um processo de cisão do trabalho em “material” e “intelectual”. Utilizando o conceito baseado na teoria de Marx (2008), essa categoria assume sempre uma forma histórica de trabalho sob algum modo social histórico de produção. No caso do modo de produção capitalista, o trabalho enquanto categoria histórico-universal em sua forma histórico-particular adota outra forma, não mais se realizando pelos seus elementos simples e abstratos, que tornavam o trabalho “condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; e condição natural da vida humana” (MARX, 2008, p. 218). A partir do modo específico do modo de produção histórico capitalista, o trabalho se realiza concretamente enquanto valor-de-troca, e deve necessariamente gerar lucro.

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para bmedir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. (MARX, 2008, p.218).

A história humana se consiste na história do desenvolvimento das relações sociais, é a história das sociedades, juntamente com o trabalho humano que é em última instância social, a vida e a morte são tão sociais quanto biológicas. É por via do trabalho que se dá este desenvolvimento, através da objetivação¹ os

¹ Segundo Marx (2008), no livro “O Capital”, o conceito de *Objetivação* trata sobre o momento do trabalho pelo qual a finalidade idealmente posta é convertida em objetividade social. O indivíduo e a sociedade que fizeram um

indivíduos se desenvolvem, utilizando o conhecimento para aprimorar habilidades, satisfazendo as necessidades e possibilidades históricas que não possuíam antes. O trabalho é por si só transformador, não há nenhum ato de trabalho que não transforme o real. Segundo Sérgio Lessa (1995), ser transformador é a característica fundante do trabalho, e por este motivo não se restringe apenas à produção fabril, mas também a atividades humanas que possibilitam a transformação – inclusive intelectual e espiritual – do homem e de seu ambiente. Porém, sob um ponto de vista complementar, o trabalho não se caracteriza apenas como uma atividade transformadora. Deve também produzir algo concreto a partir da relação entre pensamento/consciência e ação para ser definido enquanto *práxis* social.

O trabalho intelectual e o manual (*materiellen und geistigen arbeit*) surgem unidos, e posteriormente, começam a se desenvolver separadamente devido às transformações de técnicas de trabalho. Não há nenhuma atividade que seja possível de ser realizada sem antes existir uma transformação prévia da natureza através das “mãos” que permitissem um trabalho intelectual adequado, para produzir os bens indispensáveis para sua reprodução, portanto, o primeiro é uma atividade ontologicamente dependente do outro. Além disso, é pertinente sempre considerar que o trabalho intelectual não é algo típico da modernidade e do desenvolvimento das forças produtivas, mas que sempre existiu como a preparação para a *práxis* e como um trabalho abstrato no interior de qualquer atividade.

O produto transforma-se, sobretudo, do produto imediato do produtor individual (*unmittelbaren Produkt des individuellen Produzenten*) em social, em produto comum de um trabalho comum (*in das gemeinsame Produkt eines Gesamtarbeiters*), isto é, de um pessoal combinado de trabalho (*kombinierten Arbeitspersonals*), cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador (*Trägers*), o trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador comum (*Gesamtarbeiter*), executando qualquer uma de suas funções. (MARX, 2011, p.105-106).

objeto são capazes de conhecimentos, necessidades e possibilidades históricos que não possuíam antes de tê-lo objetivado.

Em “A Ideologia Alemã” Marx e Engels (2007), afirmam que a divisão do trabalho só ocorreu quando surgiu uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. Porém, do ponto de vista do capital, não há grandes distinções entre o trabalho intelectual ou espiritual, e do trabalho como intercâmbio com a natureza, pois tudo se resume em um único critério: produtor ou não produtor de mais valia. O debate sobre a caracterização baseada na materialidade ou imaterialidade do trabalho não basta para a total compreensão desta categoria, sendo necessária, principalmente, a distinção entre o trabalho que produz valor e o que não produz.

Considerando isto, diversas outras atividades também se transformam em trabalho, sendo apropriadas pelo processo de valorização do capital e se transformando em mais fontes de mais valia, demonstrando sua enorme capacidade de generalização do capital a todas as esferas sociais. Mas isso não significa o cancelamento do trabalho como intercâmbio orgânico com a natureza como categoria fundante do mundo dos homens. O trabalho está sempre incorporado ao objeto em que atuou e se concretizou. O material ganha nova qualidade, em sua forma de ser, na forma de um produto final que apresenta uma qualidade particular. Esse processo de trabalho descrito por Marx em seus elementos essenciais é sempre uma atividade dirigida ao fim de criar valores-de-uso e de apropriar os subsídios naturais às necessidades humanas; “é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.” (MARX, 2008, p. 218).

De acordo com a teoria do valor, desenvolvida por Marx, o valor de troca é definido como a expressão do valor, na qual é atribuída à mercadoria com base na exploração do trabalho. O valor do trabalho é o tempo de trabalho executado na produção, a força utilizada que é medida pelo tempo gasto no processo. Logo, a teoria do valor-trabalho é em si mesma a teoria da exploração do trabalho. A questão central neste momento é bem clara: qual a validade desta teoria em um contexto onde o trabalho é abstrato e não produz um produto concreto final? Ou melhor: o trabalho que tem como matéria-prima as capacidades cognitivas pode ser analisado pelo mesmo estatuto teórico dos trabalhos que têm como matéria-prima a produção material?

O que nos importa é o processo de trabalho, suas condições de empreendimento, a relação da mercadoria com o consumidor, seu encontro com as relações sociais concretas. Pois, o materialismo histórico não diz respeito apenas à industrialização, mas a todo o processo de criação de valor que abrange diversos setores e formas da sociedade. Trata-se das relações que constituem nossa exis-

tência sob um determinado conjunto de relações sociais. Neste sentido, segundo Sérgio Lessa (1995), se o trabalho produz algo que tem a sua existência fora da subjetividade que o criou - e só assim pode ser trocado entre indivíduos pela mediação do mercado - não há como negar que esse objeto possui uma materialidade. Portanto, para este autor, a imaterialidade do trabalho é extremamente questionável.

As novas mercadorias a serem vendidas se vinculam as ideias, prestação de serviços simbólicos e analíticos, envolvendo resolução de problemas, marketing, informática, religião ou envolvendo trabalhos afetivos e relacionados à área da saúde ou conforto espiritual. A mercadoria não vende mais seu valor de uso, mas o mundo em que está vinculada, como sua forma de vida e consciência, ou seja, esta nova forma de trabalho reproduz ideologias. Considerando o modo de produção capitalista como a dinâmica que fomenta e cria especificidades próprias do seu modelo, que visam sempre o lucro, novos problemas são reinventados e se convertem em novidades para movimentar o mercado e estimular o consumo, tornando a própria vida social matéria-prima para promover a circulação e a reprodução de capital. A imensurabilidade funciona como mais uma fonte de um novo processo de valorização, considerado como um “monopólio do capital conhecimento” (GORZ, 2005).

O novo sentido do trabalho traz a necessidade de reexaminação de alguns conceitos. É de extrema necessidade uma nova análise, assim como uma problematização do trabalho que é tão importante quanto os possíveis resultados que isto pode acarretar para a sociedade.

A discussão sobre o trabalho “imaterial”

A definição mais precisa de trabalho imaterial está em “Le ‘cycle’ de la production immatérielle”, de Maurício Lazzarato e Antonio Negri (2001), na qual o autor descreve o processo cujo produto ideológico torna-se sempre uma mercadoria, não havendo distinção entre valor de troca e valor de uso, e nem fetichismo da mercadoria. Este trabalho inclui a produção e reprodução da comunicação e, portanto, seu conteúdo mais importante: a subjetividade. Segundo o autor, a atividade estética é central, e não mais o intercâmbio homem-natureza. Esta é a primeira conceituação de trabalho imaterial. Os principais autores que tratam da questão do trabalho imaterial e o definem como tal são Lazzarato e Negri (2001), Hardt e Negri (2001) e André Gorz (2005).

Para Lazzarato, Negri e Hardt (2001), o trabalho imaterial é a práxis da “nova subjetividade”, na qual emerge quando o capital se universaliza a toda sociedade, tudo se torna fonte de lucro e as etapas do processo de produção se misturam. Esses autores constroem a teoria do trabalho imaterial baseados na afirmação de que o fundamento teórico sobre o conceito de produtivo e improdutivo pautado na teoria do valor de Marx não pode mais ser aplicado no século XXI, sendo já superado sob os efeitos da reestruturação produtiva. Pois, com a “hegemonia” do novo processo de valorização, o consumo e a circulação seriam do mesmo modo “produtivos”. É o que chamam de “Fábrica Social”, onde todas as relações sociais são igualmente produtivas.

A categorização do trabalho que não produz bens palpáveis surgiu devido às transformações do mundo do trabalho sob a reestruturação produtiva na qual trouxe a necessidade de uma reformulação da teoria do trabalho. Dentro desta reflexão sobre o trabalho imaterial, alguns teóricos consideram que as transformações do capital, em específico aos processos de trabalho, estão relacionadas com a superação das condições exploratórias, considerando que a subjetividade e o conhecimento produzidos são agora elemento central.

O surgimento de novas exigências e transformações nas relações entre o trabalhador e o processo de trabalho, assim como as mudanças nas habilidades voltadas para o conhecimento e a criatividade, resultaram em formas diferentes de sociabilidade que inovaram os debates acerca da materialidade do trabalho. Diante desta produção “imaterial”, surge uma nova categoria, a de “prestadores de serviço”. Essa categoria foi englobada no conjunto de atividades que não resultam na produção de bens palpáveis ou quantificáveis, mas na elaboração de saberes, culturas, comunicação, conhecimento ou ideologias, e é o que esses autores acima citados conceituam de “trabalho imaterial”. Também é transformada a interação com o meio social, assim como sua própria transformação. No entanto, essas transformações não representam a superação das condições desiguais e das relações antagônicas, como afirmam alguns teóricos do tema, mas ao contrário: tendem a se tornar continuidades que permitem a manutenção das formas de valorização do capital, pois continuam retirando o valor excedente do trabalho.

Segundo Hardt e Negri (2001), a categoria “trabalho imaterial” pode ser composta pela produção no campo de “serviços simbólicos-analíticos”, na qual envolve a resolução de problemas e atividades estratégicas de intermediação”, ou seja, serviços oferecidos que dizem respeito à vida pessoal e individual, como por exemplo terapias. Assim, inclui também questões afetivas, serviços de saúde, indústria do entretenimento e até mesmo a religião, sendo estes considerados

imateriais, pois “mesmo quando físicos e afetivos, no sentido de que seus produtos são intangíveis, produzem conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão” (HARDT; NEGRI, 2001, p.105). Ou seja, produzem sensações e emoções. Seguindo a mesma linha de raciocínio, afirma André Gorz:

O saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto – organização e de comunicação. Em outras palavras, formas de um saber vivo, adquirido no trânsito cotidiano, que pertence à cultura cotidiana. O modo como empregadores incorporam esse saber não pode ser nem predeterminado, nem ditado. (GORZ, 2005, p.9).

Tanto os teóricos que defendem que o trabalho imaterial é uma ruptura das relações contraditórias, quanto os teóricos que acreditam que esta nova categoria é um redimensionamento das formas históricas de valorização do capital concordam entre si que há de fato transformações no mundo do trabalho, e que novas exigências e necessidades surgem em um movimento de metamorfose das atividades produtivas, a diferença se faz na forma como lidam com essa questão. De um modo geral, entenda-se por trabalho imaterial o conjunto de atividades corporais, intelectuais, criativas, afetivas e comunicativas, inerente à produção. Deste tipo de atividade, também resultam produtos intangíveis, como sentimentos de confiança, segurança e conforto aos “consumidores”, em uma nova relação produto-consumo. Isso exige que o trabalhador se reorganize. Há, portanto, uma mudança de fato, porém, a estrutura do processo de trabalho permanece a mesma. Por este motivo, há diversas controvérsias apontadas nesta teoria, como discutiremos a seguir.

Os autores do trabalho imaterial recorrem à teoria do tempo e valor de Marx, e se fundamentam afirmando que a exploração acaba no momento que é rompido o tempo de trabalho: na produção imaterial o tempo de trabalho não é exatamente demarcado, mas isso não significa necessariamente que há menos mão de obra envolvida, como é considerado na teoria do trabalho imaterial. Não sendo o tempo mais unidade de medida do trabalho, a exploração também se extinguiria, segundo esses autores. O equívoco teórico considerado aqui é o fato de desconsiderarem que é através da exploração do trabalho humano que o capital se estabelece como modo de produção. Suas análises consideram apenas a produção entre sujeitos e a reprodução da vida, de forma meramente abstrata, não considerando as circunstâncias históricas, sociais e materiais dadas. A questão principal aqui colocada é, portanto, que este posicionamento teórico

recai na afirmação de que com a “hegemonia” do novo processo de valorização, o consumo e a circulação seriam igualmente produtivos.

Seguindo tal lógica, as classes sociais seriam anuladas e as unidades produtivas se generalizariam a todo complexo social. Sendo assim, a produção poderia ser levada ao seu extremo, pois não haveria nada que não fosse produtivo. Neste sentido, o trabalho imaterial passa a ser o elemento que mantém constantemente produtivo todos os indivíduos e todas as atividades, promovendo a continuidade das condições exploratórias do modo de produção. Não seria uma ruptura, mas uma continuidade.

Embora esta seja uma questão atual que permeia as discussões teóricas baseadas no mundo empírico do mercado de trabalho a partir das transformações recorrentes, o debate sobre a imaterialidade do trabalho não é tão recente assim. Isto mostra que sempre houve um trabalho que não produzia bens palpáveis, e isto não representou uma transformação que rompesse com a lógica da exploração da mão de obra. Nos “Manuscritos Filosóficos de 1844” (2002), “A ideologia Alemã” (2007), “Grundrisse” (2011) e em “O Capital” (2008), Marx já fazia referência a um trabalho intelectual ou espiritual, na qual foi essencial para a elaboração da crítica ao capital. No cap. XIV do livro “O Capital”, denominado “Mais Valia absoluta e relativa”:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na aproximação individual dos objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo [...] O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle do seu próprio cérebro. Como no sistema natural, cabeça e mãos estão interligadas, o processo de trabalho une o trabalho cerebral com o trabalho das mãos. (MARX, 2008, p. 211).

Neste sentido, o trabalho abstrato é uma forma histórica do trabalho sob o capitalismo, enquanto categoria histórico-universal, em sua forma “histórico particular” de trabalho concreto. O trabalho, enquanto intercâmbio com a natureza é tão real quanto a forma histórica mais específica do trabalho convertido em mercadoria pelo capital, ou seja, este trabalho tido como abstrato também é real, e de alguma forma material por conta do estranhamento que gera entre o processo de trabalho e o trabalhador. No trabalho abstrato o valor é incorporado à mercadoria. Toda mercadoria é: 1) trabalho concreto (ou seja, o ato concreto de

trabalho que a produz), e 2) trabalho abstrato (ou seja, a quantidade de trabalho socialmente necessário que produz valor de troca).

O desenvolvimento das forças produtivas significa, em linhas gerais, a diminuição da necessidade do trabalho como intercâmbio com a natureza. O que permite, também, que cada vez mais energia humana seja voltada para outras atividades, desenvolvendo outras maneiras de reprodução da vida. Como por exemplo, podemos considerar a comercialização de formas específicas de relação com o mundo, como a comercialização do sagrado, sua instrumentalização e a religião como serviço. A fé se constitui em algo imensurável fisicamente, porém, as igrejas se tornaram tão parte de um mercado imerso na ideologia produtivista que converteu o próprio sentimento religioso em moeda de troca, contribuindo para a estrutura de produção de mais-valia, de lucro e de expansão de capital, se adaptando à historicidade da formação social, assim como ao desenvolvimento das forças produtivas que sintetizam as relações de produção de cada formação social. Isso ocorre com diversas atividades que são apropriadas pelo processo de valorização do capital.

Nos estudos sobre o tema, são investigados os mecanismos de superação do modelo fordista, e as formas desiguais desta “superação”, considerando que as contradições são inerentes aos mecanismos de permanência do modo de produção capitalista, as rupturas e as continuidades contribuem para a manutenção das formas de valorização do capital. Segundo André Gorz, o trabalho imaterial pode ser considerado como um redimensionamento da forma histórica dessa valorização e reprodução do capital. Isto submete elementos cognitivos na restrita dinâmica da cadeia produtiva, é a subsunção da vida ao capital. O trabalho imaterial viabiliza uma continuidade do processo de valorização do capital e do trabalho como realizador de valorização, incluindo em sua dinâmica cada vez mais dimensões da sociedade. Neste caso, o trabalho imaterial é caracterizado como um trabalho que expressa diferentes quantidades de valores de troca e mercadorias.

Vale reforçar mais uma vez que materialidade não consiste no caráter tangível das coisas, mas nas relações que são construídas sob um determinado conjunto de relações sociais. Em geral, a materialidade ou imaterialidade do trabalho está associada à troca entre mercadorias, mas não com o conteúdo do trabalho, ou seja, o que nos importa é o processo a que este trabalho está imerso. Sérgio Lessa questiona: se o trabalho produz algo que tem existência fora da subjetividade que o criou e assim pode ser trocado entre indivíduos através do mercado, é inegável que esse objeto possui uma materialidade portadora de

utilidade, principalmente se tratando de uma reprodução social e ideológica que apresenta objetivação diretamente material na vida dos indivíduos.

Como as ideias não possuem massa nem são energia (como o magnetismo ou a gravidade), não lhes resta senão o absurdo de afirmarem como “imaterial” a ideologia. Perdem, assim, a possibilidade de reconhecer a ideologia como uma categoria objetiva do mundo dos homens, como um complexo social que exerce força material na reprodução social. (LESSA, 1995, p. 12).

Sergio Lessa afirma que o trabalho imaterial é material. Segundo este autor, se o trabalho for imaterial, ele deve necessariamente resultar em produto imaterial. Algo imaterial seria, a rigor, algo inexistente, portanto se o trabalho imaterial produzisse algo imaterial, ele seria inexistente. Dessa forma, se restringiria a materialidade do objeto à mera “coisalidade” do mundo natural, desconhecendo a materialidade específica do mundo dos homens no interior da qual as ideias possuem grande força objetiva. É de extrema importância identificar as ideias como forças materiais na construção e desenvolvimento social. O trabalho “imaterial” torna-se produtivo, pois transforma o consumidor naquilo que diz respeito a seu modo de vida, e a partir disto passa a ter papel central na reprodução da ideologia dominante.

Trabalho Improdutivo e Trabalho Produtivo

Para tratar sobre a teoria do trabalho imaterial e sobre as transformações do mundo do trabalho, é necessário discutir sobre o trabalho que produz valor e o que não produz valor, desconstruindo teoricamente a hipótese de que o trabalho que não produz bens materiais tende a superar as formas exploratórias e estranhadas do processo de trabalho. Nos estudos sobre o tema, são analisados os mecanismos de superação do modelo fordista, e por outro lado, as formas desiguais desta “superação”, sendo consideradas as contradições inerentes aos mecanismos do capital, rupturas e continuidades que tendem a manter as formas de valorização do capital. Nesse sentido, outros setores passam a crescer, todos se tornam setores econômicos, alguns já o eram e outros não. Passam a funcionar como mecanismos de reprodução do capital ou como um novo meio de valorização do capital.

O setor de serviços e das atividades preparatórias passa a se expandir, gerando um questionamento no meio acadêmico em relação à centralidade do trabalho, transferindo a atenção à produção e ao consumo. Essas atividades vão sendo apropriadas pelo processo de valorização do capital, convertendo em mais fonte de mais valia. É em torno disto que se dá o debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo, que envolve o trabalho imaterial. Para exemplificar o que seria um serviço resultante de um trabalho não material, Marx afirma: “A utilidade particular deste serviço não modifica em nada a relação econômica; esta não é uma relação dentro da qual eu transformo dinheiro em capital, ou que aquele autor do serviço, o professor, me transforme em seu capitalista, seu patrão” (MARX, 1968, p. 110).

Em linhas gerais, o trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia, e o improdutivo o que não gera. Porém, nem toda a produção de mais-valia produz o conteúdo material da riqueza. Para Henrique Amorim (2009), seguindo isto, a questão primordial se volta à produção ou não produção de valor.

Do ponto de vista somente do processo de trabalho, é produtivo aquele trabalho que realiza um produto. Já do ponto de vista do processo de produção (processo de trabalho + processo de valorização), é produtivo somente o trabalho que cria mais-valia, que valoriza diretamente o capital – aquele capital que é constituído como parte não paga do trabalho explorado, isto é, sobretrabalho. É produtivo aquele trabalho que serve como instrumento direto ao capital para sua autovalorização. No processo de subordinação real do trabalho ao capital, ou seja, no processo de produção especificamente capitalista, o agente individual não é o centro da produção, mas sim um trabalho socialmente combinado. (AMORIM, 2009, p. 54).

A distinção entre a mercadoria em forma de bens materiais, ou a mercadoria em sua forma abstrata, ou o trabalho enquanto atividade ou serviço não é o que importa para o capitalista, mas sim se produz lucro para o capital, se é possível extrair mais-valia. A função específica do trabalhador é somente uma representação objetiva que o vincula ao trabalhador coletivo, ou ao processo de produção de valor como um todo. Nesse processo há uma transformação direta da mais-valia em capital, e antes disto uma transformação direta da mais-valia, caracterizando dessa forma uma atividade produtiva para o capital.

Porém, um trabalho improdutivo pode adquirir outra forma ao se inserir na cadeia de produção e no processo de reprodução do capital. Não basta identificar se o resultado de uma atividade é produtivo em si, pois ela recebe um resultado somente quando imersa nas relações sociais de produção historicamente determinadas. É necessário compreender como o trabalho imaterial se insere na cadeia produtiva como um todo e que função apresenta na acumulação de capital. Por isso, não há como estudar o trabalho imaterial sem considerar que: “A distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante em relação à acumulação, uma vez que somente a troca contra o trabalho produtivo é uma das condições da reconversão da mais valia em capital” (MARX, 1968, p. 398).

A relação, portanto, não depende da fisicidade da mercadoria produzida, mas da maneira como foi produzida e sua possibilidade de conversão em moeda de troca, mas principalmente sua produção de valor. A materialidade das relações sociais estabelece relação com a “coisalidade” do mundo. São atividades que mesmo não produzindo diretamente mais valia, contribuem com a reprodução expandida do capital, em suas mais variáveis formas de trabalho. Marx indica que para o capitalismo: “Seu objetivo é diretamente o valor, não o valor de uso” (MARX, 2008, p.231). Dentro do regime de troca, tudo o que puder produzir valor é utilizado. Assim, elementos como o próprio sentimento de religiosidade, de frustração, decepção, esperança, cuja origem é em sua maioria de caráter social são utilizados para a arrecadação de capital.

Uma análise supérflua das condições históricas poderia afirmar a concepção materialista de que a matéria é apenas a pedra, o objeto palpável, o concreto. Desprezando-se, nesse sentido, o fato de que as relações sociais e os complexos ideológicos exercem força de determinação e ação sobre a evolução e o desenvolvimento material dos homens. O vínculo ontológico mais geral entre a ideia e o desenvolvimento material das sociedades, é o trabalho, como forma originária do ser social, envolvendo todas as atividades humanas. É através da objetivação que materializamos a ideia, é o momento do trabalho pelo qual a finalidade idealizada é convertida em objetividade social. Ainda que o capital possa incorporar relações sociais ao seu processo de valorização e, neste sentido, possa converter em produtivos trabalhos antes improdutivos, não significa o cancelamento da relação ontológica entre o trabalho produtivo e improdutivo. O trabalho é sempre necessariamente social.

Para Marx, o trabalho produtivo é a base para o ciclo vital do modo de produção capitalista, por isto, segundo Marx: “O processo capitalista de pro-

dução não é meramente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago” (MARX, 2008, p.115). Neste sentido, os conceitos de trabalho manual e trabalho intelectual, ou sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo devem ser detalhadamente analisados com base na relação entre valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e abstrato. Neste caso, o trabalhador abstrato é caracterizado como trabalhador que expressa distintas quantidades de valores de troca e mercadorias, porém, a questão da materialidade do trabalho está mais ligada à especificidade da produção capitalista, pois a rigor não há diferença conceitual entre as duas produções.

Tanto os trabalhos improdutivos como os trabalhos produtivos participam efetivamente da reprodução das relações capitalistas, embora com funções diferentes na realização da mais-valia como capital. No entanto, o trabalho imaterial não é o centro da produção excedente, que é elemento central do modo de produção, exatamente por ser a realização e a consumação da renda gerada. Nesse sentido, o trabalho imaterial estabelece uma relação próxima ao trabalho produtivo, pois o trabalho improdutivo: “Não produz valor nem excedente, e, por conseguinte aumenta não como causa, mas muito pelo contrário, como consequência da expansão do valor excedente” (BRAVERMAN, 1981, p. 357).

Nesse sentido, o trabalho produtivo ou improdutivo só pode ser apreendido na totalidade de suas implicações quando relacionada à sua função social e à relação que mantém com a forma de produção e reprodução mediada pela valorização do capital, uma vez que se encontra dominante em todas as esferas da sociedade. Um movimento contínuo de adaptação às novas circunstâncias históricas tem gerado a necessidade do capital se readequar às regras da competição dos novos mercados. Ou seja, nenhum trabalho, independente de seu processo, pode ser examinado sem antes situá-lo no contexto da formação social.

O conceito de trabalho produtivo (por conseguinte, de seu contrário, o trabalho improdutivo) repousa sobre o fato que a produção do capital é produção de mais-valia, e que o trabalho que ele emprega é o trabalho produtor de mais valia. (MARX, 1968, p. 399).

Portanto, o trabalho que não produz bens materiais não pode assumir um caráter produtivo ou improdutivo, sem antes ser identificada a função e a forma social deste trabalho, e sua produção e reprodução ideológica. A complexidade

das novas atividades e funções que permeiam a esfera da produção e circulação torna o estudo do trabalho mais amplo, porém, mais do que nunca essencial, em suas mais diversas formas.

Considerações Finais

A partir da pesquisa teórica acerca do assunto, alguns autores consideram o próprio trabalho imaterial como material, por sua objetivação indiretamente material em relação à atividade executada. De alguma forma, a atividade abstrata se materializa nas relações a que se objetiva. De acordo com esta linha de raciocínio, o trabalho imaterial se torna material considerando a força física que as ideologias produzem, interferindo diretamente na história e na construção social. Todo processo de objetivação cria uma nova circunstância sócio-histórica, por este motivo a história humana sempre é passível de transformação. Ou seja, as ideias ocupam espaço determinante no desenvolvimento das sociedades, e apresentam força material ao se realizarem em ações, e é o trabalho enquanto *práxis* social.

O que de fato é importante e definitivo para o caráter econômico de um produto é a relação estabelecida com o processo de produção de capital, da troca de mercadorias, e não a utilidade ou materialidade deste serviço. O debate passa a se voltar, portanto, ao caráter produtivo ou improdutivo dos produtos, sendo insuficiente a caracterização pautada somente na materialidade do trabalho. O que define um trabalho como produtivo ou improdutivo é, de um modo geral, sua inserção na cadeia produtiva do capital como um todo e no processo de valorização do capital.

Mas um trabalho não material pode adquirir outra forma ao entrar na cadeia de produção de mercadorias e reprodução do capital. Não basta identificar a produtividade em si, pois ela pode tomar outra forma quando inserida nas relações sociais de produção historicamente determinadas. É necessário, portanto, considerar qual a função que este trabalho adquire no interior da acumulação do capital, examinando sua forma social e sua produção e reprodução ideológica, uma vez que a valorização do capital pode ser mediada por diversas formas.

Portanto, o debate sobre a imaterialidade do trabalho não se restringe apenas a mera interpretação das novas formas do modo de produção de mercadorias. Envolve também concepções políticas e sociais, na qual a essência é a proposição de um determinado “sistema” compatível com o mercado, com o capital, com a propriedade privada e com as formas de dominação. Por este

motivo, o debate acerca da imaterialidade do trabalho se torna essencial e deve ser questionado em seus detalhes, baseado na teoria do valor-trabalho, que cada vez se mostra mais atual.

O que se pretende com tal análise teórica não é uma discussão abstrata entre teorias, conceitos e categorias formuladas, mas o presente artigo se fundamenta com o intuito de se contrapor às teses sobre o fim do trabalho, buscando para isso aparato conceitual que nos ajude a compreender a nova morfologia do mundo do trabalho, seu caráter multifacetado e as formas de produção e reprodução do sistema, assim como as teorias que legitimam esta ordem, mostrando dessa forma que o fato de um trabalho não apresentar um produto final, ou de apresentar especificidades de um serviço ou uma atividade improdutiva não retira seu caráter de trabalho vital.

Considerando que essa nova morfologia do trabalho apresenta uma nova classe trabalhadora que envolve também os trabalhadores improdutivos, aqueles na qual sua mão de obra é utilizada como serviço, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo no processo de valorização do capital. Esta noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é o trabalho no capitalismo contemporâneo.

THE MATERIALITY OF THE IMMATERIAL WORK: A THEORETICAL ANALYSIS

ABSTRACT: *This article seeks to address the discussions about the thesis developed on the “Immaterial Labor,” a category that emerged from the changes in the working world, the growth of service and products industry that does not result in the production of tangible or quantifiable goods. From this context, some authors begin to deal with these changes as overcoming the antagonistic and exploitative conditions from the rule of capital, as well as the lag of the labor theory of value. Given this, the need of a conceptual re-questioning of the theories about work and production value processes will be raised, enquiring the immaterial character of this new category and its relation to the reproduction of capital.*

KEYWORDS: *Immaterial labor. Value production. Reproduction of capital.*

REFERÊNCIAS

- AMORIM, H. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2009.
- ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2002.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LESSA, S. **Sociabilidade e individuação: a categoria da reprodução na ontologia de Lukács**. M. [S.l.]: Edufal, 1995.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O capital**. v.1. São Paulo: Nova Cultural, 2008.
- _____. **Sobre a crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Martin Claret, 1968.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

UM RETORNO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: A CONTRIBUIÇÃO DOS CLÁSSICOS AO MUNDO CONTEMPORÂNEO DO TRABALHO

André de Oliveira GERONIMO*

RESUMO: Os debates acerca das reconfigurações do mundo do trabalho na contemporaneidade têm se demonstrado peculiarmente sintomáticos ao suporem que, em decorrência de teses como as do condicionamento pós-industrial, pós-moderno e pós-capitalista das sociedades do tempo presente, as relações de produção estariam não mais limitando, mas impulsionando emancipatoriamente o desenvolvimento das forças produtivas. Revisitando algumas das clássicas contribuições acerca da divisão social do trabalho nas sociedades modernas, este artigo tem por objetivo analisar as recentes disposições que, de modo análogo aos tradicionais estudos sobre as relações entre as instâncias de produção, distribuição, troca e consumo, têm apresentado a similar tendência em reduzir o diagnóstico do modo de produção e sistema social capitalista à contemplação das transformações do mundo do trabalho, fundamentando assim um necessário retorno à crítica da economia política para a efetiva compreensão dos significados impressos pela aplicação de novas técnicas, tecnologias e conhecimentos científicos às relações de produção atualmente vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Economia política. Materialismo histórico. Mundo do trabalho.

O trabalho e sua centralidade nas relações sociais contemporâneas

Analisar o significado sintetizado pelas reconfigurações do mundo do trabalho à realidade social contemporânea é um exercício que, por mais que

* Doutorando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - andregeronimocs@gmail.com.

se delimite a uma ou outra dimensão particular de suas formas de expressão, remete-se necessariamente à compreensão dialética das relações pelas quais nós, seres humanos, nos constituímos enquanto seres sociais.

Isto quer dizer que, para além das formas imediatas pelas quais apreendemos as transformações que tomam corpo em meio às relações de produção - isto é, pelo aumento ou diminuição das taxas de desemprego, pelo crescimento ou retraimento de determinados setores produtivos, pelo superávit ou déficit das balanças comerciais, pela flutuação cambial, pela alta ou baixa dos preços, bem como por tantas outras tipologias que nos servem diariamente como indicativos do estado em que se encontram economias e mercados por todo o globo -, há ainda outros aspectos de nossa vida social que estão imanentemente vinculados tanto aos modos pelos quais dividimos socialmente o trabalho necessário à produção dos bens, serviços e todas as outras riquezas que compõem a estrutura econômica de nossa sociedade quanto aos modos pelos quais justificamos e legitimamos socialmente esta divisão.

Os discursos que tomaram corpo sobre a afirmação do esgotamento das sociedades industriais a partir da primeira metade do século XX demonstraram-se, neste sentido, questionáveis. Não somente pela alegação de que a exploração das forças produtivas teria perdido sua centralidade em favor do desenvolvimento cultural das organizações sociais, mas também pela argumentação de que o trabalho imaterial carregaria consigo, na subsunção dos processos de valorização do capital pela reestruturação das relações produtivas, um potencial libertador. Sendo o valor de serviços, técnicas, informações e conhecimentos científicos de grandeza imensurável em comparação às mercadorias tangíveis, tais discursos afirmariam, portanto, a suspensão da teoria do valor-trabalho, ao que a tradicional lógica de acumulação capitalista já não mais teria sentido como fundamento da sociabilidade contemporânea.

Na trilha dos diagnósticos que teriam constatado o condicionamento pós-industrial, pós-moderno e pós-capitalista das sociedades pela superação generalizada dos estatutos outrora vigentes é que alguns autores sustentariam que teríamos então alcançado, tal como declarara Francis Fukuyama na última década do século passado, o fim da história.

Deste modo, pautando-se pelas reestruturações produtivas transcorridas durante o último século, tais teses julgariam que: a substituição do trabalho humano como força produtiva predominante pela técnica e pela ciência, como argumentara Daniel Bell (1977), teria deslocado a preponderância dos interesses econômicos e políticos em meio à luta de classes travada entre capitalistas e tra-

balhadores assalariados no seio da sociedade industrial, relegando assim as ideologias a uma posição secundária e supérflua frente às transformações históricas; a dispersão da materialidade histórica pela relativização linguística da objetividade, a exemplo do que afirmara Jean-François Lyotard (2013), teria dado lugar às metanarrativas que encerrariam os horizontes revolucionários e emancipatórios da humanidade, ao passo em que as características típicas da modernidade não mais vigorariam como modelo de orientação das relações sociais; e a superação da condição tipicamente capitalista pelas sociedades em detrimento destas afirmações e em consequência das reconfigurações que a os processos de valorização pautados sobre as dimensões imateriais do trabalho engendrariam nas relações de produção, tal como sustentara Peter Drucker (1993), visto que o acúmulo de capitais pela exploração do trabalho como força produtiva já não faria rodar a engrenagem que manteria e daria movimento ao capitalismo enquanto modo de produção e sistema social.

Supondo, deste modo, que as contradições inerentes ao capitalismo industrial, a emancipação humana objetivada pela razão iluminista, bem como a dialética entre forças produtivas e relações de produção estariam fora de questão na contemporaneidade, tal como sinalizara Fukuyama pelas afirmações de que “[...] a democracia liberal pode constituir o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a forma final de governo humano” e de que o capitalismo seria a direção para a qual a evolução das sociedades apontaria, as teses apoiadas sobre o fim das classes e dos projetos revolucionários de transformação histórica convergiriam na defesa de que o modelo de organização representado pelas democracias capitalistas se apresentaria de modo tão mais bem acabado e autônomo em seu poder de determinação das relações sociais que seria impossível conceber sua superação por um outro modo de produção das condições necessárias à existência social dos indivíduos que pudesse se demonstrar ainda mais desenvolvido em termos econômicos e políticos, sendo a sociedade pós-industrial, pós-moderna e pós-capitalista a última etapa possível de evolução das sociedades ao longo das eras (FUKUYAMA, 1992, p. 11).

Por mais que tomássemos por válida a superação dos fundamentos sociais pelos quais teriam síntese as contradições típicas do capitalismo em sua fase liberal, persistiria a questão: como poderíamos conceber que as crises que têm ciclicamente se arrastado até a história recente seriam compatíveis com a ideia de que a simbiose entre as democracias liberais e o capitalismo seria a melhor forma possível de organização social e estaria, ainda, em pleno acordo com a reprodução social da humanidade através dos tempos? Mesmo que recuperássemos

o clássico argumento da economia política de que as crises seriam mecanismos necessários ao equilíbrio social, como poderíamos ainda explicar as desigualdades sociais expressas pela exponencial concentração de renda nas mãos de uma ínfima parcela populacional, tanto quanto os desastres ambientais consequentes da contínua exploração da natureza e a latente inaptidão dos Estados-Nação em solucionarem os problemas causados e intensificados pela transnacionalização de mercados e conflitos sociais?

Parte da teoria social atual tem se debruçado sobre o intento de reconstruir as bases para uma crítica da economia política pautada sobre a sociabilidade imaterial efetivada pelas reestruturações produtivas das quais decorreram as reconfigurações do mundo do trabalho na contemporaneidade. Prova disso são as diversas dissertações, teses, publicações e pesquisas acadêmicas que têm se localizado sob a herança marxista, das quais tem destaque analítico a continuidade crítica do legado de André Gorz, Antonio Negri, André Tosel, Yann Moulier-Boutang, Maurizio Lazzarato, Michael Hardt, dentre tantos outros notáveis estudiosos.

As abordagens derivadas deste fôlego reconstrutivo apresentam, de modo geral, um diagnóstico comum ao apontarem o reducionismo segundo o qual as teses do radical “pós” teriam interpretado a teoria do valor-trabalho, sobretudo nos escritos de Karl Marx. Ainda que contando com divergências que não podem ser suprimidas, a comum frente crítica destas abordagens aos apologistas das possibilidades históricas abertas pelas reestruturações produtivas e pelas reconfigurações do trabalho é a de que estes últimos, amalgamando técnicas, tecnologias e conhecimentos científicos às forças produtivas, teriam hipostasiado o antagonismo de classes que cingiria os projetos de transformação revolucionária da sociedade, visto que as relações de produção já não mais se pautariam pelas contradições inerentes à determinação e à equivalência valorativa das mercadorias produzidas por meio do trabalho.

Esboçada a amplitude de tais discussões, bem como considerado o restrito espaço deste breve e sintético estudo, a proposta deste artigo não é propriamente adentrar o debate acerca da relação entre valor e trabalho imaterial, mas recuperar, dos limites traçados pelo pensamento econômico clássico e pelos resquícios do pensamento fisiocrático - aos quais se têm recorrido com tanta frequência na atualidade para se justificar o ideário neoliberal -, as possíveis contribuições que a superação crítica da economia política poderia ainda oferecer para a análise das bases que efetivamente legitimam e sustentam as consequências práticas e teóricas advindas da defesa dos estatutos pós-industriais, pós-modernos e pós-capitalistas.

Deste modo, a abordagem aqui proposta é a de que, partilhando semelhante consideração sobre o valor-trabalho, isto é, sua equivocada determinação na economia política clássica e sua indeterminação nas teorias da sociabilidade produtiva pelo trabalho imaterial, defensores do capitalismo liberal e do pós-capitalismo não estariam praxiologicamente preocupados nem com o diagnóstico e nem com a superação das contradições presentes entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção das sociedades correntes, mas com a justificação de ideologias que, não tomadas e nem declaradas objetivamente em suas análises, ignorariam os equívocos que só poderiam ser devidamente analisados a partir de uma epistemologia de matriz crítica, materialista e dialética da história.

A divisão social do trabalho e a estrutura econômica no pensamento clássico

Superando a concepção fisiocrática de que apenas as riquezas advindas diretamente da natureza movimentariam o fluxo econômico das sociedades e, assim, compreendendo os significados característicos que a particular inserção das tecnologias manufatureiras e industriais imporia aos sistemas mercantis, a análise desempenhada pela economia política clássica sobre o modelo lógico da produção, da distribuição, da troca e do consumo obteve relativo êxito ao traçar as origens da divisão social do trabalho ao que Adam Smith descreve, em *A riqueza das nações*, como a propensão humana em “[...] intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (SMITH, 1996, p. 73). Seria então em virtude de tal disposição natural que, ao se relacionarem pela divisão das atividades produtivas, os indivíduos poderiam não só suprir suas necessidades com um dispêndio muito menor de trabalho, como também ampliar sua produção geral de forma que cada um pudesse adquirir, pelo intercâmbio de uma fração de sua própria produção excedente, parte do saldo produtivo de outros indivíduos.

Deste modo, para além da naturalidade com que as trocas teriam se estabelecido historicamente como princípio da divisão social do trabalho, a especialização produtiva teria se demonstrado igualmente providencial à consolidação das economias nacionais, visto que, ao invés dos indivíduos se empenharem isoladamente, cada qual executando todas as tarefas necessárias à manutenção de sua própria existência, estes poderiam se dedicar tão somente a uma tarefa de modo que melhor se tornassem proficientes em sua execução, aumentando diretamente sua produtividade individual e, indiretamente, a produção e a quan-

tidade geral de produtos disponíveis para, através da permuta, satisfazerem suas necessidades de consumo.

Uma vez generalizada a divisão social e a especialização do trabalho, um indivíduo, para ser capaz de obter certa diversidade dos gêneros imprescindíveis a sua subsistência, teria então necessariamente de intercambiar aquilo que produziu pelos bens produzidos por outros indivíduos, o que incorreria, como percebe Smith, na inevitável determinação de uma unidade comum para se mensurar a equivalência entre os diferentes produtos trocados:

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria [...] é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias (SMITH, 1996, p. 87).

Neste contexto, em que “o trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas”, Smith constata que à equivalência natural do valor das mercadorias ao trabalho necessário à sua produção teria reciprocidade uma natural razão entre a oferta das mercadorias produzidas e a demanda por seu respectivo consumo. Deste modo, sendo o mercado de trocas regido pela paridade valor-trabalho, Smith avalia que o abastamento ou a miséria dos indivíduos não se daria senão segundo seu empenho próprio.

Smith também observa que, em razão da complexificação das trocas e da busca pelo modo mais conveniente de expressão do valor-trabalho por meio de uma unidade que pudesse, de fato, viabilizar as trocas de modo universal, o dinheiro teria passado a constituir-se como a forma aceita de troca tanto entre trabalho quanto entre mercadorias. Logo, o acúmulo patrimonial de dinheiro, convertido ao estado de capital nas mãos de um indivíduo em particular, poderia então ser empregado na contratação de outros indivíduos que, organizados na produção de mercadorias sob o fornecimento prévio de matérias-primas, ou mesmo na venda de seu trabalho combinado em troca de um salário, possibili-

tariam assim a venda de sua produção acrescida de um lucro, de um valor que, saldando as taxas salariais e as matérias-primas utilizadas, ofereceriam um retorno ao empregador e seu empreendimento:

No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio (SMITH, 1996, p. 102).

Não sendo nenhum dos custos produtivos de uma mercadoria, que valor teria o lucro?

Como prossegue Smith, o valor acrescentado pelos trabalhadores assalariados à mercadoria teria sua composição pautada por dois elementos, o primeiro proporcional ao pagamento de seu próprio salário e, o segundo, ao empresário pelo capital e pelos salários adiantados em seu negócio. O lucro de um empresário seria então objetivado de forma independente aos salários, devendo-se não à compressão destes últimos, mas em proporção ao trabalho do empregador enquanto investidor e incorporador dos riscos comerciais.

O modelo explicativo de Smith faria assim desacreditar os conflitos de interesses entre trabalhadores assalariados e empregadores, visto que o lucro destes não dependeria da baixa salarial, mas tão somente da prática do valor de venda de suas mercadorias em uma relação concorrencial. Haveria, deste modo, um princípio de harmonia social que fundamentaria não uma disposição conflituosa em meio às relações de produção, mas de colaboração que permitiria o enriquecimento mútuo das partes produtivas, sendo o antagonismo classista derivado não das contradições presentes nos processos de distribuição da riqueza, mas do desconhecimento de como funcionariam as leis econômicas por parte das classes industriais, arrendatárias e assalariadas. Ainda assim o que se verificava, como Smith não pôde deixar de reconhecer, era uma tendência geral dos salários serem nivelados o mais baixo possível, bem como a existência de intensas disputas entre as classes por todas as economias nacionais.

Apesar da antinômica teoria smithiana do valor, como contraditoriamente se caracterizariam ainda muitas de suas outras argumentações, Smith concebe que a divisão social do trabalho, imperando sobre a constante necessidade produtiva, regularia também os mercados segundo uma lógica natural em que uma “mão invisível” conduziria a economia de forma que esta proporcionasse, independentemente dos conflitos ocasionados pelas desigualdades econômicas, o benefício geral de toda a sociedade, dado que, “[...] ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo” (SMITH, 1996, p. 438).

A harmoniosa e idealizada visão semeada por Smith, de que a sociedade estaria caminhando rumo a seu pleno desenvolvimento em meio ao progressivo aperfeiçoamento e à paulatina inserção das tecnologias industriais nos processos produtivos, no entanto e pouco mais do que vinte anos depois da publicação de seu intento em investigar a natureza e as causas da riqueza das nações, acabou por expor sua fragilidade diante das conjunturais possibilidades históricas colocadas em questão por Thomas Malthus.

Em detrimento da consideração de que as economias nacionais poderiam ser mensuradas e avaliadas em termos de sua produtividade - isto é, segundo sua capacidade de produzir bens em uma proporção excedente a sua necessidade de consumo - e de sua empregabilidade - isto é, da razão entre o número de trabalhadores empregados em tarefas produtivas e seu total de habitantes -, a sustentação teórica de que a riqueza progrediria naturalmente pelas práticas do livre mercado entrou em rota de colisão com o assombro malthusiano de que, em conformidade com as disposições instintivas dos seres humanos e as limitações naturais da cultura do solo, o crescimento populacional apresentaria uma tendência em superar a capacidade produtiva existente à época, implodindo a aparente reciprocidade que Smith considerava existir entre os modos distributivos da produção e a harmonia social.

Na consideração dos fatores que condicionariam, natural e socialmente, os limites ao crescimento populacional, Malthus argumenta o que constata como “[...] uma verdade óbvia [...] que a população deve sempre ser mantida abaixo do nível dos meios de subsistência”, já que “a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica” enquanto que “os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética” (MALTHUS, 1996, p.235-236). Tomando então a miséria das massas trabalhadoras como, mais do que algo inevitável e de inócua remediação, uma providência natural de contenção do

crescimento populacional, Malthus afirma ainda ser “[...] uma verdade evidente que, qualquer que seja a taxa de aumento dos meios de subsistência, o aumento da população deve ser por ela limitado, pelo menos até que os alimentos tenham sido divididos em quantidades mínimas para a subsistência da vida” (MALTHUS, 1826, p. 49, tradução nossa).

O argumento de Malthus aparenta, em uma primeira análise, justificar a ambiguidade da tese smithiana de que, mesmo que as diferentes classes produtivas pudessem desfrutar proporcionalmente das riquezas obtidas pelo aumento geral da produtividade, o que se apresentaria na realidade seria uma disposição universal dos empregadores pagarem tão somente o mínimo possível a seus trabalhadores. Tal prática, em acordo com as proposições malthusianas, corroboraria assim com a contenção do crescimento populacional de modo que este ficasse sempre abaixo dos limites produtivos do setor agrícola, evitando então a generalização da fome. Considerando válida a lei da oferta e da demanda de Smith, no entanto, esta mesma aparência não se manteria, já que, em detrimento do aumento dos estoques de capitais, seu reinvestimento na ampliação produtiva possibilitaria o emprego de mais trabalhadores e, assim, os salários invariavelmente se elevariam. Não haveria, portanto, possibilidade conciliativa entre a harmonia social smithiana e a contingência populacional advogada por Malthus em benefício da reprodução da sociedade capitalista.

Em conjunção à previsão sobre a incompatibilidade entre o crescimento populacional e a insuficiente produção de bens para o atendimento das necessidades humanas, há ainda a crítica malthusiana dirigida à suposta generalização das formulações smithianas de que a todo e qualquer aumento de capital teria também reciprocidade um equivalente enriquecimento - consideradas as diferenças distributivas entre salários, rendas e lucros -, das camadas populacionais de uma nação. É que, como já esboçado anteriormente e ainda segundo Malthus, na medida em que a divisão social do trabalho efetivaria um acréscimo na produtividade geral do trabalho, os excedentes gerados entre a diferença do que foi produzido e do que foi consumido, convertido a título de investimento na própria produção, promoveria também a ampliação da capacidade de uma nação empregar produtivamente sua população.

Esta relação entre desenvolvimento econômico, crescimento populacional e limites produtivos poderia ainda ser compreendida, mais sucinta e sinteticamente, segundo uma “causalidade circular e cumulativa” em que:

[...] o crescimento da produtividade do trabalho, que tem origem em mudanças na divisão e especialização do processo de trabalho, ao proporcionar o aumento do excedente sobre os salários permite o crescimento do estoque de capital, variável determinante do volume de emprego produtivo; a pressão da demanda por mão-de-obra sobre o mercado de trabalho, causada pelo processo de acumulação de capital, provoca um crescimento concomitante dos salários e, pela melhora das condições de vida dos trabalhadores, da população; o aumento paralelo do emprego, salários e população amplia o tamanho dos mercados que, para um dado estoque de capital, é o determinante básico da extensão da divisão do trabalho, iniciando-se assim a espiral de crescimento (FRISTSCH, 1996, p. 9-10).

O aumento da oferta de emprego poderia e tenderia, de fato e como supunha Smith, a elevar os salários. Esta elevação, no entanto, não significaria necessariamente ganhos objetivos para as massas trabalhadoras. Isto porque, na concepção malthusiana, o ganho objetivo dos assalariados não poderia ser medido pela mera acumulação de seus salários, mas pela manutenção dos fundos de trabalho, reservas capazes de proporcionarem minimamente a subsistência e a reprodução das massas trabalhadoras que, derivando primariamente da oferta de alimentos, vincularia o valor não tão somente ao trabalho incorporado em mercadorias produzidas através dos processos manufaturados, mas também e fundamentalmente - como se situa nas formulações de Malthus -, na produção de gêneros agrícolas.

As teses malthusianas - muitas vezes contraditórias e obscuras, como analisaria David Ricardo em diversas oportunidades, tanto quanto descabidas pela desconsideração da produtividade alcançada pela aplicação das tecnologias à produção alimentícia -, não são capazes de sustentar, em sua integralidade, a anulação do que Malthus tomou como os desdobramentos das colocações de Smith diante da história. Apesar disso, e aqui se coloca preponderantemente a contribuição de Malthus à economia política clássica, seus argumentos explicitariam que, apesar de ter traçado análises no sentido de explicar como os lucros se originariam em meio às relações de produção, bem como estes flutuariam diante da lógica mercantil, Smith não foi capaz de formular uma teoria geral do lucro, o que também não o teria permitido apreender, objetivamente, a possibilidade de que a mão invisível que teria regência sobre o livre mercado poderia, sem a devida intervenção do Estado na ampliação da renda fundiária, gerar crises econômicas pela oferta excessiva de produtos manufaturados.

É que, dado que o lucro dos empresários tenderia a ser reinvestido na ampliação da produção manufatureira, que, por suas capacidades de automatização produtiva, reduziria o número de empregados necessários à produção e, assim, os salários pagos a estes, seria lógico que os trabalhadores, em vista de seu limitado poder aquisitivo, priorizassem a compra de produtos agrícolas visando sua subsistência. Logo, os produtos manufaturados não encontrariam demanda de mercado, ocasionando, por sua ociosidade, a conseqüente não realização de seu valor, o que impediria sua conversão em lucros e salários e, assim, ciclicamente, que os trabalhadores assalariados pudessem adquirir a produção agrícola necessária à sua manutenção vital. Toda a economia entraria então em uma fase estacionária.

Apesar de seus muitos equívocos, Malthus teria adiantado à economia política, através da análise dos desdobramentos lógicos que teriam sido considerados por Smith na defesa do livre mercado, alguns dos problemas centrais ao princípio de acumulação capitalista que se arrastariam até a contemporaneidade na discussão do papel desempenhado pelos Estados e blocos comerciais na intervenção e regulação de mercados e economias por todo o globo.

Em continuidade, enquanto Smith postulava a naturalidade com que a relação entre a oferta e a demanda de mercadorias regularia estaticamente o equilíbrio mercantil, foi Jean-Baptiste Say quem teorizou este equilíbrio a um nível dinâmico, afirmando que, mesmo que ocorressem crises geradas pelo excesso temporário de ofertas, estas tenderiam a se equacionar pela redução geral dos preços e, conseqüentemente, pela redução dos estoques de mercadorias, possibilitando assim um reequilíbrio entre a lei da oferta e demanda.

Say supõe, deste modo, que toda e qualquer produção seria necessariamente consumida tanto quanto toda a renda seria necessariamente gasta em meio aos processos de troca, dispondo produção e consumo como termos equivalentes:

É bom observar que um produto acabado oferece, a partir desse instante, um mercado para outros produtos equivalente a todo o montante de seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou um produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. Por outro lado, porém, ele tem igual pressa em desfazer-se do dinheiro que sua venda lhe propicia, para que o valor do dinheiro tampouco fique ocioso. Ora, não é possível desfazer-se de seu dinheiro, senão procurando comprar um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só

o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos (SAY, 1983, p. 139).

Assim, mesmo que um determinado gênero de mercadorias estivesse ofertado em excesso frente a sua demanda, haveria ainda outros gêneros em menor disponibilidade, igualando homeostaticamente oferta a demanda, necessidade de produção a necessidade de consumo. Explicitando a mediação desempenhada pelas mercadorias na dinâmica autorregulação econômica em que a oferta criaria sua própria demanda, Say argumenta ainda que é a produção que determina a renda e, por sua vez, sendo a renda parte elementar da produção, é a própria produção - a oferta - que permite o consumo e é o consumo - a demanda - que possibilita a continuidade produtiva. Colocado de outra forma, nas palavras de Say, é a produção, por sua capacidade de produzir mercadorias e rendas, é a oferta, que funda efetivamente sua demanda, “[...] daí resulta, embora à primeira vista pareça um paradoxo, que é a produção que propicia mercados para os produtos” (SAY, 1983, p. 137).

Demonstrando historicamente que nem toda oferta tende a encontrar sua equivalente demanda e nem toda a baixa de preços pode significar a reposição dos gastos primeiramente dispendidos na produção, Malthus argumenta que, mesmo no caso de um excesso temporário de determinadas mercadorias, o decréscimo de seu preço que deveria elevar o valor do dinheiro, em verdade, poderia ocasionar uma estagnação econômica generalizada. Ilustrando sua colocação pela situação da Inglaterra durante as guerras napoleônicas, Malthus afirma que a grande oferta de produtos agrícolas a baixos preços não teria efetivado sua necessária demanda diante de tal conjuntura, representando um déficit nos lucros que

[...] impediu que os agricultores empregassem a mesma quantidade de trabalho ao mesmo preço. Por isso muitos trabalhadores foram inevitavelmente despedidos. Visto que sem o mesmo número de braços a terra não podia ser cultivada da mesma forma, os solos piores não foram mais trabalhados, muito capital agrícola foi destruído e as rendas caíram em toda parte. Esse colapso no poder de compra, que atingiu todos os que arrendavam ou possuíam terras, naturalmente ocasionou uma estagnação geral em todos os outros ramos de negócios (MALTHUS, 1996, p. 105).

Com o intuito de sistematizar uma possível solução ao problema da estagnação econômica pela saturação dos mercados, Malthus postula a necessária intervenção estatal na distribuição da renda de modo a equilibrar a demanda geral de mercadorias pela manutenção constante de mercados consumidores. Assim, como a concebe, esta medida deveria se orientar à compensação daqueles que, responsáveis pela produção dos bens fundamentais à subsistência populacional, poderiam também equilibrar o mercado de produtos manufaturados pela ampliação de seu consumo e de sua capacidade de empregar a massa trabalhadora, reconhecendo então que “[...] não há dúvida de que os proprietários de terra representam a parcela mais importante” na ordem dos subsídios (MALTHUS, 1996, p. 215).

Instigado pelas teses de Malthus, sobretudo pelas que pautavam uma possível sistematização do lucro a partir da relação entre produção agrícola e arrendamento da terra, bem como pela diferença dos preços entre os cereais e as mercadorias manufaturadas, tanto quanto pelas sínteses de Smith, Say e outros teóricos fisiocratas e economistas políticos sobre as leis naturais que teriam vigência sobre a renda fundiária, os lucros e os salários, Ricardo toma como objetivo determinar com maior precisão o real objeto da economia política em sua forma clássica, ao que esboça no prefácio de *Princípios de economia política e tributação*:

O produto da terra - tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital - se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob os nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população, e da habilidade, a engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura (RICARDO, 1996, p. 39).

Perpassando a motivação de Smith em buscar as condições que teriam possibilitado o avultamento da riqueza por meio da divisão social do trabalho, Ricardo debruça-se particularmente à questão da acumulação de capitais pela relação distributiva de composição do valor entre as diferentes classes que se inter-relacionariam produtivamente.

Neste sentido, mesmo ao reconhecer objetivamente que, em detrimento do equilíbrio da produção e do consumo desempenhado pela troca de mercadorias, a distribuição de tudo aquilo que foi produzido entre todos aqueles que participaram dos processos produtivos nem sempre seria equitativa, Ricardo argumenta que a simetria entre trabalho e valor, à semelhança da formulação smithiana, comporia uma equivalência fundamental às trocas.

Sendo o valor, no entanto, uma expressão direta do trabalho necessário à produção de uma mercadoria, o lucro que Smith afirmava compor o preço de uma mercadoria em conjunto com a taxa salarial não poderia, então, se sustentar. Isto porque o valor não dependeria do custo do trabalho, mas da quantidade de trabalho dispendido no ato produtivo, ao que “[...] o valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho” (RICARDO, 1996, p. 43).

Ao diferenciar o custo do trabalho da quantidade de trabalho necessária à produção de uma mercadoria na determinação do valor, Ricardo pontua que mesmo o trabalho assalariado seria uma mercadoria e seu custo, tal como o custo de quaisquer outras mercadorias, poderia variar segundo as leis de mercado. Deste reconhecimento adviria também a constatação de que, sendo o valor de uma mercadoria integralmente correspondente à quantidade de trabalho necessário à sua produção, o lucro de um capitalista não se daria em adição ao custo representado pelas taxas salariais no valor de venda de um produto, mas se daria sobre elas, isto é, o lucro não seria algo relativo à determinação do valor das mercadorias em conjunção ao custo dos salários, mas à forma de distribuição dos produtos da divisão social do trabalho.

Sintetizando que a medida equivalente das trocas seria dada primeiramente pela quantidade de trabalho necessária à produção das mercadorias e não pelas taxas salariais, como vigorava na economia política desde as formulações de Smith, Ricardo desmistifica a naturalidade com que as relações de produção submetem os atos produtivos à lei da oferta e demanda dos mercados. Ao situar o lucro como o elemento que diferenciaria o valor do trabalho e o valor das mercadorias por ele produzidas, Ricardo desvela também que lucros, rendas fundiárias e salários não teriam origem na distribuição do que foi socialmente produzido, mas justamente determinariam o modo pelo qual se daria esta distribuição.

Enquanto Smith, para justificar o motivo pelo qual os trabalhadores assalariados não poderiam receber a integralidade do valor criado por sua atividade produtiva, teria postulado que o valor das mercadorias seria composto da soma de salários e lucros no setor manufaturado e de salários e rendas fundiárias na produção agrícola, Ricardo, percebendo que a distribuição dos montantes resultantes da circulação de mercadorias se daria, objetivamente, sempre em uma relação inversa entre si, divergiria de Smith ao teorizar que haveria uma proporcionalidade dos lucros em relação aos salários, mas não necessariamente em relação aos capitais investidos. Logo, independentemente da quantia adiantada por um empregador sob a forma de investimento para que seu negócio pudesse se movimentar produtivamente, seu lucro não se daria pela quantia adicional à taxa salarial incorporada no valor de venda de uma mercadoria, mas da diferença entre este mesmo valor e os salários efetivamente pagos.

Em síntese, numa explicação mais prática, enquanto Smith tentava justificar que o lucro se daria de forma independente aos salários pagos, fossem estes altos ou baixos, ignorando o imaneente conflito econômico entre empregadores e trabalhadores assalariados, Ricardo tornou objetiva esta relação ao desvelar que lucros e rendas só poderiam se constituir em uma proporção inversa aos salários pagos, isto é, que os lucros e rendas só poderiam ser tão mais altos quanto mais baixos fossem os salários dos trabalhadores.

Tal sistematização analítica, porém, não livraria Ricardo das colocações de Malthus, visto que, se os salários dos trabalhadores fossem sempre tão baixos que não os permitisse adquirir muito mais do que os produtos agrícolas necessários à sua subsistência, haveria ainda um descompasso na capacidade de circulação dos bens manufaturados, o que poderia incidir sobre uma crise econômica generalizada sobre todos os setores produtivos.

Esta questão, dentre tantas outras que teriam persistido até a contemporaneidade na problematização de como os modos de organização do trabalho poderiam viabilizar o desenvolvimento econômico e social das forças produtivas e das relações de produção capitalistas de forma harmônica, coloca-se de modo central à proposta analítica aqui elaborada. Esta centralidade, a exemplo do que demonstraram as várias políticas econômicas historicamente praticadas - tais como o expansionismo e protecionismo mercantilista, o livre mercado, o capitalismo de Estado, o Estado de bem-estar social, o desenvolvimentismo e, mais recentemente, as medidas neoliberais, para citar apenas algumas de destaque -, seria também o núcleo de sustentação do necessário retorno à crítica da economia política para se discutir objetivamente o que as teses pós-industriais,

pós-modernas e pós-capitalistas pretendem significar em favor do argumento de que o desenvolvimento histórico pela superação das contradições produtivas e pela abolição das classes teria encontrado seu fim.

Assim, antes de prosseguirmos e, em conclusão parcial à exposição até aqui realizada, é possível constatarmos que a análise do trabalho, de sua divisão social e das relações de produção sintetizadas em meio aos princípios organizativos das sociedades modernas, já na economia política clássica, teria desempenhado uma categoria de mediação até então desconsiderada fora do conhecimento filosófico e fisiocrático. Portanto, em detrimento das preocupações sobre o ordenamento da vida social pelo exercício da cidadania, tal como se deu pela filosofia antiga, sobre a moral e a ética na filosofia medieval, bem como sobre o direito natural e positivo nas concepções jusnaturais e contratualistas, consideramos que a análise da atividade laboral a fim de suprir as necessidades humanas como princípio de sociabilidade entre um indivíduo, considerado isoladamente, e o restante da sociedade, tal qual uma coleção de indivíduos inter-relacionados através da produção social de sua própria existência, fundamentaria a contribuição basilar que nos permitiria compreender, na contemporaneidade, a realidade social a partir das configurações atuais do mundo do trabalho.

As contribuições da crítica da economia política às teorias sociais contemporâneas

Ao sintetizar as limitações dos modos idealistas e materialistas de produção do conhecimento Marx indica, em suas *Teses ad Feuerbach*, que a toda forma de pensamento teria correspondência uma forma de prática social, demonstrando assim que todo esforço analítico que se debruçasse sobre a compreensão dos fenômenos históricos de tal modo que estes se dessem de forma apartada da realidade, como se estes fossem abstrações suficientes a sua própria explicação, tenderia a meramente reproduzir, de modo descritivo, estes fenômenos e sua força de determinação sobre as relações sociais. Mantendo-se reduzidos ao nível contemplativo, estes esforços analíticos só poderiam então conceber suas explicações a partir de indivíduos singulares, isolados das relações que tornam os seres humanos em seres propriamente sociais ou, então, descreverem a sociedade tal como ela se apresenta fenomenologicamente, como um corpo diferenciado dos indivíduos que a ela dão síntese. A epistemologia do reducionismo analítico ignoraria, portanto, a relação dialética pela qual as ações humanas condicionariam concreta e historicamente as relações sociais e pela qual as relações sociais,

ao condicionarem historicamente a sociabilidade dos seres humanos, condicionariam também a concretude das formas humanas de pensamento e ação.

Neste sentido, ao argumentar que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras”, enquanto “o que importa é transformá-lo”, Marx analisa que, para além da contemplação filosófica, o modo pelo qual caberia ao pensamento humano alcançar as verdades objetivas dos fenômenos sociais seria a “atividade revolucionária, prático-crítica” no sentido da práxis, do pensamento que, tendo também poder de intervenção sobre a história, seria capaz de contrapor-se, emancipatoriamente, às formas de coerção e dominação econômico-políticas das sociedades de classes (MARX, 2013, p.533-535).

Sistematizando sua crítica de modo a apreender dialética e materialmente a história, Marx analisa, em sua *Contribuição à crítica da economia política*, que o tradicional modelo analítico da produção, distribuição, troca e consumo, na medida em que conceberia os indivíduos fora de seu contexto social, idealizaria estes sujeitos a partir do que estes teriam sido em alguma época remota da história passada, e não como síntese da individualidade que foi tão possibilitada quanto condicionada pelo esfacelamento da ordem feudal e pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção já durante o século XVI.

A consideração praxiológica em crítica à economia política clássica compreenderia então que, diferentemente das idealizações “robinsonadas” - a exemplo do romance *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, -, a divisão social do trabalho se objetivaria através de “indivíduos produzindo em sociedade, portanto uma produção de indivíduos socialmente determinada” que exigiria que, sempre que se tratasse da produção, se fizesse referência “[...] à produção num estágio determinado do desenvolvimento social [...] à produção de indivíduos vivendo em sociedade” (MARX, 2003, p. 225, 227). Reiterando a intuição de Ricardo, Marx afirma que, no decorrer do desenvolvimento histórico das relações de produção e das forças produtivas de uma sociedade, em detrimento da troca e do consumo - instâncias que estariam invariavelmente presentes em toda e qualquer organização que dividiria socialmente o trabalho necessário à produção das necessidades a sua existência social -,

O modo de produção [...] é determinante para a nova distribuição que se faz. Embora se apresente como condição prévia do novo período de produção, ela própria, por sua vez, é um produto da produção, não só da produção histórica em geral, mas desta ou daquela produção histórica determinada (MARX, 2003, p. 243-244).

A contribuição crítica de Marx seria, portanto e fundamentalmente, a de que, na consideração da produção, da distribuição, da troca e do consumo enquanto elementos analíticos da economia política, ao mesmo tempo em que cada uma das categorias elencadas comporia parte de uma mesma totalidade, estas estariam dispostas de forma dialética na caracterização econômico-política das relações sociais. O modo pelo qual se daria a produção determinaria, portanto, todas as outras categorias e, por sua vez, por elas seria determinado: por um lado, a distribuição, a troca e o consumo não poderiam exceder o que foi produzido, efetivando-se somente de uma forma tão limitada quanto possibilitada pela produção; e, por outro lado, o desenvolvimento ou retração das trocas em detrimento do aumento ou decréscimo produtivo, condicionando a distribuição dos produtos da divisão social do trabalho, condicionaria também o incremento ou a restrição do consumo possível. Logo haveria, na leitura de Marx, uma organicidade que, superando o reducionismo analítico com que a economia política teria descrito a lógica produtiva capitalista, compreenderia o capitalismo para além da economia, apreendendo também a dimensão de sua sociabilidade.

Tal síntese aponta também para a correspondência entre as formas de pensamento e as conclusões a que teriam chegado, de forma geral, os economistas políticos. Ao elaborarem suas análises por categorias como o trabalho, seu valor, sua produtividade e sua equivalência, todos os pensadores aqui tratados - podendo-se ainda ampliar esta abrangência a todos os economistas políticos que precederam Marx -, preocuparam-se em investigar apenas a parte da realidade que lhes interessava diretamente, isto é, em investigar os modos pelos quais o domínio da lógica mercantil e capitalista, as reconfigurações da produção fundiária e a organização do trabalho assalariado influenciavam a formulação de políticas sobre os tributos, fundos de investimento, importações e exportações e os subsídios às atividades produtivas.

Por mais que se estendesse a temas diretamente relacionados com a teorização da realidade social, como uma totalidade para além das relações de mercado, a economia política, por meio de seus formuladores, não foi capaz de se livrar de seu encanto pelo mundo burguês. Concebendo suas análises como modelos racionais de compreensão do funcionamento da sociedade, os economistas políticos teriam entendido todas as suas categorias e instituições - a exemplo dos lucros, rendas, salários, capitais, tipos de propriedade e relações de mercado - como características naturais das relações sociais, dadas a partir das disposições imanentes dos seres humanos em se socializarem fundamentalmente por meio de suas atividades produtivas e do intercâmbio dos produtos de seu labor.

A diversidade com que teriam se constituído as muitas teses da economia política traduziriam, também, a concepção adotada em seus métodos: mesmo diante das tantas contradições que seus teóricos não puderam deixar, inclusive, de reconhecer em suas obras, tais teses afirmaram suas conclusões como se o seu mero poder de abstração pudesse concretizar suas intenções sobre a realidade. Mesmo teorizando que os lucros em nada tinham com os baixos salários e, assim, a cooperação produtiva entre empregados e empregadores teria só a contribuir com o enriquecimento geral e a harmonia social das nações, Smith reconheceu a contradição imposta pela realidade a suas formulações:

Nossos comerciantes e donos de manufaturas reclamam muito dos efeitos perniciosos dos altos salários, aumentando o preço das mercadorias, e assim diminuindo a venda de seus produtos tanto no país como no exterior. Nada dizem sobre os efeitos prejudiciais dos lucros altos. Silenciam sobre os efeitos danosos de seus próprios ganhos. Queixam-se somente dos ganhos dos outros (SMITH, 1996, p. 145-146).

De modo semelhante Malthus, mesmo ao justificar que as baixas salariais eram providenciais à manutenção do crescimento populacional dentro dos limites produtivos, fez crer que a desigualdade entre as classes sociais era natural ao afirmar que “[...] evidenciou-se que, a partir das leis inevitáveis da nossa natureza, alguns seres humanos devem sofrer por causa da necessidade. Existem pessoas azaradas que na grande loteria da vida tiraram o bilhete em branco” (MALTHUS, 1996, p. 310).

Tendo sido mais preciso em suas formulações, Ricardo não moralizou suas percepções sobre os conflitos de interesses entre as classes, deixando claro que as contradições nas questões distributivas estariam em pleno acordo com a naturalidade que pregava o livre comércio, como demonstra, por exemplo, ao se questionar se “[...] pode haver algo mais evidente que a queda dos lucros quando os salários aumentam?” e, ainda, ao afirmar que “[...] não existem limites para a demanda ou para o emprego de capital, enquanto este proporcionar lucros, e que, por mais abundante que o capital se torne, não há outra razão para a redução dos lucros a não ser o aumento dos salários” (RICARDO, 1996, p. 83, 214).

Se, mesmo em sua incapacidade de determinação objetiva do valor do trabalho e da devida consideração das conseqüências que a desigual distribuição dos produtos socialmente produzidos traria à organização da sociedade burguesa, os economistas políticos não se resguardaram de afirmar que a instituição das

relações mercantis e capitalistas de produção efetivou historicamente a igualdade jurídica entre os seres humanos, no que estes se diferenciariam dos atuais teóricos que, alegando a impossibilidade de determinação do valor do trabalho imaterial, justificariam que as contradições do capitalismo estariam suprimidas, bem como as causas de suas crises e o condicionamento econômico-político das classes?

Tal como se deu na revolucionária transformação da ordem feudal em nome dos ideais burgueses, a industrialização das relações produtivas sintetizou uma nova sociabilidade entre os seres humanos, fundando, efetivamente, o ser social moderno e sua individualidade. Considerando que, tal como sistematizou metodologicamente Marx, não há fenômenos sociais aos quais não correspondam as condições históricas em que estes têm síntese, seria razoável nos questionarmos sobre qual seria a sociabilidade fundada pelas relações pós-capitalistas.

Sendo um dos destaques mais recentes do radical “pós”, o artigo de Paul Mason, *Postcapitalism - the end of capitalism has begun*, apresenta três características fundamentais que comprovariam a sociabilidade pós-capitalista: 1. a necessidade de trabalho necessário à produção geral teria diminuído, tornando incertos os limites entre trabalho e lazer e a correspondência entre trabalho e salários; 2. a informação teria ocupado a centralidade dos bens tangíveis, forçando os mercados a recorrerem a outros critérios para o estabelecimento dos preços de suas mercadorias; e 3. as tradicionais relações de trabalho assalariado estariam dando lugar a formas mais diversificadas, livres e flexíveis de relacionamento produtivo, tais como a terceirização, o empreendedorismo e o colaboracionismo voluntário.

Em detrimento destes fatores, Mason conclui que “[...] novas formas de propriedade, novas formas de financiamento, novos contratos legais: toda uma subcultura de negócios emergiu nos últimos dez anos [...] e isso deve se seguir uma mudança em nosso modo de pensar - sobre a tecnologia, propriedade e trabalho” (MASON, 2015, tradução nossa).

Para além de sua nova morfologia, em que medida estes novos modos de relacionamento produtivo incidiriam sobre a superação das contradições capitalistas? Como constata uma ampla bibliografia inscrita na historiografia do pensamento marxista, as reestruturações produtivas pelas quais a sociabilidade capitalista passou, pelo menos ao longo do último século, ressignificaram de modo substancial os modos de organização do trabalho, mas de maneira alguma chegaram a contestar, efetivamente, a lógica de acumulação e autovalorização do capital. Inversamente ao que se poderia esperar, tal como teriam prognosticado as teses sobre os potenciais libertadores das tecnologias, estas reestruturações teriam justamente reforçado a lógica fundamental do capitalismo pelo realocamento

de suas contradições internas sobre outros pressupostos que não aqueles que seriam os seus tradicionais gatilhos: a superprodução, o subconsumo e a queda tendencial da taxa de lucro.

Assim como a negação da força gravitacional sobre os corpos não teria garantido ao filósofo seu poder de caminhar sobre as águas, a predominância do trabalho intelectual sobre o manual, como teria descrito Bell, não deslocaria a centralidade da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção tipicamente capitalistas, eliminando assim suas consequências nas relações sociais em favor das sociedades pós-industriais, mas tão somente reestruturaria as formas de autovalorização do capital de modo que a exploração do trabalho cognitivo se mantivesse ainda adequada aos processos de acumulação; a relativização semântica das verdades, como faria crer Lyotard, não objetivaria a condição pós-moderna pela desintegração da materialidade histórica, mas ofereceria apenas um engodo ideológico ao reacionarismo; a sociabilidade pós-capitalista que teria sido fundada sobre a eliminação das típicas fontes de crises do capitalismo, como sustentaria Drucker, não superaria efetivamente a lógica capitalista, mas apenas a reestruturaria de modo que suas contradições tivessem outras formas de expressão; e, do mesmo modo, a defesa do fim da história como teria elucidado Fukuyama não encerraria as possibilidades de desenvolvimento das sociedades, mas seria apenas o imperativo de uma astúcia que, pela abdicação dos horizontes emancipatórios, ofereceria a eterna reprodução do tempo presente e de suas mazelas sociais.

Arauto contemporâneo destes discursos, Mason parece não perceber que, ao se deslumbrar pelas promessas pós-capitalistas, seu encanto se dá muito mais pelas formas que pelos conteúdos da rotação, do giro em torno de seu próprio eixo, da história das sociedades de classes, ao que se espanta pelos potenciais ainda mais elevados do trabalho imaterial, cognitivo e informacional em se apropriar do labor humano em favor da lógica do capital:

O poder da imaginação se tornará crucial. Em uma sociedade da informação, nenhum pensamento, debate ou sonho é desperdiçado - seja concebido em uma tenda de acampamento, cela de prisão ou em volta de uma mesa de pebolim em uma companhia startup. Como acontece com a manufatura virtual, na transição para o pós-capitalismo o trabalho no estágio de seu planejamento pode reduzir erros na fase de implantação. E o plano do mundo pós-capitalista, assim como os softwares, pode ser modular. Pessoas diferentes podem nele trabalhar em lugares

diferentes, em diferentes velocidades, com relativa autonomia entre si. Se eu pudesse materializar livremente a existência de algo seria uma instituição global que modelaria corretamente o capitalismo: um modelo de código aberto de toda a economia [...]. Todo experimento executado através dele o enriqueceria, seria de código aberto e com tantos pontos de dados como os mais complexos modelos climáticos (MASON, 2015, tradução nossa).

Antes imaginadas como meios de diminuição do trabalho necessário à produção e reprodução da existência social dos seres humanos, o que se constata é que as transformações do mundo do trabalho pautadas pela ciência e pelas tecnologias informacionais, longe de representarem modos cada vez mais emancipados de sociabilidade, revelarem-se, objetivamente, como meios ainda mais eficazes de submissão do labor humano à lógica de acumulação do capitalismo enquanto modo de produção e princípio de organização social.

É aqui que, em detrimento das teorias sociais contemporâneas que ignoram a apreensão materialista e dialética da história, o legado crítico da economia política pode oferecer suas contribuições. A contradição à qual incorrem estas teses, ao ignorarem que a realidade social só pode ser pensada a partir da “síntese de suas múltiplas determinações” e que a realidade é, em si, “[...] um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação” (MARX, 2003, p. 248), é a de analisar o capitalismo a partir do trabalho quando, como objetivamente se mostra, a análise do mundo do trabalho não pode explicar a totalidade das relações sociais sintetizadas pelo modo de produção capitalista, mas tão somente pelo trabalho sob a condição capitalista.

Em conclusão, o corolário que aqui pode ser sintetizado é o de que, longe da adesão às superficiais e reducionistas teses contemporâneas acerca das condições pós-modernas, pós-industriais e pós-capitalistas, a superação da economia política clássica por sua crítica dialética e materialmente embasada da história tem ainda muito a contribuir com a compreensão do mundo do trabalho tal como este se apresenta à realidade contemporânea, demonstrando a vocação que a sociabilidade capitalista possui em realizar a máxima lampedusiana de que é preciso que as coisas mudem para que continuem as mesmas.

A RETURN TO THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY: THE CLASSICS' CONTRIBUTION TO THE CONTEMPORARY WORLD OF WORK

ABSTRACT: *The debates about the contemporary world of work reconfigurations have peculiarly demonstrated themselves as symptomatic in supposing that, as a result of theses as the post-industrial, post-modern and post-capitalist condition of societies in the present time, the relations of production would no longer be limiting, but boosting, in an emancipatory way, the productive forces development. Revisiting some of the classics contributions regarding the social division of labour in modern societies, this article aims to analyse the recent efforts that, analogous to traditional studies on the relationship between the instances of production, distribution, exchange and consumption, have shown similar trends in reducing the diagnostic of capitalism as social system and productive mode to the contemplation of the world of work transformations, justifying thus a necessary return to the critique of political economy to the effective understanding of the meanings inscribed by the application of new techniques, technologies and scientific knowledge to the currently existing productive relations.*

KEYWORDS: *Political economy. Historical materialism. World of work.*

REFERÊNCIAS

- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FRISTSCH, W. Apresentação. In: SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.5-19.
- FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- MALTHUS, T. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. **An essay on the principle of population**. 6th. ed. London: John Murray, 1826. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Malthus/malPlong30.html>>. Acesso em: 8 abr. 2016.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Teses ad Feuerbach. In: _____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 533-535.

MASON, P. Postcapitalism: the end of capitalism has begun. **The Guardian**, 17 jul. 2015. Disponível em: <<http://tiny.cc/theendofcapitalism>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

RICARDO, D. **Princípios da economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

SAY, J. B. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

A TENDÊNCIA À FLEXIBILIZAÇÃO PRODUTIVA E À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO FINANCEIRO

João Mauro Gomes Vieira CARVALHO*

RESUMO: O presente artigo pretende esboçar um delineamento das atuais tendências do trabalho no contexto da flexibilização produtiva. Para tanto, assume o pressuposto de que o trabalho constitui um elemento fundamental do processo de socialização humana e que deve ser compreendido em sua especificidade histórica, tendo como referência a totalidade social em que se insere. Nesse sentido, procura demonstrar, através da referência a estudos teóricos sobre as transformações na organização do trabalho, as consequências do atual processo de flexibilização da produção sobre o trabalho, tanto do ponto de vista objetivo, demonstrando os impactos da flexibilização sobre as condições materiais de trabalho, quanto sobre a constituição subjetiva do trabalhador, demonstrando seus impactos sobre a organização política, seu processo formativo e a constituição de sua identidade laboral.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Flexibilização. Mudança social. Teoria crítica.

Introdução

A temática do trabalho e de suas transformações tem sido recorrente na recente literatura sociológica. Entretanto, mesmo com essa constante menção às transformações no mundo do trabalho, parece não haver um consenso sobre quais seriam os principais aspectos dessas transformações, para qual finalidade apontam ou quais suas consequências na vida do trabalhador, seja no âmbito

* Doutorando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - otanissassa5@gmail.com.

próprio à organização interna dos locais de trabalho, seja no que diz respeito às próprias condições de vida daqueles que trabalham.

Apesar das discordâncias que permeiam o debate sociológico a respeito do tema, caracterizado por diversas teorias conflitantes, parece haver uma série de fatores recorrentes na tentativa de compreender essas transformações, dentre as quais pode-se destacar a proeminência que o termo flexibilidade adquire no interior do léxico que caracteriza o ambiente empresarial contemporâneo, constituindo uma nova semântica que abarca os campos da economia, da política e do trabalho social.

As noções que compõem essa nova semântica empresarial podem ser compreendidas como categorias sociais, uma vez que se trata de uma terminologia constituinte do próprio objeto em questão – a organização da produção e do trabalho, tendo em vista suas modificações nas últimas décadas. Podem, portanto, servir a uma reflexão objetiva sobre as transformações no modo de organização do trabalho, suas finalidades e suas consequências. Partindo desse pressuposto, a noção de flexibilidade aparece como um objeto privilegiado para indagar a atual situação do trabalho, pois aparece como categoria chave, não só do discurso empresarial contemporâneo, mas também da retórica política que orienta as decisões sobre as políticas públicas que acerca do trabalho, tanto que diz respeito à regulação dos contratos e ao direito trabalhista, como no que diz respeito à formação dos trabalhadores. Em outras palavras, a mobilização do termo flexibilidade tem consequências diretas sobre as condições materiais do trabalhador, sobre os direitos de que usufrui e sobre a educação de que dispõe.

A partir dessa noção de flexibilidade, é possível delinear uma tendência geral da organização do trabalho nas últimas décadas, apreendendo suas implicações diretas sobre a organização do trabalho e seu impacto na vida dos trabalhadores. Partindo da hipótese de que a flexibilidade é uma noção chave na orientação das transformações do mundo do trabalho, o presente estudo pretende esboçar um tal delineamento dessa tendência geral.

Para tanto, parte da premissa de que o trabalho é uma categoria fundamental para a compreensão do processo de socialização, de acordo com o referencial teórico marxista, de modo que a reflexão sobre a situação atual do trabalho é fundamental para compreender a configuração da sociedade em sua totalidade. Dessa forma, o processo de reconfiguração do trabalho engendra mudanças mais gerais na sociedade. Esse processo será apreendido através da referência a estudos sociológicos sobre o trabalho, de modo a elencar suas consequências sobre a organização do trabalho, a vida dos trabalhadores e a sociedade em geral.

O trabalho como elemento fundamental da sociabilidade

Conforme exposto, a compreensão das reconfigurações do trabalho auxilia na compreensão mais ampla da própria sociedade, posto que o trabalho é um elemento fundamental da sociabilidade. Em outras palavras, por meio do trabalho os indivíduos se socializam e constituem sua própria subjetividade. Para Marx, “o trabalho é mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana” (RANIERI, 2004, p. 14). Essa concepção do trabalho como fundamento da sociabilidade foi desenvolvida pela primeira vez nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MARX, 2004).

Nesses *Manuscritos* podemos encontrar, de forma ainda incipiente, alguns dos principais elementos que Marx desenvolveria em sua crítica posterior à Economia Política, que culmina na escrita d’*O Capital*, especialmente no que diz respeito à concepção da alienação do trabalho no modo de produção capitalista¹. A partir de sua análise da contradição entre capital e trabalho, característica da sociedade capitalista que lhe serve de objeto, pode-se inferir, simultaneamente, o caráter fundamental do trabalho na teoria social de Marx e o modo como ele compreendeu a situação específica do trabalho na sociedade capitalista.

Segundo Marx, a contradição entre capital e trabalho pode ser compreendida a partir do estranhamento que caracteriza a relação entre trabalho e produção no modo de produção capitalista. A relação entre produção e trabalho é crucial na apreensão dessa contradição e na compreensão do próprio trabalho em uma determinada sociedade, caracterizada por um determinado modo de produção. “Se portanto perguntamos: qual a relação essencial do trabalho, então perguntamos pela relação do *trabalhador* com a produção” (MARX, 2004, p. 82, grifo do autor), conforme suas palavras.

Dessa relação entre trabalhador e modo de produção, que caracteriza determinada forma de trabalho, pode-se inferir o modo como essa forma de trabalho, objetivamente determinada, influencia a própria constituição subjetiva do trabalhador. No caso específico da sociedade capitalista, “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma

¹ György Markus (1974) demonstrou a existência de uma teoria do conhecimento nos trabalhos de juventude de Marx, que tem no trabalho uma categoria fundamental e que se desenvolve ao longo de sua obra, apesar de alguns pontos de ruptura. Para uma discussão sobre os trabalhos de juventude de Marx e suas implicações para a posterior teoria social, ver o estudo de Herbert Marcuse (1972). Uma exposição rigorosa sobre a centralidade do trabalho na obra de Marx, caracterizando-o como categoria fundamental de uma ontologia do ser social, se encontra na clássica obra de György Lukács (2012).

mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2004, p. 80, grifo do autor).

Em outras palavras, através do trabalho o trabalhador produz tanto o produto objetivado de seu trabalho, como a si próprio como trabalhador, como uma forma específica de ser humano socializado. Trata-se de uma constituição subjetiva que se forma pela mediação objetiva da forma de trabalho. No caso da sociedade capitalista, em que o produto do trabalho se caracteriza como mercadoria, também o trabalhador se produz, pelo trabalho, como mercadoria. O resultado desse processo é o estranhamento do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho e em relação a si próprio:

Mas o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio (*fremd*) ao produto da sua atividade se no ato mesmo de sua produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo (*Resumé*) da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto de trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo. (MARX, 2004, p. 82, grifo do autor).

O que produz o estranhamento no ato de exteriorização do trabalho é seu aspecto coercitivo, que na sociedade capitalista deriva do fato de que o trabalhador é coagido a vender sua força de trabalho para sobreviver, legando a outro a riqueza produzida por seu trabalho, riqueza da qual ele próprio não pode usufruir. Nessas condições, o trabalhador não pode reconhecer a si próprio em seu trabalho. Como descreve Marx:

Primeiro, que o trabalho é *externo (äusserlich)* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho*

obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a auto-atividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua atuo-atividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo. (MARX, 2004, p.82-83, grifo do autor).

Observa-se, portanto, que o estranhamento na atividade de trabalho diz respeito tanto ao estranhamento externo, ou seja, do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, como ao estranhamento interno, do trabalhador consigo próprio no ato da produção de mercadorias, um “estranhamento-de-si” (*Selbstentfremdung*), na terminologia de Marx. Esse duplo estranhamento aparece como um obstáculo à emancipação humana, ou seja, à efetivação do homem como ser genérico, pois “[...] o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]” (MARX, 2004, p. 84).

Dessa forma, o trabalho estranhado, por seu aspecto coercitivo, que coage o trabalhador a realizar uma atividade que lhe é estranha, que não encontra finalidade em si mesmo, para sobreviver faz “da *vida genérica* apenas um meio da vida individual”, pois: “Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada” (MARX, 2004, p. 84).

As asserções de Marx sobre o estranhamento e alienação do trabalho no modo de produção capitalista, estão intrinsecamente relacionados com as condições objetivas de constituição do trabalho nessa sociedade, através do processo de transição da sociedade feudal em direção à consolidação da sociedade capitalista, com suas formas específicas de produção, trabalho e socialização, separando os

homens de suas formas tradicionais de existência, de seus vínculos comunitários, tornando-os presa da coerção do trabalho estranhado.

Como demonstrou Leo Huberman (1981), a *História da riqueza do homem* foi ambivalente, pois ao mesmo tempo em que se romperam as amarras dos regimes tradicionais e se desenvolveu um amplo processo de criação de riqueza, constituiu-se um novo tipo de pobreza e degradação do trabalho. Horkheimer (1990) sintetizou a brutalidade desse processo, ao descrever a situação do trabalho nos primórdios da sociedade capitalista:

Quando, na primeira metade do século XVI, na transição para a economia de pastoreio, os senhores de terras expulsaram dos seus campos os seus arrendatários, “mediante a força e o ardil” e, deste modo, os libertaram no sentido negativo, ou seja, privaram-nos de todos os meios de subsistência, [...] não significou decerto a possibilidade de escolher lugar e tipo de trabalho. As execuções maciças de vagabundos neste período iniciam a longa história da miséria dos trabalhadores livre. Quando as manufaturas, que na Itália remontam ao século XIII, aos poucos ganharam importância no fim do século XVII, ao lado da indústria caseira, ou seja, do sistema por tarefa, elas representavam antros de horror. Se na sua maioria estavam ligadas a orfanatos, manicômios e hospitais, isto não significa absolutamente que o local de trabalho era ao mesmo tempo um hospital, mas, ao contrário, que o hospital era um local de trabalho e os homens morriam mais do trabalho que de outra doença qualquer. A teoria de que o indivíduo seria, ele mesmo, o autor do seu destino, que sem dúvida só nos anos 30 do século XIX na Inglaterra liberal revelou inteiramente seu conteúdo social, encontrou, já nos séculos anteriores, sua expressão adequada na falta de piedade com que os pobres eram comprimidos nas minas e manufaturas. A Antiguidade e a incipiente Idade Média eram cruéis, mas, com a crescente necessidade de homens no livre comércio que se ampliava, a coação ao trabalho mortífero foi racionalizada junto às massas como exigência ética. Procedia-se da mesma forma não apenas com os pobres, mas também com todos os deserdados em geral, crianças, doentes e velhos. O edito de 1618 do Grande Eleitor sobre a instituição de penitenciárias, casas de correção e manufaturas, nas quais também teriam de ser alojados todos os desempregados e seus filhos, à força se fosse preciso, deveria também contribuir não só para o florescimento da indústria têxtil, mas também para educar os preguiçosos para o trabalho; isto caracteriza o pensamento da época. Ele estendeu-se também até o século XVIII. “Frederico, o Grande”, escreve

Kulischer, “considera tão importante o emprego de crianças que, durante sua estada em Hirschberg, na Silésia, em 1766, ofereceu aos comerciantes uma remessa de mil crianças entre dez e doze anos de idade, para empregá-las na fiação; a recusa desta oferta desperta seu extremo desagrado”. A um empresário que se queixava da qualidade dos operários da Holanda e da Dinamarca, ele cedeu crianças órfãs. Crianças de orfanatos de Potsdam são remetidas, em 1748, a um outro produtor. França, Inglaterra e Holanda consideram perfeitamente admissível o trabalho de crianças de 4 anos, e obviamente dos anciãos e enfermos, na indústria e nas manufaturas em geral. Raras vezes se encontra um decreto que afasta as crianças das minas. O horário de trabalho nunca é inferior a 13 horas diárias, e muitas vezes superior. De liberdade de residência nem se fala; aos trabalhadores não é permitido trabalhar no sistema de tarefas para empreiteiros estrangeiros, nem os operários das manufaturas podiam abandonar a fábrica sem permissão do amo. Quando as crianças, com ou sem o consentimento da família, eram colocadas à força nas diversas oficinas e fugiam, eram recapturadas com o auxílio das autoridades. As greves eram punidas severamente, e os salários eram mantidos intencionalmente em níveis baixos, com o apoio e mesmo por força de expressa determinação dos governos. De Witt, o amigo e comitente de Spinoza, exigia das autoridades que baixassem os salários. Era convicção geral que, enquanto o trabalhador tivesse uma moeda no bolso ou o mínimo crédito, ele se entregaria ao vício da ociosidade, ou seja, na verdade ele não queria em hipótese alguma sujeitar-se às sangrentas condições de trabalho. (HORKHEIMER, 1990, p. 202-204).

Essa longa citação de Horkheimer não só descreve com crueza as cruéis condições de trabalho na transição do regime feudal para o capitalista, mas demonstra o estreito vínculo entre as necessidades econômicas dos detentores do capital e a práxis política dos detentores do poder estatal, ressaltando como várias das modernas instituições sociais surgem como forma de organizar coercitivamente o trabalho social, muitas vezes de forma violenta, tendo como fundamento ideológico a ética do trabalho e a doutrina da liberdade individual².

² Não parece casual, portanto, que a mais perfeita síntese entre a ética do trabalho e a doutrina da liberdade individual se encontre na formulação “*Arbeit macht Frei*” (“O trabalho liberta”), inscrita nos portões de entrada do campo de concentração e extermínio de Auschwitz. Como apontara o próprio Horkheimer (1988, p. 308, tradução nossa), ainda durante a Segunda Guerra: “Mas quem não quer falar de capitalismo, deve calar sobre o fascismo” (“*Wer aber vom Kapitalismus nicht reden will, sollte auch vom Faschismus schweigen*”).

A obra de Marx fornece, portanto, uma fonte teórica fecunda para a análise sociológica das transformações do trabalho, uma vez que compreende o trabalho como categoria fundamental do processo de socialização, compreendendo-o em seu desenvolvimento objetivo no interior de uma totalidade social, produzida sobre uma determinada situação material. Nesse sentido, é pertinente retomar a orientação metodológica, segundo a qual “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 1977, p. 14).

A referência a essa orientação metodológica é importante na tentativa de apreender a tendência social das transformações no trabalho. Marx apontava que a Economia Política clássica teria se equivocado em tentar compreender o processo de produção através da figura do indivíduo isolado, sem compreender sua atividade produtiva, seu trabalho, no interior de uma totalidade mais ampla que abarcar produção, circulação e consumo, condicionando, portanto, as condições de trabalho no interior dessa totalidade social. Como ele escreveu: “[...] sempre que falamos de produção, é à produção num estágio determinado do desenvolvimento social que nos referimos – à produção de indivíduos vivendo em sociedade” (MARX, 1977, p. 202-203). Dessa forma, para se manter fiel ao método dialético desenvolvido por Marx, é preciso acompanhar o desenvolvimento do processo produtivo, desvendando as contradições de sua configuração atual. É nesse sentido que se aborda, pelo materialismo histórico dialético, a transformação tendencial do universo do trabalho, pela apreensão das mudanças no universo mais geral da produção, circulação e consumo.

A tendência à flexibilização da produção

Em seu estudo sobre *A ideologia da sociedade industrial*³, Herbert Marcuse (1973) percebeu uma tendência à integração dos trabalhadores aos pressupostos ideológicos então vigentes, através de um processo de mimetização mediado pela tecnologia, compreendida como um processo social de administração das contradições que produzia um fechamento do universo da locução e da política, com a neutralização de conceitos críticos. Ele percebeu, de modo ainda incipiente, por analisar um processo ainda em sua gênese, que

³ Originalmente intitulada *One dimensional man*, a obra data de 1964.

as mudanças no plano da economia e da política, organização do trabalho inclusa, leva a uma identificação entre o indivíduo e os mecanismos que o coagem. Em suas palavras:

Defrontamos novamente com um dos aspectos mais perturbadores da civilização industrial desenvolvida: o caráter racional de sua irracionalidade. Sua produtividade e eficiência, sua capacidade para aumentar e disseminar comodidades, para transformar o resíduo em necessidade e a destruição em construção, o grau com que essa civilização transforma o mundo objetivo numa extensão da mente e do corpo humanos tornam questionável a própria noção de alienação. As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, *hi-fi*, casa em patamares, utensílios de cozinha. O próprio mecanismo que ata o indivíduo à sua sociedade mudou, e o controle social está ancorado nas novas necessidades que ela produziu. (MARCUSE, 1973, p. 29-30).

Nessa nova condição estaria diretamente relacionada com o refinamento do aparato tecnológico de dominação social, que Marcuse caracteriza como uma nova forma de controle. Se “a eficiência técnica do aparato produtivo” sempre serviu à sujeição das pessoas “à divisão social do trabalho estabelecida”, o período do pós-Segunda Guerra parecia inovar na constituição e eficiência desse aparato, que se torna tecnológico “num novo sentido”, em que “os controles tecnológicos parecem ser a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais – a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível” (MARCUSE, 1973, p.30).

Aqui, já não se trataria da introjeção da ideologia, compreendida como “falsa consciência”, pois o refinamento do controle tecnológico invade a própria constituição subjetiva do sujeito, não só no trabalho estranhado, mas também na esfera privada, ela própria invadida pela tecnologia.

A produção e a distribuição em massa reivindicam o indivíduo *inteiro* e a psicologia industrial deixou de há muito de limitar-se à fábrica. Os múltiplos processos de introjeção parecem ossificados em reações quase mecânicas. O resultado não é o ajustamento, mas a *mimese*: uma identificação imediata do indivíduo com a *sua* sociedade e, através dela, com a sociedade em seu todo. (MARCUSE, 1973, p. 30-31, grifo do autor).

Essa identificação imediata entre indivíduo e sociedade é produzida pelo gerenciamento científico do aparato tecnológico. Marcuse descreve o processo:

Essa identificação imediata e automática (que pode ter sido característica das formas primitivas de associação) reaparece na civilização industrial elevada; contudo, sua “imedição” é o produto de uma gerência e organização complicadas e científicas. Nesse processo, a dimensão “interior” da mente, na qual a oposição ao *status quo* pode criar raízes, é desbastada. A perda dessa dimensão, na qual o poder do pensamento negativo – o poder crítico da Razão – está à vontade, é a contrapartida ideológica do processo material no qual a sociedade industrial desenvolvida silencia e reconcilia a oposição. O impacto do progresso transforma a Razão em submissão aos fatos da vida e à capacidade dinâmica de produzir mais e maiores fatos do mesmo tipo de vida. A eficiência do sistema embota o reconhecimento individual de que ela não contém fato algum que não comunique o poder repressivo do todo. Se os indivíduos se encontram nas coisas que moldam a vida deles, não o fazem ditando, mas aceitando a lei das coisas – não a lei da Física, mas a lei da sociedade. (MARCUSE, 1973, p.31).

Marcuse ressalta que esse processo não implica no fim da ideologia, na libertação do homem da condição de alienação. Ao contrário, essa etapa significa a objetivação da alienação, que engolfa inteiramente o sujeito e ofusca a distinção entre consciência falsa e verdadeira – ou pior, inverte a relação, pois “perante o tribunal dessas conquistas, a ‘falsa consciência’ de sua racionalidade se torna a verdadeira consciência” (MARCUSE, 1973, p. 31). A ideologia é absorvida pela realidade, pois se localiza “no próprio processo de produção”:

O aparato produtivo e as mercadorias e serviços que ele produz “vendem” ou impõem o sistema social como um todo. Os meios de transporte e comunicação em massa, as mercadorias casa, alimento e roupa, a produção irresistível da indústria de diversões e informação trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores e, através destes, ao todo. Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E, ao ficarem esses produtos benéficos à disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo

de vida. É um bom estilo de vida – muito melhor do que antes – e, como um bom estilo de vida, milita contra a transformação qualitativa. Surge assim um padrão de *pensamento e comportamento unidimensionais* no qual as ideias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa. (MARCUSE, 1973, p. 32).

Essa constatação é condizente com o fato de que se constrói, após a Segunda Guerra, uma forma de Estado de Bem-Estar Social, caracterizado por um pacto entre capital e trabalho que possibilitou, por um lado, uma melhoria nas condições de trabalho, traduzida na aquisição de direitos sociais e econômicos; por outro lado, na integração dos trabalhadores à lógica capitalista, por meio do acesso ao consumo que implica em melhorias matérias de suas condições de vida.

A aquisição de direitos foi, sem dúvida, uma conquista histórica, mas Marcuse desconfiava do Estado de Bem-Estar, pois percebia nele uma tendência à suspensão das contradições, administradas pelo aparato tecnológico, burocrático e político, além de enxergar uma tendência subterrânea em sua constituição, que estaria fundamentada sobre um componente bélico, de modo que o Estado de Bem-Estar estaria assentado sobre um Estado Beligerante (em referência à obra de Fred J. Cook, *The Warfare State*, um trocadilho com o termo *Welfare State*). Essa situação constituiria um bloqueio à mudança qualitativa.

Toda a teoria de Marcuse tem como pressuposto uma mudança tecnológica, que teria como consequência a transformação da ideologia, das formas de política. No entanto, não se trataria de uma mera mudança no nível da consciência. Essa mutação da ideologia se deveu a uma mudança mais geral no processo produtivo, sob o impacto do desenvolvimento tecnológico e do gerenciamento científico da organização produtiva. É possível afirmar que se trata, aqui, de um ponto de inflexão em direção à flexibilização do processo produtivo, que deve ser compreendida como seu fundamento material.

Anos após a publicação do livro de Marcuse, uma equipe de pesquisadores, coordenados por Max Pagès, inicia uma investigação sobre *O poder das organizações* (PAGÈS et al., 1987), cujos resultados são pertinentes para a compreensão dessa mudança tendencial em direção à flexibilização⁴. Sua pesquisa teve como

⁴ Os autores não precisam as datas em que a pesquisa se inicia e se encerra, mas é certo que transcorre durante a década de 1970, sendo editada como livro em 1978 e publicado em 1979.

objeto a filial europeia de uma empresa “multinacional americana que emprega grande quantidade de pessoal qualificado, cuja atividade se estende em escala mundial”, produzindo “material de alta tecnologia” e lançando mão “das mais sofisticadas técnicas de administração” (PAGÈS et al., 1987, p. 16).

Tratar-se-ia, portanto, de uma empresa de ponta, uma “empresa hipermoderna”, como qualificam os autores, tornando-se um objeto pertinente para a reflexão sobre as tendências de transformação da sociedade capitalista, as novas formas de organização da produção e do trabalho, bem como a relação entre o trabalhador e a produção – relação que, vale lembrar, Marx considerava fundamental para a compreensão do trabalho. É pertinente, nesse sentido, ressaltar a distinção entre a organização industrial clássica, moderna, e aquela que os autores consideram como uma forma de organização hipermoderna:

O que nos propomos a chamar organização hipermoderna, em contraste à organização moderna, caracteriza-se pelo desenvolvimento fantástico de seus processos de mediação, sua extensão a novas zonas (instâncias), sua interconexão cada vez mais ramificada e sua constituição em sistemas cada vez mais coerentes. (PAGÈS et al., 1987, p. 35)

Consoante com o argumento de que a organização do trabalho deve ser compreendida em relação ao processo produtivo, os próprios autores destacam que essas mudanças na organização da empresa derivam de transformações na esfera da produção:

Estas modificações devem ser relacionadas com as transformações do aparelho produtivo: a intelectualização das tarefas, o papel cada vez maior das ciências e das técnicas em todos os níveis da produção, a maior divisão técnica do trabalho e a interdependência das tarefas, a mudança e a renovação constantes. O aparelho produtivo exige trabalhadores instruídos capazes de compreender os princípios de sua ação e não apenas de cumprir tarefas rotineiras, capazes de iniciativas, não só aceitando mas desejando a mudança, aderindo voluntariamente a seu trabalho e interessando-se por ele, capazes e desejosos de cooperar com os outros, não apenas com os colegas permanentes, como nas antigas oficinas, mas de adaptação rápida a equipes mutantes, e às *forças-tarefa* provisórias. Essas mudanças modificam profundamente as condições da luta social. Podem tornar os trabalhadores mais livres para empreenderem, construir e organizar a produção,

de se questionarem acerca das finalidades da organização e de colocá-la em questão. A organização hipermoderna deve assegurar estas transformações do sistema produtivo e manter seu controle sob sua orientação e, ao mesmo tempo, transformar os trabalhadores no sentido desejado e manter seu controle sobre os mesmos, em a situação em que este controle poderia tender mais a escapar-lhe que anteriormente. (PAGÈS et al., 1987, p.35).

Em confluência com os escritos de Marcuse, a pesquisa empírica coordenada por Pagès leva à percepção de que a nova forma de organização empresarial produz uma forma de identificação, no próprio processo produtivo e na atividade de trabalho, entre os interesses da empresa e o interesse dos trabalhadores, que assumem como suas as regras da empresa.

Essa identificação entre os propósitos pessoais do trabalhador e os interesses e códigos da empresa, ocorre através de um processo de mediação, assim descrito:

O processo de mediação se coloca como a aliança das restrições (coerções) da empresa e os privilégios oferecidos ao indivíduo. Os privilégios funcionam como um terceiro termo que vem ocultar a contradição entre os objetivos da empresa, os do sistema capitalista (o lucro e a dominação) e os objetivos dos trabalhadores. (PAGÈS et al., 1987, p. 27).

Por meio desse processo de mediação, a empresa procura atingir seus objetivos através de uma maior integração dos trabalhadores ao processo produtivo, utilizando a coerção em conjunto com o fornecimento de privilégios. Seus termos “respondem às contradições da empresa capitalista”. Como escrevem os autores:

Simetricamente, o desenvolvimento das forças produtivas dá aos trabalhadores novos meios de luta e em contrapartida exige um reforço de controles, a criação de novos meios de controle e sua extensão às novas situações. É a esta dupla necessidade de desenvolvimento e de controle do sistema produtivo que respondem os processos de mediação. A mediação assegura o controle pelo fato de que a contradição é “resolvida” *pela empresa*. Os privilégios são oferecidos por ela, ao seu modo, segundo sua própria lógica, a empresa reforça assim a dependência dos trabalhadores, destituindo-os do poder de organizar eles próprios a sua produção em relação a ela, ao

mesmo tempo pela forma de intervenção e pelo seu conteúdo. (PAGÈS et al., 1987, p. 28).

Vale ressaltar, como fazem os autores, que o conceito de mediação “está indissolúvelmente ligado ao conceito de contradição no sentido marxista do termo”. Trata-se, pois, de compreender as mediações que caracterizam a contradição entre o capital e o trabalho, de acordo com a orientação de Marx. No entanto, as contradições nem sempre são auto-evidentes. “As contradições do sistema capitalista nem sempre são diretamente observáveis, pois são ocultadas e transformadas pelos processos de mediação” (PAGÈS et al., 1987, p. 28). Daí a necessidade de apreensão desses processos, acompanhando seu movimento histórico.

No caso da empresa hipermoderna analisada pelos autores, a organização aparece como “um conjunto dinâmico de respostas a contradições”, como “[...] um sistema de mediações que só pode ser compreendido pela referência à mudança das condições da população e das contradições entre os trabalhadores por um lado, a empresa e o sistema social, do outro” e que portanto deve ser compreendida como “[...] o produto de contradição entre empresas, entre as empresas e o Estado, a empresa e seus trabalhadores, entre sistemas sociais de desenvolvimento desigual”. Por esse motivo os autores asseveram que não se pode compreender a organização “a não ser por referência a este fundo *negativo*, numa perspectiva não positivista, mas dialética” (PAGÈS et al., 1987, p. 31).

Ocorre que a organização, como sistema de mediações, produz uma nova forma de dominação e coerção sobre seus trabalhadores. Os autores a descrevem:

Na organização hipermoderna, pela primeira vez na vida econômica, a dependência psicológica despersonaliza-se e instaura-se em relação à organização. O inconsciente não investe mais contra as pessoas em primeiro lugar, mas contra as estruturas institucionais. Este fenômeno é de grande importância pois marca uma mudança nos mecanismos de reprodução social. As estruturas sociais tendem a modelar diretamente a personalidade, que as assumiu, sem passar pela etapa da identificação com as pessoas. O educador do homem da organização não são tanto as pessoas com as quais ele se relaciona, seus chefes, os formadores da empresa, são a própria organização, suas regras, seus princípios, suas oportunidades, suas ameaças, que estruturam sua vida, o fazem tremer, esperar e gozar, e das quais os chefes não passam de servidores e intérpretes, eles próprios submetidos como todos à divindade. O homem da organização liberta-se assim da

tutela restrita do chefe, do educador, dos tiranos locais da empresa clássica, que ama, admira, detesta, com os quais é obrigado a se identificar para aprender a viver, para cair sob uma tutela muito mais obscura, ameaçadora e insidiosa de uma entidade impessoal que penetra na sua vida e na sua alma, de ponta a ponta. (PAGÈS et al., 1987, p. 37).

Essa “entidade impessoal” tem como característica a antecipação dos conflitos, apaziguando-os antes que se desdobrem. “A empresa moderna, e ainda mais a empresa hipermoderna, não se limita a tratar os conflitos, ela os prevê e se preveni”, até quase suprimi-los. Os conflitos potenciais são previamente identificados e solucionados antecipadamente pela tomada de determinadas providências, pelo recurso a técnicas administrativas, o que reflete não apenas no apaziguamento antecipado do conflito potencial, mas na própria reputação social da empresa, convertendo-se mesmo em propaganda:

As providências não são tomadas com o objetivo de evitar os conflitos, mas de proporcionar o bem-estar dos trabalhadores, o sucesso da empresa, a satisfação dos clientes, a boa reputação da empresa na coletividade, todos critérios *positivos*, de modo que no limite só transpareçam as políticas de empresa, que tiram sua legitimidade de tais critérios, e não mais o conflito ao qual elas respondem antecipadamente. Este é negado, abolido e apagado da linguagem da organização. [...] Elas visam reger a conduta dos trabalhadores, dos clientes e de todos os grupos sociais com os quais a empresa tem relações, de maneira a evitar que estes se agrupem e entrem em conflito com as finalidades da organização. Utilizam especialmente para isso modelos de conduta, de estrutura positivista (motivações de compra, modelos simplificados de “satisfação” no trabalho, teoria da organização, análise-sistemas, etc.), que elas tendem a fazer aceitar como modelos da realidade, com a ajuda de setores inteiros das ciências e das técnicas. O plano de fundo técnico e científico das políticas da empresa, suas superestruturas ideológicas fazem parte integrante dos meios de direção da empresa. (PAGÈS et. al, 1987, p. 34-35).

Com o intermédio desse gerenciamento técnico-científico antecipado dos conflitos, tem-se o deslocamento e a transformação das contradições. Com a organização hipermoderna, as contradições entre o trabalhador e a produção são deslocadas para a política contraditória da organização, que “[...] por sua combi-

nação de restrições (coerções) e privilégios oferecida aos indivíduos, integra estes à organização ao mesmo tempo que impede a formação de grupos autônomos de trabalhadores que se opõem a ela” (PAGÈS et al., 1987, p. 29-30). Dessa forma, as contradições “[...] permanecem latentes e inconscientes; elas se reencontram transformadas e absorvidas na política contraditória da organização” (PAGÈS, et al., 1987, p.30).

Mas o deslocamento não se restringe à política contraditória da organização: ela avança até a esfera subjetiva do trabalhador, constituindo “contradições psicológicas individuais”. O trabalhador introjeta “as restrições (coerções) e os estimulantes da organização que se transformam em angústia e em prazer, e tornam-se os dois pólos fundamentais de sua estrutura inconsciente”, alterando as contradições intrínsecas à psique individual, que são projetadas na identificação com a empresa e com seus objetivos, provocando no indivíduo “um conflito psicológico perpétuo nas suas relações com a organização” (PAGÈS et al., 1987, p. 30).

Dessa forma, as contradições, inerentes ao processo produtivo característico da sociedade capitalista, são transformadas por uma dupla via: pela transformação das contradições coletivas em contradições individuais; pela transformação das contradições objetivas – econômicas, políticas, ideológicas – em contradições subjetivas, puramente psicológicas. Essa tese é demonstrada pelos autores por meio da análise e interpretação crítica da entrevista de uma funcionária, que a todo momento oscila entre o elogio da empresa em que trabalha e a percepção de sua situação de exploração (PAGÈS et al., 1987). A partir dessa antecipação dos conflitos, sua resolução antecipada por meio de providências positivas e do deslocamento e transformação das contradições para a esfera individual, a empresa hipermoderna pretende vender a imagem de que teria superado as contradições inerentes ao processo produtivo, eliminando a precariedade e os conflitos no trabalho.

Tem-se a pretensão de se ter superado o trabalho alienado, estranhado. Tratar-se-ia, na empresa hipermoderna, de um novo tipo de trabalho, qualitativamente distinto, autônomo, em que o trabalhador atenderia a seus próprios interesses ao produzir para a empresa. Este é o componente ideológico das novas formas de organização empresarial, que se materializa em regras, códigos de conduta, na própria linguagem disseminada no interior da organização.

Por um lado, é preciso reconhecer que o trabalho nesse tipo de empresa, ao menos em seus postos mais qualificados, não se assemelha à brutalidade do trabalho fabril do século XIX. Além disso, em alguns cargos, mobiliza-se, efetiva-

mente, a subjetividade do trabalhador em benefício da produção. Por outro lado, essa conformação organizativa engendra novas formas de contradição, algumas das quais afetam o próprio estado psicológico dos trabalhadores.

A integração da subjetividade do trabalhador não é um aspecto puramente positivo. Ao contrário da suposta autonomia que caracterizaria essa integração, que de acordo com teorias positivistas da organização fomentam a criatividade do trabalhador, sua atividade subjetiva, seu reconhecimento no trabalho, a integração subjetiva engendra uma nova forma de coerção, uma vez que a própria subjetividade individual “já está programada, canalizada, enquadrada, assimilada pelo sistema racional de regras” (PAGÈS et al., 1987, p. 53). Tem-se, com isso, uma “autonomia controlada”, um fragante oxímoro que expressa a contradição dessa nova situação.

Através da “autonomia controlada” e dos benefícios outorgados aos trabalhadores, administrados em conjunto com novas técnicas coercitivas, tem-se a identificação do trabalhador com a empresa, a percepção de que o interesse do indivíduo se realiza no trabalho para a empresa que o explora. Não se tem, com isso, a superação da exploração da dominação, da exploração e da alienação, mas seu refinamento ao nível psicológico.

Essa nova situação não está livre de contradições, em que pesem as pressões do aparato administrativo. Entretanto, elas mudam, se transformam, movimento que deve ser compreendido pela teoria. Como advertem os autores:

A organização e, se quisermos, uma vasta “zona intermediária” que se interpõe entre as contradições de classe, evita ou atenua os conflitos, os absorve e os integra em um sistema social unificado, mas é, entretanto, constantemente sustentada e produzida por elas. O desenvolvimento das organizações desde o nascimento do capitalismo, e o da própria teoria das organizações, bem o demonstram. À época da exploração visível, das classes bem distintas, dos afrontamentos brutais, sucede aquela da interiorização das restrições (coerções), da emergência das classes médias, da canalização e institucionalização dos conflitos, da linguagem normalizada e unificada da “boa administração”. Todos esses fenômenos não significam o desaparecimento das contradições, nem mesmo sua atenuação. Mas antes a modificação do sistema de controle da sociedade e das empresas capitalistas, sua extensão a novas zonas, em face das mudanças do sistema produtivo e das condições da luta. (PAGÈS et al., 1987, p. 31).

A pesquisa coordenada por Pagès auxilia na compreensão da gênese do recente processo de transformação do processo produtivo e da organização do trabalho, ajudando a esclarecer a transformação ideológica que lhe é subjacente e suas implicações políticas e subjetivas. No entanto, o referido trabalho diz respeito a uma fase ainda incipiente desse processo. Deve-se, portanto, voltar a atenção à sua fase mais avançada na sociedade contemporânea, marcada pelo avanço da flexibilização da produção e do trabalho.

Flexibilização da produção e precarização do trabalho no contexto do capitalismo financeiro.

Com a intensificação do processo de globalização, após a derrocada do regime soviético, consolida-se o capitalismo financeiro, compreendido como uma nova fase do processo de desenvolvimento capitalista. Em seu livro *Finanzcapitalismo*⁵, Luciano Gallino (2011) caracteriza essa nova etapa da globalização capitalista:

O finanzcapitalismo é uma mega-máquina que se desenvolveu no curso das últimas décadas a fim de maximizar e acumular, sob a forma de capital e em conjunto de poder, o valor extraível seja do maior número possível de seres humanos, seja do ecossistema. A extração de valor tende a abarcar todos os momentos e aspectos da existência de um e de outro, do nascimento à morte ou à extinção. Como máquina social, o finanzcapitalismo superou cada uma das precedentes, incluindo aquela do capitalismo industrial, em função de sua extensão planetária e de sua penetração capilar em todos os subsistemas sociais, em todos os estratos da sociedade, da natureza e da pessoa⁶. (GALLINO, 2011, p. 5).

Percebe-se aí a caracterização de uma nova configuração do capitalismo, decorrente de uma transformação qualitativa de sua forma social, agora capaz de penetrar todas as esferas da sociedade, quase sem restrições. A mudança seria qualitativa porque essa nova forma de capital não se sustenta apenas na produção de valor, mas na extração de valor. Gallino distingue entre ambas: enquanto

⁵ Gallino utiliza o neologismo “finanzcapitalismo”, extraído por uma contração do alemão *Finanzmarkt-Kapitalismus*.

⁶ Traduzido pelo autor a partir do original italiano. O mesmo vale para as traduções subsequentes de Gallino.

a produção de valor consistiria “na construção de uma casa ou uma escola”, a extração de valor ocorreria “quando se provoca um aumento do preço das casas manipulando as taxas de interesse ou as condições de empréstimo” (GALLINO, 2011, p. 6).

Segundo Gallino, nessa nova configuração não seria exato afirmar que o capital possui poder: ele próprio se constitui como poder:

O capital *é* poder. O poder de decidir que coisa produzir no mundo, com quais meios, onde, quando, em que quantidade. O poder de controlar quantas pessoas tem direito a um trabalho e quantas são consideradas dispensáveis; de estabelecer em que modo deve se organizar o trabalho; quais devem ser os preços dos alimentos de base, a partir dos quais se aumento ou diminui em uma quinzena de milhões o número de famintos no mundo; quais moléstias devem se tratar e quais negligenciar, ou quais fármacos devem se desenvolver nos laboratórios de pesquisa ou não. (GALLINO, 2011, p. 6-7).

No estágio do capital financeiro, portanto, o capital se converte no poder objetivo de decidir sobre a vida de cada um de nós, direta ou indiretamente. Assim se caracteriza a atual tendência de desenvolvimento do capital, cada vez mais consolidada. Essa tendência tem como característica central a flexibilidade, que no exemplo supracitado pode ser identificada no poder de decisão sobre o que, como e onde produzir, bem como sobre quais os trabalhadores serão mobilizados na produção e quais serão descartados.

A essa flexibilização, Gallino (2014) dedica um longo ensaio. Nele, o sociólogo procura demonstrar como a tendência à flexibilização da produção e do trabalho adquire legitimidade social ao ser compreendida como um fator essencial da competição econômica, portanto também para o desenvolvimento nacional na competição global entre as nações. Além disso, a flexibilidade é também compreendida como sendo socialmente benéfica, por supostamente aumentar o número de empregos – a maior geração de empregos seria uma contrapartida aceitável à intensificação da insegurança no trabalho.

Gallino, no entanto, procura criticar essa concepção, demonstrando que a flexibilização tende à precarização do trabalho. A precariedade sintetiza os custos humanos da flexibilização do trabalho, captando a forma e a substância, em uma pessoa, da inserção em uma longa sequência de contratos de trabalho temporário, sem qualquer certeza de conseguir um novo contrato temporário

ou um contrato estável, condição que hoje afeta todos os setores da economia e do mercado de trabalho.

A insegurança é uma consequência direta da precariedade do trabalho, engendrada por sua flexibilização. Como denota a própria raiz etimológica do termo precário: “qualquer coisa que se pode fazer somente com base em uma autorização revogável” (GALLINO, 2011, p. 8). O trabalho temporário, trabalho flexível por excelência, é um trabalho revogável de acordo com os interesses da empresa, produzindo a incerteza no que toca às perspectivas de vida do trabalhador flexível.

Nesse sentido, a insegurança é tanto objetiva quanto subjetiva, pois da insegurança objetiva no emprego resulta a insegurança de vida, uma vez que o trabalho e a renda são revogáveis por aquele que os concede, produzindo a insegurança subjetiva do trabalhador. Assim, a generalização e normalização do trabalho precário implica a revogação da normalidade do trabalho e do devir da vida, consistindo em uma regressão a condições de trabalho que se havia superado a duras penas ao longo do processo de modernização social.

Esse processo de precarização do trabalho tem consequências políticas e formativas para o trabalhador. No aspecto político, a percepção, pelo trabalhador, de que ele não é capaz de construir um projeto de vida se reflete na percepção de que não se pode construir também os projetos coletivos de vida, por meio da política. A construção de projetos individuais de vida e de projetos políticos coletivos são concebidos como limitados pela contingencialidade.

No aspecto formativo, o trabalho precário não permite o acúmulo de experiência profissional, ao menos para grande parcela dos trabalhadores flexíveis, que migram de um posto de trabalho a outro, muitas vezes sem correspondência entre si. Além disso, não é interesse das empresas investirem na formação de trabalhadores flexíveis que podem, em pouco tempo, tornar-se funcionários de empresas concorrentes.

Dessa forma, a flexibilização do trabalho e sua consequente precarização se torna um obstáculo para a construção de uma carreira e para a constituição de uma identidade laboral. Esta, no entanto, não pode ser concebida como “um elemento suplementar ou acessório da identidade pessoal e social: é o seu próprio fundamento” (GALLINO, 2011, p. 10). Com isso, retorna a condição de estranhamento do trabalhador: estranhamento diante do produto de seu trabalho e da própria atividade de trabalho à qual se dedica, mas também estranhamento diante de si próprio e dos outros com os quais compete.

Considerações finais

Gallino (2014) ressalta que a flexibilidade provoca impactos distintos nas diversas formas de sistema laboral, do menos qualificado ao mais qualificado. Entretanto, todas elas são atingidas pela flexibilização. Além disso, a tendência à precarização do trabalho, por meio de sua flexibilização desmente o fundamento ideológico que pretende lhe conferir legitimidade: o trabalho flexível não melhora as condições de trabalho, dotando-o de maior autonomia, criatividade e participação ativa. Isso até pode ocorrer nos postos de trabalho mais qualificados, com as consequências apontadas por Pagès e seus colaboradores (PAGÈS et al., 1987).

Entretanto, contrariamente ao discurso que exalta a flexibilização e enaltece acriticamente as mudanças no mundo do trabalho, a tendência que se verifica consiste na acentuada polarização entre trabalho qualificado e trabalho precário, com a contração relativa dos estratos médios. Com ela, aumenta o número de trabalhadores pouco qualificados que competem entre si por vagas temporárias em cargos precários de trabalho, sendo avaliados não mais de acordo com um sistema de qualificação profissional baseado em direitos sociais, mas de acordo com sua capacidade de adaptar-se aos ditames do mercado, tornando-se empregável pela mobilização de competências que o permitem enfrentar as diversas condições de trabalho em que se insere – situação que tem se tornado um cínico imperativo pedagógico para o próprio sistema educacional (RAMOS, 2006).

O presente trabalho se propôs a esboçar o delineamento dessa tendência, a partir de uma reflexão crítica que compreende as chamadas reconfigurações do trabalho a partir das transformações em suas condições materiais de existência e em sua correspondente transformação ideológica. Compreender os desdobramentos dessa tendência, por meio da reconstrução das mediações que compõem seu processo subjacente, tendo em vista a composição de sua totalidade, se coloca como a tarefa a ser enfrentada pela Teoria Crítica contemporânea que tome por objeto as mudanças no mundo do trabalho.

THE TREND TO FLEXIBLE PRODUCTION AND THE PRECARIOUS WORK IN THE CONTEXT OF FINANCIAL CAPITALISM

***ABSTRACT:** This paper aims to delineate the current trends of work in the context of productive flexibility background. For that purpose, it is assumed that the work is the key*

element for the human socialization process and it should be comprehended in its historical specificity, and it has to be correlated to the social totality in which it operates. In this sense, it tries to demonstrate, using theoretical studies references related to the transformations in work organization, the consequences of the current process of flexibilization of work production, by an objective point of view, showing the flexibilization impacts on material conditions of work and the subjective constitution of the worker, demonstrating its impact on his political organization, his training process and the constitution of his laboral identity.

KEYWORDS: *Work. Flexibilization. Social change. Critical theory.*

REFERÊNCIAS

- GALLINO, L. **Vite rinviato:** Lo scandalo del lavoro precario. Roma: Laterza, 2014.
- _____. **Finanzcapitalismo.** Torino: Einaudi, 2011.
- HORKHEIMER, M. **Teoria crítica:** uma documentação. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- _____. Die Juden und Europa. In: _____. **Gesammelte Werke.** v.4. Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag, 1988. p.308-331.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. Novas fontes para a fundamentação do materialismo histórico. In: _____. **Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. p.9-55.
- MARKUS, G. **Teoria do conhecimento no jovem Marx.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PAGÈS, M. et al. **O poder das organizações.** São Paulo: Atlas, 1987.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2006.

RANIERI, J. Apresentação. In: MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004. p.11-17.

PARA ALÉM DO UTILITARISMO ECONOMICISTA: UM ESTUDO DE CASO DA LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA EMPRESARIAL

Cristiano das Neves BODART*
Edson Terra AZEVEDO FILHO**

RESUMO: O artigo aponta algumas contribuições para a compreensão da ação coletiva empresarial. Para tanto, apresenta o estudo em torno da implantação do programa Redes Associativas do SEBRAE em Goytacazes/RJ. Como fundamentação da análise, recorreu-se às Teorias dos Jogos e da Escolha Racional. Porém, em função da identificação das limitações da explicação racional do economicismo, utilizou-se o conceito de Capital Social. A metodologia adotada contemplou a revisão da literatura e a pesquisa de campo. Foi identificado que alguns dos dilemas coletivos vivenciados pelos ceramistas tiveram significativa influência sobre a escolha dos indivíduos em participar ou não da Rede Campos Cerâmica (RCC) e que estes dilemas podem ser melhor compreendidos recorrendo-se ao conceito de Capital Social, haja vista que os indivíduos não agem apenas sob motivações de racionalidade e cálculo custo-benefício.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria dos jogos. Escolha racional. Capital social.

Introdução e procedimentos metodológicos

Os dilemas que envolvem as ações coletivas têm sido amplamente discutidos no campo da Ciência Política e da Sociologia Política, tendo como expoentes

* Doutor em Sociologia. USP - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP – Brasil. CEP - 05508-080 cristianobodart@hotmail.com.

** Doutor em Sociologia Política. UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências Humanas. Campos dos Goytacazes –RJ – Brasil. CEP - 28013-602 - etaf@uenf.br.

autores como Boudon (1979), Coleman (1994), Olson (1999), Putnam (1996) e Elster (1994), Bourdieu (1980) e Offe (1984). Este artigo centra-se na revisão desses autores, a fim de buscar explicar dilemas coletivos que envolvem empresários ao proporem ações cooperadas de atuação no mercado.

O presente trabalho é resultado de um estudo de caso envolvendo o programa “Redes Associativas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas” (SEBRAE) e os ceramistas sindicalizados do município de Campos dos Goytacazes, localizado na região do Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, buscou-se identificar os dilemas coletivos enfrentados pelos referidos ceramistas e compreendê-los à luz das Teorias dos Jogos, da Escolha Racional e do conceito de Capital Social. Partiu-se da premissa de que o indivíduo racional, movido pelo cálculo custo-benefício, é igualmente motivado por questões culturais e que uma interpretação culturalista (representada aqui pelo conceito de Capital Social) é essencial para compreender as ações desse indivíduo complexo.

A Teoria dos Jogos e da Escolha Racional possibilitaram compreensões importantes dos fenômenos da ação coletiva em estudo, porém tornou-se necessário ir além do utilitarismo e do economicismo, recorrendo-se às contribuições de Pierre Bourdieu (1980, 1996), Offe (1984), Putnam (1996), Coleman (1994) e Fukuyama (1996). Certamente não foi possível esgotar a temática em estudo, nem descrever de forma completa o objeto estudado, mas acredita-se que essa pesquisa trouxe novos elementos explicativos para a compreensão dos dilemas coletivos existentes em redes empresariais de cooperação.

A pesquisa de campo se deu por meio de entrevistas semiestruturadas a ceramistas sindicalizados do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Essa segmentação foi necessária em função da exigência estipulada pelo SEBRAE de que as cerâmicas tivessem vínculo institucional para parte do projeto de estruturação da rede de cooperação, o que incentivou posteriormente a criação da Rede Campos Cerâmica (RCC).

As entrevistas foram efetuadas em dois momentos, em 2009 e 2011. Na ocasião da pesquisa realizada em 2009 foi retratado um ambiente de falta de cooperação entre os ceramistas para a implementação de ações coletivas. Porém, a partir da identificação da ocorrência de um novo dilema coletivo entre os ceramistas, em 2011, foi necessário retomar as entrevistas buscando-se coletar novas informações, consideradas importantes para melhor compreensão da ação coletiva em estudo.

As entrevistas estiveram focadas em algumas questões centrais, tais como: i) o que levou os ceramistas a participarem ou não da RCC? ii) os ceramistas possuíam informações suficientes sobre as possíveis vantagens e desvantagens com a implantação da RCC? iii) existe alguma relação social pré-existente entre os ceramistas que formaram a RCC? iv) existem relações de confiança entre os ceramistas? v) os ceramistas costumam se inteirar de questões políticas? vi) os ceramistas costumam participar de atividades coletivas e políticas na região?

As questões foram elaboradas com o intuito de aprofundar o nível de compreensão a respeito dos dilemas coletivos identificados, bem como avaliar se há um maior estoque de Capital Social entre os integrantes da RCC em relação àqueles que não aceitaram participar da fundação da rede. A hipótese lançada é que há um maior estoque de Capital Social entre os ceramistas que participam da RCC, o que teria facilitado as relações de cooperação.

Dentre as 76 cerâmicas sindicalizadas convidadas, apenas 13 delas fazem atualmente parte da RCC. Para a operacionalização de pesquisa, foram entrevistados, em 2009, em amostra aleatória, dez (10) ceramistas, sendo quatro (04) integrantes da RCC e seis (06) não integrantes. Em 2011 os mesmos ceramistas foram reentrevistados.

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira seção é a presente introdução e a apresentação dos procedimentos metodológicos. Na segunda seção é apresentado um breve histórico da estruturação da RCC. A terceira centra-se nos dilemas coletivos vivenciados pelos empresários ceramistas nas origens da formação da RCC e os avanços cooperativos hoje identificados por eles. Foi realizada, na quarta seção, uma análise explicativa dos aspectos observados referentes à cooperação social objetivando ir além da explicação utilitarista. Por fim, na quinta seção são realizadas algumas considerações finais.

A criação da rede cerâmica de campos (RCC): breve histórico

O município de Campos dos Goytacazes está localizado no estado do Rio de Janeiro, mais especificadamente na região do Norte Fluminense, aproximadamente a 280 km de distância da capital do estado. O município de Campos, como normalmente é chamado, possui uma área de 4.027 km² e uma população de 463.731 habitantes (IBGE, 2010).

Com aproximadamente 100 indústrias cerâmicas, entre sindicalizadas e não sindicalizadas, a região concentra o maior volume de produção cerâmica do

Estado, atividade esta que veio preencher as lacunas existentes após as falências de várias usinas de cana-de-açúcar da região (RIBEIRO, 2009).

As primeiras ações para a criação da RCC surgiram a partir de uma iniciativa do Sindicato da Indústria Cerâmica para a Construção de Campos (SICCC), que mobilizou um grupo de ceramistas a buscar no SEBRAE o apoio para a criação de uma cooperativa. Apesar dos ceramistas não saberem exatamente o que queriam, buscavam empreender alguma ação visando um processo de mudança, de modo a agregar ao polo cerâmico um maior nível de sustentabilidade de suas operações e assim, buscar oferecer ao setor uma “sobrevida”, já que estavam enfrentando grande concorrência de outros centros produtores.

O SEBRAE identificou inicialmente que em função de seus interesses, os ceramistas necessitavam de um suporte para se organizarem e se tornarem mais representativos comercialmente e principalmente mais competitivos. Dessa forma, o SEBRAE dentro de sua proposta de apoio ao desenvolvimento de pequenos negócios apontou uma alternativa para os ceramistas de Campos: a implantação de uma rede de empresas por meio do Programa Redes Associativas.

O Programa Redes Associativas é amplamente implantado pelo SEBRAE em todo o Brasil. Trata-se de um programa que visa promover a competitividade e a sustentabilidade de micro e pequenas empresas, estimulando processos locais de desenvolvimento e cooperação. Por meio do referido programa, o SEBRAE oferta palestras de sensibilização à cooperação; presta assessoria nas fases de constituição, legalização e elaboração do estatuto e dos regimentos; realiza *workshops* de mobilização estratégica, com realização de planos de trabalho, oferta cursos básicos de cooperativismo e associativismo e curso de gestão estratégica de cooperativas (SEBRAE, 2013). Em Campos dos Goytacazes, o programa foi denominado “Programa Cerâmica Vermelha”.

Aceita a proposta de criação da rede de cerâmicas alinhadas à metodologia do SEBRAE, iniciou-se um trabalho de visitação em todas as cerâmicas sindicalizadas da região. Nas visitas realizadas, os representantes do SEBRAE apresentavam o projeto buscando a adesão dos empresários ao movimento, o que veio a resultar na formação da RCC. É importante ressaltar que apesar de, na ocasião, todas as 76 cerâmicas sindicalizadas terem sido visitadas e convidadas, apenas 35 se interessaram inicialmente em participar do projeto.

A RCC vem se estruturando ao longo do tempo, mas teve como marco inicial o dia 30 de abril de 2004, quando foi assinado um termo de adesão pelos ceramistas que se comprometeram em seguir as regras estabelecidas pelo projeto.

Inicialmente, de acordo com a metodologia do Programa Rede Associativas, os ceramistas precisariam se reunir com uma equipe do SEBRAE para desenvolver uma série de atividades. Entre as ações realizadas, estavam treinamentos que visavam capacitar os ceramistas a estabelecerem alianças estratégicas entre si.

Foram planejadas seis reuniões de capacitação havendo um limite aceito de faltas a tais encontros, podendo as empresas faltosas serem excluídas. Nos encontros realizados, além de receberem um treinamento específico a respeito de cooperação e formação de redes de empresas, os participantes elaboraram um planejamento estratégico para a RCC, que estabelecia uma série de objetivos e anseios do grupo.

Entre as primeiras ações desenvolvidas nos trabalhos realizados foi a ideia de um dos ceramistas de criar a marca RCC, já que na época o projeto ainda era chamado de “Programa Cerâmica Vermelha”.

Como fruto do planejamento estratégico elaborado, diversos objetivos foram traçados, como, por exemplo, a expansão comercial, campanhas para licenciamento ambiental, ações de reflorestamento, implantação de programas de qualidade e segurança, implantação de sistemas logísticos de *pallets* e a criação de uma central de massa cerâmica. Porém, ao longo do treinamento, alguns ceramistas desanimaram e abandonaram o projeto, que contava com 18 empresas e ao final restaram apenas 13 cerâmicas, que vieram a fundar a RCC.

Apesar da RCC ser composta por um número pequeno de empresas, na visão do gestor do projeto (SEBRAE), ter iniciado o trabalho com um grupo menor não foi tão problemático, pois dessa forma a metodologia pôde ser melhor aplicada e absorvida e os resultados apareceram mais rápido, contagiando e incentivando outros ceramistas que não faziam parte do projeto a desejarem participar, em função da percepção dos mesmos em relação ao desenvolvimento do grupo.

A RCC atualmente é uma rede consolidada, que atua oferecendo produtos cerâmicos de qualidade em toda a região Norte Fluminense, assim como a região do Grande Rio de Janeiro e da Grande Vitória/ES.

Uma conquista considerada de extrema importância para o grupo foi efetivamente a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento da cooperação e da confiança entre os ceramistas da rede, pois somente depois deste estágio foi possível alcançar os objetivos propostos.

De modo a finalizar o breve resgate histórico da RCC, pode-se recorrer ao comentário de um ceramista para ilustrar a sua percepção e de outros ceramistas a respeito da participação na “rede”.

O fato de estarmos participando da rede nos deixou mais atentos ao mercado. Não estamos em tão boas condições como gostaríamos, mas certamente se não estivéssemos na RCC, provavelmente estaríamos em piores condições do que as que estamos desfrutando atualmente (CERAMISTA FUNDADOR DA RCC).

Limitações e avanços cooperativos na RCC: contribuições da teoria dos jogos e da escolha racional

Esta seção tem por objetivo realizar uma análise, a partir da Teoria dos Jogos e da Escolha Racional, das limitações e avanços cooperativos vivenciados pelos ceramistas.

Refere-se ao termo “limites”, os dilemas da ação coletiva vivenciados no período de implantação e consolidação da RCC, os quais acarretaram uma baixa adesão dos ceramistas ao programa. São considerados como “avanços”, as conquistas cooperativas identificadas pelos ceramistas entrevistados nesses sete (07) anos de existência da RCC. Atualmente, tais avanços têm chamado a atenção e motivado diversos ceramistas, que não se interessaram inicialmente em participar da RCC, a ingressarem na rede.

Dentre os benefícios advindos, “[...] aos integrantes da RCC são dados como vantagens a participação em uma central de compras, que consegue reduzir os custos na aquisição de alguns itens como óleo diesel, equipamentos e seguros de vida, dentre outros” (PITHON; BROCHAD; BARBOSA, 2006, p. 3-4).

Destarte, ingressar ou não na RCC pode ser considerado como o primeiro dilema coletivo enfrentado pelos ceramistas convidados a participarem dessa rede associativa.

A Teoria da Escolha Racional (TER), de acordo seus promotores, proporcionou nova força aos postulados da racionalidade. Dessa forma, o indivíduo na busca do próprio interesse, entendido como o direito natural e a lei natural, advoga pela liberdade de usar o próprio poder para conservação da vida e a propriedade. Liberdade esta, entendida como “o preceito ou regra geral que estabelecida pela razão que proíbe o ser humano a autodestruição” (HIGGINS, 2005, p. 178).

De acordo com Carvalho (2010), a TER ressalta a relação de desejos pessoais com os limites do ambiente externo, o que leva o indivíduo a determinar uma escala de preferências frente ao contexto de transações objetivas. Movido por seus desejos individuais, este buscaria realizar escolhas que julgariam ser o melhor para si. Porém, nem sempre possui informações suficientes para a tomada de decisão. Em contrapartida, quando a realidade que o envolve trata-se de um jogo repetido¹, tal indivíduo tende, a partir da observação que faz das regras e dos jogadores, a agir de forma que seus benefícios sejam maximizados e seus custos reduzidos.

Boudon (1998 apud HIGGINS, 2005), afirmou que o auto-interesse é a melhor explicação do comportamento, o que não significa que outros postulados não sejam válidos. Afirmar que uma dada motivação é a melhor explicação para a ação social, não é o mesmo que dar-lhe exclusividade de capacidade explicativa ou que seja uma explicação completa ou conclusiva. Por esse motivo, o presente artigo recorre a outra teoria, a Teoria dos Jogos, buscando-se preencher lacunas explicativas da TER, assim como ao conceito de Capital Social. Pode-se compreender que tais teorias e o referido conceito, embora com perspectivas diferentes, são complementares e se apresentaram fecundos para os propósitos deste trabalho.

Foi identificado por meio deste trabalho que a RCC, em relação aos dilemas coletivos, vivenciou dois momentos ou fases distintas: i) a fase de origem e consolidação; ii) a fase atual da RCC.

Por meio de entrevistas aos ceramistas envolvidos na criação da RCC, foi identificado que tal grupo, inicialmente, se encontrava em um dilema muito comum relacionado à ação coletiva: agir e buscar uma situação ótima ou não agir e ficar com a situação subótima. Em outras palavras: os ceramistas estavam em situação desfavorecida frente à concorrência de outros centros produtores e, conseqüentemente, seus ganhos não eram de acordo com suas expectativas mercadológicas. Dessa forma, havia a possibilidade de se criar uma rede de cooperação (RCC) e buscar uma melhor situação no mercado regional (situação ótima). Porém, para atingirem uma situação ótima, os mesmos deveriam incorrer em custos de participação (principalmente investimentos monetários e tempo). Frente a essa situação, poderiam optar por duas atitudes diferentes: assumir os custos em busca de uma situação ótima, porém incerta ou, não participar dessa

¹ O conceito de Jogo repetido está associado ao contexto em que o participante já tem conhecimento das regras e funcionalidades da situação devido a repetição dessa mesma situação em momentos anteriores.

associação cooperativa, não assumindo os custos e permanecendo com a situação subótima.

Quando o benefício a ser atingido por uma ação cooperativa trata-se de um benefício coletivo, existe outra possibilidade apontada por Olson (1999): não participar da ação coletiva, não assumindo os custos, e ganhar o benefício. Olson se apoia no conceito de benefício coletivo como um “benefício indivisível”, ou seja, aquele que uma vez consumido por um grupo não pode ser negado a uma pessoa deste grupo, mesmo que este não tenha se dedicado em sua obtenção. Para Olson (1999), indivíduos racionais tendem, em se tratando de benefícios coletivos, a não participar, esperando que os outros assumam os custos da participação (o que convencionalmente é chamado de “*free rider*” – bilhete gratuito). Torna-se evidente, nestas condições, que a pura expectativa generalizada acarretará um “efeito perverso” (BOUDON, 1979), pois se todos os membros optarem pela estratégia do *free rider*, o bem coletivo deixará de ser obtido. Mas no caso do dilema coletivo dos ceramistas, tratavam-se de benefícios seletivos, o que não possibilita a existência de *free rider*, pelo menos no modelo clássico evidenciado por Olson.

Em uma perspectiva olsoniana, a decisão de todo indivíduo racional sobre se irá ou não contribuir para a obtenção do benefício coletivo, depende da sua percepção a respeito da relação custo x benefício envolvida. Para a mobilização, a percepção dos custos (como tempo, dinheiro, etc.) referentes à ação devem ser inferiores aos benefícios que serão supostamente alcançados. Porém, em entrevistas a alguns dos ceramistas convidados a participar da parceria, foi possível observar que aqueles que não aceitaram a proposta de formar a RCC, acreditavam que o custo da ação não era alto frente aos possíveis benefícios. Fato este que não motivou a maioria dos ceramistas sindicalizados a fazer parte da iniciativa. Deste modo, por que então não participaram? Nas palavras de Boudon (1979, p. 37), “como é possível alguém desinteressar-se em relação a seu próprio interesse?”.

Para Boudon (1979) é o efeito perverso da lógica participativa, em condições muito gerais, que leva os membros de um grupo a aceitarem passivamente uma situação contrária a seu interesse. No caso dos ceramistas, a não participação seria esse efeito perverso. Como explicar a situação de não participação onde todos tinham um interesse comum e uma proposta de ação coletiva para obtenção desse interesse? Nessa direção Boudon afirma que:

A comunidade de interesse, mesmo sendo um dado evidente para todos, não basta para provocar a ação comum que permita promover o interesse de todos. A lógica da ação coletiva e a lógica da ação individual não são a mesma coisa (BOUDON, 1979, p. 37).

No caso em análise, o problema estava assentado na incerteza. Assim, os ceramistas poderiam correr o risco e não obter benefícios. A busca por uma situação ótima poderia converter-se em uma situação pior que a de origem, já que os mesmos teriam investido recursos e não obteriam retornos sobre os mesmos. Para Elster (1994), os indivíduos tendem a “agir racionalmente”, apesar de sempre buscarem o melhor para si mesmos. Porém, às vezes, o melhor pode ser não agir, ou ainda, não desafiar as incertezas. Como Boudon (1979) apontou, a racionalidade dos indivíduos muitas vezes é limitada pelas falta de informações exatas, o que provoca incerteza e dificulta a ação.

O que parece ter acontecido é que o jogo desconhecido pode ter levado os indivíduos a não participarem da ação coletiva (ELSTER, 1994). Diferentemente do que poderia ocorrer se tratasse de um jogo repetido, ressaltando-se que era a primeira tentativa de cooperação daquele grupo.

Outro fator que pode influenciar nos processos de ação coletiva é o tamanho do grupo (OLSON, 1999). Para Olson, grupos menores tendem a ter maior adesão de seus membros, e isso se dá por vários fatores, entre eles ao fato de o benefício ser dividido por um número igualmente reduzido de participantes, sendo dessa forma, o benefício recebido mais significativo a cada membro. No caso dos ceramistas, o grupo deveria ser grande o suficiente para formar uma rede de colaboração forte, mas não tão grande a ponto de tornar os benefícios pequenos quando divididos entre os participantes. Não foi identificada a desistência participativa causada pela expectativa do benefício reduzido quando repartido pelo grupo. Dessa forma, o que parece é que o apontamento apresentado por Olson (1999) não foi identificado no caso em estudo.

Olson aponta que em grupos pequenos a participação tende a obter maior sucesso devido às pressões sociais, uma vez que as relações são pessoais e “cara-a-cara”. Assim, a não participação seria percebida e reprovada pelos demais. Notou-se que entre os ceramistas tais relações, mais estreitas, consideradas como características de grupos pequenos, não foram suficientes para inibir a desistência de maior parte dos ceramistas convidados para participar da RCC.

Mas como explicar o engajamento dos ceramistas que continuaram a participar do projeto?

Como já apresentado anteriormente, tal ação coletiva se deu em torno de um bem seletivo. Em entrevistas aos participantes do RCC foi possível observar que todos eles apontaram como motivo maior de suas participações os possíveis benefícios que vislumbravam com a ação. Mas esses não são tão racionais quanto os dissidentes? Por que agiram de forma diferente daqueles?

De acordo com Boudon (apud CARVALHO, 2010), a Teoria da Escolha Racional falha em se limitar na noção de racionalidade instrumental ao buscar explicar um vasto conjunto de fenômenos complexos, uma vez que tal noção expressaria apenas ações triviais da conduta econômica. Diversos outros fatores podem motivar a ação e a cooperação social. Segundo Boudon (1979), a participação pode ser um prazer em si mesma, para quebrar o tédio cotidiano ou dar ao ator um sentimento de importância, mas este também não parece ser o caso dos membros da RCC.

John Elster (1994, p. 159) aponta que “várias motivações coexistem e reforçam umas às outras”. Para ele, “um erro mais sutil é acreditar que cada instância da cooperação pode ser explicada por uma motivação”.

Elster identifica basicamente três tipos de indivíduos com motivações diferentes: os kantianos, os utilitaristas e os motivados pela norma de equidade. Os kantianos “querem fazer aquilo que seria melhor se todos fizessem”. Os utilitaristas “querem promover o bem comum”. Os motivados pela norma de equidade “não querem andar de carona na cooperação dos outros, mas também não querem cooperar quando poucos outros fazem”. No caso em estudo parece que os interesses individuais compartilhados entre os ceramistas foram o ponto chave para a mobilização em torno da criação da RCC.

A segunda fase da RCC, que configura o momento atual da rede, caracteriza-se por um novo dilema coletivo: aceitar ou não novos integrantes?

A RCC tem atualmente 13 empresas ceramistas. Porém, em função do sucesso apresentado ao longo de sua trajetória, especialmente a partir de 2008, alguns ceramistas não integrantes do projeto, manifestaram desejo de ingressar no mesmo, objetivando também colher dos frutos que a RCC vem propiciando. De acordo com um dos fundadores da RCC, houve uma pressão desses interessados sobre o SEBRAE (entidade gestora do projeto) para que os incluíssem na rede.

Por que atualmente os que antes se escusaram da cooperação, agora querem cooperar? O dilema apresentado anteriormente, a partir das contribuições de Elster (1994, p.157-158), não ocorre neste caso.

Recorrendo-se à Teoria dos Jogos, buscamos compreender o novo momento da RCC. De acordo com Osborne e Rubinstein (1994, p.156), a Teoria dos Jogos seria um instrumento analítico dos fenômenos observados quando tomadores de decisão (jogadores) interagem entre si. Parte-se do pressuposto de que os tomadores de decisão agem racionalmente na busca de maximizar seus ganhos, levando-se em conta ainda o nível de conhecimento dos envolvidos em relação ao jogo e suas expectativas racionais. Esta teoria retrata de forma mais comum os jogadores como homens de negócios. Por se tratar, neste artigo, de empresários cujas expectativas racionais são maximizar seus ganhos, a Teoria dos Jogos apresenta-se como um caminho para a compreensão das ações desses indivíduos frente a um dilema: participar ou não de uma ação cooperativa?

De acordo com Santos (2009, p. 8-9), a Teoria dos Jogos, do ponto de vista da teoria econômica, pode ser observada quanto a sua tipologia, ou seja, se os jogos são “estáticos” ou “dinâmicos”; se tem “informações completas” ou “informações incompletas”, como apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Tipologia dos jogos na definição de Santos.

	Jogos Estáticos	Jogos Dinâmicos
Informações completas	“[...] são jogos em que os participantes tomam as decisões simultaneamente e em que os <i>payoffs</i> possíveis para todas as combinações de estratégias são conhecidos por todos os jogadores.”	“[...] jogos em que as decisões dos diferentes jogadores são tomadas em diferentes momentos. A informação pode ser completa, mas imperfeita. A informação perfeita ocorre se o jogador na sua vez de tomar a decisão conhece sua posição, pois conhece a estratégia do outro, anteriormente decidida.”
Informações Incompletas	“[...] jogos em que os participantes tomam as decisões simultaneamente, mas os <i>payoffs</i> não são totalmente conhecidos por todos os jogadores, havendo informações privadas. Jogos com informação incompleta também são chamados de jogos bayesianos. Um exemplo deste jogo é um leilão em que as ofertas são feitas simultaneamente em envelopes lacrados e secretos.”	“[...] são jogos bayesianos e sequenciais. Nessa classe incluem-se os chamados jogos de sinalização. Nestes jogos um participante que detém a informação privada emite um sinal para outro participante, que não possui a informação, e que posteriormente, toma uma decisão. As aplicações econômicas deste tipo de jogo vão desde o mercado de trabalho até o mercado financeiro.”

Fonte: Elaboração própria com base em Santos (2009, p.8-9).

Por meio da Teoria dos Jogos foi possível identificar algumas configurações ou modalidades de jogos que envolviam e envolvem (variando entre as duas fases descritas da RCC) os ceramistas de Campos dos Goytacazes, como representado no Quadro 2.

Quadro 2 – Configurações dos jogos observados nas duas fases da RCC.

Tipo de jogo	Características observadas no jogo	Fase da RCC
Jogo de informações Incompletas	Distribuição de informação desigual entre os jogadores.	Primeira
Jogo Dinâmico	As decisões em participar são tomadas em momentos diferentes, de acordo com o acesso as informações e a crença no projeto.	
Jogo de Informações completas	O jogador posterior possui conhecimento da próxima jogada devido à observação da rodada anterior.	Segunda
Jogo Estático	As decisões são tomadas em reuniões e de forma simultâneas.	

Fonte: Elaboração própria.

Como apresentado no Quadro 1, na primeira fase da RCC (período de estruturação e consolidação) o jogo era incompleto. Nessa fase, alguns ceramistas possuíam maior acesso, em relação a outros, às informações referentes às possibilidades oferecidas pelo projeto e em momentos diferentes definiam se participariam ou não da Rede.

De um lado se posicionavam os ceramistas que conheciam melhor a proposta do SEBRAE e que, por conta deste fato, estavam dispostos a cooperar. De outro, os ceramistas que desconheciam o programa desta instituição e, conseqüentemente, possuíam maiores dúvidas quanto a sua viabilidade. Nesta fase de estruturação, a participação do maior número possível de ceramistas era desejada, uma vez que quanto maior a participação dos mesmos, maiores as possibilidades de ganhos a partir da cooperação. Aliada às vantagens cooperativas advindas, a inclusão de novos ceramistas, além de não acarretar custos para os já integrados, ainda possibilitaria a mitigação dos mesmos, em função do volume de recursos investidos.

Os dois jogos relatados, existentes na primeira fase da RCC, estavam marcados pela busca de novos integrantes para a rede e ao mesmo tempo por uma desconfiança dos menos informados. O resultado desta fase pode ser assim descrito: os indivíduos mais informados e que buscaram ajuda junto ao SEBRAE permaneceram na rede e os que possuíam menos informações e que estavam menos integrados ao programa, desistiram por desconfiança ou por acharem arriscado apostar em um jogo que não conheciam bem as regras e nem os possíveis benefícios.

Na segunda fase, os integrantes e não-integrantes passam a conhecer melhor o jogo, uma vez que este se repetiu ao longo dos sete (07) anos de existência da RCC. Ou seja, o jogo agora está aberto. Todos conhecem as regras, os jogadores e os resultados. Não existe o mesmo volume de incertezas iniciais. Elster afirma que trata-se de,

Uma função de reação particularmente simples, 'pagar na mesma moeda', diz às pessoas para começarem cooperando na primeira rodada e então cooperar em qualquer rodada posterior se e apenas se todos os outros cooperaram na rodada precedente (ELSTER, 1994, p. 158).

Na segunda fase, os resultados dos jogos que se configuraram podem ser assim descritos: os não-integrantes dotados posteriormente de maiores certezas a respeito da possibilidade de bons resultados, buscam racionalmente ingressar na RCC. Porém, no momento, o jogo não é mais de soma não-zero. A inclusão de novos membros neste momento poderia causar incertezas e redução do lucro para os membros da RCC. Deve-se considerar também, que já existia no grupo uma sinergia própria imbuída do espírito da cooperação, podendo os novos membros representarem potenciais problemas para o futuro caso não se enquadrem nesta filosofia.

Não se pode perder de vista que a RCC foi consolidada com o esforço e a partir de investimentos de diversos recursos por parte dos fundadores. Dessa forma, a movimentação de ceramistas almejando o ingresso na RCC, tem desencadeado um novo dilema: incluir novos membros ou não?

Ao manifestarem o interesse em fazer parte da rede, os ceramistas foram comunicados que dos procedimentos necessários, os quais causaram polêmica.

Em primeiro lugar, a inclusão de novo membro deve passar por votação e ter parecer favorável unânime. Além disso, precisará pagar a suprarreferida cota a título do esforço, em função da *expertise* comercial agregado pela RCC e

também por conta dos bens de uso coletivo, adquiridos ao longo do tempo. De acordo com o Presidente da RCC, atualmente o valor da cota de ingresso é de aproximadamente cem mil reais (R\$ 100.000,00).

Em função da situação exposta, os ceramistas solicitantes estão buscando expor esta situação ao SEBRAE, exigindo alguma solução, pois os mesmos consideram um absurdo terem que pagar um valor, que segundo os mesmos, é exorbitante.

Um grande impasse se dá pela possível existência de um efeito perverso da cooperação, pois os mesmos ceramistas que no início do projeto apostaram no cooperativismo como o fator-chave para o sucesso da RCC, atualmente, apesar de não se negarem a cooperar e nem a permitir a entrada de novos integrantes na rede, estão buscando valorizar a sua posição, e dessa forma podem estar criando um obstáculo à cooperação.

Como a iniciativa foi pública, no sentido de ter sido aberta a participação de todos os ceramistas sindicalizados, e o bem público² possui esta característica, os ceramistas que não fazem parte da RCC, sentindo-se desprestigiados, buscam seus interesses e exigem uma solução para esta questão, que até agora não foi definida.

Recorrendo às contribuições de Olson, uma possível solução para esse impasse seria adotar as mesmas medidas que praticam os partidos políticos (OLSON, 1965 apud BOUDON, 1979): promover o benefício coletivo, mas também bens individuais. A RCC poderia criar incentivos seletivos ligados ao tempo e esforço de cooperação. Assim, atenderia a demanda dos novos ingressantes, mas também valorizaria aqueles que tiveram maiores custos no processo cooperativo.

Para além do utilitarismo interpretativo da ação coletiva

Busca-se nesta seção ir além do utilitarismo metodológico. Este avanço analítico se dá pelo reconhecimento que tal abordagem apresenta muitas limitações explicativas, o que não significa dizer que não possui seu valor colaborativo.

A proposta de buscar novas colaborações não se configura em uma contradição metodológica, mas a complementação rumo a uma melhor compreensão do fenômeno em estudo, uma vez que os indivíduos não agem em todo o tempo

² O conceito de bem público aqui utilizado está relacionado a um bem não-exclusivo, marcado pela indivisibilidade, onde todos têm acesso a mesma disponibilidade do bem.

por motivações racionais baseadas na relação custo x benefício, mas também por fatores culturais. É importante ressaltar que não se tem a pretensão de esgotar o debate, apenas apontar possibilidades de análises ao presente estudo de caso.

A ação coletiva empresarial se diferencia de forma significativa da ação coletiva de sindicatos. Claus Offe (1984) em seu artigo intitulado “Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe e a forma de organização”, apresentou diferenças substantivas das duas lógicas da ação coletiva (empresarial e sindical). Para esse autor, a ampliação de envolvidos nos dois formatos de ação coletiva difere em sua qualidade. Enquanto que os sindicatos necessitam (imprescindivelmente) de maior quantidade de participantes na ação, as empresas necessitam de mais qualidade em sua ação coletiva. Possivelmente, não existe um esforço por parte dos membros pertencentes à RCC em incluir novos membros, principalmente quando estes não possuem um significativo volume de capital (social, financeiro, informacional, entre outros), assim como influência política significativa.

Outro diferencial está no fato dos empresários, ao contrário dos sindicatos, estarem confinados a interesses claros, menos conflituosos, dados e pré-fixados, “e cuja formação fica além do alcance legítimo das funções da organização” (OFFE, 1984, p.71). Problemas como aqueles ligados à ampliação do número de membros sindicalizados, à dificuldade de formular reivindicações acordadas em comum e mobilizar uma vontade geral não ocorre, em grau de seriedade comparável às organizações empresariais. Esse fato se deve “[...] pela simples razão de que essas (organizações) não dependem da democracia interna, da identidade coletiva, pelo óbvio fato de que já estão em uma posição estrutural de poder que torna complicações como essas evitáveis” (OFFE, 1984, p. 75). No caso da RCC, o consenso entre os membros depende menos de democracia e mais de conclusões técnicas, como apontou Offe (1984, p. 78).

Offe (1984, p.79) afirma que haverá maior comensuralidade e calculabilidade das verdadeiras demandas e da estratégia de ação, assim como uma probabilidade comparativamente menor de conflitos internos, quando comparado aos sindicatos. As associações empresariais, na maioria das vezes, possuem ainda, um elemento a menos de difícil controle para manter associados: usar uma ideologia como bandeira.

Outra colaboração encontrada na supracitada obra de Offe, está ligada à sua afirmação de que, devido à menor interferência nas decisões individuais das empresas, enquanto associação, essas terão menores inclinações em se desassociar. Observou-se realmente, a esse respeito, que dentre os ceramistas que iniciaram

a sua participação na RCC, a posterior permanência pareceu se tornar uma regra. Certamente essa peculiaridade não foi o único fator que contribuiu para a permanência dos mesmos, mas negar por completo esse elemento seria, no mínimo, imprudente.

É importante ressaltar que o Estado, e o empresariado em geral, dependem do florescimento do capital financeiro, por isso os empreendedores muitas vezes gozam de privilégios, quase sempre paternalistas. No caso da RCC, notou-se a atuação do SEBRAE.

Outra colaboração valiosa para a compreensão da ação coletiva está no conceito de capital social. Embora esse conceito não seja novo, tomou notoriedade apenas a partir da obra de Robert Putnam, publicado em 1993: *Making Democracy Work: Civic Tradition in Modern Italy* (D'ARAUJO, 2003).

Inicialmente, com Hanifan, o conceito havia sido definido como “[...] um conjunto de relações sociais marcadas pela boa vontade, camaradagem e simpatia, atributos muito próximos do *goodwill* utilizado para definir as relações públicas na sua origem” (HANIFAN, 1916 apud MATOS, 2009, p. 35-36).

A partir de seu *paper* “*Le capital social: notes provisoires*”, Bourdieu definiu o conceito de Capital Social como “[...] o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento” (MATOS, 2009, p. 35).

Para Putnam (1996, p.177) o conceito de Capital Social “[...] diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Para este autor o Capital Social é uma herança histórica, ou seja, é produzida e ampliada conforme as experiências dos grupos. Trata-se de um capital que quanto mais utilizado mais a comunidade cívica o possuirá.

Putnam (1996) afirma que o Capital Social possibilita a existência de laços comunitários fortes capazes de garantir a ação coletiva, levando as pessoas a participarem ativamente do processo de construção da democracia por via de mecanismos não convencionais de envolvimento político. Uma vez adquirido o Capital Social, o indivíduo racional não desejará perder a confiança adquirida. A regra de reciprocidade está relacionada, segundo Putnam, com o que dizia Cícero, no tempo de César: “nenhum dever é mais importante do que retribuir um favor”.

Na concepção de Fukuyama (1996), o Capital Social é produto espontâneo dos jogos repetitivos do dilema do prisioneiro. A repetição do jogo pro-

porciona um cenário menos duvidoso e a simples estratégia de pagar na mesma moeda (cooperação por cooperação, traição por traição) conduzirá os jogadores racionais a um resultado de cooperação, produzindo assim o Capital Social, uma vez que os indivíduos tenderão a apostar em sua reputação de honestidade e de integridade.

O conceito de Capital Social, para Fukuyama (1996, p. 41), está diretamente ligado à “capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade”. Para o referido autor, o Capital Social pode estar incorporado no menor grupo social (a família), bem como no maior de todos os grupos, a nação, assim como nos grupos intermediários.

As contribuições de Bourdieu (1980), de Putnam (1996) e de Fukuyama (1996) em torno do conceito de Capital Social, não são consideradas pelos autores deste trabalho como contraditórias, mas complementares, fornecendo uma visão ampla do conceito.

Estaria o Capital Social diretamente associado ao sucesso da RCC? Por meio de entrevistas a membros da RCC identificamos, em princípio, que não há relações sociais tão próximas que possam justificar a união do grupo. Entre os treze (13) ceramistas foi identificada a existência de parentesco apenas entre dois deles.

Um dos fatores que dificultou a produção prévia de confiança entre os membros da RCC está ligado à existência de uma distância geográfica significativa entre as cerâmicas. Porém, foi identificado que todos os integrantes da RCC possuíam experiências anteriores de engajamento político, bem como o acesso a informações privilegiadas devido às suas relações de influência na política local. Dessa forma, embora não desenvolvessem prévias relações de confiança mútua, os ceramistas pelo menos já se conheciam das reuniões do sindicato. Todos os fundadores são ou já foram diretores do sindicato. Um deles é vereador no município de Campos dos Goytacazes e outro é médico de comunidades rurais nas quais, a grande parte da população está ligada ao setor cerâmico.

Embora Putnam (1996) afirme que o Capital Social é uma herança histórica, ou seja, é produzida e ampliada conforme as experiências dos grupos, notou-se que a falta de um estoque de confiança anterior (histórico) à associação foi suprido por outros elementos constituintes do Capital Social. O acesso a informações privilegiadas e a experiência anterior de engajamento político teriam sido de grande importância para o sucesso da criação e manutenção da RCC. O Capital Social possibilitou a configuração de um jogo dinâmico e com informação, graças à rede de relacionamento construída. O sindicato funcionou

como um elo “garantidor”, suprimindo a falta de confiança mútua. Esse elemento merece destaque na explicação em torno da consolidação da ação social empresarial, na qual se deve reconhecer a importante participação de uma instituição coercitiva e colaborativa.

North (1990, p. 14) destaca que historicamente, “[...] o crescimento das economias ocorreu dentro da moldura institucional de políticas coercitivas bem desenvolvidas”. Em outras palavras, a solução hobbesiana tem sido em muitos casos amplamente eficaz na colaboração da ação coletiva. Buscou-se nessa pesquisa identificar se tal solução foi ou tem sido adotada na RCC e como resultado foi identificado o papel do SEBRAE como ponto chave para a implantação da rede de ceramistas.

Para North (1990) as instituições desempenham um papel importante nas escolhas dos indivíduos, pois elas alteram os custos e embutem suas ideologias. O SEBRAE contribuiu para a redução do custo de organização dos ceramistas e orientou a fundação e manutenção da rede, bem como difundiu a ideologia cooperativa da instituição governamental.

Para Putnam, as instituições têm a capacidade de mudar a política, pois “[...] as normas e os procedimentos que compõem as instituições estruturam o comportamento político das pessoas, moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores” (PUTNAM, 1996 apud HIGGINS, 2005, p. 59). Em entrevistas a alguns ceramistas integrantes do RCC, foi identificado que os mesmos julgam que o SEBRAE foi um ponto de apoio e norteador da ação, assim como redutor das incertezas. O SEBRAE se apresentou como intermediador de conflitos de interesses, promotor de reuniões, discussões e capacitação dos interessados em integrar a referida rede.

Para North (1990, p.15) é “[...] a medição mais o alto custo da aplicação que juntos determinam o custo de transação”. Os custos são agravados pela falta de informação, uma vez que o indivíduo terá maiores custos com o policiamento dos agentes e da criação de códigos de condutas internamente aplicados ou sanções societárias, ou ainda a existência de uma terceira parte coercitiva. A atuação do SEBRAE possibilitou que tais custos fossem reduzidos, o que ampliou a atratividade em participar da RCC. Fato esse somente identificado por alguns ceramistas que se aventuraram a ingressar na rede.

North (1990, p.15) destaca que “[...] sem constrangimentos institucionais, o comportamento egoísta vai impedir trocas complexas, devido à incerteza que a outra parte vai encontrar em seu interesse na aplicação do acordo”. Ainda de acordo com este autor, em “[...] todas as sociedades, das mais primitivas às

mais avançadas, as pessoas impõem constrangimentos umas às outras de forma a estruturar suas relações” (NORTH, 1990, p.17), uma vez que os constrangimentos reduzem os custos da interação humana, o que foi importante para que alguns ceramistas optassem em se integrar à Rede.

É certo que outros tipos de constrangimentos foram importantes para a coesão do grupo de ceramistas em torno da cooperação. North (1990, p. 13) aponta que existem regras informais eficazes na ordenação social, e consequentemente, na produção de um ambiente propício às trocas econômicas. Para o supracitado autor, “[...] constrangimentos informais também são características sutis das economias modernas”. Tais constrangimentos informais são frutos da cultura/história dos indivíduos e se caracterizam por sua grande relevância, pois incitamentos morais e “solidários” desempenham, na realidade, um papel importante na emergência da ação coletiva.

Agir cooperativamente em uma coletividade, em que predominam os laços e redes de solidariedade, confiança e de amizade pode constituir uma obrigação moral para o indivíduo, podendo tornar-se igualmente para ele, um prazer. Sob essas condições, é a não-participação que será custosa, pois poderá colocar em questão a imagem e a estima que o indivíduo tem de si próprio. Um indivíduo que tem sua imagem ligada à participação política no cenário local acaba sendo, de certa forma e intensidade, levado a participar das ações políticas de visibilidade local, principalmente quando este tem a intenção de se projetar politicamente, como é o caso de alguns dos integrantes da RCC que têm buscado se inserir no campo político profissional no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Considerações finais

O contexto abordado por este trabalho se refere à análise de um processo de ação coletiva empresarial, observado na aglomeração produtiva de cerâmica de Campos dos Goytacazes/RJ.

A partir da estruturação de um referencial teórico baseado principalmente em autores que versam sobre a Teoria dos Jogos, da Escolha Racional e do conceito de Capital Social, efetuou-se uma leitura da situação que envolve a RCC. Dessa forma, pôde-se considerar que a abordagem proposta pelos autores do utilitarismo e do individualismo metodológico apresentam limitações explicativas e que para o estudo da ação coletiva empresarial torna-se necessário ir além. Este artigo apontou como o conceito de Capital Social pode ser frutífero para tal avanço, além de também apresentar contribuições significativas para os

estudos que envolvem cooperação social, especialmente aqueles marcados pelo dilema da ação coletiva.

Foi possível observar que atualmente a RCC se encontra em uma situação complexa. Antes, enfrentou um dilema marcado pela incerteza de um jogo que ainda não tinha regras claras e que ainda estava em sua primeira rodada, embora o maior estoque de Capital Social de alguns dos ceramistas tivesse possibilitado o acesso a maiores informações.

Atualmente, se defronta com um dilema marcado pela aceitação ou não de novos membros em um jogo repetido e de regras mais claras. Os jogadores (empresários) que assumiram o custo e o risco inicial exigem que possíveis novos membros colaborem com os custos de outrora, os quais estão sendo mensurados em valores monetários.

Por outro lado, apesar dos ceramistas solicitantes julgarem justa alguma contribuição financeira para ingressarem na RCC, a cota de ingresso estipulada foi considerada de valor elevado e inviável. Uma saída para esse novo dilema é apontada pela teoria dos jogos, a saber: incentivos seletivos. Ou seja, os integrantes originais terem maiores incentivos em relação àqueles que estarão se integrando após a primeira rodada do jogo.

No dilema inicial, vivenciado pelos ceramistas de Campos dos Goytacazes/RJ, a racionalidade - somada ao Capital Social - possibilitou que o projeto de criação da RCC se concretizasse. A lógica racional, a falta de informações e um estoque pouco significativo de Capital Social, por outro lado, fez com que muitos outros ceramistas convidados não participassem da criação da RCC. Nesse caso, o aporte teórico contido no dilema dos prisioneiros possibilitou uma compreensão inicial em torno da não-participação. Pode-se considerar também como ponto central para a compreensão do sucesso da criação e manutenção da RCC, a percepção da ação de um terceiro (SEBRAE), o qual reduziu custos de transação e criou um cenário de maior confiança.

Foi identificado que agir cooperativamente em uma coletividade, em que predominam os laços e redes de solidariedade, confiança e de amizade pode constituir uma obrigação moral para o indivíduo, especialmente quando este indivíduo busca ampliar seu estoque de confiança, como, por exemplo, querer se engajar na política partidária local, como ocorreu entre alguns dos fundadores da RCC.

Após a consolidação da RCC e seu êxito, surgiu o novo dilema. A repetição do jogo demonstrou que o esforço cooperativo trouxe bons resultados e fez com que as regras se tornassem mais claras aos jogadores. Dessa forma, atual-

mente, a decisão de se engajar na ação coletiva empresarial passou a ser menos arriscada, o que pode justificar o surgimento do interesse de participação por parte dos ceramistas “desertores” de outrora. Assim, a ação cooperada - embora possa envolver alguns pontos aqui não abordados, como o altruísmo - pode ser satisfatoriamente explicada por meio da associação da Teoria dos Jogos, da Escolha Racional e do conceito de Capital Social.

BEYOND THE ECONOMISTIC UTILITARIANISM: A CASE STUDY OF THE LOGIC OF THE CORPORATE COLLECTIVE ACTION

SUMMARY: *The article points out some contributions to the understanding of collective entrepreneurial action. The article presents a study about the implementation of the SEBRAE's Associative Networks Program in Campos dos Goytacazes / RJ. In support of the analysis, we resorted to the Games and Rational Choice Theories. However, due to the identification of the need to go beyond rational explanation of economism, it was used the concept of Social Capital. The methodology included a literature review and field research. It was identified that some of the dilemmas faced by collective potters had a significant influence on the choice of individuals to participate or not of the Campos Cerâmica Network (CCN) and that these dilemmas can be better understood by resorting to the concept of Social Capital.*

KEYWORDS: *Game theory. Rational choice. Social capital.*

REFERÊNCIAS

BOUDON, R. **Efeitos perversos e ordem social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, v.31, n.1, p.2-3, jan. 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069?_Prescripts_Search_isPortletOuvrage=false>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CARVALHO, B. S. de. Individualismo metodológico, racionalidade e ação instrumental: a proposta cognitiva de Raymond Boudon. **Revista de Sociologia e**

Política, Curitiba, v.18, n.37, p.111-123, out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n37/08.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Harvard: Harvard University Press, 1994.

D'ARAUJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Coleção Ciências Sociais. Passo-a-passo).

ELSTER, J. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Tradução de Antônio Transito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Tradução de: Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.

INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

MATOS, H. **Capital Social e Comunicação: Interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OFFE, C. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: _____. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.56-118.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 1999.

OSBORNE, M. J.; RUBINSTEIN, A. **A course in game theory**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

PITHON, A. J. C.; BROCHAD, M. R.; BARBOSA, C. M. Rede de Empresas: proposta de modelo organizacional do setor de cerâmica vermelha de Campos dos Goytacazes. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 13., 2006, Bauru. **Anais...** Bauru: Ed. da UNESP, 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/922.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, L. S. Os empreendimentos e estratégias para o desenvolvimento da cerâmica vermelha no Brasil: estudo de caso de Campos dos Goytacazes. In: Congresso Nacional Excelência em Gestão, 4., 2008, Niterói. Responsabilidade socioambiental das organizações brasileiras. Niterói: IV CNEG, 2008. p.1-18.

SANTOS, R. R. dos. Modelos estratégico Financeiro Baseado na Teoria dos Jogos e no Equilíbrio de Nash. In: MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DE PUC, 4., 2009, Goiás. **Anais...** Goiás: [S.n.], 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS [SEBRAE]. **Modelos de apoio à formação de redes associativas**. 2013. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/db05bf3975bf78fc862cee5798af134a/\\$File/4545.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/db05bf3975bf78fc862cee5798af134a/$File/4545.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

TRABALHO ASSALARIADO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA MARXISTA DO “SOCIALISMO REAL”

Anderson PIVA*

RESUMO: Durante o século XX, após a Revolução Russa, os países em que o Estado tornou-se o grande proprietário dos meios de produção foram classificados como socialistas. A transição para o comunismo ou mesmo a uma forma superior de socialismo foi subordinada ao desenvolvimento das forças produtivas, em detrimento das relações de produção. Assim, mesmo com a manutenção do **trabalho assalariado**, o que definiria tais países como socialistas seria a propriedade Estatal dos meios de produção. Buscamos, portanto, neste artigo, realizar uma crítica marxista a essa concepção. Com base nas relações de produção, procuramos realizar a distinção entre Propriedade Social e Propriedade Estatal.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo. Socialismo real. Trabalho assalariado. Emancipação.

O “movimento” próprio das ciências se desenrola através da revisão mais ou menos radical e invisível para elas próprias dos conceitos fundamentais. O nível de uma ciência determina-se pela sua capacidade de sofrer uma crise em seus conceitos fundamentais. (HEIDEGGER, 2000, p.35).

Em *Cem Anos de Solidão* os habitantes da primitiva Macondo se deparam com um mundo tão novo que, para referirem-se às coisas, acabam por apontá-las com os dedos: elas não têm nome. No nosso mundo já antigo, porém, os nomes das coisas velhas deixaram de corresponder àquilo que os nossos dedos procuram indicar.

* Mestrando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - andersonvpiva@gmail.com.

Desde a queda do Muro de Berlim e da desintegração da URSS tem-se entoado à náusea cantilena segundo a qual o “capitalismo” venceu o “comunismo”, revelando-se a democracia liberal burguesa como o sentido e o fim da História; restaria, pois, aos povos de todo o mundo apenas buscar o aperfeiçoamento da democracia através da luta por mais direitos; ou seja, com a falência do “comunismo”, estaríamos limitados a travar as lutas por reconhecimento (FUKUYAMA, 1992).

O esforço para se disseminar essa versão da história foi absolutamente desproporcional em relação ao esforço realizado com o fim de explicar o que de fato ruiu com a queda do Muro de Berlim e o concomitante esfacelamento dos regimes stalinistas da URSS e do Leste Europeu. A manutenção das relações de produção capitalistas, com a compra e venda da força-de-trabalho, da propriedade privada (inclusive da terra, em grandes proporções, como no caso polonês), do Estado e seu aparato gigantesco de repressão política – usado, inclusive, e principalmente, contra os próprios trabalhadores – com suas polícias e seus exércitos fabulosos, a ditadura de um partido, ou de um homem, sobre o conjunto da sociedade etc., nada disso pareceu incomodar os teóricos e políticos que advogavam para aquela forma hoje ultrapassada de capitalismo o título honorífico de socialismo. E com isso afrontavam o próprio evangelho arrogando para si a divina capacidade de fazer do Verbo, carne. O falso discurso sobre o “socialismo real” substituiu a realidade do socialismo falso; o mal chamado “comunismo” tornou-se uma ilha cercada de ideologia por todos os lados, para além dos limites do Mar do Caribe e do Estreito da Flórida.

Os esforços promovidos por algumas vertentes mais críticas do marxismo para explicar as transformações ocorridas na Rússia após a Revolução de Outubro deparavam-se sempre com o mesmo muro de contenção que impedia a teoria de avançar: o primado das **forças produtivas** em detrimento das **relações sociais de produção**. Nesse sentido, stalinistas e trotskistas tornaram-se faces diversas de uma mesma moeda. Para os primeiros, as forças produtivas deveriam ser desenvolvidas ao máximo com o fim de se alcançar o comunismo; para os segundos, o socialismo já existia na URSS, tendo apenas a classe operária que promover uma revolução política para desbancar a burocracia stalinista do poder.

Num pequeno trabalho publicado em 1938, intitulado *O Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*, Stalin afirma que:

[...] as forças produtivas não são apenas o elemento mais móvel e mais revolucionário da produção. São também o elemento determinante do

desenvolvimento da produção. Tais são as forças produtivas, tais devem ser as relações de produção (STALIN,1982, p.147-148).

Ao condicionar o caráter das relações de produção apenas ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas Stalin promove uma inversão aparentemente sutil, porém decisiva para o pensamento marxista. Trata-se, na verdade, de colocar o materialismo dialético de ponta-cabeça. Os motivos de Stalin, provavelmente preocupado em construir um discurso que legitimasse o rápido desenvolvimento industrial e a coletivização forçada da terra na URSS, com seus pesados custos humanos, não são o objeto deste artigo. Trata-se aqui de demonstrar como o **discurso sobre o desenvolvimento das forças produtivas** passou a ser o critério central para a definição do caráter ou das possibilidades de realização do socialismo, em detrimento das relações de produção. Operou-se um ato de inversão teórica em que essas últimas estariam fatalmente condicionadas pelas primeiras. Assim compreende-se a afirmação categórica de Stalin (1982): “Tais são as forças produtivas, tais devem ser as relações de produção”.

Ao subordinar as relações sociais de produção ao suposto primado das forças produtivas, Stalin não apenas elaborou uma concepção profundamente mecanicista e não dialética do processo histórico: subordinou também, no plano teórico – respaldado pelo controle hegemônico que exercia do movimento comunista internacional – o marxismo ao stalinismo. A vitória de Stalin no plano teórico era, ao mesmo tempo, a derrota de Marx.

No regime capitalista, é a propriedade capitalista dos meios de produção que constitui a base das relações de produção [...] No regime socialista, que, até este momento, só está estabelecido na URSS, é a propriedade social dos meios de produção que constitui a base das relações de produção. Aqui já não há exploradores nem explorados. Os produtos são repartidos mediante o trabalho fornecido por cada um e segundo o princípio de que *quem não trabalha não come*. As relações entre os homens, no processo de produção, são relações de colaboração fraterna e de ajuda mútua socialista de trabalhadores libertos da exploração. As relações de produção estão perfeitamente adequadas ao estado das forças produtivas, pois o caráter social do processo de produção está alicerçado na propriedade social dos meios de produção (STALIN, 1982, p. 151-152).

Para Stalin, assim como para a interpretação hegemônica no campo do “marxismo” durante o século XX, o que definiria o socialismo era o status jurídico da propriedade: “propriedade social” dos meios de produção seria sinônima de socialismo; já a “propriedade privada” dos meios de produção, definiria o capitalismo. Assim, o **status jurídico da propriedade** definiria o caráter das relações de produção. Deve-se ressaltar, contudo, que para Stalin (bem como para Trotsky) “propriedade social” e “propriedade estatal” dos meios de produção eram, em geral, equivalentes¹. Já para Karl Marx e Friedrich Engels, como veremos adiante, a expressão “propriedade estatal” dos meios de produção, quando empregada no sentido equivalente de “propriedade social”, tinha como **pressuposto** fundamental a **superação das relações burguesas de produção**, ou seja, do trabalho assalariado. Enquanto que, para Stalin e sua interpretação do marxismo que fez escola, o status jurídico da propriedade definiria o caráter das relações de produção, para Marx e Engels, ao contrário, o caráter das relações de produção é que definiria o status da propriedade.

Mas como devemos interpretar a afirmação supracitada de Stalin segundo a qual “os produtos [na URSS] são repartidos mediante o trabalho fornecido por cada um”? Não quererá isto dizer que na URSS vigia a repartição socialista do trabalho social total? Veremos que não.

A própria expressão de Stalin é ambígua e dá margens a interpretações. Afirmar que os produtos são repartidos mediante o trabalho fornecido por cada um não faz avançar um passo na questão teórica sobre a distribuição. Acaso também na economia burguesa, com suas próprias leis de produção e distribuição, a repartição não se dá igualmente “mediante o trabalho fornecido por cada um”? Para os economistas burgueses não seria o salário a recompensa justa “mediante o trabalho fornecido” por cada trabalhador? O que a expressão nebulosa de Stálin pretende ocultar é que também na URSS vigiam relações de produção (e distribuição) capitalistas, baseadas, por conseguinte, na exploração da força-de-trabalho.

Leon Trotsky, o mais destacado rival político e teórico do stalinismo, foi igualmente influenciado pelo ponto de vista do primado das forças produtivas em detrimento das relações de produção. E também para ele o status jurídico da propriedade era o critério central para a definição do caráter das relações e de produção. Em sua obra *A Revolução Traída*, Trotsky (2008) argumenta:

¹ O caráter capitalista da propriedade “coletiva” da terra na URSS, por exemplo, não era segredo nem mesmo para os oficiais nazistas; estes debatiam, em 1941, se após a conquista do país as fazendas coletivas soviéticas deveriam ser privatizadas ou conservadas como estavam em mãos alemãs (MAZOWER, 2013, p.47).

As normas burguesas de repartição, quando incitam o crescimento da força material, devem servir fins socialistas. Mas o Estado adquire imediatamente um duplo caráter: socialista, na medida em que defende a propriedade coletiva dos meios de produção; burguês, na medida em que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalistas, com todas as consequências que decorrem deste fato. Uma definição tão contraditória espantará talvez os dogmáticos e os escolásticos; mas nada mais nos resta senão exprimir-lhes os nossos pêsames (TROTSKY, 2008, p. 95).

O equívoco decisivo neste apontamento de Trotsky reside no fato de que o autor concilia “normas burguesas de repartição” com “fins socialistas” e sai desse imbróglio com uma manifestação sentimental: “À lógica, meus pêsames!”. Seria justo quando não fosse a mesma lógica a velada. O “duplo caráter” do Estado de Trotsky é um monstrego teórico que resulta do erro original de se confundir **propriedade estatal** (“propriedade coletiva”, na expressão de Trotsky) com **propriedade social** dos meios de produção.

De um lado Trotsky se vê na contingência de defender as normas burguesas de repartição sob a justificativa de que, ao incitar o crescimento das forças produtivas, podem servir fins socialistas. Esta foi, de fato, apenas uma maneira sub-reptícia de justificar teoricamente a manutenção e a reprodução das relações capitalistas na URSS sob o imperativo do desenvolvimento das forças materiais. Ora, se apenas o desenvolvimento das forças produtivas podem levar ao estabelecimento de novas relações de produção, pouco importa, para o líder revolucionário, que as relações burguesas “de repartição” continuem a vigorar. Não importa a cor do gato, mas que ele cace o rato.

Trotsky e Stalin não são extremos que se tocam. Aliás, neste ponto não são extremos. No **fundamental**, há concordância²: ao defenderem uma ordem social baseada nas relações capitalistas de produção e com forte domínio do Estado. A “ditadura do proletariado” para Stalin ou Trotsky era confundida com a ditadura do partido sobre o proletariado. Não por acaso, onde havia um problema de **natureza das relações de produção**, Trotsky enxergava apenas um problema político, superestrutural: para ele, as relações sociais na URSS eram socialistas;

² Ressalvamos, de maneira enfática, que apenas **neste aspecto decisivo** é que equiparamos os dois autores, cujas diferenças teóricas e políticas levaram ao extremo da eliminação física de Trotsky por um agente de Stalin. Não é nossa intenção, aqui, discutir tais diferenças, mas destacar o ponto em que concordam.

à classe operária soviética restaria promover somente uma revolução **política** e substituir a burocracia stalinista no poder³.

Também entre os economistas marxistas a interpretação teórica que advogava o primado das forças produtivas em detrimento das relações de produção, bem como a definição do socialismo a partir do status jurídico da propriedade (estatal), foi dominante. Tome-se como exemplo *A Economia Política do Desenvolvimento*, de Paul Baran. Ao comentar, em 1962, as diferenças e dissensões no “campo socialista” – particularmente entre China e URSS – o autor argumenta que estas eram provocadas pelas desiguais situações objetivas. E pondera:

Mesmo assim, correndo os riscos inerentes a toda profecia, arrisco a opinião de que, apesar de todo o calor do atual debate e das setas que são lançadas de ambos os lados, o conflito não representa um dano irreparável à causa do socialismo. Com o tempo, a identidade fundamental das relações de produção dos países socialistas será um fator muito mais poderoso do que as divergências temporárias entre suas lideranças quanto à estratégia e à tática imediatas (BARAN, 1984, p.32).

Para além do erro de previsão, uma vez que o ápice do conflito sino-soviético ainda estava por vir, o que nos interessa nesta passagem é a crença de Baran no fato de que os “países socialistas” compartilhavam a “identidade fundamental das relações de produção”. Depreende-se, pois, que para o autor: a) tanto China quanto URSS eram países socialistas, com divergências táticas e estratégicas temporárias; b) o que os definia como socialistas era a preponderância da **propriedade estatal** dos meios de produção; c) a propriedade estatal dos meios de produção, por sua vez, definiria o caráter das relações de produção. Uma vez, portanto, que neste quesito fundamental compartilhavam uma suposta identidade, as diferenças eventuais tenderiam a ser superadas.

A história tratou de desmentir essa interpretação. Houvesse Baran compreendido as diferenças específicas entre as economias, chinesa e soviética, (e dos demais países do dito “campo socialista”), sua composição diversificada, as diferentes formas de propriedade ali vigentes, com sobrevivências arcaicas herdadas, a composição social e a divisão entre as classes, a relação entre o Estado e os produtores, o modo de inserção e a maior ou menor integração dessas eco-

³ Não obstante as diferenças mencionadas, mesmo um importante autor trotskista argumenta que “não houve praticamente nenhum aspecto do programa sugerido por Trotsky em 1920-1921 que Stalin não tenha usado durante a revolução industrial da década de 1930” (DEUTSCHER, 2005, p.612).

nomias ao mercado internacional etc., talvez minimizasse os riscos de proferir vaticínios equivocados. O prognóstico não cumprido de Baran quanto ao futuro estava condicionado pela sua visão do presente de 1962. Baran não errou apenas na previsão: equivocou-se principalmente no juízo imediato quanto à natureza socialista das economias sobre as quais comentava. Os conflitos no “campo socialista” não só se agudizaram nos anos subsequentes à sua malfadada profecia, como o próprio “campo socialista” deixaria de existir três décadas depois.

Tal como o modo de produção socialista sobreviveu a todos os males de Stalin, assim as revoluções socialistas na China e outros países representam fatos históricos irreversíveis, que não podem ser alterados, e muito menos anulados, pelos atritos e desacordos que temporariamente abalam suas superestruturas políticas (BARAN, 1984, p. 32).

É evidente, como já dissemos, que Baran entendia por “socialismo” o domínio da propriedade estatal dos meios de produção. Desse modo, a afirmação segundo a qual “as revoluções socialistas na China e outros países” eram irreversíveis mostrou-se igualmente falsa. Tudo o que se viu nos países ditos socialistas, a partir principalmente da década de 1980, foi o abandono progressivo da propriedade estatal dos meios de produção.

Mais adiante, o autor continua:

Concluindo: a realidade dominante de nossa época é a de que a instituição da propriedade privada dos meios de produção – outrora poderoso motor do progresso – está hoje em contradição irreconciliável com o desenvolvimento econômico e social do povo nos países subdesenvolvidos, e com o crescimento, evolução e libertação do povo nos países mais adiantados (BARAN, 1984, p. 32).

Essa crença, baseada na identificação entre propriedade estatal e socialismo, mostrou-se absolutamente infundada. E tanto mais tem o direito de ser vista como uma crença quando mais se leva em conta o fato de que estava baseada numa suposição e não no conhecimento efetivo da natureza das economias sobre as quais escrevia. É significativo, por conseguinte, que Baran atribua a “uma série de crenças” dos povos do mundo a permanência daquele suposto conflito – entre propriedade privada e desenvolvimento –, ainda sem resolução:

O aspecto mais importante, decisivo talvez, desse conflito é que a sua existência e natureza não tenham sido ainda reconhecidas em toda parte, nem compreendidas plenamente pela maioria dos povos. Isso reflete a força do domínio que sobre a mente dos homens exerce uma série de crenças, superstições e fetiches oriundos da própria instituição da propriedade privada dos meios de produção, que hoje é preciso derrubar (BARAN, 1984, p. 32).

Baran, morto em 1964, não sobreviveria para ver quem é que estava dominado por uma série de crenças, superstições e fetiches. Com o processo de liberalização econômica promovida inclusive nos países menos desenvolvidos a partir dos anos 1980 qualquer discurso que reivindicasse uma maior intervenção do Estado na economia ou mesmo – e principalmente – a propriedade estatal dos meios de produção era visto simplesmente como jurássico. Os “povos do mundo” demonstraram, na prática, que a história é como a Esfinge e promete devorar os que são incapazes de decifrá-la.

Ao comentar, no começo dos anos 1990, o colapso do “comunismo” no Leste Europeu, o sociólogo Adam Przeworski tirou lições que em tudo contrariam as previsões de Paul Baran feitas 28 anos antes. “O que foi que fracassou na Europa Oriental?”, pergunta o autor. E oferece a seguinte explicação:

Dizer que foi o “comunismo” é dar uma resposta vazia, pois este é um rótulo que não têm mais defensores. Não terá sido, então, o socialismo? Os que acreditam que o socialismo não é viável sem democracia respondem que o sistema derrotado na Europa Oriental foi o stalinismo, talvez o estatismo, a burocracia ou o comunismo, nunca o socialismo. Contudo, eu receio que a lição dada pela História tenha sido mais radical, que aquilo que morreu na Europa Oriental foi a própria ideia da administração racional das coisas para satisfazer às necessidades humanas – a inviabilidade de instalar a propriedade pública dos recursos produtivos por intermédio de um controle centralizado... (PRZEWORSKI, 1994, p. 22).

Atente-se para a expressão utilizada por Przeworski: “propriedade pública” dos recursos produtivos. Com isso o autor quer referir-se àquilo que Baran, Trotsky e Stalin chamavam de “propriedade social”, “socialista” ou “coletiva” dos meios de produção. *Propriedade estatal*, portanto.

Para Przeworski, porém, os valores da democracia política e da justiça social ainda continuariam a guiar os socialdemocratas; a socialdemocracia, contudo, não seria um projeto alternativo de sociedade, mas um programa para “amenizar os efeitos da propriedade privada e da alocação de recursos pelo mercado” (PRZEWORSKI, 1994, p.22). Ao contrário de Baran, Przeworski argumenta que a única possibilidade para o desenvolvimento seria a propriedade privada dos meios de produção.

Atualmente, vários países da Europa Oriental, novamente liderados pela Polônia, arriscam-se, ou estão em vias de se aventurarem, na maior experiência em toda a História desde a industrialização stalinista de 1929. Embora o clima predominante se incline para a máxima de Adenauer de *keine Experimenten*, as transformações econômicas que esses países estão buscando são, ironicamente, o inverso do projeto comunista. [...] Esses projetos são radicais; visam virar de cabeça para baixo todas as relações sociais existentes. [...] Troque-se a “nacionalização dos meios de produção” pela “propriedade privada” e o “planejamento” pelo “mercado” (PRZEWORSKI, 1994, p. 22).

Também Przeworski, aqui, subordina as “relações sociais” às formas jurídicas de propriedade. Ou seja, com a mudança avassaladora da propriedade estatal dos meios de produção para **propriedade privada** dos mesmos, no Leste Europeu, as relações sociais seriam, conseqüentemente, viradas de cabeça para baixo.

Para Marx e Engels, no entanto, as **relações sociais de produção** e o **status jurídico da propriedade** mantinham entre si uma correspondência diversa daquela atribuída pelos nossos autores, sejam os “marxistas” Stalin, Trotsky e Baran, seja o socialdemocrata Przeworski.

Num pequeno texto redigido com o fim de combater posições equivocadas presentes no chamado “Programa de Gotha”, proposto como parte dos esforços de unificação entre a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV) e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP), Marx nos dá indicações valiosas a respeito da natureza **socialista** das **relações de produção**. No “Programa de Gotha” constava a seguinte passagem: “A libertação do trabalho requer a elevação dos meios de trabalho a patrimônio comum da sociedade e a regulação cooperativa [*genossenschaftliche*] do trabalho total, com distribuição justa do fruto do trabalho”.

Ao comentar criticamente esta passagem, Marx argumenta:

“Elevação dos meios de trabalho a patrimônio comum”! O certo seria falar em sua “transformação em patrimônio comum”. Mas isso é apenas um detalhe. O que é “fruto do trabalho”? O produto do trabalho ou seu valor? E, no último caso, é o valor total do produto ou somente a nova fração do valor que o trabalho acrescentou ao valor dos meios de produção consumidos? “Fruto do trabalho” é uma noção vazia, posta por Lassalle no lugar de conceitos econômicos determinados (MARX, 2012, p.27).

Com base nesta crítica à nebulosidade do conceito de “fruto do trabalho” pode-se imaginar quão duramente seria criticada a igualmente nebulosa expressão de Stalin segundo a qual, entre os trabalhadores soviéticos, “os produtos são repartidos mediante o trabalho fornecido por cada um”. Na continuação de seu comentário, Marx nos dá outras pistas para compreender de forma mais precisa o que se esconde por detrás de tais afirmações: “O que é distribuição ‘justa’? Os burgueses não consideram que a atual distribuição é ‘justa’? E não é ela a única distribuição ‘justa’ tendo como base o atual modo de produção?” (MARX, 2012, p.27).

Note-se, ainda, que Marx subordina a distribuição e os conceitos ideológicos (de justiça) a ela relacionados ao “atual modo de produção”. Ou seja, o decisivo, para Marx, seria o **modo de produção** – que teria como sua extensão necessária um modo de distribuição diverso do atual, assim como condicionaria o aparecimento de outros juízos valorativos a respeito de distribuições justas ou injustas. Pela passagem supracitada percebe-se a divergência em relação a Trotsky que responde à crítica da incompatibilidade entre um suposto “duplo caráter do Estado” – socialista pela defesa da propriedade coletiva e burguês pela repartição capitalista – com uma manifestação de pesar. “As relações econômicas são reguladas por conceitos jurídicos ou, ao contrário, são as relações jurídicas que derivam das relações econômicas? Os sectários socialistas não têm eles também as mais diferentes concepções de distribuição ‘justa?’” (MARX, 2012, p. 27).

Numa explicação categórica sobre o modo de produção e distribuição que poderia sair da sociedade capitalista, Marx faz a seguinte ponderação: “Se tomarmos, em primeiro lugar, o termo ‘fruto do trabalho’ no sentido do produto do trabalho, então o fruto do trabalho coletivo é *o produto social total*” (MARX, 2012, p. 28). Essa expressão, evidentemente, está diretamente relacionada ao conceito de **trabalho social total**, presente em *O Capital* (MARX, 2013, p.

148). Desse **produto social total** seria preciso deduzir: a) os recursos para a **substituição** dos meios de produção consumidos; b) a parte adicional para a **expansão** da produção; c) um fundo de **reserva** ou segurança contra acidentes, prejuízos causados por fenômenos naturais etc.

Essas deduções do “fruto integral do trabalho” são uma necessidade econômica e sua grandeza deve ser determinada de acordo com os meios e as forças disponíveis, em parte por cálculo de probabilidades, porém elas não podem de modo algum ser calculadas com base na justiça (MARX, 2012, p. 28).

A outra parte do produto total, destinada ao consumo, também deve sofrer deduções: a) para os custos gerais da **administração**, que não entram diretamente na produção; b) para o que serve à satisfação das **necessidades coletivas**, como escolas, serviços de saúde etc.; c) para os fundos dos incapacitados para o trabalho etc. Ou seja, para o que hoje se chama **assistência pública** à população carente.

Enfim, feitas as deduções acima referidas, chega-se propriamente à “parte dos meios de consumo que são repartidos entre os produtores individuais da sociedade cooperativa” (MARX, 2012, p. 28-29). Assim, desfaz-se o equívoco a respeito da “justa distribuição” e do “fruto integral do trabalho”.

No interior da sociedade cooperativa, fundada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam os seus produtos; do mesmo modo, o trabalho transformado em produtos não aparece aqui como *valor* desses produtos, como uma qualidade material que eles possuem, pois agora, em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos individuais existem não mais como um desvio, mas imediatamente como parte integrante do trabalho total. A expressão “fruto do trabalho”, que hoje já é condenável por sua ambiguidade, perde assim todo sentido (MARX, 2012, p. 29).

Marx observa, contudo, que não se trata de especular sobre a sociedade comunista tal como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, “[...] mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade” (MARX, 2012, p.29). Assim, nesse período de transição, “[...] o produtor individual – feitas as devidas deduções – recebe de volta da

sociedade exatamente aquilo que lhe deu. O que ele lhe deu foi sua quantidade individual de trabalho”.

Por exemplo, a jornada social de trabalho consiste na soma das horas individuais de trabalho. O tempo individual de trabalho do produtor individual é a parte da jornada social de trabalho que ele fornece, é sua participação nessa jornada. Ele recebe da sociedade um certificado de que forneceu um tanto de trabalho (depois da dedução de seu trabalho para os fundos coletivos) e, com esse certificado, pode retirar dos estoques sociais de meios de consumo uma quantidade equivalente a seu trabalho. A mesma quantidade de trabalho que ele deu à sociedade em uma forma, agora ele a obtém de volta em outra forma (MARX, 2012, p. 29-30).

Com isso, de fato, **vai pelos ares o sistema de trabalho assalariado**. Ou seja, o produtor individual não mais **vende** a única mercadoria de que dispunha (a sua força-de-trabalho) em troca de um salário; pelo contrário: feitas as deduções para os fundos coletivos, recebe de volta o correspondente ao trabalho fornecido. É superada, portanto, a apropriação privada capitalista do excedente produzido pelos trabalhadores.

Nesse primeiro momento, de transição, impera, portanto, o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que esta é troca de equivalentes.

Conteúdo e forma são alterados, porque, sob as novas condições, ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo. No entanto, no que diz respeito à distribuição desses meios entre os produtores individuais, vale o mesmo princípio que rege a troca entre mercadorias equivalentes, segundo o qual uma quantidade igual de trabalho em uma forma é trocada por uma quantidade igual de trabalho em outra forma (MARX, 2012, p. 30).

Aqui a “igualdade” funda-se num padrão igual de medida: o trabalho, ou a **quantidade de trabalho**. Mas como os trabalhadores são desiguais enquanto indivíduos, com capacidades diferentes, esse direito é “direito desigual para trabalho desigual” e, segundo seu conteúdo, “portanto, ele é, como todo direito, um direito da desigualdade”. Para evitar distorções, porém, entre os trabalhadores

(desiguais por natureza e situação social), o direito teria de ser **desigual**, e não igual. Marx argumenta, por fim, que essa situação é inevitável na primeira fase da sociedade comunista, “[...] tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade” (MARX, 2012, p. 31). No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas – e as habilidades individuais entram nessa conta – e assim que a riqueza coletiva passar a existir em abundância, os limites estreitos do direito burguês poderão ser superados e os homens poderão viver segundo o princípio: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”.

Chegamos, neste momento, à questão central da nossa discussão: embora Marx condicione o advento do comunismo ao crescimento das fontes de riqueza, ao desenvolvimento das forças produtivas, portanto, reconhece, ao mesmo tempo, que apenas com a transformação de forma e conteúdo nas relações de produção é que as forças produtivas estariam liberadas do seu invólucro capitalista. **Apenas sob as relações sociais do socialismo, como período de transição, as forças produtivas estariam condicionadas a se desenvolverem rumo à abundância e ao “direito” comunista.** Há, na concepção de Marx, uma relação recíproca de condicionamento entre relações sociais de produção e forças produtivas, mas **o momento decisivo** é aquele em que as relações sociais burguesas são superadas pelas relações socialistas. Aqui, são as relações sociais que, em última instância, definem o caráter do modo de produção. Ao contrário das posições de Stalin, Trotsky e Baran referidas anteriormente. O capital é uma relação social, para além do status de propriedade; e, como relação social, condiciona o desenvolvimento das forças produtivas e é por elas condicionado.

Mais do que buscar uma “justa distribuição” dentro do modo burguês de produção, Marx pretende superar esse modo de produção. E arremete contra o chamado **socialismo vulgar** que, segundo ele, “[...] herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção, e [...] de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição” (MARX, 2012, p. 32-33).

Isaak I. Rubin, em sua obra *Teoria marxista do valor*, explica:

A teoria do materialismo histórico de Marx, e sua teoria econômica, giram em torno de um mesmo problema básico: a relação entre as forças produtivas e as relações de produção. O objeto de ambas ciências é o mesmo: *as modificações das relações de produção, que dependem do desen-*

volvimento das forças produtivas. O ajustamento das relações de produção às modificações das forças produtivas – processo que reveste a forma de contradições crescentes entre as relações de produção e as forças produtivas, e dos cataclismas sociais provocados por essas contradições, são o tema básico da teoria do materialismo histórico (RUBIN, 1987, p. 14, grifo do autor).

Compreender a natureza das relações de produção nas diversas sociedades existentes no século XX, sobretudo nas mal chamadas “socialistas”, é fundamental para fazer corresponder o nome das coisas àquilo que elas são. Mais de duas décadas depois da queda do Muro de Berlim e da desintegração da URSS, continuar chamando aquelas antigas economias estatistas de “socialismo” é insistir num erro que a história já tratou de desfazer. Para que a teoria marxista avance e com ela (mas não apenas de forma subordinada) o movimento real, é preciso investigar o conteúdo para além da frase: as relações capitalistas de produção na URSS formam alguma vez, de fato, **superadas**? O **produto social total** foi alguma vez repartido com base nos pressupostos socialistas apontados por Marx na *Crítica do programa de Gotha*?

Influenciada pelos debates suscitados pelos desdobramentos da Revolução Cultural chinesa, A. D. Magaline realizou, em *Luta de classes e desvalorização do capital*, uma crítica à concepção que considera o desenvolvimento das forças produtivas “o motor relativamente autônomo do movimento histórico” (MAGALINE, 1977, p. 26). Argumenta, por conseguinte, que se notava o aparecimento uma “caricatura do socialismo” nos países em que os partidos “revisionistas” estavam no poder; ali seria “a gestão do desenvolvimento das forças produtivas que constitui a prioridade das prioridades”. Segundo a autora, ao afirmar “o desaparecimento da luta de classes, o motor da história aparece, a partir daí, como um motor nuclear, depois de ter sido um motor de explosão” (MAGALINE, 1977, p. 11). Importaria, portanto, retomar a luta de classes como o centro da análise e da teoria. Assim, a partir dessa luta de classes, deveria se “fazer a revolução e promover a produção”. Seria necessário extinguir as diferentes formas que as relações capitalistas assumem no processo de trabalho: “[...] forma ideológica da ‘racionalidade econômica’ e técnica, do saber, do culto da ciência, forma prática da separação do trabalho manual/trabalho intelectual, trabalho de execução/trabalho de direção” (MAGALINE, 1977, p. 40).

A crítica contundente de Magaline ao revisionismo é importante para que se possa estabelecer até onde se deve colocar o desenvolvimento das forças pro-

ditivas como fator determinante para a análise marxista. Acreditamos, porém, que nossa ênfase na **superação do trabalho assalariado como fator decisivo** na transformação das relações de produção, em concordância com a *Crítica do Programa de Gotha*, complementa, senão avança, em relação aos fatores elencados pela autora, tais como a racionalidade econômica e técnica como ideologia, culto da ciência e separação entre trabalho manual e intelectual.

Também escrevendo em meados da década de 1970, Charles Bettelheim argumenta, em *A luta de classes na União Soviética*, que a tese sobre o desaparecimento das classes exploradas e exploradoras na URSS, bem como a ideia de que as forças produtivas são o fator determinante no desenvolvimento social,

[...] *contribuíram para bloquear toda ação organizada do proletariado soviético destinada a transformar as relações de produção*, isto é, a destruir as formas existentes do processo de apropriação, base da reprodução das relações de classes, para construir um novo processo de apropriação, excluindo a divisão social entre função de direção e função de execução, a separação entre trabalho manual e intelectual, as diferenças entre cidade e campo e entre operários e camponeses – portanto, destinada a destruir a *base objetiva da existência de classes* (BETTELHEIM, 1976, p. 33).

Defendendo o papel histórico desempenhado por Lenin na Revolução Russa e, ao mesmo tempo, alegando a urgência da análise e balanço crítico “do leninismo enquanto etapa historicamente determinada do desenvolvimento do marxismo revolucionário” e “da experiência histórica da União Soviética enquanto formação social concreta”, Robert Linhart destaca, entre outros fatores,

A Revolução cultural na China e, desde antes de 1965, a maneira nova através da qual o pensamento de Mao Tse-tung e o desenvolvimento das lutas revolucionárias do povo chinês permitiram colocar um certo número de questões fundamentais da revolução e da transformação socialista da sociedade... (LINHART, 1983, p. 17).

Entre essas questões estariam o “enfrentamento dialético das contradições fundamentais”, ou seja, das relações antagônicas entre campo e cidade, agricultura e indústria, trabalho manual e intelectual; teoria e prática da revolução ininterrupta e por etapas, transformação revolucionária da ideologia, teoria e prática da revolução sob a ditadura do proletariado, crítica do revisionismo

etc. (LINHART, 1983, p. 17). Tais aspectos, como se viu, relacionam-se com aqueles apontados por Magaline e Bettelheim. Os três autores, mais ou menos influenciados pela Revolução Cultural chinesa, recolocaram em debate aspectos fundamentais da teoria antes relegados a um segundo plano pelo chamado “revisonismo”, tais como o papel decisivo desempenhado pela luta de classes.

Em que medida sua análise permite superar todas as insuficiências da concepção revisionista é algo que aqui não nos compete investigar. Por ora, cumpre notar que é imprescindível um exame exaustivo das questões relacionadas à **manutenção do trabalho assalariado na URSS**, desde o período inicial da Revolução de Outubro 1917, (ROCKER, 2007) e nos demais países “socialistas”, bem como as formas de propriedade neles presentes. Apenas ao explicar plenamente a natureza das relações burguesas de produção o movimento teórico estará em condições de oferecer respostas práticas ao movimento real dos trabalhadores. Para a luta pela superação do trabalho assalariado e a consequente emancipação humana, o retorno à crítica da economia política é urgente; inclusive porque é apenas ao realizar esse esforço que estaremos em condições de descrever e criticar sistematicamente as relações de capital vigentes na URSS e, **eventualmente**, nos demais países que durante o século XX se autoproclamaram “socialistas”.

WAGE LABOR AND HUMAN EMANCIPATION: NOTES FOR A MARXIST CRITICAL OF “REAL SOCIALISM”

ABSTRACT: *During the twentieth century, after the Russian Revolution, the countries in which the State became the major owner of the productive means were classified as socialists. The transition to communism or even a higher form of socialism was subordinated to the development of productive forces, in despite of relations of production. So even with the maintenance of wage labor, which would define such countries as socialist would be the state property of the means of production. We seek, therefore, in this article, hold a Marxist critique of this conception. Based on the analysis of production relations, we seek to distinguish between Social Property and State Property.*

KEYWORDS: *Marxism. Real socialism. Wage labor. Emancipation.*

REFERÊNCIAS

- BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BETTELHEIM, C. **A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- DEUTSCHER, I. **Trotsky: o profeta armado, 1879-1921**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Parte I. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LINHART, R. **Lenin, os camponeses, Taylor**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- MAGALINE, A. D. **Luta de classes e desvalorização do capital**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MAZOWER, M. **O império de Hitler: a Europa sob o domínio nazista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PRZEWORSKI, A. **Democracia e mercado: no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ROCKER, R. **Os soviets traídos pelos bolcheviques**. São Paulo: Hedra, 2007.
- RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.
- STALIN, J. **Stalin – Política**. Organização de José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1982.
- TROTSKY, L. **A revolução traída**. São Paulo: Centauro, 2008.

ARTIGOS LIVRES

¿PODEMOS HABLAR DE UN CAPITAL DELICTIVO?

William ALVAREZ*

RESUMEN: A partir de las categorías: capital cultural y habitus de Pierre Bourdieu, quiero analizar la posibilidad de re-adaptar estas categorías sobre un espacio y agentes sociales en el campo de la ilegalidad urbana, retomando el trabajo etnográfico que hice durante un año en un barrio considerado violento y punto de venta de drogas en el centro histórico de la ciudad de Quito-Ecuador. Todo esto con el fin de aproximarme conceptualmente a la categoría capital delictivo que propongo en esta investigación. Este ensayo hace parte de mi tesis de maestría en antropología y ha sido modificado para ser presentado y contribuir al debate y entendimiento de aspectos como la formación de la criminalidad y la ilegalidad.

PALABRA CLAVE: Ilegalidad. Capital cultural. Capital delictivo. Habitus.

Introducción

Los postulados teóricos de Pierre Bourdieu son bien conocidos en la sociológica y ciencias sociales contemporáneas, sus aportes constituyen una caja de herramienta teórica para comprender la construcción de individuo y estructura dentro de un discurso y condición social e histórica específica. Pero si bien buena parte de sus categorías pueden ser ampliamente aplicadas en diferentes contextos, vale la pena reconsiderar sus aportes teóricos, tener cuidado y observar con sentido crítico los procesos sociales en contextos no hegemónicos, ni estructurantes como lo es el francocentrismo donde Bourdieu sustenta y replica sus argumentos.

* Estudiante de doctorado en Sociología. UFSCAR - Universidad Federal de São Carlos. Centro de Filosofía e Ciências Humanas – Pós-doctorado en Sociología. Integrante del grupo de investigación Namargem: Núcleo de Pesquisas Urbanas (CEBRAP-CEM/UFSCAR). São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - williamlogia@gmail.com.

El anterior argumento y la idea central del ensayo que presento a continuación, nace de la experiencia etnográfica que desarrollé en la ciudad de Quito¹ (Ecuador) desde finales del año 2011 hasta mediados del 2013, observando aspectos cotidianos como la violencia urbana, el consumo de drogas y las actividades ilegales de un grupo de jóvenes afrodescendientes² que migraron desde la provincia de Esmeraldas³ a esta ciudad en búsqueda de oportunidades laborales, pero al mismo tiempo, escapando de la precariedad y marginalidad de un proceso histórico de violencia estructural que ha empobrecido y ampliado la desigualdad económica, y territorial entre afrodescendientes y blanco/mestizos⁴.

Siguiendo de cerca la vida diaria de Richard, Guacho y Fabián (quienes fueron los interlocutores principales de mi pesquisa) describiendo cuáles y cómo eran sus estrategias de supervivencia, estilo de vida e historia personal, encontré sorprendente que las categorías **campo y habitus** de Pierre Bourdieu (pensando desde esa perspectiva las vivencias callejeras ilegales) pudieran acoplarse tan bien a estos conceptos, no obstante el espacio y contexto social etnografiado estuviera del lado opuesto de la lógica estructural-estructuralista (normativa) del marco social en que Bourdieu se sitúa. Esto ha sido interesante contrastarlo empíricamente en un espacio social como lo son las calles latino-

¹ Para una referencia y mejor entendimiento de este ensayo, véase la tesis de maestría en antropología de Alvarez (2015).

² A lo largo de todo el texto se emplearán las categorías: afroecuatoriano, afroesmeraldeño y afrodescendiente para nombrar lo que en la literatura brasilera se conoce como: negro o preto. Hay que resaltar, además, que las categorías de identificación o auto-identificación étnicas varían en casa país.

³ Ecuador está compuesto por 25 provincias con sus respectivas capitales. *Provincia* se puede entender como categoría territorial que para su comprensión, es homologa la categoría de Estados en Brasil. La provincia de Esmeraldas se ubica en la región Costa y está poblada en su mayoría por población afrodescendientes, pero su condición estructural, económica y social, en relación con la región central donde se ubica la mayor parte de la población blanco/mestiza está por debajo del índice nacional, como se dice a continuación: “Si bien la incidencia de la pobreza en el país es de 38.3% en el 2005-2006, existen grupos sociales que son más pobres. El análisis de la pobreza según grupo étnico permite detectar dos grupos que presentan una incidencia de pobreza mayor que la observada a nivel nacional. Estos dos grupos son: los indígenas y los afroecuatorianos. Dentro de la población indígena 7 de cada diez se encuentran por debajo de la línea de pobreza, lo que representa casi el doble de los niveles presentados a nivel nacional. En la población afroecuatoriana aproximadamente 5 de cada 10 son considerados pobres. Este análisis revelaría que la pobreza se concentra mayoritariamente en los grupos étnicos mencionados” (EQUADOR, 2006, p.14-15).

⁴ De forma resumida, la hipótesis principal de mi tesis, era el de explicar; cómo un proceso de violencia estructural (GALTUNG, 1969) y segregación étnico/racial condicionado por una administración de población (GUERRERO, 2010) blanca/mestiza durante el siglo XIX y mediados del XX, produciría en las minorías étnicas, especialmente afroecuatorianos, una tendencia fuerte hacia oficios y estrategias de supervivencia por medio de prácticas económicas informales e ilegales.

americanas y no calles europeas, y en sujetos tan extremos como microtraficantes y consumidores callejizados de droga, además de étnicamente diversos como afrodescendientes.

Por lo tanto, mi objetivo en este ensayo radica en tensionar ambas categorías, buscar sus márgenes, posibilidades y aplicabilidades en espacios sociales complejos y heterogéneos como lo es América latina, tomando como punto de partida las estrategias de supervivencias ilegales e informales de un grupo de jóvenes que observé en mi trabajo de campo con lo cual me he motivado a pensar en la posibilidad de analizar el crimen, la violencia y la ilegalidad urbana invirtiendo el estructuralismo-estructurante (aparentemente positivista) en que Bourdieu sostiene su producción teórica, hacia su opuesto (negativo), posiblemente un **contra-campo u habitus ilegal**. Sin embargo, esto aún es una idea en formación, y solo por medio de este ensayo doy inicio a este proyecto.

El barrio, la calle, las drogas y el abordaje teórico

El verdadero nombre de este barrio no lo puedo revelar por motivos de pertinencia, respeto y seguridad para mí y mis interlocutores. Pero tampoco quiero inventarme un nombre ficticio, así que lo llamaré El Paraíso, aludiendo al titular de prensa que encontré en un diario local que afirmaba lo siguiente: “El barrio ¿?; es el Paraíso de la droga”.

El nombre de El Paraíso nos sirve a su vez como una metáfora para referirnos a la compleja historia de un lugar que con el pasar del tiempo ha vivido explosiones de violencia, pandillas, racismo, tráfico de drogas y pobreza, pero a su vez, un espacio social donde las ganas de vivir, salir adelante o simplemente sobrevivir; son un referente espacial y social de las grandes desigualdades estructurales aún existentes en el Ecuador del siglo XXI y la realidad urbana latinoamericana. Aunque el barrio a simple vista luce tranquilo, en su cotidianidad (especialmente nocturna) no tiene nada de paradisiaco, pero sí lo es para la economía ilegal, la informalidad y los consumidores/usuarios de pasta base/polvo.

No obstante este trabajo no habla exclusivamente sobre drogas o violencia. La mayoría de jóvenes con quienes interactué no le daban mucha importancia al tema, de hecho, en la cotidianidad, ellos trataban otra serie de asuntos como lo era el fútbol: mujeres, experiencias laborales, sucesos personales o familiares. Las historias sobre droga, violencia e ilegalidades estaban destinados a momentos esporádicos, íntimos y/u colectivos distantes de sus discursos en la esfera pública. Al convivir con ellos, lo que les interesaba mostrarme era cómo sobrevivían con

dignidad en la ciudad, su lucha diaria contra la hostilidad urbana, la cultura serrana y su forma de convivencia.

Si bien la venta de drogas, la informalidad y la ilegalidad de los jóvenes que conforman este estudio son prácticas recurrentes en su cotidianidad, con ello no quiero decir “per se”, que sea su principal recurso de subsistencia. La vida de muchos de estos jóvenes entrevistados pasa de largo sobre los clichés negativos del que se les acusa comúnmente, como también sucede con la violencia, consumo de drogas e ilegalidades en la totalidad del barrio, ínfimo, pero al que sus moradores han generado tolerancia e indiferencia, sin que esto afecte su cotidianidad familiar, profesional y laboral.

Sin embargo, estas prácticas ilegales/informales describen un escenario de desigualdad estructural que históricamente ha afectado a poblaciones, territorios (provincias) y grupos étnicos (indígenas, afrodescendiente) más que otros. Por este motivo la hipótesis de este trabajo parte de tres categorías que considero relevantes para comprender las estrategias de supervivencia empleada por los jóvenes afroesmeraldeños con quienes compartí experiencias callejeras en El Paraíso, estas son: 1) administración de poblaciones⁵ (GUERRERO, 2010), 2) violencia estructural⁶ (BOURGOIS, 2005 y 3) Estado racial⁷ (GOLDBERG, 2002).

⁵ En la siguiente cita el autor describe cómo se construye esta categoría: “En lo que se refiere a las poblaciones indígenas, su desaparición de lo público político es constitutiva de la construcción del Estado-nación ecuatoriano a lo largo del siglo xx. Por extraño que pueda parecer, la universalización esencializada de la ciudadanía bajo el modelo blanco-mestizo abrió hiatos de penumbra para ocultar (y sin embargo reconocer) dentro del mismo sistema político ‘la paradoja del indio’, locución recurrente en boca de los políticos afines del siglo XIX. Desde 1827 hasta 1870, se utilizó una definición jurídica de excepción (a la vez inherente y constitutiva de la norma ciudadana) que los clasificaba por una figura de exclusión intrínseca al sistema: una noción específica, destinada a los individuos imposibilitados que no podían ejercer derechos y requerían de un tutor para ser representados. Dejaron de ser concebidos bajo el estatuto de ‘indígenas contribuyentes’ (1857); fueron conceptualizados bajo la categoría de ‘población’ o ‘personas miserables’, por ende, sin plenos derechos ciudadanos” (GUERRERO, 2000, p. 3).

⁶ Opresión político-económica crónica y desigualdad social enraizada históricamente, que incluye desde acuerdos comerciales de explotación económica internacional, hasta condiciones de trabajo abusivas y altas tasas de mortalidad infantil. (BOURGOIS, 2005).

⁷ La siguiente cita es una traducción personal: Una de las evasiones más revelador en estas dos últimas décadas del pensamiento sobre la raza, ha afectado casi por completo el silencio teórico que hay sobre el Estado. No sólo la forma en que el Estado está implicado en la reproducción de las condiciones más o menos locales de exclusión racial, sino, cómo el Estado moderno se ha concebido siempre como una configuración racial. El Estado moderno, en definitiva, no es nada menos que un estado racial. Es un Estado o un conjunto de condiciones ambientales socios específicos. Por lo tanto, en un sentido, no hay fenómeno totalizador singular que podamos nombrar Estado racial; más precisamente, hay Estado racial y Estado racista. Sin embargo, es posible, a la vez de insistir en que se dan las condiciones generalizables en virtud del cual el Estado moderno se concibe como racial y racialmente excluyente y racista.

Mediante la observación directa en un espacio determinado de la ciudad reconocido por su alto comercio, turismo y ocio, tuve mi primera aproximación al problema que concierne este proyecto. En esa primera experiencia me impresionó ver cómo en un espacio urbano delimitado se podían configurar distinciones sociales y culturales representadas en oficios laborales específicos, especialmente en la economía informal e ilegal, configurando a mi juicio jerarquías de clases, género y raza. Esta distinción la interpreté como una división étnica del trabajo y al mismo tiempo como la representación de una subalternización estructural, aspectos que han hecho del racismo, del estigma, la exclusión y la marginación social sobre minorías étnicas, una suerte de sentido común representada en las prácticas económicas y usos del espacio subalternos que tanto indígenas como afrodescendientes hacen de la ciudad⁸.

En un primer momento intenté describir el tipo de prácticas económicas que ambas minorías desarrollan, pero después de varios acercamientos fallidos con indígenas vendedores ambulantes en la calle desistí, y opté por enfocarme en el mundo afrodescendientes⁹ con los cuales tuve una mejor receptividad.

Al deambular por las calles de Quito y observar cómo en la mencionada división étnica del trabajo se formaban prácticas económicas diferenciadas por el uso del espacio pude ver dos tipos de distribución socio-espacial; 1) indígenas vinculados en el mercado informal, y 2) afrodescendiente en el mercado ilegal. Esta división se puede observar claramente en las relaciones cotidianas comerciales de toda la ciudad. Por un lado, indígenas vendiendo dulces (caramelos), cigarrillos, comida rápida, verduras, y por otro lado (y esto es la base fundamental de esta investigación), jóvenes afrodescendientes vendiendo drogas ilícitas como: marihuana, cocaína, y especialmente pasta base de cocaína.

Decidí mudarme a el barrio El Paraíso después de haber hecho la anterior aproximación de campo. Escogí este barrio por ser reconocido principalmente en dos aspectos: 1) violencia/tráfico de drogas y 2) ser un gran receptor de inmigración interna afroecuatoriana. Para ser fiel al trabajo etnográfico clásico residí

⁸ Esta desigualdad y diferencia étnica se puede explicar de la siguiente manera: “En Ecuador se demuestra que los pueblos y nacionalidades poseen menos logros sociales respecto a la mayoría blanco mestiza. La explicación de esta disparidad exige tener en cuenta factores estructurales y coyunturales. La relación entre pobreza y etnicidad tienen su fundamento en el racismo estructural que se incubó desde la colonia y que relegó a estos actores como sujetos inferiores y con ciudadanía restrictiva. Pero además, la desigualdad que enfrentan estos grupos es resultado de la presencia de factores excluyentes que impiden la satisfacción de derechos económicos y sociales por parte de una institucionalidad que restringe los recursos públicos, limita las inversiones y no democratiza la oferta de servicios básicos” (ANTÓN, 2010, p. 118).

⁹ A lo largo de todo el texto se emplearán las categorías: afroecuatoriano, afroesmeraldeño y afrodescendiente.

un año seguido en este barrio donde conocí a los tres interlocutores principales que hacen parte de esta investigación, ellos son: Richard, Guacho y Fabián. Cada uno de ellos expone un punto de vista opuesto sobre las actividades ilegales/informales o legales/formales, pero en el caso de todos ellos hay un factor transversal en común: la sobrevivencia. Y para sobrevivir en la ciudad ellos cruzan cualquier frontera en sus actividades económicas, por lo tanto el tráfico de drogas y las actividades ilegales son practicadas casi de modo naturalizado en sus vidas cotidianas. La propuesta de este ensayo surgió a través del seguimiento a uno de estos tres interlocutores, me refiero a Fabián. Él es un joven consumidor de pasta base/polvo con el cual quiero describir el otro lado de la realidad del barrio, el de los consumidores consumados¹⁰ y ya no tanto la realidad de brujos¹¹ (Guacho) o vendedores ocasionales de droga (Richard).

A través de este relato se quiere desmitificar el imaginario o estigma que se tiene sobre los consumidores de drogas habitantes o deambulantes de la calle. En El Paraíso hay muchos, pero al convivir con ellos breves estancias es posible adentrarse a conocer otro tipo de economía y supervivencia ajena al cotidiano normatizado. Con el relato de vida de Fabián desmiento aquellos discursos que satanizan la pobreza como la gestora del crimen, la violencia y las adicciones. La entrada al consumo y callejización no radica tanto en factores estructurales como el ser pobre, hay otras coyunturas tales como el desamor, la soledad o posiciones ideológicas que empujan al individuo tomar este tipo de caminos antagónicos, a este respecto: la cultura (o subcultura) callejera. La descripción etnográfica que hago del habitus de consumo de drogas de Fabián nos aproximará a conocer la economía política construida alrededor de este habitus, en suma, un motivo de gran importancia que estructura la cotidianidad de muchos consumidores que no necesariamente acuden al crimen, la violencia e ilegalidades para satisfacer sus ansias y necesidades vitales.

¹⁰ Esta es una categoría con la cual describo a un tipo de consumidor de drogas, específicamente de pasta base de cocaína. En el trabajo de investigación con el cual se sustenta este ensayo, hago una diferencia determinante entre usuario y consumidor de drogas ilícitas. Un usuario puede conectarse o desconectarse regular o irregularmente del uso de sustancias tóxicas, lo que lo diferencia del consumidor, quien sostiene regularmente el consumo de tóxicos como parte de su rutina, pero quien aún tiene un cierto control y conciencia sobre sí mismo y su cuerpo, pero en el caso de los habitantes de calle, ambas categorías no se ajustan a su condición. Es por ello que hago uso del término consumidor consumado, para explicar y describir el alcance que produce el consumo en exceso de la pasta base de cocaína, la dependencia, adicción, pérdida de conciencia sobre el sí mismo y el valor del cuerpo. Los consumidores consumados son diestros y expertos sujetos dedicados día y noche dedicar su vida al consumo y metafóricamente, consumirse en la pasta base de cocaína.

¹¹ Brujos y brujitos son dos categorías empleadas en Ecuador para nombrar a los sujetos encargados de vender cualquier tipo de drogas. Se puede entender como el anglicismo “dealer”.

Habitus y campo... legalidad y normatividad institucionalizada como bases de su constitución epistemológica

El habitus es un concepto clave en Pierre Bourdieu que explica de forma estructural como un sujeto adecua en sí mismo estructuras sociales externas las cuales condicionan su subjetividad a realizar ciertas acciones únicas que dependen circunstancialmente de la historicidad de cada estructura, y la condición étnica y de clase del entorno del sujeto. Lo que ejerce este tipo de condicionamiento macro-social-externo en el sujeto, es una suerte de ruta cognitiva de ser/estar en el mundo social.

El habitus se define como un sistema de disposiciones durables y transferibles -estructuras estructuradas predisuestas a funcionar como estructuras estructurantes- que integran todas las experiencias pasadas y funciona en cada momento como matriz estructurante de las percepciones, las apreciaciones y las acciones de los agentes cara a una coyuntura o acontecimiento y que él contribuye a producir (BOURDIEU, 1972, p. 178).

La teoría de Bourdieu es paradigmática puesto que simplifica las complejidades sociales, epistémicas y culturales de cualquier sociedad. Su análisis disecciona la sociedad de forma que la estructura, digamos, los campos¹² sociales tienen entre sí diferencias marcadas que producen conflictos sociales, es decir, diferencias estructurales. Pero para que esto se produzca es preciso que los sujetos o agentes sociales devengan de producciones materiales e históricas particulares, y agrega lo siguiente:

Producto de la historia, el habitus produce prácticas [...] conformes a los esquemas engendrados por la historia; asegura la presencia activa de las experiencias pasadas que, depositadas en cada organismo bajo la forma de esquemas de percepción, de pensamiento y de acción, tienden, de forma más segura que todas las reglas formales y todas las normas explícitas, a garantizar la conformidad de las prácticas y su constancia en el tiempo (BOURDIEU, 1980, p. 91).

¹² Para Bourdieu; “[...] un campo es un microcosmos dentro del macrocosmos que constituye el espacio social (nacional) global”. (BOURDIEU apud LAHIRE, 2005, p. 31).

La obra de Bourdieu trabaja con una dicótoma muy sencilla: colectividad/individualidad. Sin embargo los “campos” pueden variar, como también los individuos al que él denomina: agente (sujeto). Por lo tanto, he ahí la razón por la cual el concepto de capital que emplea Bourdieu más allá del reduccionismo económico, amplía la forma de desentrañarlas diferencias estructurales de los campos y las múltiples deferencias desiguales productoras de sujetos.

La diferencia por el gusto, la moda, la clase social, incluso la preferencia por ciertas drogas ilícitas y la delincuencia, son el resultado objetivable de la desigualdad estructural predominante en los campos¹³ (de poder). Por lo tanto, la tenencia de capitales (simbólicos, culturales) representa un hecho social de gran importancia para el agente social. Pero el acceso a estos capitales es restringido y no cualquier individuo puede acceder a los mismos, lo que hace que subsista una elite distante que monopolice el poder, es decir: el capital cultural.

¿Qué es lo que hace del capital cultural el agregado deferencial del sujeto? Como ya hemos dicho antes, las diferencias notorias que pueden existir entre un sujeto y otro tienen raíz en su producción histórica estructural. Por lo tanto, la adquisición de capital cultural depende en últimas de la capacidad, a su vez del capital económico del entorno del sujeto. Mientras un grupo social tenga mejores posibilidades de transmitir u heredar su capital cultural; la reproducción del mismo facilitará las ventajas que tenga un sujeto sobre el otro que no tenga esa posibilidad.

En este punto entramos al meollo del asunto. En varios de sus libros, Bourdieu (1991, 1997, 2012) hace hincapié en lo complejo que resulta la transmisión de la educación y la cultura en un Estado de bienestar como el francés donde el acceso a la educación tiende a ser igualitario, pero que al final de un proceso de formación este sistema educativo es el encargado de reproducir las desigualdades. A esto Bourdieu es lo que ha denominado como violencia simbólica. Su obra es enfática e implícitamente hace referencia del modelo social francófono, incluso de cierta historicidad Europea. Modelo social extremadamente estructurado, funcional e institucional. Esto es lo que hace de la educación la matriz del orden normativo, jurídico y cultural del sistema teórico de Pierre Bourdieu.

Pero cuando las condiciones estructurarles no tienen una equidad, digamos, un progreso social democrático como lo ha tenido buena parte de Europa

¹³ Sobre esto ahondará Bourdieu; “[...] la distribución desigual del capital determina la estructura del campo, que por ende está definida por el estado de una relación de fuerza histórica entre las fuerzas (Agentes, instituciones) con presencia en el campo” (BOURDIEU apud LAHIRE, 2005, p. 31).

occidental, eso hace posible que el habitus de la ciudadanía universal se vea truncado, en este caso, comparándolo con las condiciones históricas y estructurales que tiene América latina. Y ante dichas desventajas cave la pregunta; ¿qué ventajas comparativas pueden capitalizar quienes han conseguido algún tipo de educación privilegiada (instituto, universidad) ante quien no la tiene o quien la tuvo precariamente?

La educación es uno de los tantos ejemplos que enumera Bourdieu para desmentir y criticar los recovecos disfrazados del meta-relato ilustrado, inclusive, de la formación del Estado moderno. La cultura, la moda, el arte, las profesiones, el gusto, son algunas de las otras aristas que argumenta el autor tienen un origen estructural desigual y que su elección depende en buena medida del capital heredado o adquirido que obtiene el sujeto de su entorno social, en donde la clase y el género son dos aspectos de suma relevancia dentro de la producción de esta desigualdad o capital simbólico, mientras que lo étnico y la racial quedan por fuera de su análisis.

Siguiendo con esta argumentación, sí el capital cultural es el resultado de un habitus estructurado por un sistema social específico, pero además considerando que Bourdieu de una manera explícita no aborda debates sobre lo ilegal, lo informal, lo criminal o lo delictivo en su producción teórica; ¿podríamos considerar las acciones que están por fuera del discurso normativo, cultural y educativo como un habitus que en sus adentros también está formado por una estructura, que a su vez produce un sujeto?, o de modo más claro, ¿podríamos hablar de un habitus delictivo? De ser así también habría que re-definir la validez del concepto de campo¹⁴, dando por supuesto que la teorización sobre el campo está cimentada en las bases de una sociedad racional moderna, por lo demás, formal/legal.

¹⁴ En otro aspecto de la definición de campo, Bourdieu argumentará; “[...] a cada campo corresponde un *habitus* (sistema de disposiciones incorporadas) propio del campo (por ejemplo, el *habitus* filológico o el *habitus* pugilístico). Sólo aquellos que hayan incorporado el *habitus* propio del campo están en situación de jugar el juego y de creer en (la importancia de) dicho juego” (BOURDIEU apud LAHIRE, 2005, p. 31). Sin embargo, en ningún momento Bourdieu deja claro qué tipo de jugadores pueden jugar el juego, ni las condiciones inherentes al juego, a su vez adscritas al campo. En tal caso, y si no hay juegos ni jugadores cognoscibles dentro de la racionalidad formal suscitada en las lógicas de campo que él propone, ¿sería posible hablar de un contra campo?

¿Capital delictivo?

Para este propósito los relatos de vida de Richard y Guacho¹⁵ nos revelan la polivalencia estructural que tiene la construcción del habitus en sociedades periféricas donde la formación histórica de sus relaciones exteriores (global) e interiores (nacional) difieren radicalmente del discurso eurocéntrico hegemónico que privilegia el paradigma estatal weberiano. La forma en que el Estado se representa legítimamente en la provincia de Esmeraldas no concuerda con la legitimidad burocrático-administrativa y del monopolio de la fuerza que pretende el Estado debe ejercer sobre su territorio (WEBER, 1993), por lo que produce un Estado de excepción (AGAMBEN, 2004) constante que dificulta o facilita que la sociedad se mueva a cabalidad respondiendo más a necesidades individuales que colectivas.

Lo que quiere decir esta coyuntura es que el habitus responde a diferentes estructuras que a su vez legitiman o estructuran (como en la sociedad occidental avanzada) de forma paralela, es decir, ilegal o informal, un sujeto que responde a las condiciones devenidas de dicha estructura desigual periférica. Por lo tanto, el habitus que un sujeto adquiere y luego replica, otrora, reproduzca inconscientemente; puede tener las mismas características que un habitus normativo. Tanto el capital cultural adquirido como el heredado producen un sujeto, pero habiendo invertido el proceso por el cual un sujeto se posiciona en un espacio social complejo o precario, existe una prolijidad simbólica a heredar dicho habitus, incluso adquirirlo concibiendo la fuerte coacción del espacio social.

La condición estigmatizada de los afrodescendientes del gueto norteamericano (WACQUANT, 2007), de los heroinómanos en San Francisco (BOURGOIS; SCHONBERG, 2009), del entorno familiar de la venta de droga en las ollas de Medellín (ACALÁ, 2006; TAPIA, 2010), del consumo de Paco en las villas miseria de Argentina (EPELE, 2010) o las ilegalidades en las periferias de Sao Paulo (FELTRAN, 2009), son escenarios etnográficos donde mejor se expone la pervivencia de este habitus adverso que sin lugar a dudas se reproduce capitalizando acciones estructurantes como puede serlo, la ilegalidad. Por lo tanto, la probabilidad que exista un habitus delictivo no deja dudas cuando en

¹⁵ Para una mejor comprensión de estos personajes, véase el capítulo I, II de la tesis de Alvarez (2015).

En el primer capítulo se analiza el ir y venir de Richard entre economía ilegal e informal como vendedor esporádico de drogas y comida en la calle. En el segundo capítulo analizo el ascenso criminal de Guacho y su consolidación como microtraficante de pasta base de cocaína. Ambos personajes justificarán sus acciones y estilo de vida como estrategias de supervivencia.

un lugar con una desigualdad estructural extrema, como sucede en la provincia de Esmeraldas, los índices de violencia sean tan elevados.

De tal forma si el habitus en el sentido Bourdivino se diferencia de otros habitus por las diferencias de capital cultural que puedan tener los sujetos, entonces, del otro lado de la legalidad, los habitus ilegales también tienen su forma de capitalizar culturalmente una práctica. A esto es lo que yo llamo capital delictivo para hacer referencia al cómo la ilegalidad y la informalidad no solo son recurso o consecuencia de la desigualdad estructural, sino que son respuesta (agencia) sociales, culturales y económicas a dinámicas históricamente aprehensibles que legitiman un tipo de habitus, habitus que a su vez se legitima en lo subjetivo como en dinámicas cotidianas objetivas.

Durante mi trabajo de campo uno de los aspectos moralmente más críticos, era el de observar quiénes eran los micro traficantes de drogas, es decir, los brujos y brujitos¹⁶ del barrio. Mis primeros contactos con el mundo de la venta al menudeo de pasta base/polvo¹⁷ fueron adultos de alrededor de 40 a 50 años. Aquellos que estaban ubicados en lugares fijos (casas, huecas, expendios). Luego están los jóvenes que rondan entre los 20 a los 35 años. Estos suelen pasar en la calle en puntos móviles también reconocidos por los compradores. Para llegar a ser brujito hay dos rutas, una como estrategia de supervivencia (Guacho es un ejemplo) y la otra como **consumidor consumado**¹⁸, es decir, un sujeto que no le basta solo con ser un consumidor, sino también vender para resolver su dependencia neuroquímica. Se vive para la sustancia y la sustancia vive por el consumidor. Esto lo podemos definir como **capital adquirido**.

¹⁶ Brujos y brujitos son dos categorías empleadas en Ecuador para nombrar a los sujetos encargados de vender cualquier tipo de drogas. Se puede entender como “dealer”.

¹⁷ Es una droga de bajo costo similar al crack elaborada con residuos de cocaína y procesada con ácido sulfúrico y queroseno. En ocasiones suele mezclarse con cloroformo, éter o carbonato de potasio, entre otras cosas. Es el residuo o la basura restante del proceso de elaboración de cocaína. En Colombia se le conoce con el nombre de **bazuco**, en Ecuador como **polvo**, y en la Argentina como **paco**. Para Este trabajo he optado por denominar a esta droga como **pasta base/polvo**.

¹⁸ Esta es una categoría con la cual describo a un tipo de consumidor de drogas, específicamente de pasta base de cocaína. En el trabajo de investigación con el cual se sustenta este ensayo, hago una diferencia determinante entre usuario y consumidor de drogas ilícitas. Un usuario puede conectarse o desconectarse regular o irregularmente del uso de sustancias tóxicas, lo que lo diferencia del consumidor, quien sostiene regularmente el consumo de tóxicos como parte de su rutina, pero quien aún tiene un cierto control y conciencia sobre sí mismo y su cuerpo, pero en el caso de los habitantes de calle, ambas categorías no se ajustan a su condición. Es por ello que hago uso del término consumidor consumado, para explicar y describir el alcance que produce el consumo en exceso de la pasta base de cocaína, la dependencia, la adicción, la pérdida de conciencia sobre el sí mismo y el valor del cuerpo. Los consumidores consumados son diestros y expertos sujetos dedicados día y noche a dedicar su vida al consumo y, metafóricamente consumirse en la pasta base de cocaína.

En una ocasión acompañé a uno de los jóvenes del barrio (Fabián) a comprar X cantidad de pasta base/polvo donde un conocido brujo que yo desconocía. Este brujo no suele vender en la calle, hay que llamarle antes, además solo vende a personas conocidas. Hicimos el pedido, Fabián me hizo esperar a diez metros de distancia del lugar de la entrega, yo estaba ansioso por conocer o ver al brujo, pero éste nunca llegó, de su parte envió a una niña entre 7 a 12 años a darnos la droga actuando inocentemente. En efecto, se trataba de su hija. De regreso con Fabián le expuse mi asombro, a lo que él respondió, “no tengo moral para juzgarle, soy el que compra, ambos estamos en lo ilegal”, y continuó explicándome cuál sería la ruta futura de esa niña de seguir en esa actividad:

De niños ayudan a sus padres ocultando la droga, reciben el dinero, entregan la sustancia, poco a poco van transando cruces. Cuando llegan a la adolescencia cargan con su propia mercancía, pasan a ser brujitos, luego se liberan de sus padres o retoman sus puestos de brujos. (Fabián, entrevista [2013]).

Una cadena heredada por medio del parentesco que puede ser patrilínea o matrilineal, chola¹⁹, afroecuatoriana o blanco/mestiza. A esto le podemos llamar **capital heredado**. Como habrán visto, el habitus ilegal puede producirse por medios adquiridos o heredados dependiendo del campo en que el sujeto se produce. Esto quiere decir que las acciones ilegales, informales, criminales, inclusive el consumo de drogas; logran ser producto de un capital (delictivo) adquirido o heredado de la estructura opuesta a la ética formal/legal hegemónica.

Las prácticas de supervivencia de los jóvenes afroesmeraldeños migrados a Quito descrita anteriormente son una muestra objetiva/vivible de cómo la construcción cognitiva de los sujetos contiene desigualdades estructurales de formas de adquirir capital cultural. Y dichas adquisiciones estructuralmente desiguales explican en buena medida el por qué ciertas sociedades y territorios en Ecuador conserven o re-producen cierto tipo de actividades ilegales o/y informales para ganarse la vida, que para el caso de mis interlocutores, Richard, Guacho y Fabián, podemos razonablemente asegurar que sus prácticas y acciones cotidianas desarrolladas para sobrevivir, provienen de lo que yo llamo: **capital delictivo**.

¹⁹ Esta categoría étnica suele ser empleada por los no-indígenas de forma despectiva para referirse a los indígenas urbanos. Es una expresión que hace referencia en primer lugar, a una distinción de clases, y en segunda instancia, a una subalternización étnica.

Palabras finales

Este ensayo constituye una aproximación teórica de un continuum de datos etnográficos multisituados que en los últimos cuatro años he comparado y contrastado tanto en Ecuador (con la investigación que precede a este texto), como también en Brasil y en Colombia. En estos dos países he realizado observaciones de campo en temas de consumos de drogas y economías ilícitas, encontrando en el análisis transversal del registro etnográfico en temas de consumos de drogas y economías legales/formales, pero todos ellos análisis transversal del registro etnográfico similitudes estructurales que pueden sustentar la posibilidad de hablar sobre la consolidación de un capital delictivo, representado en prácticas ilegales e informales.

Dichas prácticas se pueden pensar paralelamente en palabras de Bourdieu como un “campo”, no obstante, esta perspectiva de campo es unidimensional y se restringe únicamente a estructuras normativas, mientras que lo que describe por ejemplo la etnografía sobre economías informales e ilegales, al igual que el habitus de los sujetos que hacen parte de estas economías, muestra otra estructura que paralelo y de común acuerdo con el modelo normativo, legitima lo que yo doy por nombre de “contra-campo” (social no normativo). Por lo tanto, dicho contra-campo recrea reglas, normas, acciones y estructuras que funcionan al mismo tiempo para diseñar y/o estructurar la subjetividad y objetividad cotidiana, especialmente de los pobres y subalternos, quienes pueden optar por la carrera delictiva como posibilidad naturalizada de supervivencia y movilidad social.

CAN WE TALK ABOUT CRIMINAL CAPITAL?

ABSTRACT: *Starting from categories: cultural capital and habitus of Pierre Bourdieu, I want to discuss the possibility of re-adapt these categories on a space and social agents in the field of urban illegality, retaking the ethnographic work I did for a year in a neighborhood considered violent and drug selling point in the historic center of Quito, Ecuador. All this in order to get close conceptually to propose criminal Capital category in this investigation. This essay is part of my master's thesis in anthropology and has been modified to be presented and contribute to the debate and understanding of issues such as the formation of criminality and illegality.*

KEYWORDS: *Ilegality. Cultural capital. Habitus. Criminal capital.*

REFERENCIAS

AGAMBEM, G. **Estado de Excepción: homo sacer II, I**. Madrid: Adriana Hidalgo, 2004.

ACALÁ, P. R. **Jóvenes, memoria y violencia en Medellín: una antropología del recuerdo y el olvido**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2006.

ALVAREZ, W. **Sobreviviendo con la pipa, drogas, violencia y conflictos interétnicos en El Paraíso**. 2015. 137 p. Disertación (Maestría en Antropología) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, 2015.

ANTÓN, J. **El proceso organizativo afroecuatoriano: 1979-2009**. Quito: Serie: Atrio, 2010.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

_____. **Razones prácticas: sobre la teoría de la acción**. Barcelona: Anagrama, 1997.

_____. **La ontología política de Martín Heidegger**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1991.

_____. **Le sens pratique**. París: Les éditions de minuit, 1980.

_____. **Esquisse d'une théorie de la pratique, precedido de Trois études d'ethnologie kabyle**. París: Seuil, 1972.

BOURGOIS, P. Más allá de una pornografía de la violencia: lecciones desde el Salvador. In: FERRÁNDIZ, F.; FEIXA, C. (Org.). **Jóvenes sin tregua: culturas y políticas de la violencia**. Barcelona: Anthropos, 2005. p.11-34.

BOURGOIS, P.; SCHONBERG, J. **Righteous Dopefiend**. Los Angeles: University of California Press, 2009.

EPELE, M. **Sujetar por la herida: una etnografía sobre drogas, pobreza y salud**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

EQUADOR. Secretaría Técnica del Ministerio de Coordinación de Desarrollo Social. Unidad de Análisis e Información de la Secretaría Técnica del Ministerio de Coordinación de Desarrollo Social SIISE- STMCDS. **Mapa de Pobreza y Desigualdad en El Ecuador**. Quito: INNFA, 2006. 188 p. Disponible em <<http://es.scribd.com/doc/77050424/Mapa-de-Pobreza-y-Desigualdad-en-El-Ecuador>>. Acceso em: 29 abr. 2016.

FELTRAN, G. D. **Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, London, v.6, n.3, p.167-191, 1969.

GUERRERO, A. (Org.). **Administración de poblaciones, ventriloquia y transcripción: Análisis histórico: Estudios teóricos**. Lima: IEP: FLACSO sede Ecuador, 2010.

_____. **Étnicidades**. Quito: FLACSO-Ecuador, 2000.

GOLDBERG, D. **The Racial State**. Malden: Blackwell Publishers INC, 2002.

LAHIRE, B. **El trabajo sociológico de Pierre Bourdieu, deudas y críticas**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

TAPIA, C. A. **Fumando mañas, construcción del sentido de la realidad social en un contexto de ilegalidad**. Bogotá: Universidad del Rosario, 2010.

WACQUANT, L. **Los condenados de la ciudad: gueto, periferias y Estado**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

WEBER, M. **Economía y sociedad**. Madrid: Fondo de cultura económica de España, 1993.

EQUILÍBRIO E DESEQUILÍBRIO INSTITUCIONAL NO DEBATE DO NOVO INSTITUCIONALISMO NA CIÊNCIA POLÍTICA: ESTAGNAÇÃO E MUDANÇA DE TRAJETÓRIA

Ivan Henrique de Mattos SILVA*

RESUMO: O estudo da Política passou por inúmeras transformações, saindo aos poucos da Filosofia Política, passando pela Sociologia e, mais recentemente, afirmando-se como um campo de conhecimento autônomo. O foco nas instituições ocupou um papel fundamental nesse processo, e assume posição privilegiada no debate atual da Ciência Política, embora existam várias abordagens e modos de instrumentalizá-las enquanto objetos de estudo. O objetivo deste trabalho é realizar uma breve discussão acerca da relação entre equilíbrio e desequilíbrio institucional (ou, em outras palavras, estagnação e mudança institucional) no âmbito do novo institucionalismo a partir da discussão de alguns autores fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Neoinstitucionalismo. Equilíbrio institucional. Mudança de trajetória.

Introdução

O estudo da Política enquanto fenômeno percorreu um longo trajeto até a sua consolidação institucional em um campo específico do conhecimento – ou uma comunidade epistêmica – com metodologias, técnicas e procedimentos autônomos. Não apenas em termos de estrutura do campo, mas também em termos de seus objetos (e escopo) de análise é possível perceber mudanças sig-

* Mestrado em Ciência Política. UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905- ivanhmsilva@gmail.com.

nificativas: as metanarrativas – embora sigam operando enquanto fundamento parcial de análise ou sustentação teórica – perdem sua centralidade com a consolidação do campo da Ciência Política, de modo que os objetos de investigação tendem a ser mais focalizados, específicos e historicamente delimitados.

O esforço institucional pela consolidação do campo também favoreceu a convergência das análises para a busca de cadeias causais não mais originadas unicamente fora do campo político formal, e, nesse sentido, as instituições surgem como instrumento privilegiado de análise. Como se busca esclarecer na sequência, a revalorização das instituições enquanto objetos de pesquisa é concomitante ao período de reafirmação da democracia enquanto processo político hegemônico (seja no contexto europeu após a Guerra Fria, seja na América Latina após as ditaduras militares).

Se os regimes democráticos são pautados – em maior ou menor medida – na previsibilidade, e, portanto, na estabilidade formal, deve-se isso, em grande medida, ao papel desempenhado pelas instituições na redução de incertezas dos variados processos de tomada de decisão dentro de uma comunidade política. O presente artigo busca revisitar alguns autores fundamentais acerca do neoinstitucionalismo na Ciência Política, e, a partir desta revisão teórica, discutir a relação existente (dentro do campo) entre estabilidade e instabilidade institucional segundo as diferentes abordagens, ou, em outras palavras, a relação entre equilíbrio institucional e mudança de trajetória no âmbito do neoinstitucionalismo.

Redemocratização e neoinstitucionalismo

O foco na importância das instituições enquanto entes estruturantes da vida social, política e econômica esteve presente em uma parte significativa dos teóricos clássicos da economia, da sociologia e da ciência política, dentre os quais J. W. Burgess, Thorstein Veblen, John R. Commons e Max Weber. Entretanto, seguiu-se a eles uma onda de relativa diminuição da importância explicativa do aspecto institucional, e as instituições sociais formalmente organizadas passaram a ser apenas o *locus* em que ocorre o comportamento político, motivado por fatores externos (MARCH; OLSEN, 2008). Chama-se neoinstitucionalismo (ou neoinstitucionalismos) à retomada, nos anos 1980 e 1990, de uma perspectiva teórica que reserva às instituições um papel central na definição de resultados das ações políticas, sociais e econômicas (HALL; TAYLOR, 2003).

A ascensão do neoinstitucionalismo na Ciência Política se deve, em grande medida, à influência que recebeu da Economia, em especial no que se refere à

*public choice*¹ (GOODIN, 1996). Segundo Goodin (1996), referindo-se a John R. Commons, a noção original de economia institucional americana (que surge como contraposição à ortodoxia neoclássica) consiste em examinar modos em que a ação coletiva pode ser institucionalizada e, assim, coagir ou restringir a ação individual. Enquanto a ortodoxia liberal (que tem suas origens na economia, mas expande seu referencial metodológico e teórico para outras áreas) defendia a existência de um mercado autorregulado, e reduzia o comportamento econômico (e, por fim, todo o comportamento social) a uma interação de preferências individuais sob a condição de escassez de recursos, o ressurgimento da análise institucional aponta para a importância das instituições e dos arranjos institucionais como condições prévias para a emergência e operação dos mercados, sobretudo enquanto instrumentos de redução dos custos de transação (NORTH, 1993).

Esse ressurgimento parte da constatação da insuficiência da teoria neoclássica para lidar com as diferentes performances das sociedades no presente momento ou ao longo do tempo. Segundo North (1993), para essa teoria as economias diferem de acordo com as diferentes taxas de investimento (em educação, poupança, etc.), mas o que o modelo não explica é por que as economias falhariam em tomar as decisões corretas se houvesse a previsão de um alto retorno. A resposta para essa pergunta, segundo o autor, está nas instituições: elas são as estruturas que os homens impõem na relação humana e que, portanto, definem os incentivos que (junto a outros constrangimentos) determinam as escolhas que os indivíduos fazem, as quais, por sua vez, modelam as performances das sociedades e economias ao longo do tempo (NORTH, 1993).

O fenômeno da redemocratização, nos anos 1970, 1980 e 1990 – fundamentalmente na América Latina e no Leste Europeu – também contribuiu de modo significativo para uma dupla guinada no campo da Ciência Política, tanto em termos de objeto como de método: a democracia passa a ser um tema central enquanto objeto de pesquisa, e o foco nas instituições se converte em um *modus operandi* privilegiado enquanto método de análise. O neoinstitucionalismo busca elucidar o papel desempenhado pelas instituições na definição dos resultados políticos e sociais (HALL; TAYLOR, 2003).

Embora a Ciência Política no Brasil seja, enquanto campo científico específico, extremamente recente (cujo início remonta a virada dos anos 1970 para 1980), a tradição de pensamento e reflexão da política enquan-

¹ A teoria da *public choice* trata da utilização de ferramentas econômicas (tais como as noções de escolha racional, ou de dilema de ação coletiva) para a análise de problemas da ciência política. Ver Goodin (1996).

to fenômeno é muito anterior à sua institucionalização e profissionalização. Segundo Lamounier (1982), a emergência de uma reflexão aguda sobre os fatores e fenômenos políticos e institucionais coincide com o próprio processo de constituição do Estado Nacional no Brasil, no século XIX, tendo como representantes figuras como Cipriano Barata, Frei Caneca, Gonçalves Leda e José Bonifácio. Os esforços de então, embora atentos ao debate internacional, tinham como objetivo fundamental a intervenção prática no processo de criação de uma nova ordem política a partir de uma análise profunda de seus processos e condicionamentos. Ainda que este movimento tenha representado uma autonomização dos fenômenos políticos enquanto objeto de análise, a consolidação do campo da Ciência Política só foi possível a partir de um segundo processo de autonomização na direção da construção de um saber distinto e independente (embora não excludente) – impulsionado pela Reforma Universitária de 1968 e consolidado entre meados de 1970 e o início da década de 1980 – de outras narrativas (como a Filosofia, a História, a Literatura ou a Sociologia), ou seja, a partir da construção de uma **comunidade epistêmica**, pautada pelo rigor metodológico e pela autonomia dos fenômenos políticos (LESSA, 2011). Estes passaram, portanto, a não mais ser vistos enquanto simples epifenômenos de estruturas anteriores, mas adquirem preponderância analítica e explicativa.

A onda de redemocratização dos anos 1980 (América Latina) e dos anos 1990 (Leste Europeu) traz à tona um fenômeno de enorme importância analítica para o campo da Ciência Política: a hegemonia da democracia enquanto método de escolha política. *Pari passu*, os estudos da Ciência Política tendem a migrar de análises macroestruturais sobre o capitalismo na periferia, ou sobre o autoritarismo e seus condicionantes de classe, para estudos acerca do fenômeno da democracia: sua construção, definições, pressupostos e aparatos institucionais (partidos, estruturas partidárias, mecanismos eleitorais, entes federativos, dentre outros). Segundo Przerworski (1984), o estabelecimento de uma democracia ocorre tão somente se existirem instituições que reduzam as incertezas com relação a possíveis perdas significativas por parte de qualquer agente específico. Numa democracia, portanto, as instituições condicionam tanto o conjunto de estratégias possíveis aos atores políticos, como também o próprio leque de resultados possíveis do próprio processo de tomada de decisão. Dadas estas características, as instituições se convertem em instrumentos metodológicos privilegiados para a análise dos fenômenos políticos.

Neoinstitucionalismos e o debate sobre equilíbrio e desequilíbrio

Antes de avançar no debate, é fundamental que se faça uma definição do que se entende por instituições. Douglas North fornece, provavelmente, a definição mínima mais aceita entre todos os tipos de institucionalismo: as instituições são regras formais, constrangimentos informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta) e as características de afirmação/garantia de ambos (o grau de identificação entre os objetivos dos constrangimentos institucionais e as escolhas individuais depende da efetividade de sua garantia). Seriam, portanto, as regras do jogo (NORTH, 1993). Goodin (1996), citando Huntington, diz que uma instituição é um padrão de comportamento estável valorativo e recorrente, e é, acima de tudo, uma construção social.

Goodin estabelece, no mesmo texto, seis esferas nas quais as instituições operam em uma sociedade:

1. Na esfera da família: regulação das relações biológicas e reprodutivas entre indivíduos em sociedade ou durante a socialização inicial (crianças);
2. Na esfera da educação: socialização da passagem dos jovens para adultos e a transmissão diferencial da herança cultural de uma sociedade entre as gerações;
3. Na esfera da economia: regulação da produção, distribuição e consumo de bens e serviços entre os indivíduos e grupos de uma sociedade;
4. Na esfera da política: controle do uso da força dentro de uma sociedade e manutenção da paz interna e externa, bem como o controle da mobilização de recursos para a implementação de vários objetivos (além de sua própria definição para a coletividade);
5. Na esfera da cultura: fornecimento de condições que facilitam a criação e conservação de artefatos culturais (religiosos, científicos ou artísticos) e sua distribuição diferencial entre os vários grupos em uma sociedade;
6. Na esfera da estratificação: regulação da distribuição diferencial de posições, recompensas, recursos e o acesso a eles pelos vários indivíduos e grupos dentro de uma sociedade.

Se as instituições são as regras do jogo, as organizações são os “jogadores” (podem ser empresas, partidos políticos, agências reguladoras, escolas, dentre outros). Seu objetivo primordial é a maximização de suas preferências (a busca pelos *payoffs*) (NORTH, 1993).

Embora, como mencionado no início, existam várias correntes teóricas do neoinstitucionalismo, Goodin (1996) busca sintetizar seus postulados comuns em sete chaves de análise:

1. Indivíduos e grupos buscam seus respectivos projetos em um contexto que é coletivamente constrangido;
2. Esses constrangimentos tomam a forma de instituições – padrões organizados de normas e papéis socialmente construídos, e comportamentos socialmente prescritos esperados dos ocupantes desses papéis, que são criados e recriados ao longo do tempo;
3. Os constrangimentos, embora limitantes, são em vários aspectos vantajosos para indivíduos e grupos na busca de seus próprios projetos mais particulares;
4. Os mesmos fatores que constroem indivíduos e grupos em suas ações também moldam seus desejos, preferências e motivações;
5. Esses constrangimentos caracteristicamente possuem raízes históricas, enquanto resíduos factuais de escolhas e ações passadas;
6. Os constrangimentos coletivos compõem, preservam e impactam recursos diferenciais de poder com respeito a diferentes indivíduos e grupos;
7. A ação individual e de grupo é, embora contextualmente constrangida e socialmente moldada, o motor da vida social.

Segundo Hall e Taylor (2003), é possível reconhecer três escolas dentro do que se convencionou chamar, genericamente, de neoinstitucionalismo: a histórica, a da escolha racional e a sociológica. Embora tais escolas compartilhem premissas comuns que permitem que inseri-las dentro do mesmo diapasão, há algumas especificidades que merecem ser elucidadas.

O **neoinstitucionalismo histórico** compreende a comunidade política como um sistema global composto por partes que interagem, mas, também, que estão em disputa por recursos escassos. Esta escola busca tais pressupostos nas perspectivas estruturalistas, funcionalistas e behavioristas, buscando avançar no debate: ao invés de buscar a causalidade em fatores exógenos, os teóricos da escola consideram que a organização institucional da comunidade política (ou da economia) é o principal (embora não o único) fator a estruturar o comportamento coletivo, definindo resultados distintos. As instituições seriam os procedimentos e normas oficiais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia (HALL; TAYLOR, 2003).

As configurações institucionais pregressas, bem como as decisões políticas por elas formatadas, criariam uma espécie de dependência de trajetória (*path dependence*), estruturando as próprias decisões dos atores, de modo a assegurar certo nível de estabilidade institucional. Mudanças institucionais ocorrem na medida em que surgem o que os autores definem como sendo situações críticas (crises econômicas, guerras ou desastres naturais, por exemplo).

O **neoinstitucionalismo da escolha racional** pressupõe que os atores compartilham um conjunto dado de preferências, e que atuam sempre de modo utilitário, buscando maximizá-las. Assim, a vida política pode ser vista como uma série de dilemas de ação coletiva, em que os indivíduos, ao efetuarem um cálculo unicamente com o objetivo de maximizar seus ganhos, assumiriam o risco de produzir um resultado subótimo para a coletividade. As instituições surgem, portanto, na figura de um “acordo voluntário” de modo a reduzir os custos de transação, e se conseguem se manter no tempo na medida em que forneçam mais ganhos que prejuízos aos atores sob elas situados (HALL; TAYLOR, 2003). As instituições influenciam a ação individual na medida em que fornecem o terreno no qual se realiza o cálculo sobre as próprias decisões e as decisões possíveis dos demais atores.

Por fim, há ainda um **neoinstitucionalismo sociológico**, que postula uma definição mais global e abrangente do conceito de instituição. Aqui, não apenas as regras, normas e procedimentos formais, mas também os sistemas de símbolos, costumes, esquemas cognitivos e modelos morais também se configuram dentro do arcabouço institucional, sendo capazes de constranger e estruturar as ações dos indivíduos em sociedade. As instituições influenciam o comportamento ao fornecerem categorias cognitivas indispensáveis à ação, mas vão além: condicionam, também, a própria definição de preferências (em oposição ao postulado de preferências dadas da escola da escolha racional). Neste caso, a mudança institucional não é explicada por um cálculo com relação ao ganho relativo em termos de eficiência, mas por um reforço simbólico à sua própria legitimidade social ou à de seus membros (HALL; TAYLOR, 2003).

Das características mínimas elencadas por Goodin, podem-se extrair algumas considerações importantes: a primeira delas é que, embora os indivíduos e grupos atuem de modo estratégico, suas próprias preferências, desejos e objetivos são moldados e influenciados pelo contexto institucional em que se encontram, o que representa mais uma ruptura com o modelo neoclássico (e o pressuposto da *rational choice*): para esta, o postulado da racionalidade instrumental assume que possuem a informação necessária para avaliar corretamente alternativas e,

consequentemente, fazer escolhas para atingir seus fins pré-definidos (de modo que as instituições cumprem um papel unicamente passivo); por outro lado, com o ressurgimento da importância das instituições, após o declínio do behaviorismo e do marxismo enquanto instrumentos analíticos (ROTHSTEIN, 1998), North (1993) defende o postulado da racionalidade procedimental (imperfeita): na medida em que os custos de transação deixam os mercados imperfeitos, a informação (que tem um custo) é apropriada assimetricamente pelas partes, grupos ou indivíduos.

Os atores, portanto, agem de maneira racional, mas tem sua ação limitada tanto pelo contexto, quanto pela impossibilidade da existência, em todos os casos, da totalidade das informações relativas ao evento. Outro aspecto importante é o fato de que os atores devem se apoiar nas percepções que possuem acerca do ambiente e de seus próprios objetivos, o que garante um papel significativo às ideias enquanto mobilizadoras e condicionantes da ação dos indivíduos ou atores coletivos: as ideias e ideologias importam, e as instituições ajudam a determinar o quanto e de que maneira elas importam – as ideias modelam os construtos mentais que os indivíduos utilizam para interpretar o mundo e fazer escolhas (NORTH, 1993).

Rothstein (1998) sintetiza como diferentes abordagens compreendem a interação entre instituições e preferências: segundo o que ele define como “abordagem econômica” (e que possui íntima ligação com o que North definiria como ortodoxia liberal), as preferências só podem ser possuídas pelos indivíduos, e são, portanto, exógenas às instituições. São também fixas e definidas *a priori*. As instituições determinam as trocas que ocorrem entre os atores, mas não suas preferências, de modo que, quando há mudanças institucionais, os atores mudam suas estratégias, mas suas preferências se mantêm inalteradas.

Segundo uma abordagem mais cultural ou sociológica (como, por exemplo, o Institucionalismo Histórico), as instituições ditam uma lógica de apropriação, ou seja, elas dizem aos atores o que eles devem preferir na situação específica em que se encontram. Os atores, assim, não possuem a habilidade cognitiva (nem o acesso à informação) necessária para serem completamente racionais em suas interações com outros agentes, e tendem, portanto, a seguir *scripts* fornecidos pelas instituições. Elas não apenas direcionam a construção de preferências como, em grande medida, também as criam. Deste modo, a ação é situacional, e não universal (ROTHSTEIN, 1998).

Se as ações individuais são coagidas pelos arranjos institucionais nos quais os indivíduos ou grupos se encontram, e levando em conta que as insti-

tuições operam, também, enquanto instrumentos de redução de incertezas, é indutivo pensar que deve haver certo equilíbrio institucional nas sociedades, pautado por mecanismos que desencorajam (ou pelo menos limitam o escopo) possíveis mudanças. Instituições são entidades duradouras, e não podem ser modificadas de uma vez apenas como um ato volitivo dos agentes (e esse é um consenso entre os institucionalistas), já que, se elas mudassem na medida em que mudam a estrutura de poder ou outras forças sociais subjacentes não haveria razão lógica para uma análise em separado das instituições (ROTHSTEIN, 1998).

É por esse motivo que há um grande debate, no seio do institucionalismo (ou dos institucionalismos), a respeito do equilíbrio/inércia institucional. Rothstein (1998) também disserta sobre como diferentes abordagens compreendem o fenômeno da estabilidade institucional: de acordo com uma abordagem econômica, as instituições são pontos de equilíbrio que perduram porque ninguém possui interesse em mudá-las, devido aos custos de mudança, aliados com incertezas em relação às consequências de longo prazo e os custos do engajamento coletivo nessas mesmas mudanças.

A abordagem cultural ou histórica, embora discorde das premissas das quais a primeira abordagem parte, concorda com suas conclusões: há uma tendência à perpetuação do equilíbrio institucional. Isso se dá porque as instituições, na maioria das vezes, não são escolhidas *ex nihilo*: em diferentes períodos, diferentes agentes, com diferentes interesses, estabeleceram instituições tomando como ponto de partida arranjos institucionais já existentes, de modo que, num momento específico, apenas algumas variáveis podem ser modificadas da situação histórica. As escolhas institucionais e ações passadas criam uma dependência de trajetória (*path dependence*) que limita o leque de oportunidades de mudança (ROTHSTEIN, 1998).

Pode-se, portanto, resumir os argumentos acerca da estabilidade institucional dividindo-os em duas perspectivas: uma **calculadora** – em que as instituições criam um equilíbrio favorável na relação entre ganhos e perdas, de modo que, pelo cálculo racional, a adesão a normas estabelecidas reduz os riscos de transação aos atores – e outra **cultural** – de modo que as instituições resistem porque estruturam não apenas o ambiente em que se realizam as decisões e preferências, mas também elas próprias (HALL; TAYLOR, 2003).

Immergut (1998) define a abordagem histórica das instituições como dotada de uma visão macrosociológica (com fortes influências weberianas) e orientada para o poder, e também contextualiza a ação individual como moldada

(ou limitada institucionalmente) pela trajetória histórica dos arranjos institucionais vigentes:

As preferências dos cidadãos não são, como pensavam os pluralistas, transmitidas eficientemente aos líderes políticos via grupos de interesse e partidos políticos; ao invés disso, a representação de interesses é moldada por atores coletivos e instituições que carregam traços de suas próprias histórias (IMMERGUT, 1998, p.172, tradução livre).

A autora afirma, ainda, que três temas se tornam centrais ao Institucionalismo Histórico mais recente: a noção de racionalidades alternativas (interpretações distintas sobre os próprios interesses e metas); o pressuposto da causalidade como algo contextual (complexas configurações de fatores como causalmente significativas, e observações histórico-comparativas); e a compreensão de contingências da História (grande papel desempenhado pelo acaso, e limites rígidos aos modelos causais universais).

O fenômeno de *path dependence* é, portanto, fundamental à abordagem histórica. Thelen (2007) ressalta que, em política comparada, há uma tendência de recuar para explicações que atribuem a existência e a forma das instituições às funções que elas exercem, resvalando em explicações funcionalistas da gênese institucional. No entanto, para o Institucionalismo Histórico, o motivo pelo qual as instituições assumem formas específicas é histórico, e não funcional. Comentando o trabalho de historiadores da economia, sobre a importância do *timing* na escolha de tecnologias para a trajetória futura do desenvolvimento tecnológico, a autora diz:

O que os cientistas políticos retiraram disso é a ideia intuitivamente atrativa de que a política, como a tecnologia, envolve alguns elementos do acaso (agência, escolha), mas, uma vez que um caminho é tomado, alternativas previamente viáveis se tornam gradativamente remotas, na medida em que os atores relevantes ajustam suas estratégias para se acomodarem ao padrão prevalecente (THELEN, 2007, p.27).

A questão que se coloca é: se as várias e distintas correntes institucionalistas convergem para a ideia de que, embora por razões diferentes, os arranjos institucionais criam dinâmicas que tendem à sua própria perpetuação (ou a mudanças pequenas e incrementais), o que explica as mudanças de grande escala? Esse

embate entre agência e estrutura, no sentido da mudança, também é objeto de ponderação de Rothstein. No entanto, segundo o autor, esse é o ponto mais fraco e difícil da análise institucionalista: a abordagem econômica adota uma explicação funcionalista, ou seja, as mudanças tendem a ser explicadas enquanto novas demandas de necessidades dos indivíduos ou grupos, no sentido da utilidade dos próprios arranjos institucionais (ROTHSTEIN, 1998).

Os agentes da mudança são os tomadores de decisão dentro das organizações, e as fontes da mudança são as oportunidades percebidas por eles (mudanças externas no ambiente ou a aquisição de novos conhecimentos, capacidades e habilidades por parte dos atores influenciam nessa mudança). A mudança institucional deliberada, portanto, surge como um resultado das demandas dos empreendedores/tomadores de decisão no contexto de custos percebidos de mudança no quadro ou ordenamento institucional em várias margens. Ela, no entanto, é influenciada por *path dependence*: as organizações políticas e econômicas que surgiram em consequência da matriz institucional têm uma participação na perpetuação do quadro existente, e, portanto, as próprias mudanças tendem a ser viesadas em favor dos interesses das organizações existentes (NORTH, 1993).

Mudanças externas e consequências não previstas podem enfraquecer o poder das organizações existentes, fortalecer outras e mudar a trajetória, rompendo com a inércia institucional. Os atores críticos nessas situações são os “empreendedores políticos”, cujos graus de liberdade aumentam, então, e, com base em suas percepções dos assuntos e problemas, dão a eles a habilidade de induzir o crescimento de organizações com outros interesses (NORTH, 1993). As mudanças revolucionárias (e, portanto, abruptas e de grande escala) ocorreriam como resultado de um impasse surgido da falta de instituições mediadoras que possibilitem às partes conflitantes firmar compromissos que capturem, de modo menos desigual, alguns dos ganhos de trocas potenciais.

Goodin (1996) concebe três tipos ideais de causalidade para a mudança social e institucional. O primeiro deles seria o acaso, ou a contingência; ou seja, modificações de trajetória institucional ocasionadas por fenômenos aleatórios ou randômicos. O segundo tipo é definido como sendo o da “evolução”: haveria uma variação inicial proporcionada pelo acaso, mas mecanismos de seleção competitivos por natureza tratariam de “selecionar” os arranjos institucionais mais aptos (em uma forte analogia com a biologia). Por fim, há o tipo ideal da mudança intencional, ocasionado pela interação entre as diferentes intenções em disputa, e que pode, ou não, proporcionar os resultados desejados. Por se

tratarem de tipos ideais weberianos, sua existência pura, na prática, é extremamente improvável, e em quase toda e qualquer mudança social, ou de trajetória institucional, há uma combinação dos referidos tipos (GOODIN, 1996).

Estagnação e mudança na análise de políticas públicas

O debate sobre a interação entre equilíbrio e desequilíbrio institucional no âmbito do neoinstitucionalismo também se estende à análise de políticas públicas, e dois modelos teóricos e metodológicos buscam solucionar esse problema: o Institucionalismo Construtivista (ou modelo da guinada ideacional) e a Teoria do Equilíbrio Pontuado.

O modelo da guinada ideacional não rejeita o fenômeno de dependência de trajetória, tampouco nega que os indivíduos ajam de modo racional, embora circunscritos a contextos e conjunturas culturais (e, portanto, históricas) que os influenciam:

Atores são estratégicos, buscando realizar certos objetivos complexos, contingentes e em constante mudança. Eles o fazem em um contexto que favorece certas estratégias em detrimento de outras e devem se apoiar em percepções desse contexto que são, no máximo, incompletas e que podem frequentemente se mostrar errôneas após o evento (HAY, 2006, p.63, tradução livre).

Os atores, portanto, agem de maneira racional, mas tem sua ação limitada tanto pelo contexto, quanto pela impossibilidade da existência, em todos os casos, da totalidade das informações relativas ao evento, como salientava North (1993) com seu postulado da racionalidade procedimental. Outro aspecto importante ressaltado no trecho citado é o fato de que os atores devem se apoiar nas percepções que possuem acerca do ambiente e de seus próprios objetivos, o que garante um papel significativo às ideias enquanto mobilizadoras e condicionantes da ação dos indivíduos ou atores coletivos. As ideias importam, ainda, em outro sentido: os atores são orientados normativamente com relação a seu ambiente. Seus desejos, preferências e motivações não são um dado (como preconizam os teóricos da escolha racional), são construções sociais definidas por um aspecto ideacional.

Por esse motivo, Hay (2006) sugere que, para os construtivistas, a política não se resume à busca cega do interesse material, mas, por um lado, a formação,

identificação e realização das concepções acerca dos próprios interesses, e, por outro lado, um balanço entre a instrumentalidade e as motivações afetivas e emocionais.

Outro aspecto que distingue o Institucionalismo Construtivista é o modo como as instituições são interpretadas. Para essa corrente teórica, elas são vistas menos como um meio funcional de redução de incertezas, tal como concebidas por North (1993), e mais como estruturas cujas funcionalidades e disfuncionalidades são uma questão em aberto (HAY, 2006). As instituições são, portanto, concebidas enquanto sujeito e foco de luta política, e, para traçar um paralelo com o postulado gramsciano, um *locus* privilegiado de disputa política pela construção de hegemonia em torno de um projeto ou ideia (GRAMSCI, 1991).

Assim, as mudanças institucionais são induzidas por mudanças de paradigma ideacional, ou seja, quando novas ideias se sobrepõem às antigas num determinado ambiente institucional. Essas mudanças são possibilitadas por crises, que favorecem momentos de intensa contestação ideacional. A mudança é vista como um resultado da relação entre os atores e o contexto no qual eles se encontram, e é compreendida nos termos da interação entre conduta estratégica (no sentido da lógica racional) e o contexto estratégico no qual ela é concebida, e o desenrolar de suas consequências (desejadas ou não) (HAY, 2006). Há, assim, momentos de mudanças de pequena escala e graduais, mas também momentos de reconfiguração de trajetória, e não meramente enquanto uma resposta a choques exógenos, mas enquanto consequência de mudanças de paradigma.

O Institucionalismo Construtivista busca identificar o modo como ideias estabelecidas se tornam codificadas, servindo como filtros cognitivos por meio dos quais os indivíduos interpretam o ambiente político e institucional, bem como a maneira pela qual essas ideias são contestadas e substituídas (HAY, 2006). Embora reconheça a existência de *path dependence* – e aqui ela se dá em dois níveis distintos, pois a dependência de trajetória é tanto institucional quanto relativa aos paradigmas ideacionais – o modelo pressupõe um potencial de superação do paradigma da inércia institucional por intermédio da construção de novas hegemonias em torno de diferentes ideias e noções que guiam o entendimento dos sinais fornecidos pelo ambiente e seus problemas.

Ao garantir lugar de destaque ao papel das ideias e concepções nas mudanças institucionais, o modelo da guinada ideacional desnaturaliza uma suposta imparcialidade racional que teria como função direcionar os legisladores em suas escolhas políticas, e coloca a própria ação estratégica (e a prévia definição de interesses, motivações e desejos) como tangenciada por aspectos ideacionais

e políticos (e, portanto, também contextuais). O fenômeno de *path dependence* existe e é efetivo, portanto, até o momento em que crises, ou outros fenômenos, propiciam o surgimento de um ambiente de contestação ideacional, o que capacita a ação dos empreendedores políticos no sentido da construção de novas hegemonias, para fazer um paralelo com North (1993).

Outro modelo teórico busca compreender as mudanças de grande escala não ocorridas enquanto resultado de choques externos. Segundo a Teoria do Equilíbrio Pontuado (PET², na sigla em inglês), os processos políticos são normalmente marcados por uma lógica de estabilidade e incrementalismo (e aqui concordam com as correntes do Institucionalismo Histórico e da análise incremental), mas ocasionalmente produzem grandes mudanças. As mudanças dramáticas em políticas públicas, no entanto, ocorrem na medida em que muda a compreensão pública sobre os problemas existentes (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 1999).

Enquanto a maior parte dos modelos foca ora no equilíbrio institucional, ora em seu desequilíbrio, a PET toma tanto a estabilidade quanto a mudança como elementos fundamentais do processo de políticas públicas. Segundo True, Jones e Baumgartner (1999), a explicação tanto para mudanças marginais, quanto para aquelas de grande porte reside na interação entre a política de subsistema e o comportamento de tomada de decisão. É necessário, portanto, que tenhamos a compreensão do que é a política de subsistema e sua relação com a macropolítica.

Há duas maneiras de se empreender o processamento de informações relativas a problemas sociais e políticas públicas: o processamento serial, em que um assunto (ou um grupo muito restrito deles) é analisado em profundidade, e de forma sequencial; e o processamento paralelo, em que são delegadas funções a outras instâncias, de modo que vários temas ou assuntos sejam analisados concomitantemente. Dada a impossibilidade da análise serial de todos assuntos e problemas nacionais por parte do conjunto de legisladores, já que nenhum sistema comporta discussões prolongadas sobre todos os temas que o confrontam, estes passam por um processo de desagregação em subsistemas orientados por temas específicos (discutidos, normalmente, por especialistas, sejam eles legisladores, técnicos ou grupos de pressão) (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 1999).

² *Punctuated-Equilibrium Theory.*

Grandes mudanças na trajetória das políticas públicas ocorrem quando um tema ganha maiores proporções e passa do subsistema para o debate na macropolítica (fugindo, assim, do controle estrito dos especialistas):

A teoria do equilíbrio pontuado inclui períodos de equilíbrio ou quase estagnação, quando um assunto é capturado por um subsistema, e períodos de desequilíbrio, quando um assunto é forçado na agenda macropolítica (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 1999, p.101).

Essa convivência entre períodos de equilíbrio institucional, intercalados por momentos de mudanças em grande escala, fornecem um cenário de equilíbrio pontuado. Embora o modelo seja útil a análises sobre a trajetória de políticas públicas em ambientes institucionais semelhantes, a PET foi elaborada tendo como modelo os EUA. Baumgartner e Jones (1993), ao analisar o processo de políticas públicas nos Estados Unidos, elaboram três características fundamentais: o processo de *policymaking* dá saltos e passa por períodos de estabilidade na medida em que assuntos emergem ou retrocedem na agenda pública (ou seja, na medida em que passam, ou não, dos subsistemas para a análise serial no âmbito da macropolítica); essa tendência rumo a equilíbrios pontuados é reforçada pelas instituições dos Estados Unidos; e as “imagens” de políticas específicas cumprem um papel fundamental em expandir assuntos e temas para além do controle dos especialistas. As estruturas institucionais e o processo de *agenda-setting* providenciam, assim, bases importantes para a ideia de equilíbrio pontuado.

Quando um tema sobe na agenda política, é normalmente porque novos participantes passaram a se interessar pelo debate: quando um tema se sobressai, devido a uma variação na percepção (ou no grau de atenção) em relação a ele, este sobe para as instituições macropolíticas para o processamento serial. Mas o que determina que certos assuntos ganhem visibilidade pública, saindo do controle dos especialistas nos subsistemas e passem para o debate público? A resposta para isso está na interação nas “imagens” e “lugares” das políticas públicas (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 1999).

As imagens representam um misto de informação empírica e apelos emotivos que circundam certas concepções acerca de determinadas políticas públicas, ou seja: é o modo pelo qual os indivíduos e grupos sociais enxergam políticas públicas específicas, pautados tanto por dados empíricos, quanto por aspectos emocionais (e mesmo ideológicos). Uma política pública obtém sucesso quando consegue criar hegemonia em torno de uma interpretação, promovendo o que

os autores classificam como um monopólio dentro do subsistema específico, que promove um *feedback* negativo, favorecendo o equilíbrio. A possibilidade de mudança surge quando há discordância na análise, e, portanto, quebra de monopólio, emitindo, assim, um *feedback* positivo no sentido da mudança de trajetória institucional (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 1999).

Os lugares são ambientes políticos e institucionais que fornecem oportunidades para que empreendedores políticos possam levar suas ideias adiante, forçando uma mudança na atenção ou percepção pública com relação a problemas da sociedade. Instituições que possibilitem a existência de múltiplos lugares em que os grupos de pressão possam exercer sua influência favorecem a possibilidade da existência de grandes mudanças, instituindo, assim, o fenômeno do equilíbrio pontuado nas políticas públicas. Desse modo, o referido modelo funciona apenas para democracias relativamente abertas (TRUE; JONES; BAUMGARTNER, 1999).

A política de subsistemas se configura enquanto a política do equilíbrio, do monopólio de imagens, do incrementalismo e do *feedback* negativo, e é ocupada, primordialmente, por especialistas e burocratas, que operam de modo descentralizado. Por outro lado, a macropolítica é o ambiente por excelência da pontuação, ou da mudança, das imagens em disputa e do *feedback* positivo, e o momento em que há uma mudança significativa na atenção pública, ou em sua percepção, com relação a problemas específicos, que passam a demandar um processamento serial em meio ao debate público. Os dois momentos se configuram como indissociáveis do processo geral de elaboração e implementação de políticas públicas.

Considerações finais

Após o debate realizado neste trabalho, podemos perceber como a questão do equilíbrio institucional é cara às correntes do novo institucionalismo na Ciência Política, sobretudo devido ao papel desempenhado pelas instituições enquanto instrumentos de redução de incertezas e de perpetuação de lógicas procedimentais consolidadas. No entanto, embora a concepção de que as instituições criam um ambiente que favorece a lógica da perpetuação de seus próprios arranjos institucionais, a mudança é, embora um fenômeno não recorrente, parte indissociável do processo geral do desenvolvimento político e institucional das sociedades, e crises (dos mais variados tipos) fornecem um ambiente propício para que os atores principais (indivíduos ou grupos sociais) possam atuar no

sentido da mudança de trajetória, superando o fenômeno de *path dependence* e a inércia institucional. Nesse sentido, certas teorias da análise de políticas públicas (embora ainda em construção) ocupam papel de destaque, sobretudo considerando que a mudança institucional se configura, ainda, como o ponto mais fraco e deficiente da análise institucionalista.

INSTITUTIONAL BALANCE AND IMBALANCE WITHIN THE DEBATE OF NEW INSTITUTIONALISM IN POLITICAL SCIENCE: STAGNATION AND PATH CHANGE

ABSTRACT: *The study of Politics went through several changes, slowly moving away from the Political Philosophy and Sociology, and, more recently, affirming itself as an autonomous branch of knowledge. The focus on institutions has played a central role in this process, and it assumes a privileged position in the current debate of Political Science, even though there are many approaches and ways to instrumentalize them as objects of study. The goal of this paper is to accomplish a brief discussion about the relationship between institutional balance and imbalance (or, in other words, stagnation and institutional change) within new institutionalism through the discussion of certain fundamental authors.*

KEYWORDS: *New institutionalism. Institutional balance. Path change.*

REFERÊNCIAS

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993. (American Politics & Political Economy).

GOODIN, R. E. Institutions and their design. In: GOODIN, R. E. (Ed.). **The Theory of Institutional Design**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p.1-53.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003.

HAY, C. Constructivist Institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p.56-74.

IMMERGUT, E. The theoretical core of the new institutionalism. **Politics & Society**, Los Altos, v. 16, n. 1, p. 5-34, 1998.

LAMOUNIER, B. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um Balanço Crítico. In: LAMOUNIER, B. (Ed.). **A Ciência Política nos Anos 80**. Brasília: Ed. da UnB 1982. p.407-435.

LESSA, R. O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. **Revista Estudos Hum(e)anos**, Rio de Janeiro, n. 2, 2011.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 31, p.121-142, 2008.

NORTH, D. Institutional Change: a framework of analysis. In: SJÖSTRAND, S. E. **Institutional Change**. Armonk: Studies in Socio-Economics, 1993. p.35-46.

PRZERWORSKI, A. Ama a incerteza e serás democrático. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 9, jul. 1984.

ROTHSTEIN, B. Political Institutions: an Overview. In: GOODIN, R. E.; KLINGEMANN, H. D. (Ed.). **A New Handbook of Political Science**. New York: Oxford University Press, 1998. p.133-166.

THELEN, K. **The political economy of skills in Germany, Britain, The United States and Japan**. New York: Cambridge University Press, 2007.

TRUE, J.; JONES, B.; BAUMGARTNER, F. Punctuated-Equilibrium Theory. In: SABATIER, P. (Ed.). **Theories of the Policy Process**. Boulder: Westview Press, 1999. p.97-115.

A FASCISTIZAÇÃO DA INDIGNAÇÃO: AS MANIFESTAÇÕES DE 2015 NO BRASIL

Natalia SCARTEZINI*

RESUMO: Este artigo visa contextualizar e analisar as manifestações pró-impeachment de 2015 no Brasil. Indica-se que tais manifestações e o caráter altamente reacionário delas são resultantes de um movimento político-ideológico de cooptação das classes médias empreendido pela oposição à direita do governo da presidenta Dilma Rousseff desde 2013. Parte-se da perspectiva de que uma parcela significativa dos manifestantes das Jornadas de Junho de 2013, por seu caráter despolitizado e apartidário, foi decisiva para compor as grandes manifestações de 2015 engrossando, todavia, um coro reacionário com nítida inspiração fascista. Neste artigo busca-se estabelecer a conexão entre as ondas de protestos vivenciadas no país de 2013 a 2015 indicando seus pontos de dissonância, mas centrando a análise naquilo que as une de alguma forma: seu caráter apartidário, espaço aberto deixado pela esquerda e habilmente manipulado pela extrema-direita. Busca-se, por fim, compreender como a revolta fascista é um recurso utilizado pelos setores da extrema-direita em tempos de crise econômica e hegemônica como fonte mobilizadora das massas.

PALAVRAS-CHAVE: Manifestações. Impeachment. Fascismo. Fascistização da indignação.

A crise política, o colapso econômico e as primeiras sublevações

Nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, a direita nacional saiu às ruas. Ocorrendo concomitantemente em várias cidades do Brasil, os protestos contaram com a participação de cerca de 2 milhões de pessoas que

* Doutoranda em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – Pós-graduação em Ciências Sociais. Marília – SP – Brasil. 17.525-000 - nscarod@hotmail.com.

exigiam, em linhas gerais, o fim da corrupção e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Bradando palavras de ordem como “Fora PT” e “Lula nunca mais”, centenas de manifestantes marcaram presença ao longo destes dias nas principais emissoras de televisão nacionais que cobriram os atos com recorrentes chamadas ao vivo.

Desde 2013, diferentes grupos compuseram um movimento amorfo, espontâneo e pouco organizado que saiu às ruas demonstrando intensa insatisfação com o estado de coisas vigente. As primeiras manifestações deste período diziam respeito às reivindicações dos grupos estudantis representados, sobretudo, pelo Movimento Passe Livre. Estas manifestações tomaram as ruas, exaltaram os ânimos e demonstraram uma alta capacidade de incomodar alguns setores da sociedade e da política brasileira.

O contexto de emergência das manifestações de 2013 não poderia ser mais propício. Encerrando o período “ameno” da crise no Brasil - a “marolinha”¹ -, a segunda metade do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff foi marcada pela intensificação dos efeitos da crise do capitalismo mundial que implodiu o sistema financeiro estadunidense e se espalhou pelo resto do globo, causando efeitos severos às economias europeias, sobretudo. Os bons indicadores sociais não refletiam exatamente o cotidiano da população. O esgotamento do padrão de consumo da “nova classe média” - incentivado como política de governo desde 2002 -, bem como a degradação das condições de vida da classe trabalhadora, ditaram a tônica econômica e social daquele ano.

A crise econômica vinha, portanto, encerrar um longo ciclo de uma política de conciliação de classes empreendido pelo Partido dos Trabalhadores. Com sua política típica-burguesa que proporcionou um aumento exponencial do lucro dos bancos, das empreiteiras, das montadoras, etc, o PT conseguiu legitimação popular ao instituir políticas sociais compensatórias que amenizavam os efeitos de seu neodesenvolvimentismo. Todavia, essa conciliação, além de deletéria para a consciência da classe trabalhadora, foi efêmera em duração.

As consequências foram o agravamento dos problemas sociais com o consequente aumento da insatisfação social; o descrédito nas institui-

¹ Referência à célebre declaração do ex-presidente Lula, em outubro de 2008, na qual afirmou: “Eu estou muito confiante de que a crise americana, se ela chegar aqui (*sic*), lá ela é um tsunami, aqui ela vai chegar uma marolinha que não dá nem pra esquiatar (*sic*)”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nX0Q2a4w6Ao>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

ções políticas; a despolitização, a alienação e o apassivamento da maioria da população; a confusão ideológica e política; a percepção da enorme desigualdade social, pois enquanto alguns poucos (bancos, empreiteiras, montadoras, agronegócios, etc.) enriqueciam, a maioria da população via aumentar muito pouco a sua participação na riqueza gerada. Tudo isso, agravado, nos últimos meses, pelo aumento da inflação, pela deterioração nos serviços públicos e por gastos bilionários com a construção e reforma de estádios de futebol. (TONET, 2014, p.22).

Conhecidas como as “Jornadas de Junho”, as manifestações de 2013 marcaram o retorno maciço das massas às ruas do país, compondo imensas manifestações inauditas desde as Diretas Já e o impeachment de Fernando Collor de Mello. Os dados dão conta de que cerca de 1,5 milhão de manifestantes participaram dos protestos naquele mês no Brasil, em 438 cidades brasileiras (PROTESTOS..., 2016a). O “Gigante” havia acordado.

Maurício Gonçalves afirma, sobre as Jornadas de Junho e a crise latente do período, que:

É provável – é com esta tese que estou trabalhando – que as jornadas de junho tenham sido a expressão mais aparente das contradições intrínsecas do próprio modelo de neodesenvolvimento levado a cabo no Brasil nos últimos 10 anos. Não apenas das contradições, mas do início de um processo de exaustão do modelo. (GONÇALVES, 2014, p.166).

Centenas de milhares de jovens, que nunca antes haviam participado de nenhum ato ou manifestação política se puseram em marcha, movidos por um incômodo pouco preciso contra “tudo o que está aí”, contra “a política”, contra “a corrupção”, contra “os gastos da Copa”, por melhores condições de saúde e educação. A indignação contra o aumento do preço das passagens de ônibus, metrô e trens em São Paulo transfigurou-se numa insatisfação generalizada com a ordem política e espalhou-se, movendo uma massa de jovens pouco ordeira pelas ruas do país.

O incômodo político-institucional causado pelas Jornadas foi enorme e inesperado, a ponto de ser necessária a aplicação de toda a repressão policial disponível nas grandes metrópoles. Segundo André Singer (2013), “[...] o uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público. Agora, outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando

por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas.”²

Mas o ponto que garantia às Jornadas sua força de movimentação – a ausência de organização centralizada e de um programa bem definido – também foi seu calcanhar de Aquiles. A vacuidade das reivindicações juvenis logo foi transfigurada numa insatisfação profunda com o Governo Federal. A boa sensação de cumprir com o seu dever cívico ao marchar em bloco contra bandeiras genéricas, mostrou-se muito útil a interesses políticos não vinculados originalmente às manifestações. O Gigante havia acordado e foi rapidamente cooptado.

Como resultado de todo o processo acima descrito, não é de admirar que, neste momento [referindo-se a junho de 2013], haja uma enorme confusão ideológica e política. Também não é de admirar que não haja clareza quanto aos objetivos a médio e longo prazo. Do mesmo modo, não é de admirar que os reacionários e conservadores procurem direcionar esse movimento para seus fins. O surgimento de movimentos fascistas, integralistas, nazistas não é algo estranho a estas situações. Isto já foi visto em outros momentos históricos. [...] A falta de um maior esclarecimento acerca das causas mais profundas dos problemas sociais, pode facilmente tornar essas massas presas de grupos reacionários e/ou de indivíduos “salvadores”. (TONET, 2014, p.23).

Denian Melo também indica este movimento:

² “Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”, “ Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! pt = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas. Diversos outros temas também compareceram, como a atuação do deputado Feliciano (psc-SP) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 37, vetando a possibilidade de o ministério público fazer investigações independentes, o voto distrital e o repúdio aos partidos. Um pouco daquele “que se vayan todos” argentino de 2001 apareceu no ambiente. A depredação de edifícios públicos (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Congresso Nacional, Itamaraty) pareceu ser expressão de um clima de repúdio aos políticos em conjunto. (...)Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos (redução de pedágios, derrubada da pec 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.). Por exemplo, em São Paulo, uma passeata contra o Projeto de Emenda Constitucional 37 reuniu cerca de 30 mil pessoas no sábado, 22. Na mesma tarde, em Belo Horizonte, perto de 70 mil pessoas protestaram contra os gastos para a Copa diante do jogo entre Japão e México. Ainda sob o impulso da força liberada na segunda fase, mas já separadas por inclinações diferentes, as manifestações começam a se dividir, como um rio que se abraça em múltiplos braços no descenso da montanha.” (SINGER, 2013).

Sabe-se que depois da brutal repressão de 13 de junho [de 2013] na Avenida Paulista, a mídia direitista, que até então alardeava que tudo aquilo não passava de um movimento de “baderneiros” e “vândalos”, “que não valiam nem vinte centavos!”, passou a “apoiar” o movimento. E é verdade que na semana de 17 a 21 de junho, entre os milhões que saíram às ruas contra o aumento das passagens no transporte público estavam muitos grupos de direita. E enquanto a esquerda (incluído o MPL) era expulsa com suas bandeiras vermelhas naquela semana, uma multidão com as cores a seleção de futebol entoava o hino nacional em frente a sede da FIESP. É claro que sem bandeiras que não fossem as do Brasil, a direita se misturou à massa popular e disputou a direção do processo com ajuda preciosa da mídia, que elevou a enésima potência a histeria contra partidos de esquerda e lhe deu uma agenda. (MELO, 2015, p.4).

Forma típica da ação política no capitalismo, a cooptação dos elementos contestatórios pouco articulados não é novidade. Boa parte da conquista e perpetuação hegemônica do sistema capitalista diz respeito à sua capacidade em manejar, cooptar e anular qualquer evento, ação política, forma cultural que demonstre possuir alguma capacidade contestatória, alguma fagulha que possa incinerar o sistema sociometabólico do capital. Antonio Gramsci (2002) denominou este procedimento como “transformismo”, ou seja, um fenômeno de cooptação com o qual as classes dirigentes conseguem chegar e manter-se no poder através da absorção dos grupos antagônicos.

Parte significativa dos jovens que saíram às ruas em junho de 2013 sem saber muito bem contra o que lutavam foram convencidos por grupos – estes sim – bem organizados de que o maior inimigo da nação e do sonho de um país melhor era o governo Federal, especificamente Dilma Rousseff e o seu partido político. Todavia, vale salientar aqui o perfil dos manifestantes que engrossaram as fileiras das manifestações de 2013 e de 2015.

Ambos os blocos de manifestações possuem sensíveis diferenças com relação às suas bases sociais: a base social das Jornadas de Junho era consideravelmente mais popular, com um maior índice de negros e de pessoas com apenas o ensino fundamental completo³; já em 2015, a base dos manifestantes era mais

³ O perfil dos manifestantes das Jornadas de Junho de 2013 foi majoritariamente jovem e de classe média. O índice de manifestantes com idade de 12 a 35 anos chegou a 82% em São Paulo, a 80% no Rio de Janeiro e a 84% em Belo Horizonte. Entre os manifestantes, o nível de escolaridade se demonstrou alto. Em São Paulo, apenas 1% dos manifestantes tinha apenas o Ensino Fundamental, 20% tinha concluído apenas o Ensino Médio, enquanto 78%

branca, mais rica e mais instruída.⁴ Poderíamos resumir dizendo: ainda que uma considerável parcela da classe média urbana tenha participado dos dois momentos históricos, em 2013 foram às ruas a classe média e a classe média-baixa proletarizada, enquanto em 2015 foram às ruas a classe média e a pequena burguesia. Essa diferença na composição da base social será fundamental para a compreensão da notável guinada à direita com vias à fascistização das manifestações de rua no Brasil. Mas, mais fundamental do que a diferença na composição social dos manifestantes, serão as suas similitudes: será a classe média urbana altamente despolitizada e sem nenhum histórico de militância política a parcela decisiva da sociedade brasileira nesta mudança do eixo programático dos protestos.

As eleições em 2014 demonstraram a toada maniqueísta presente no debate político: a dicotomia insuperável entre petistas e antipetistas. De ambos os lados, a análise dialética da situação política e econômica nacional era inexistente. Os presidenciáveis receberam igualmente a aura de salvadores ou de inimigos da nação. O debate raso, permeado de afrontas pessoais e pessoalizando a atividade política, já dava mostras do que estaria por vir.

Eleita com 51,64% dos votos válidos, Dilma Rousseff inaugurou o seu segundo mandato nomeando figuras como Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura e Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. A escolha dos ministros foi explicada pela política econômica posta em prática logo em seguida: o arrocho havia retornado à esfera político-econômica brasileira. O lema de seu segundo mandato “Brasil: pátria educadora” tergiversava bem as políticas empregadas tendo em vista que a Educação foi a pasta que mais sofreu com os cortes orçamentários: R\$ 7 bilhões anuais (PRIORIDADE..., 2015). A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) sofreu um corte de 75% nas verbas repassadas pelo governo federal (CAPES..., 2015). As uni-

tinha ensino superior (completo ou incompleto). No Rio de Janeiro, estes dados se mostraram mais homogêneos: 14% com apenas Ensino Fundamental, 52% com apenas Ensino Médio e 34% com Ensino Superior. No que tange à renda familiar, o perfil dos manifestantes das Jornadas de Junho foi o seguinte: no Rio de Janeiro, 34% recebia até 1 salário mínimo, 54% recebia de 2 a 5 salários mínimos e 10% recebia mais de 10 salários mínimos. Em Belo Horizonte, 20% recebia até 1 salário mínimo, 36% recebia de 2 a 5 salários mínimo e 21% recebia mais de 10 salários mínimos. Segundo André Singer, estes dados representam uma nova classe trabalhadora com maior grau de educação formal - fruto das políticas educacionais do governo petista -, mas que, ao fim e ao cabo, continua sob a influência da precarização do trabalho; fato que explicaria, uma alta escolaridade acompanhada por baixas rendas familiares. “Isso reforça a impressão de que havia, sim, um contingente de classe média nas manifestações, mas ele não respondia pelo todo.” (SINGER, 2013).

⁴ Mais de 70% dos manifestantes que saíram às ruas no dia 16 de agosto de 2015 em São Paulo são de cor branca, quase metade tem renda familiar superior a 7 mil reais mensais e cerca de 65% tem ensino superior completo (TRUFFI, 2015).

versidades federais sofreram um corte de 30% (UNIVERSIDADES..., 2015). Por sua vez, o FIES (Financiamento Estudantil) - carro-chefe da política petista nos últimos anos -, foi cortado pela metade já nas primeiras semanas do segundo mandato da presidenta Dilma (BOF, 2015).

Evidentemente que a Educação não foi a única pasta a sofrer bruscas reduções de orçamento. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o Minha Casa Minha Vida tiveram um corte de R\$ 26 bilhões (CORTE..., 2015). Até mesmo o Bolsa Família, que havia sido anunciado como imune aos cortes orçamentários durante a campanha presidencial, não passou impune: sofreu um corte de R\$ 800 milhões já em meados de 2015 (JERONIMO, 2015).

Implementando uma política econômica que em nada deixaria a desejar ao seu concorrente nas eleições de 2014, Dilma tem emplacado os piores índices dos últimos anos. O país adentrou oficialmente em uma recessão econômica de 1,1% do PIB (pior índice desde 2009) e atingiu uma inflação de 9% ao mês (mais alta desde 2002) (MARTELLO; CRUZ, 2015). O desemprego no segundo semestre de 2015 é o maior desde 2012, alcançando a taxa de 8,3% da população (CAOLI; CAVALLINI, 2015). A “marolinha” virou maremoto.

Além da crise econômica, o governo protagoniza desde 2014 uma grande investigação da Polícia Federal sobre a corrupção no país, a conhecida Operação Lava Jato.

Eleita com pouco mais de 51% para o seu segundo mandato, Dilma Rousseff emplacou após a aplicação do pacote de ajustes econômicos os piores índices de aprovação desde o governo Collor: entre 7% e 10% (LIRIO, 2015; PESQUISAS..., 2015).

Com este cenário não foi difícil mobilizar um expressivo número de manifestantes contra o governo. A satisfação em mobilizar-se vivenciada por significativa parcela da classe média brasileira em 2013 foi invocada neste momento. O Gigante foi novamente às ruas. E o alvo instalou-se sobre o governo de Dilma Rousseff. Forma democrática e justa de manifestação popular, não fosse seu caráter altamente fascista.

O teor dos protestos de 2015: a direita vai para as ruas

Percebe-se nitidamente uma mudança no eixo das reivindicações: se em 2013 elas giravam em torno de medidas impopulares como o aumento do valor das passagens do transporte público; no ano de 2015 circundavam notadamente o espectro antipetista. A indignação com a política, com a corrupção e com a

limitação ao acesso a bens de consumo passaram a determinar a tônica dos protestos. O mote tornou-se “Fora PT” e “Fora Dilma”.

Outra mudança significativa foi o apoio de diferentes setores da política e da sociedade às manifestações. Se em junho de 2013 os protestos foram marcados por uma intensa repressão policial com dezenas de prisões; em 2015 os protestos foram marcados pela cena de manifestantes tirando “selfies” com os policiais. Se em 2013 as catracas do metrô de São Paulo foram fechadas e cercadas por policiais a fim de evitar que os manifestantes as evadissem (o que gerou intenso confronto nas estações do metrô) (MANSO; RIBEIRO; ZANCHETTA, 2013); em 2015 estas mesmas catracas foram liberadas aos manifestantes vestidos de verde-amarelo (LONGO, 2015).

Influentes desde o final de 2013, alguns grupos de oposição à direita do governo despontaram em 2015 como os grandes organizadores das imensas manifestações assistidas neste ano. Grupos como “Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre” e “Revoltados Online” lideraram todos os protestos antigoverno assumindo, literalmente, o vácuo deixado pelos movimentos e partidos de esquerda durante e após as manifestações de 2013. Liderados por jovens de classe média e alta e com alta instrução acadêmica, estes novos movimentos sociais representam com algum grau de precisão o perfil do manifestante dos protestos de 2015: homem, jovem, branco, classe média, “apartidário” ou “suprapartidário” e com um grau de politização bastante questionável.

O Movimento Brasil Livre se define como um “movimento plural” pautado na ideia de que “um governo deve servir para unir o seu povo, e não criar divisões artificiais. Deve tratar as pessoas como cidadãos, e não como súditos ou peças descartáveis de um jogo de tabuleiros a serem manipuladas”. Exige o fim da corrupção, da impunidade, do desrespeito às instituições democráticas e ao império da lei. Reivindica uma imprensa livre, a liberdade econômica com um “mercado livre de regulações abusivas e impostos escorchantes”, a separação dos poderes com “instituições independentes, livres da ingerência sufocante de partidos totalitários”, eleições livres e idôneas, e ainda, o fim dos subsídios diretos e indiretos a ditaduras⁵.

O Movimento Revoltados Online se define como “uma organização de iniciativa popular de combate ao corruptos (*sic*) do poder”, e ainda, como “a tentativa do ser humano de fazer valer o seu valor (*sic*), contra tudo aquilo que

⁵ Disponível na página do Movimento Brasil Livre.

o humilha”. E reivindica: “queremos nosso Brasil fora das mãos sujas de corruptores e de mensalões”.⁶

O Movimento Vem Pra Rua, por sua vez, se caracteriza como “o palco de todos os brasileiros - das mais variadas etnias e orientações, idades e de todos os lugares do país - que estão indignados e querem protestar contra o governo, contra a falta de ética e as mentiras que são contadas diariamente a todos nós, contra os políticos corruptos, através de grandes manifestações cívicas, sempre ordeiras e pacíficas”. Pautado por “valores democráticos e republicanos, espontâneo e suprapartidário”, o Movimento Vem Pra Rua anseia “resgatar a esperança sequestrada pela corrupção, exigir mais eficiência e transparência no gasto público e defender a redução da carga tributária e da burocracia”. Seu manifesto afirma que:

País rico é aquele em que seus cidadãos não têm medo de lutar por seus direitos, dentro da legalidade, respeitando o Estado de Direito. É onde a liberdade econômica é estimulada e o Estado não é maior que o necessário, a fim de que o empreendedorismo e a livre iniciativa gerem riquezas e oportunidades para todos. Acreditamos na força do povo brasileiro, na sua capacidade inventiva, na sua generosidade e no seu trabalho – e num Estado que garanta minimamente segurança, educação básica, saneamento básico e saúde pública para todos. Queremos menos impostos e mais Brasil. Queremos uma sociedade que ofereça igualdade de oportunidade a todos, sem distinção. Queremos mais concorrência e menos clientelismo⁷.

O manifesto do Movimento Vem Pra Rua faz questão de deixar registrado que é “contra qualquer tipo de violência” e que condena “qualquer tipo de extremismo (separatismo, intervenção militar, golpe de Estado)” e não compactua com governos autoritários. Advertência pouco profícua, já que o que mais se viu ao lado das faixas de “Fora Dilma” foram os pedidos de “Intervenção Militar Já”.

Ainda que 71% dos manifestantes tenha se declarado contrário à Intervenção Militar, é impossível não se atentar para o fato de que expressivos 29% deles sejam favoráveis à volta da Ditadura no Brasil (TRUFFI, 2015). A preocupação com a “ameaça comunista” também se fez presente nestas manifestações e foi uma das justificativas do anseio pelo retorno dos militares ao poder.

⁶ Disponível na página Revoltados Online no Facebook.

⁷ Citações disponíveis na página do Movimento Vem pra Rua.

Ponto importante sobre estas manifestações é justamente a dissonância entre o discurso liberal dos grupos que as organizaram e pensamento dos seus manifestantes. Segundo pesquisa feita por Paulo Ortellado e Lucia Nader para o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da USP, a maioria dos entrevistados nestas manifestações é favorável aos serviços médicos e educacionais públicos gratuitos ainda que cerca de 80% sejam favoráveis à redução da carga tributária no país. Segundo a pesquisa, “[...] praticamente todas as pessoas que foram protestar na Avenida Paulista, aproximadamente 96,80%, estão insatisfeitas com a política no Brasil. Mas a maioria delas, ou 64,20%, pensa que a solução para a crise política é ‘entregar o poder para um político honesto’.” (TRUFFI, 2015).

Realmente, o senso comum prevalecente nas manifestações parecia ser exatamente o de tirar o PT do governo e entregá-lo a “bons políticos”, a pessoas “não-corruptas” ou mesmo aos militares. O juiz Sérgio Moro, conhecido por estar à frente dos julgamentos da operação Lava Jato, foi exaltado durante os protestos. Outros figurões como Eduardo Cunha e até mesmo José Sarney também foram exaltados.

Segundo Ortellado, Solano e Nader (2015):

56% [dos manifestantes do dia 16 de agosto de 2015] concordam totalmente ou em parte que para solucionar a crise é preciso entregar o poder para alguém que esteja fora do jogo político. 28% concordam totalmente ou em parte que a solução é entregar o poder para os militares e 64% para um juiz honesto. Por outro lado, 77% concordam total ou parcialmente que é preciso ampliar a participação por meio de mecanismos como o plebiscito e 59% por meio do fortalecimento de ONGs e movimentos sociais.

Mas dentre todas as bandeiras e reivindicações dos manifestantes, sem dúvida, foi o impeachment da presidenta Dilma Rousseff a mais unânime. Mesmo tendo sido eleita democraticamente apenas quatro meses antes das primeiras manifestações em março de 2015, Dilma Rousseff e o PT tornaram-se os alvos principais da indignação dos manifestantes vestidos de verde-amarelo: “Fora Dilma”, “Fora PT”, “Lula nunca mais”, “CorruPTos” e “Impeachment Já” foram algumas das principais insígnias bradadas nas ruas nos dias 15/03, 12/04 e 16/08/2015.

Percebe-se também um alto nível de despolitização, um intenso discurso de ódio e - não raros os casos - explicitamente fascistas. Não é difícil notar,

portanto, um discurso de extrema-direita nestas manifestações, que poderíamos denominar como um processo de “fascistização da indignação” (PINASSI, 2014, p.30).

O jornal britânico *The Guardian* chamou os protestos de ‘manifestações da direita’ causadas por insatisfação crescente com a economia e com o escândalo de corrupção na Petrobras. Afirmou também que os protestos reuniram pessoas ‘mais velhas, mais brancas e mais ricas’ que os de 2013. A revista norte-americana *Forbes* chamou os protestos de ‘festival do ódio’. (PROTESTOS..., 2016b).

Fica ainda mais latente tal característica quando analisamos as manifestações deste ano a partir de um contexto histórico no qual: jovens são barrados na entrada dos shoppings da Zona Sul para se evitar a concretização do “rolezinho” (PM FAZ..., 2014); assaltantes são presos em postes e linchados por populares (CLETO, 2015); ocorre uma nova versão da Marcha da Família com Deus pela Liberdade (PINHO; SANTIAGO, 2014); professores são barbaramente alvejados durante manifestações por melhores condições de trabalho (MARANHÃO, 2015); jovens da periferia são apreendidos por estarem se encaminhando às praias da Zona Sul (HENRINGER; BARROS, 2015); 19 jovens são barbaramente assassinados na periferia de Osasco como retaliação pela morte de um Guarda Militar e um Policial Civil quinze dias antes (OSASCO..., 2015); tudo sob a aprovação dos comentaristas políticos, dos âncoras dos telejornais e da opinião pública.

Segundo Rosana Pinheiro Machado,

Se Celso Russomanno (PRB) e o Pastor Feliciano (PSC) não tivessem sido os deputados mais bem votados em São Paulo, e se o Rio de Janeiro não tivesse escolhido Jair Bolsonaro (PP) em primeiro lugar, eu poderia jurar que o deputado mais votado no Rio Grande do Sul, Luis Carlos Heinze (PP), que declarou que “quilombolas, índios, gays e lésbicas: tudo o que não presta” era um caso isolado de uma possível patologia gaúcha. Mas infelizmente não é. Desde junho de 2013, muito tem se falado em guinada à direita ou da onda conservadora. O que poucos mencionam, no entanto, com a devida clareza necessária, é que tem emergido uma multidão raivosa e fascista (PINHEIRO-MACHADO, 2014).

O fascismo como solução em tempos de crise

Conforme indicamos acima, foi a classe média urbana altamente despolitizada, sem histórico de militância política e guiada por valores tradicionais-religiosos, a parcela social fundamental para o monumental alcance das manifestações de 2015. Este extrato de classe foi decisivo para a disseminação das bandeiras destas manifestações e se mostrou bastante atuante também nas ruas durante este período. E isto não nos causa espanto.

Leandro Dias, colunista do site Pragmatismo Político, relembra que a ascensão do fascismo no início do século XX ocorreu devido a “[...] uma profunda descrença na política, no jogo de alianças e negociatas da democracia liberal e na sua incapacidade de solucionar as crises agudas que seguiam ao longo dos anos 1910, 20 e 30.” e configurando-se, ainda, como “último refúgio dos conservadores (sejam de classe média ou da elite) contra o socialismo”. O autor faz ainda uma importante ressalva: o sucesso da emergência do fascismo se deu coadunado ao **medo das classes médias frente ao empobrecimento e a perda do status social, ou seja: medo de se proletarizar**. Para o autor, a estrutura social brasileira e sua história cultural possuem raízes que em muitos pontos se assemelham às estruturas socioculturais do fascismo do início do século XX.

Privilégios conquistados por herança ou “na amizade”, contatos pessoais, indicações, nepotismos, fiscalização seletiva e personalista; são todas marcas tradicionais de nossa cultura política. A lei aqui “não pega”, do mesmo jeito que para nazistas a palavra pessoal era mais importante que a lei. Há um paralelo assustador entre a teoria do *fuhrerprinzip* e a prática da pequena autoridade coronelista, à revelia da lei escrita, presente no Brasil. Talvez por isso, também tenhamos, como a base social do fascismo de antigamente, uma profunda descrença na política e nos políticos. [...] partes das classes médias tradicionais e a elite tem um ódio encarnado de “comunistas” [...] Esse argumento em essência é basicamente o mesmo de Adolf Hitler: o marxismo e o capital financeiro internacional estão combinados para destruir a nação alemã. (DIAS, 2014).

Esta classe média que ascendeu socialmente nas últimas décadas, se educou e se inseriu no mercado de consumo de bens importados e viagens internacionais, é uma fração de classe cuja maleabilidade ideológica é, em geral, mal utilizada pela esquerda. O mesmo não se pode dizer com relação à direita. A classe

média emergente configura-se invariavelmente como grande depositório dos ideais fascistas, sempre muito bem resgatados pelo capital quando conveniente. Sua cultura repressiva patriarcal, bem como sua aversão aos estratos mais baixos da sociedade e sua identificação passional com o estilo de vida da alta burguesia tornam as classes médias as maiores disseminadoras da ideologia fascista, sobretudo em momentos de crise econômica.

Sempre disposto a se adaptar à autoridade, o indivíduo da classe média acaba criando uma clivagem entre a sua situação econômica e a sua ideologia. A sua vida é modesta, mas tenta aparentar o contrário, chegando, frequentemente, a tornar-se ridículo. Alimenta-se mal e deficientemente, mas atribui grande importância a “andar bem vestido”. (REICH, 1988, p.56-57).

Wilhelm Reich, em “Psicologia de Massas do Fascismo”, afirma que a mentalidade típica do fascista é a “mentalidade do ‘Zé Ninguém’”, ou seja, do sujeito e do grupo que é “subjugado, sedento de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado”, que observou bem demais o comportamento do homem burguês e o reproduz (ou tenta reproduzir) de modo “distorcido e grotesco”. (REICH, 1988, p.13). Reich caracteriza o fascismo da seguinte forma:

[...] o “fascismo” não é mais do que a **expressão politicamente organizada da estrutura do caráter do homem médio**, uma estrutura que não é o apanágio de determinadas raças ou nações, ou de determinados partidos, mas que é geral e internacional. Neste sentido caracterial, o **“fascismo” é a atitude emocional básica do homem oprimido da civilização autoritária da máquina, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida**. É o caráter mecanicista e místico do homem moderno que cria os partidos fascistas, e não vice-versa. (REICH, 1988, p.11, grifo nosso).

Ou seja: o fascismo não é uma configuração nacional, específica de um determinado povo, mas sim específica de um determinado estilo de vida pautado na mecanização da sociedade industrial e no seu misticismo religioso como paradigma cultural. O fascismo seria, então, “[...] um fenômeno internacional que permeia todos os corpos da sociedade humana de todas as nações.” (REICH, 1988, p.12).

Como o fascismo é sempre e em toda a parte um movimento apoiado nas massas, revela todas as características e contradições da estrutura do caráter das massas humanas: não é, como geralmente se crê, um movimento exclusivamente reacionário, mas sim um **amálgama de sentimentos de revolta e ideias sociais reacionárias**. (REICH, 1988, p.12, grifo nosso).

O caráter altamente anticomunista, irracional e, sobretudo, tradicionalista-religioso presente nas manifestações de 2015 são pontos em comum com as manifestações fascistas clássicas. E não seria por acaso. Para Reich, “o fascismo é a expressão máxima do misticismo religioso”. (REICH, 1988, p.13). Reich tem uma interpretação bastante heterodoxa sobre o movimento fascista. Para o autor, o fascismo é a expressão política e cultural de uma condição social altamente repressiva, sobretudo, sexualmente repressiva⁸. Assim, o fascismo seria o lado político da repressão sexual imposta pelas religiões de matriz cristã e pela subserviência e obediência impostas ao indivíduo pela família tradicional sob influência da moral religiosa. Portanto, as estruturas de socialização como a igreja e a família são fundamentais para a construção e reprodução das estruturas psíquicas das massas como estruturas “consentâneas com a ideologia das classes ou elites dominantes”. (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1988, p.473).

A religião teria um papel primordial neste processo de repressão sexual e enraizamento da subordinação na psicologia das massas. Segundo Reich, “todo o misticismo é reacionário, e o homem reacionário é místico”. (REICH, 1988, p.41). Os dogmas religiosos fixar-se-iam fundamentalmente sobre a repressão dos impulsos sexuais sadios (sobretudo nas mulheres e nas crianças). Esta condição haveria inaugurado a família tradicional e o patriarcado: estruturas sociais centrais para a consumação do indivíduo obediente, subserviente e conformado. Assim sendo, a família e a Igreja cumpririam o exercício de adestramento social muito caro à máquina do Estado. Segundo Reich, “É por isso que o Estado autoritário tem o maior interesse na família autoritária; ela transformou-se numa fábrica onde as estruturas e ideologias do Estado são moldadas.” (REICH, 1988, p.44). E ainda:

⁸ Wilhelm Reich traça sua obra com base no que ele chama de perspectiva da “economia sexual”, que segundo ele, “[...] nasceu das tentativas para harmonizar a psicologia profunda de Freud com a teoria econômica de Marx. A existência humana é determinada tanto pelos processos instintivos como pelos processos socioeconômicos.” Para Reich, “a psicanálise é a mãe da economia sexual e a sociologia é o pai.” (REICH, 1988, p.19).

Tanto a moralidade sexual, que inibe o desejo de liberdade, como aquelas forças que apoiam interesses autoritários, tiram a sua energia da sexualidade reprimida. Agora, compreendemos melhor um ponto fundamental do processo do “efeito da ideologia sobre a base econômica”: a inibição sexual altera de tal modo a estrutura do homem economicamente oprimido, que ele passa a agir, sentir e pensar contra os seus próprios interesses materiais. (REICH, 1988, p.46-47).

Sendo assim, a “proteção à família”, ou melhor, a este modelo patriarcal e autoritário de família conhecido como “família tradicional”, é o princípio básico de toda a política cultural reacionária. Reich cita uma passagem do Programa de governo de Hitler de 1932 na qual o Führer exalta a família:

[...] A sua [da família] destruição definitiva significaria o fim das características humanas mais sublimes. Por mais que se alarguem os campos de atividade da mulher, o fim último de uma evolução orgânica e lógica terá de ser sempre a constituição da família. Ela é a menor, mas a mais valiosa unidade na construção de todo o Estado. O trabalho honra tanto a mulher como o homem. Mas o filho enobrece a mãe. [...] Creio que um povo, para edificar a sua resistência, não deve viver unicamente de acordo com princípios racionais; também precisa de suporte, esteio espiritual e religioso, O envenenamento e a desintegração do corpo nacional pelos eventos do nosso bolchevismo cultural são quase mais devastadores do que os efeitos do comunismo político e econômico. (REICH, 1988, p.66).

Não foi incomum encontrar discursos de proteção à família nas manifestações de 2015, da mesma forma que não é incomum encontrá-los no cotidiano social hodierno. Esta exaltação à proteção da família é a principal bandeira das religiões neopentecostais que tem se disseminado pelo país nas últimas décadas. Também não nos surpreende que seja neste meio que os discursos mais agressivos, discriminatórios e reacionários tem se propagado, alcançando inclusive as instâncias da política institucional (MARCOS..., 2016) e parlamentar (GUERRERO, 2015)⁹.

⁹ Para mais informações, consultar os seguintes links:

<<http://noticias.gospelprime.com.br/bancadas-evangelicas-leis/>>;

<<http://guiame.com.br/gospel/noticias/criacao-da-frente-lgbt-na-assembleia-legislativa-e-barrada-por-bancada-evangelica.html#.VeShyflViko>>;

Reich reitera que a ascensão do fascismo ao governo com Hitler é a culminação de toda uma ideologia fascista já imbrincada no tecido social: o mérito de Hitler teria sido o de ser capaz de fazer a correta leitura destas configurações e fazer o discurso apropriado para canalizá-las para si.

Mas o êxito desta organização de massas [o nazismo] deve-se às próprias massas e não a Hitler. Foi a estrutura humana autoritária, que teme a liberdade, que possibilitou o êxito de sua propaganda. Por isso, a importância de Hitler, do ponto de vista sociológico resulta, não da sua personalidade, mas da importância que lhe conferem as massas. (REICH, 1988, p.52)

Antonio Gramsci, discorrendo sobre o fascismo na Itália, afirma que os elementos do fascismo já se encontravam presentes no seio da sociedade italiana. Assim sendo, teria sido o Estado a absorver o fascismo e não o contrário, assim como assevera Reich. Ou seja, o governo fascista é a expressão política de uma característica sociocultural; em termos gramscianos, o fascismo é a sociedade civil representada na sociedade política.

Ainda segundo Gramsci, o fascismo teria operado na sociedade italiana como uma tentativa de superação de uma crise cíclica do capitalismo. O fascismo teria sido, portanto, a fase final de um longo processo de decomposição de uma determinada configuração das forças produtivas do capital. Para Gramsci, o fascismo operou “[...] como uma nova forma de reorganização do sistema capitalista sob a lógica de um Estado de Exceção.” (BARBOSA, 2015, p.1).

O fenômeno do “fascismo” não é somente italiano, assim como não é somente italiana a formação do partido comunista. O “fascismo” é a fase preparatória da restauração do Estado, ou seja, de um recrudescimento da reação capitalista, de um endurecimento da luta capitalista contra as exigências mais vitais da classe proletária. (GRAMSCI, 1920 apud BARBOSA, 2015, p.4, tradução nossa).

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-07-04/bancada-evangelica-reflete-a-sociedade-conservadora-violenta-e-desigual.html>>;

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-07-15/bancada-evangelica-tenta-dar-as-igrejas-poder-de-questionar-supremo.html>>.

Reich também chamou a atenção para a relação entre cultura repressiva do fascismo e crise econômica. Para o autor, o misticismo tem a função de “desviar a atenção da miséria cotidiana” (REICH, 1988, p.108).

Com o aumento da pressão econômica sobre as massas trabalhadoras, a pressão da moral repressiva também se torna mais rígida. Isto só pode ter a função de evitar a revolta das massas trabalhadoras contra a pressão social, através do reforço dos seus sentimentos de culpa sexual e da sua dependência moral em relação à ordem vigente. (REICH, 1988, p.102).

Sendo assim, podemos concluir que o fascismo é o resultado de uma cultura repressiva patriarcal-mística, pautada no anseio por ascensão social próprio de uma sociedade industrial produtivista, combinada a um contexto de crise econômica e de disputa hegemônica entre os grupos de poder.

E segue-se a lista de todos os “valores culturais” que encaixam na estrutura da ideologia reacionária como as peças de uma máquina: O casamento como um laço, a família como um dever, a pátria como um valor em si, a moral como autoridade, a religião como uma obrigação que emana da eternidade. (REICH, 1988, p.120).

Considerações finais: que fazer?

Passamos por um período da história nacional que poderia ser classificado como, no mínimo, preocupante. O capitalismo neodesenvolvimentista que inseriu amplos setores da sociedade no mercado de bens de consumo, deu mostras de que encontrou limites para sua expansão e perpetuação. Todavia, amplos setores das classes médias que ascenderam socialmente não parecem querer abrir mão das conquistas que o capitalismo petista lhes proporcionou.

Para além da crise política gerada por este contexto, evidencia-se uma ampla obstrução da consciência revolucionária. O canto da sereia dos bens de consumo, outrora inacessíveis, obstrui o desenvolvimento de uma consciência de classe com vistas à superação do sistema sociometabólico do capital. Ao contrário, presenciamos o renascer da socialdemocracia com suas soluções reformistas e a retomada maciça do pensamento liberal com o ideário do *self made man*. A crise do capitalismo mundial - o tsunami desacreditado por Lula em 2008 -

chegou ao Brasil relegando imensos batalhões de trabalhadores à condição de exército industrial de reserva.

Temos, assim, um contexto marcado por uma significativa degradação do padrão de vida da classe trabalhadora e das classes médias (ainda que em graus absolutamente distintos), combinado com a retomada dos ideais liberais no plano econômico e dos valores cristãos-reacionários no plano social. A influência de grupos e de partidos de extrema-direita no cenário político institucional e não-institucional já pode ser sentida. E foi visualizada nas ruas do país que, por sua vez, assistiu incrédulo ao clamor das massas pela destituição sumária da presidenta eleita (além de um sem-fim de ofensas à sua condição de mulher), pelo retorno dos militares ao poder e pelo extermínio dos grupos de esquerda.

Momentos de esquizofrenia coletiva como estes são importantes para que possamos traçar um perfil mais preciso da nossa sociedade. Somos uma sociedade altamente racista, altamente homofóbica, altamente misógina, estruturada sobre pilares morais cristãos repressivos e, conseqüentemente, sobre a defesa irrefletida da família tradicional-patriarcal. Somos uma sociedade ainda presa a dogmas medievais na qual clérigos e pastores-midiáticos determinam os rumos políticos da nação, interferem nas escolhas individuais, julgam e condenam os infiéis jogando-os nas fogueiras de uma guerra santa. Somos uma sociedade na qual as redes sociais e os telejornais são efetivamente instâncias de formação de uma consciência coletiva pouco comprometida com a verdade dos fatos, mas muito afeitas aos linchamentos públicos, virtuais ou efetivamente físicos. Somos uma sociedade à beira de um colapso não apenas econômico, mas civilizatório; na qual, feito rastilho de pólvora, a ideologia fascista emergiu de suas mais profundas entranhas e nos bate à face como se cumprisse um dever profético.

O que fazer frente a esta situação? Como enfrentar a guinada fascista pela qual a sociedade e a política brasileira enveredam? Qual é o papel da esquerda neste certame?

Wilhelm Reich indica, com algum grau de sensatez, que o enfrentamento do modo de vida burguês, da ideologia fascista e da cooptação das classes médias e trabalhadoras por estes setores da sociedade, deve ser uma empreita cotidiana dos grupos de esquerda.

O diminuto apartamento da classe média baixa, que o “proleta” compra logo que tem os meios, mesmo que em outros pontos tenha mentalidade

revolucionária; a conseqüente opressão da mulher, mesmo que ele seja comunista; a roupa “melhor” para os domingos; o estilo “correto” de dançar e outras mil “banalidades” acabam por exercer uma influência incomparavelmente mais reacionária quando repetidos dia após dia do que os efeitos positivos de milhares de discursos e panfletos revolucionários. A tacanhice da vida conservadora tem uma influência contínua, infiltra-se por cada faceta do cotidiano, enquanto o trabalho na fábrica e os panfletos revolucionários só têm uma breve influência. [...] É sobre esses detalhes e não com frases políticas que só provocam um entusiasmo passageiro, que se constrói concretamente o progresso social ou o seu contrário. (REICH, 1988, p.71).

A disputa hegemônica contra o capital não pode ficar circunscrita à política institucional, seja nos partidos ou nos sindicatos. O capital, global por essência, tende a englobar e a se infiltrar nas mais remotas relações humanas. A luta contra a influência do fascismo, bem como a luta pelo fortalecimento das organizações de esquerda deve mirar suas ações nas micro-relações sociais. É preciso resgatar a relação dialética entre a micro-política e a macro-política.

As organizações clássicas da esquerda devem, por sua vez, se alinhar com os novos agentes sociais em emersão e que possuem efetivo potencial aglutinador da juventude, como por exemplo, o Movimento Passe Livre, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Centro de Mídia Independente, o Mídia Ninja, entre outros. Novas organizações estão surgindo buscando diferenciar-se do centralismo democrático que marcou os partidos comunistas do século XX. Portanto, fazendo coro à afirmação de Silvia Beatriz Adoue, é imprescindível apostar no horizontalismo, pois “[...] as novas gerações querem romper com o verticalismo que preponderou nas organizações partidárias e se estendeu para organizações sociais no contexto do refluxo.” (ADOUE, 2014, p.144). Contra a onda fascista, a esquerda brasileira precisa reinventar suas formas organizativas colocando-se mais acessível à juventude. Mais do que nunca, é necessário ocupar os vácuos; não deixar espaços abertos sobre os quais a extrema-direita possa novamente avançar.

E no curso desta disputa hegemônica, ainda que em desvantagem, a esquerda deve demonstrar de forma rubra e explícita que o ressurgimento do fascismo no Brasil não se propagará sem ferrenha e incansável oposição.

THE FASCISM IN INDIGNATION : THE EVENTS OF 2015 IN BRAZIL

ABSTRACT: *This paper aims to contextualize and analyze the 2015 pro-impeachment protests in Brazil. It is stated that such manifestations and the highly reactionary character of them are the result of a political and ideological movement to co-opt the middle classes undertaken by the opposition to the right part of the government of President Dilma Rousseff since 2013. We start with the perspective that a significant portion of protesters of the June 2013 Journey, for its depoliticized and non-partisan character, was decisive to compose the great manifestations of 2015 increasing, however, a reactionary chorus with clear fascist inspiration. This article aims to establish the connection between the waves of experienced protests in the country from 2013-2015 indicating their points of dissonance, but focusing the analysis on what unites them somehow: its nonpartisan character, open space left by the left and cleverly manipulated by the extreme right. The aim is to finally understand how the fascist revolt is a resource used by sectors of the extreme right in economic and hegemonic times of crisis as a mobilizing source of the masses.*

KEYWORDS: *Manifestations. Impeachment. Fascism. Fascistization of indignation.*

REFERÊNCIAS

ADOUE, S. B. Vai encarar? In: GONÇALVES, M. B. (Org.). **As jornadas de junho: o significado do retorno das manifestações de massas no Brasil**. Recife: Do Organizador, 2014. p.139-146.

BARBOSA, J. R. Gramsci e a crítica ao fascismo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX-ENGELS, 8., 2015, Campinas. **Anais...** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2015. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cem marx/selecao/2015/trabalhos2015/jefferson%20barbosa%2010383.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11.ed. Brasília: Ed. da UNB, 1998.

BOF, A. Verba para FIES é cortada pela metade e se esgota para 2015. **Esquerda Diário**, São Paulo, maio 2015. Educação. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Verba-para-FIES-e-cortada-pela-metade-e-se-esgota-para-2015-827>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CAOLI, C.; CAVALLINI, M. Desemprego no segundo trimestre de 2015 tem a maior taxa desde 2012. **G1**, São Paulo, ago. 2015. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/desemprego-ficou-em-83-no-segundo-trimestre-de-2015-diz-ibge.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CAPES anuncia corte de 75% da verba de custeio da Pós-graduação no país. **Pós-graduando**, jul. 2015. Disponível em: <<http://posgraduando.com/capes-corte-verba-custeio-pos-graduacao/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CLETO, M. O linchamento como sintoma. **Carta Capital**, São Paulo, jul. 2015. Sociedade. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-linchamento-como-sintoma-2154.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CORTE no orçamento atinge PAC e programa Minha casa, Minha vida. **G1**, Rio de Janeiro, maio 2015. Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/corte-no-orcamento-atinge-pac-e-programa-minha-casa-minha-vida.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

DIAS, L. Fascismo à brasileira. **Pragmatismo**, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/01/fascismo-brasileira.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

GONÇALVES, M. As jornadas de junho e os limites do neodesenvolvimentismo no Brasil. In: GONÇALVES, M. B. (Org.). **As jornadas de junho: o significado do retorno das manifestações de massas no Brasil**. Recife: Do Organizador, 2014. p.158-177.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERRERO, I. Proposta pela bancada evangélica, 'PEC de Deus' gera discussão. **O Estado**, Brasília, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.oestadoonline.com.br/2015/04/proposta-pela-bancada-evangelica-em-brasilia-pec-de-deus-gera-discussao/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

HENRIGER, C.; BARROS, R. PM aborda ônibus e recolhe adolescentes a caminho das praias da zona Sul do Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, ago. 2015. Notícias. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/pm-aborda-onibus-recolhe-adolescentes-caminho-das-praias-da-zona-sul-do-rio-17279753.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

JERONIMO, J. Sobrou até para o Bolsa Família. **Isto é**, São Paulo, n.2374, maio 2015. Brasil. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/420467_SOBR OU+ATE+PARA+O+BOLSA+FAMILIA>. Acesso em: 30 mar. 2016.

LIRIO, S. O hoje e o amanhã. **Carta Capital**, São Paulo, mar. 2015. Política. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-hoje-e-o-amanha-4386.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

LONGO, I. Manifestantes anti-Dilma são agraciados com “Passe livre” no metrô em SP. **SPRESSOSP**, 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://spressosp.com.br/2015/03/16/manifestantes-anti-dilma-sao-agraciados-com-passe-livre-metro-em-sp/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MANSO, B. P.; RIBEIRO, B.; ZANCHETTA, D. Fogo, bombas e depredação no maior protesto contra tarifa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,fogo-bombas-e-depredacao-no-maior-protesto-contratarifa-imp-,1041335>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MARANHÃO, F. Repressão da PM a protesto foi mais truculenta que em 88, dizem professores. **Uol**, Curitiba, maio 2015. Educação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/05/03/repressao-da-pm-a-protesto-foi-mais-truculenta-que-em-1988.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MARCOS Feliciano na Comissão de Direitos Humanos é um insulto ao povo brasileiro. **Actionaid**. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/stories/marco-feliciano-na-comissao-de-direitos-humanos-e-um-insulto-ao-povo-brasileiro>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MARTELLO, A.; CRUZ, D. Banco Central prevê inflação de 9% em 2015 e possível recessão. **G1**, Brasília, jun. 2015. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/banco-central-preve-inflacao-de-9-em-2015-e-possivel-recessao.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MELO, D. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: COLÓQUIO MARX E O MARXISMO, 2015, Niterói. **Insurreições, passado e presente**. Niterói: EdUFF, 2015. p.1-15. Disponível em: <https://www.academia.edu/15025664/A_DIREITA_GANHA_AS_RUAS_ELEMENTOS_PARA_UM_ESTUDO_DAS_RA%C3%8DZES_IDEOL%C3%93GICAS_DA_DIREITA_BRASILEIRA>. Acesso em: 30 mar. 2016

ORTELLADO, P.; SOLANO, E.; NADER, L. Um desacordo entre manifestantes e os convocantes dos protestos? **El País**, ago. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439933844_328207.html>. Acesso em: 30 mar. 2016.

OSASCO teve série de assassinatos dias antes de chacina que matou 18. **G1**, São Paulo, ago. 2015. Profissão repórter. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/08/osasco-teve-serie-de-assassinatos-dias-antes-de-chacina-que-matou-18.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PESQUISAS internas do PT apontam Dilma com popularidade menor que Collor, diz revista. **Bahia Notícias**, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/168957-pesquisas-internas-do-pt-apontam-dilma-com-popularidade-menor-que-collor-diz-revista.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PINASSI, M. O. Da democracia formal à radical. In: GONÇALVES, M. B. (Org.). **As jornadas de junho: o significado do retorno das manifestações de massas no Brasil**. Recife: Do Organizador, 2014. p.27-31.

PINHEIRO-MACHADO, R. O Reich tropical: a onda fascista no Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, out. 2014. Sociedade. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-reich-tropical-a-onda-fascista-no-brasil-2883.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PINHO, M.; SANTIAGO, T. Nova versão da Marcha da família percorre ruas do centro de SP. **G1**, São Paulo, mar. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PM FAZ operação para evitar 'rolezinho' em shopping de Aparecida de Goiânia. **G1**, Goiás, nov. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/11/pm-faz-operacao-para-evitar-rolezinho-em-shopping-de-aparecida-de-goiania.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PRIORIDADE do novo mandato de Dilma, Educação sofre corte de R\$ 7 bilhões. **Folha política**, abr. 2015. Disponível em: <<http://folhapolitica.jusbrasil.com.br/noticias/160000018/prioridade-do-novo-mandato-de-dilma-educacao-sofre-corte-de-r-7-bilhoes>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PROTESTOS no Brasil em 2013. **Wikipédia**. 2016a. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PROTESTOS antigovernamentais no Brasil em 2015. **Wikipédia**. 2016b. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_antigovernamentais_no_Brasil_em_2015#cite_note-36>. Acesso em: 30 mar. 2016.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.97, p.23-40, nov. 2013. Dossiê Mobilizações, Protestos e Revoluções. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300003&script=sci_arttext&tlng=p#q3>. Acesso em: 30 mar. 2016.

TONET, I. Sobre as atuais manifestações. In: GONÇALVES, M. B. (Org.). **As jornadas de junho: o significado do retorno das manifestações de massas no Brasil**. Recife: Do Organizador, 2014. p.17-26.

TRUFFI, R. Quem são os manifestantes de 16 de agosto. **Carta Capital**, São Paulo, ago. 2015. Sociedade. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-sao-os-manifestantes-de-16-de-agosto-9588.html/>>. Acesso em 30 mar. 2016.

UNIVERSIDADES federais têm um terço dos recursos bloqueados pelo MEC. **G1**, Rio de Janeiro, fev. 2015. Bom dia Brasil. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/02/universidades-federais-tem-um-terco-dos-recursos-bloqueados-pelo-mec.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

A AÇÃO DO PODER PÚBLICO E A IMPLANTAÇÃO DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM SÃO CARLOS: UMA ANÁLISE DOS CONDOMÍNIOS DAMHA

Michele Rodrigues BIZZIO*

RESUMO: Atualmente, uma característica marcante do espaço urbano tem sido a privatização de espaços outrora públicos. Porém, esse processo não ocorre de forma aleatória. Pelo contrário, é imprescindível a ação do poder público na construção de um arcabouço jurídico para legitimar tal fenômeno. Nesse sentido, o artigo busca resgatar historicamente como foi construído esse arcabouço legal responsável pela implantação dos espaços residenciais fechados na cidade de São Carlos, em especial dos condomínios Damha. Para atingir o objetivo proposto utilizamos a legislação federal pertinente (Lei 4.591/64 e 6.766/79), assim como as Leis municipais (Lei 12.731/00 13.691/05) que versaram sobre o tema. Concluímos que o poder público municipal da cidade de São Carlos tem favorecido a implantação desses empreendimentos via arcabouço jurídico.

PALAVRAS-CHAVE: Condomínios fechados. Legislação urbana. São Carlos. Damha Urbanizadora. Plano Diretor Municipal.

Introdução

Partindo do pressuposto de que a vida humana prescinde um ambiente ou uma localização, Hannah Arendt (2007) em *A condição humana* discorre sobre as duas categorias fundamentais em que a condição humana se desenvolve: na esfera pública e na esfera privada. Essas duas esferas de realização da vida em sentido

* Mestre em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901- michelebizzio@hotmail.com.

amplo estavam presentes na antiga sociedade grega, e é a partir da contraposição de sentido dessas categorias na sociedade grega e na moderna que a autora constrói o seu pensamento e nos ajuda a compreender as mudanças e sentidos processados do que podemos denominar de público e privado na modernidade e na contemporaneidade.

De acordo com a autora, a sociedade grega dividia-se entre a esfera privada, constituída pela casa (*oikia*), e a vida pública (*bios politikos*). O privado dizia respeito a vida do homem enquanto espécie, enquanto que a vida pública ao que era comum. A vida pública, dessa forma, era o lugar por excelência da política enquanto ação (*práxis*) e discurso (*lexis*), ao contrário da violência (a violência é muda). Não por acaso, a *pólis* grega será a expressão máxima desse modelo. Com o advento da sociedade moderna, público e privado tornam-se categorias cada vez mais difíceis de serem conceituadas, isso porque, com a construção dos Estados-nação, Arendt afirma que houve uma ampliação da esfera privada, que seria o advento da sociedade, ou que a esfera privada torna-se pública. Assim, diferentemente do caso grego, em que a esfera pública e privada eram bem delimitadas, a era moderna solapa a esfera pública e a esfera privada (lugar de se resguardar contra o mundo), ao criar uma sociedade de massas homogeneizada. Como consequência, a esfera pública como espaço da política (no sentido de negociar, convencer, dialogar) tende a desaparecer, e a esfera privada expande-se como privatividade (ausência de relações). Contudo, o gradual desaparecimento ou encolhimento da esfera pública e o crescimento da esfera privada não ocorre aleatoriamente. São vários os fatores que atuam para que tal processo se concretize.

Vários estudos têm sido feitos a fim de apontar esse processo no âmbito urbano. Entre eles, os estudos acerca dos condomínios e loteamentos fechados ocupam lugar de destaque. Assim, buscamos analisar nesse trabalho como é produzida, de maneira concreta, a hipertrofia das forças privadas mediante a ação direta do poder público na ordenação do espaço urbano da cidade de São Carlos. Para tal intento, analisamos o processo de implantação legal dos condomínios e loteamentos fechados, já que tais empreendimentos representam o alargamento da esfera privada sobre a dimensão comum e pública da cidade, em especial dos Condomínios Damha¹.

¹ Os condomínios Damha têm sido desenvolvidos pela Damha Urbanizadora, uma incorporadora e construtora do grupo Encalso, criado em 1964, que atua nos setores de engenharia civil, agronegócio, shopping center, energia, concessões rodoviárias e negócios imobiliários. Em 2014, a Damha Urbanizadora contava com 58 empreendimentos e mais de 20 mil unidades comercializadas em oito estados brasileiros (Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul,

Para alcançar tais objetivos, utilizamos a legislação federal que dá respaldo a construção desses empreendimentos e a legislação municipal de São Carlos. Assim será possível visualizar quais os movimentos que tornaram possível a ascensão desses espaços, apesar das contradições e paradoxos que eles encarnam, e a conseqüente transformação do espaço urbano.

As Leis Federais de parcelamento do solo: Lei 4.591/64 e Lei 6.766/79

Atualmente no Brasil há duas leis que visam disciplinar e regulamentar a abertura de novas glebas de terras para fins urbanos. São elas a Lei Federal 4.591 (BRASIL, 1964), que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, aprovada em 16 de dezembro de 1964, e a Lei 6.766 (BRASIL, 1979), que dispõe sobre o parcelamento do solo Urbano e dá outras providências, aprovada em 19 de dezembro de 1979.

A Lei de 1964 buscava trazer diretrizes para uma modalidade especial de parcelamento, o parcelamento em regime jurídico condominial. Nessa categoria, edificações ou um conjunto de edificações poderiam ser alienados do seu entorno e assim constituir-se como unidades autônomas. A unidade autônoma, por sua vez, passa a ser dividida pelos condôminos em frações iguais. Ruas, praças e quintais que integram a unidade devem ser geridos e administrados pelos condôminos. Assim, a Lei 4.591 também traz exigências quanto à forma de gestão da unidade autônoma (necessidade da convenção registrada em cartório), e diretrizes para a figura do incorporador imobiliário, que passa a ser “o coordenador das atividades de construção, com obrigações juridicamente definidas” (BOTELHO, 2007, p.63). De acordo com o mesmo autor, a Lei 4.591 veio para dar “[...] base legal para o processo de verticalização que vinha ocorrendo de forma mais intensa desde a década de 1940 nas principais cidades brasileiras, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo.” (BOTELHO, 2007, p.63).

Já a Lei 6.766 estipula duas modalidades de parcelamento do solo. A primeira é denominada de **loteamento**, e implica a divisão de uma gleba em lotes, assim como a “abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes” (BRASIL, 1979, art. 2, § 1). A segunda forma é denominada de **desmembramento**, e embora

Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe) e no Distrito Federal. E com lançamentos previstos em mais oito estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Pará).

implique a divisão em lotes, o desmembramento de uma gleba pressupõe o aproveitamento do sistema viário existente.

Para o loteamento do solo a lei exige que haja uma infraestrutura básica que deve ser fornecida pelo construtor, como “[...] equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.” (BRASIL, 1979, art. 2, § 5). Ademais, sendo o loteamento uma atividade que implica a criação de uma nova área urbana, recai sobre ele uma função pública. Dessa forma, mesmo sendo de propriedade particular, o loteador cede automaticamente a municipalidade as ruas e a infraestrutura construídas, além de ser obrigatório reservar “[...] áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como espaços livres de uso público.”, “[...] proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.” (BRASIL, 1979, art. 4). E pelo artigo 17 da mesma lei, “[...] os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento.” (BRASIL, 1979).

Dessa forma, as diferenças entre o **condomínio de casas** (denominado de loteamento fechado abaixo) proveniente da Lei 4.591/64, e o **loteamento comum** proveniente da Lei 6.766/79, repousam, principalmente, na questão das áreas comuns, como logradouros, praças e vias. Como coloca Azevedo, na forma condominial, logradouros, praças e vias pertencem aos condôminos. Já no loteamento comum essas áreas são públicas, por isso pertencem a coletividade:

Na verdade, o que difere basicamente o loteamento comum do “loteamento fechado” é que, no primeiro, as vias e logradouros passam a ser do **domínio público**, podendo ser **utilizadas por qualquer do povo**, sem nenhuma restrição a não ser aquelas impostas pelo próprio Município. No segundo, as ruas e praças, jardins e áreas livres continuam de **propriedade dos condôminos**, que delas se utilizarão conforme estabelecerem em convenção. No loteamento comum, cada lote tem **acesso direto à via pública**; no loteamento condominial, não; os lotes têm acesso ao **sistema viário do próprio condomínio**, que, por sua vez, alcançará a via pública. No loteamento comum, a gleba loteada **perde a sua individualidade**, deixa de existir, para dar nascimento aos vários lotes, como unidades autô-

nomas destinadas a edificação. No loteamento condominial a gleba inicial não perde a sua caracterização; ela continua a existir como um todo, pois o seu aproveitamento é feito também como um todo, integrado por **lotes de utilização privativa e área de uso comum**. (AZEVEDO apud FREI, 1998, grifo do autor).

Feitos esses apontamentos sobre as duas leis federais que dão respaldo legal aos parcelamentos de solo para fins urbanos, resta-nos exemplificar como essas leis são utilizadas na implantação dos condomínios residenciais fechados, em especial na cidade de São Carlos.

Os condomínios residenciais horizontais fechados como forma híbrida da lei e a ilegalidade da ação do poder público: o caso da Lei municipal nº12.731/00

Como podemos verificar na tabela 1 (anexo), os seis primeiros empreendimentos implantados na cidade de São Carlos (Parque Sabará, Residencial Samambaia, Parque Faber I, Residencial Dom Bosco, Parque Fehr e Residencial Parati) foram registrados junto a prefeitura municipal como loteamentos, ou seja, enquadram-se nas normas da Lei 6.766/79. Porém, como loteamentos fechados, esses empreendimentos ficam em situação de **ilegalidade**, uma vez que se tornam híbridos das Leis 4.591/64 e 6.766/79 (assumem a forma fechada e condominial, sendo loteamentos abertos). Para além da situação de **ilegalidade**, há a **privatização de áreas públicas** já que como loteamento comum, esses empreendimentos, necessariamente, devem doar suas vias, logradouros e praças ao município. Porém essas áreas são utilizadas apenas pelos seus moradores.

Como destaca Rodrigues (2013, p.153), o setor imobiliário considera os loteamentos fechados mais lucrativos que os condomínios fechados “[...] na medida em que as áreas públicas (ruas, praças e uso institucional) não são entregues à municipalidade e sobre elas não incide o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).” Ou seja, há uma dupla vantagem, que consiste na apropriação de áreas públicas e no não pagamento do IPTU relativo a essas áreas.

Dessa forma, configurados de forma ilegal, e gerando danos a coletividade com a privatização de áreas públicas e com o não pagamento de impostos municipais, a ação do poder público de São Carlos é surpreendente. Como representante legal do povo, a prefeitura e a câmara municipal da cidade devem agir de forma a manter os interesses públicos, ou seja, de forma a valorizar a vontade

e o bem estar do maior número de cidadãos. Porém, como podemos constatar a partir da Lei nº12.731 (SÃO CARLOS, 2000), formulada pelo vereador do partido PPS Azuaite Martins de França e aprovada em 21 de dezembro do ano 2000 pela câmara de vereadores e promulgada pelo então prefeito municipal João Otávio Dagnone de Melo, a então câmara de vereadores e o prefeito municipal agiram no sentido de favorecer uma pequena parcela da população são-carlense e, concomitantemente, as forças privadas econômicas.

A referida Lei buscava dispor “sobre a instituição de loteamentos fechados e de empreendimentos em sistema de condomínio.” (SÃO CARLOS, 2000). Dentre as disposições contidas na Lei municipal, estavam a necessidade desses empreendimentos contarem com uma infraestrutura básica, a transferência de serviços de limpeza, conservação das vias internas e coleta de lixo para a associação de moradores, além da doação para o poder público das áreas institucionais (vias, praças, logradouros). Porém, de forma arbitrária e contraditória, o poder público estipulou a concessão especial de uso dessas áreas em favor dos moradores desses empreendimentos. Conforme podemos ler:

§ 2º - Nos loteamentos fechados as vias e as áreas de uso comum internas serão incorporadas ao domínio público, ficando, já por força da presente lei, desafetadas do uso comum do povo, sobre eles recaindo **concessão especial de uso**, em favor dos proprietários e moradores de cada respectivo loteamento. (SÃO CARLOS, 2000, Art. 1, grifo nosso).

Primeiramente, o poder público municipal de São Carlos agiu no sentido de legalizar uma figura inexistente no direito brasileiro, sendo flagrante, portanto, o caráter ilegal da Lei nº12.731/00². Por conseguinte, podemos deduzir que a ilegalidade da Lei buscou beneficiar os grupos comerciais envolvidos na implantação desses empreendimentos, como construtoras, incorporadoras e imobiliárias, e em segundo grau os moradores desses empreendimentos. Portanto, a ação do poder público municipal de São Carlos, longe de estipular os deveres a esses grupos, assegurou-lhes privilégios, uma vez que estipulou normas situadas acima e em detrimento do interesse comum e coletivo.

² Segundo Frei (1998) “[...] os municípios não podem autorizar essa forma de “loteamento condominial”. Lei municipal que preveja ou regule sua implantação contamina o ato de aprovação de flagrante ilegalidade, porque o Município não tem competência legislativa em matéria de condomínio.”

Da ilegalidade a legalidade: a aprovação via TAC's e o Plano Diretor Municipal de 2005

A partir do ano de 2001, com a candidatura de Newton Lima (do Partido dos Trabalhadores) para a prefeitura de São Carlos, começou ser esboçada uma nova ação do poder público municipal voltada à implantação dos condomínios residenciais fechados. Como podemos ver na tabela 1 (anexo), a partir de 2002, salvo algumas exceções, é possível verificar que a maioria dos empreendimentos foram aprovados junto a prefeitura municipal como condomínios, ou seja, ao amparo da Lei federal 4.591/64. Isso ocorreu devido a uma combinação de fatores que iremos detalhar abaixo.

Primeiramente, como mostrado acima, havia em São Carlos um cenário de ilegalidade quanto à implantação desses empreendimentos, amparado pela Lei nº12.731/00. Em contrapartida, em 10 de julho de 2001, ano da posse do novo prefeito, foi aprovada a Lei Federal 10.257 (BRASIL, 2001), conhecida como Estatuto da Cidade, cujo objetivo era regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelecer diretrizes gerais da política urbana. Segundo Maricato (2011), o Estatuto da Cidade “[...] foi fruto de um grande processo de discussão entre vários setores que atuam no cenário urbano: movimentos populares, órgãos públicos, universidades, entidades técnico-profissionais e empreendedores privados.”, que buscou, entre outras coisas, implantar mecanismos para a regulamentação das favelas, ou em outras palavras, reconhecer e outorgar direitos a “cidade ilegal”; promover mecanismos de participação popular e direta; além de instituir diretrizes para frear a especulação imobiliária do solo (ROLNIK, 1994).

Se, por um lado, havia um vácuo legal que amparasse os loteamentos fechados e, por outro, estava em formação um cenário propício à consolidação de políticas públicas urbanas, devido à aprovação do Estatuto da Cidade, instituiu-se na cidade de São Carlos um mecanismo de aprovação desses empreendimentos mediante Termos de Ajustamento de Condutas (TAC). A aprovação desses empreendimentos pela prefeitura era feita através de certas exigências, em que o empreendedor era obrigado a aceitar termos ou condutas estipuladas pelo poder público, como a doação de terras, construção de creches, projetos de remodelação urbana, etc., via ações junto ao Ministério Público. Os trechos da entrevista abaixo, concedida por Ricardo Martucci a Maria Encarnação Beltrão Sposito, em 2007, então Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano no governo de Newton Lima, ilustra o mecanismo de aproximação entre as forças sociais públicas e privadas:

Nesse íterim, que a gente constituiu uma legislação do porte do plano diretor, nós encontramos um problema, do ponto de vista do crescimento da cidade, que eram os condomínios fechados. Os condomínios fechados apareciam em São Carlos, em 2000. [...] Antes da gente tomar posse, esses condomínios fechados transgrediam frontalmente as legislações federais. **Criou-se aqui uma lei municipal, considerada inconstitucional** [...] (GÓES; SPOSITO, 2013, p.147, grifo nosso).

Então, juntou aqui duas coisas muito pesadas, do ponto de vista jurídico, que nos deu condição de trabalhar o nosso plano diretor de uma forma muito consistente, porque de um lado nós tínhamos um parcelamento do solo, dito ilegal, ou pelo menos irregular do ponto de vista da legislação federal. Por outro, nós tínhamos o Estatuto da Cidade que abria perspectivas de se consolidar políticas públicas urbanas muito avançadas [...] Então, a negociação do conteúdo do plano passou a ter uma importância muito grande pelo **TAC dos condomínios fechados** [...] (GÓES; SPOSITO, 2013, p.150, grifo nosso).

A partir do momento que eu comecei a aprovar o loteamento aqui, eu falava assim: “Bom, você vai fazer esse loteamento, é novo? É novo. Bom, você vai fazer uma creche. Eu não tenho dinheiro, você sabe que eu não tenho dinheiro, você, ao invés de me dar tantos metros quadrados de área, você vai me dar uma creche [...] Punha no termo de compromisso de aprovação daquele loteamento, ia para o decreto, comecei a aprovar loteamento por decreto para poder ter validade de lei [...]” (GÓES; SPOSITO, 2013, p.151).

[sobre os TACs] Não era bem uma indenização [...] É uma compensação [...] que, do ponto de vista de políticas públicas, eu comecei estabelecer, meio que à revelia do Ministério Público e meio que ao arreo da lei, porque não tinha uma lei explícita [...] que me dissesse assim: “Você pode fazer essa compensação com área pública por alguma outra coisa” [...] Exatamente, e eu não tinha [...] eu não tinha, eu batia na mesa [...] “Mas que lei você tem? A lei do Ricardo Martucci, vamos lá, negão, senão o papel fica lá embaixo, você quer? Você que sabe” (GÓES; SPOSITO, 2013, p.151).

Podemos perceber através das falas um protagonismo do poder público municipal em prol do interesse público. Ao mesmo tempo, percebemos traços

de arbitrariedade e personalismo na execução de tais políticas públicas, o que poderia abrir brechas para ações não tão bem intencionadas. Outra questão é a falta de transparência e a ausência de participação popular quanto ao conteúdo dos Termos de Ajustamento de Conduta.

Nesse período em que vigorou a aprovação desses empreendimentos mediante TAC's, cabe aqui analisar o caso concreto dos empreendimentos Damha (Damha I, II, Village Damha I, II) aprovados entre 2001 e 2006. Novamente, um trecho da entrevista com Ricardo Martucci é esclarecedor:

[...] a partir de 2 de janeiro de 2001, o meu primeiro ato foi cancelar esse condomínio [Damha I e II] e mandar para o Ministério Público, por isso que eu posso falar o nome dele, e aí gerou um termo de ajustamento de conduta no Ministério Público que demorou um ano para se constituir como texto básico jurídico. (GÓES; SPOSITO, 2013, p.150).

Esses dois empreendimentos haviam sido aprovados no dia 29 de dezembro de 2000 com base na Lei Municipal 12.731 de 21 de dezembro de 2000, uma vez que a gestão municipal mudaria em 2001. Cabe salientar a proximidade entre a aprovação da Lei 12.731 e dos empreendimentos Damha, e o período do ano, próximo a grandes festividades e no qual os servidores públicos entram em recesso. Como se refere Martucci, com a posse do novo prefeito os empreendimentos foram cancelados e reprovados posteriormente mediante o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta. Apesar de o termo possuir quase 150 páginas, no Decreto Municipal nº 064, de 15 de maio de 2002 (SÃO CARLOS, 2002), responsável pela aprovação do Condomínio Residencial Damha I, ficou estipulado à doação de várias glebas de terra pelo Grupo Encalso ao poder público de São Carlos como podemos ver abaixo:

Art. 12 - Em cumprimento a Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público Estadual e a proprietária do condomínio, com a anuência da Prefeitura Municipal, foram doadas ao Município as áreas abaixo discriminadas, todas localizadas fora da área do empreendimento:

I - Gleba "L", com 48.400,00 m² (quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), destinada a uso institucional do condomínio "Parque Residencial Damha";

II - Gleba “M”, com área de 31.972,00 m² (trinta e um mil, novecentos e setenta e dois metros quadrados), destinada à área verde do condomínio “Parque Residencial Damha”;

III - Gleba “N”, com 20.000,00 m² (vinte mil metros quadrados), destinada a uso institucional do condomínio “Parque Residencial Damha”;

IV – Gleba “J”, com 5.160,00 m² (cinco mil, cento e sessenta metros quadrados), destinada à área verde do condomínio “Parque Residencial Damha. (incluída a alteração dada pelo Decreto nº 074/02)

V - Gleba “K”, com 6.645,00 m² (seis mil, seiscentos e quarenta e cinco metros quadrados), destinada à área verde do condomínio “Parque Residencial Damha”;

VI - área sem denominação específica, com 36.907,00 m² (trinta e seis mil, novecentos e sete metros quadrados), que será destinada à construção da avenida de acesso para o condomínio “Parque Residencial Damha”. (SÃO CARLOS, 2002).

Já para a aprovação do Condomínio Residencial Damha II, como consta no Decreto Municipal nº 55, de 26 de março de 2004 (SÃO CARLOS, 2004), o Grupo Encalso se comprometeu a realizar obras de adequação do kartodromo de São Carlos, implementar e executar o projeto do futuro kartodromo e disponibilizar a Associação Voluntária de Proteção Civil de São Carlos (PROCIV), área nua de 4000 m², para a construção do Centro de Controle de Emergências Ambientais:

Art. 12 – Sem prejuízo do atendimento das obrigações de natureza ambiental contraídas no Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 14 de outubro de 2003, entre Ministério Público Estadual e a proprietária do condomínio, com a anuência da Prefeitura Municipal, e, ainda por força desse mesmo TAC, fica a proprietária do empreendimento obrigada:

I – a implementar e executar projeto de adequação do atual kartódromo de São Carlos, que será transformado em praça e parque, observadas as condições estabelecidas no TAC a que se refere o *caput* desse artigo, bem como as que decorrerem de seu eventual aditamento;

II - a implementar e executar projeto do futuro kartódromo de São Carlos, com o mesmo traçado da pista do atualmente existente no Município, a ser construído em área de Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos, localizado na Rodovia SP-318, Km 237, observadas as condições estabelecidas no TAC a que se refere o *caput* desse artigo, bem como as que decorrerem de seu eventual aditamento;

III – a disponibilizar, a título de comodato sem encargos pelo prazo de 30 anos, renovados por mais 30 anos, mediante contrato específico com registro em Cartório, para a entidade denominada Associação Voluntária de Proteção Civil de São Carlos – PROCIV – Organização Não Governamental – ONG, que presta serviços, aparelha e propicia o desempenho da defesa civil de São Carlos uma área de terra nua de 4.000 m² (quatro mil metros quadrados), sita na Fazenda do Urso, do lado direito da pista São Carlos/Ribeirão Preto – SP-318 – na margem da Estrada Vicinal de Acesso ao bairro Samambaia com a finalidade específica de construir e implementar o Centro de Controle de Emergências Ambientais, integrado pela Defesa Civil, Polícias Ambiental, Militar, Civil e Técnica, DEPRN, CETESB, IBAMA, Universidades, Ong's ambientais e de defesa civil, CONDEMA e outras com atuações preventivas, educacionais e emergenciais propriamente ditas. (SÃO CARLOS, 2004).

Para a aprovação dos empreendimentos Village Damha I e II, também houve acordos mediante TAC's, embora o conteúdo não conste nos Decretos Municipais n° 2 4 3 de 2 de agosto de 2006 e n° 3 5 6 de 5 de agosto de 2006 (SÃO CARLOS, 2006a, 2006b). Mas entre as ações executadas pelo Grupo Encalço em parceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos houve as obras de combate às enchentes, inaugurada em 2008, na região do Varjão, área próxima aos Residenciais Village I e II, o que sugere que a obra seja fruto de um TAC. Houve também a doação de uma gleba de terra às margens da Rodovia Thales de Lorena Peixoto (SP-318) para a construção do Centro Olímpico de São Carlos.

Essa prática perdurou até a aprovação da Lei n°13.691 de novembro de 2005 (SÃO CARLOS, 2005), que instituiu o Plano Diretor do Município de São Carlos. Como descreve Peres (2012) em seus estudos sobre o planejamento regional e urbano da região de São Carlos, o Plano Diretor do município teve três momentos. O primeiro ocorreu na década de 60, em um contexto de grande crescimento urbano impulsionado pelo desenvolvimento industrial do muni-

cipio. Com o apoio do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos (CEPEU), criado em 1957 na Universidade de São Paulo, nasceu a Comissão Técnica do Plano Diretor em São Carlos. Através dessa iniciativa nasceu o primeiro Plano Diretor da cidade, em 1962. Porém, o mesmo não foi aprovado. O segundo momento foi de 1968 a 1970, quando foi elaborado um segundo plano, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). Esse plano, contrariamente ao que ocorreu com o primeiro, foi aprovado. E além de fornecer diretrizes gerais para a expansão urbana, impulsionou a criação de novas Leis, como a Lei de zoneamento. De forma geral, o primeiro e o segundo Plano Diretor municipal foram responsáveis pela criação de um setor de planejamento na administração municipal, e pela emergência de um arcabouço legal e urbanístico. Porém, esses instrumentos não foram, de fato, assimilados pela gestão pública. Ainda predominou a permissividade do poder público do ponto de vista da especulação imobiliária, além de coeficientes de aproveitamento do solo generosos, principalmente nas áreas centrais.

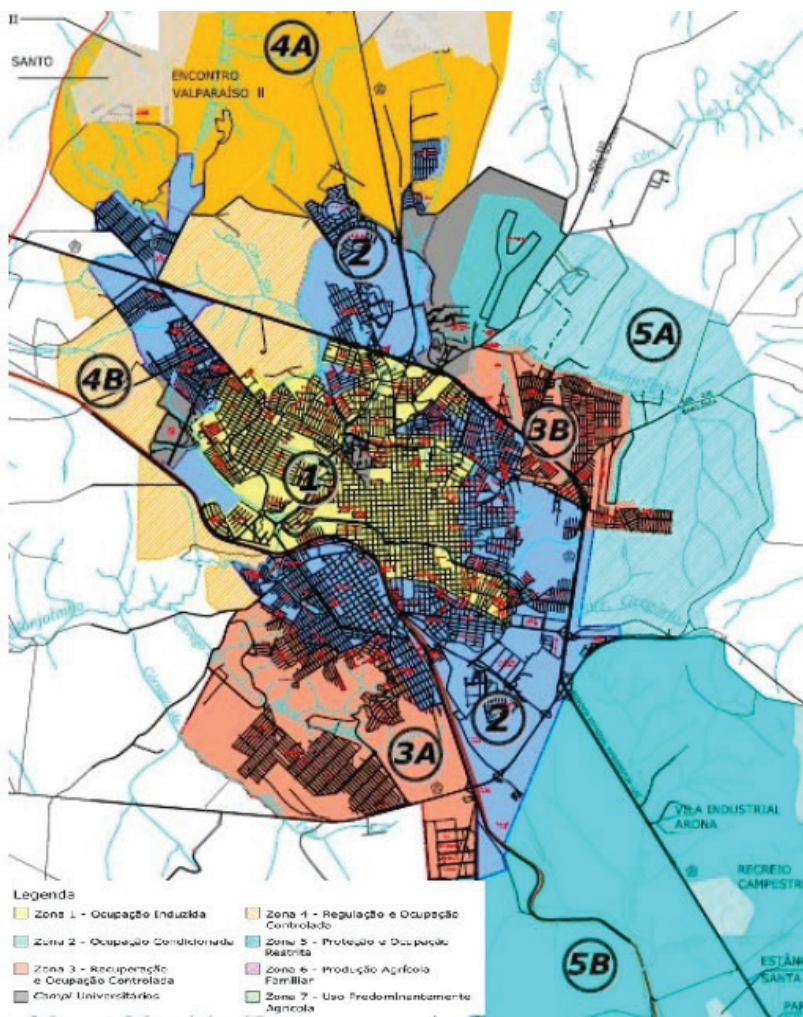
Assim, em 1997 o seminário “São Carlos – projeto cidade urgente: plano, instrumentos de planejamento, gestão e qualidade ambiental”, organizado pela Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Carlos (AEASC), pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), buscou debater junto a comunidade são-carlense e a setores do governo os problemas oriundos do descontrole da expansão urbana e fomentar a criação de um Plano Diretor real ao município (PERES, 2012). A formulação desse Plano iniciou-se em 2001, com a já citada candidatura de Newton Lima, e a aprovação do Estatuto da cidade, e sua aprovação ocorreu no final de 2005.

Em linhas gerais, o Plano Diretor da cidade de São Carlos contemplou o Estatuto da Cidade. Ele foi amplamente incorporado nos princípios, objetivos e diretrizes gerais da política urbana através da ênfase dada a função pública, social, ambiental e democrática da cidade. O plano de 2005 também estabeleceu um novo zoneamento e coeficientes de uso e aproveitamento do solo. O território municipal foi dividido em macrozona rural e urbana. Por sua vez, a macrozona urbana foi dividida em três zonas (zona 1, zona 2 e zona 3). A macrozona rural, por sua vez, foi dividida em três zonas (zona 5, zona 6 e zona 7) e uma zona intermediária (zona 4). Também foi estabelecido sete zonas de especial interesse (I- área especial de interesse histórico; II- área especial de interesse ambiental; III- área especial de interesse turístico, histórico e ecológico; IV - área especial de interesse turístico, esportivo e ecológico; V- área especial de interesse industrial;

VI- área especial de interesse de transporte aéreo; VII- área especial de interesse social) de forma a complementar o zoneamento. O zoneamento e o coeficiente de uso e aproveitamento do solo foram estipulados, sobretudo, levando em consideração as fragilidades ambientais do município (PERES, 2012). Dessa forma, a zona 1 e zona 2 buscou oferecer melhores índices de aproveitamento e ocupação do solo, além de menores restrições construtivas, buscando adensar a região central da cidade (a exceção se deu com a zona 3, localizada na região sul e leste, composta por solo arenoso (3A) e ocupada pela população de menor renda, e pelos principais mananciais de abastecimento da cidade (3B)). Concomitante ao adensamento da região central, o plano demarcou as áreas passíveis de expansão urbana, localizadas a norte e oeste. Essa área está situada na zona 4 (4A e 4B), e visando frear a construção de parcelamentos dispersos e estimular o adensamento, recai sobre ela uma outorga onerosa de alteração do uso do solo, estipulada em 5% do valor do terreno.

Como aponta Peres (2012), o diagnóstico elaborado para o Plano Diretor apontou fragilidades ambientais em todas as direções do município (a sul, solo arenoso e área de recarga do aquífero guarani; a leste, área de manancial das principais bacias de abastecimentos hídrico da cidade; a norte, transposição das bacias Tietê-Jacaré e Mogi-Guaçu; e a oeste, área de relevo e topografia desfavorável), mesmo assim, os setores oeste e norte foram apontados como vetores mais adequados de expansão. Como podemos observar no mapa 1 (abaixo), a zona 4B (oeste) está situada em áreas contíguas aos três principais polos de implantação dos condomínios residenciais fechados, o que sugere que, para além das fragilidades ambientais da área, prevaleceu os interesses desses grupos em orientar os vetores da expansão urbana. Uma segunda contradição encontrada no plano diretor de São Carlos pode ser verificada na questão relativa ao adensamento da região central. Por um lado, como foi dito, houve a intenção de adensar a cidade e controlar parcelamentos de solo dispersos. Porém, esse intuito parece ser questionado se levarmos em consideração a dimensão das zonas 4A e 4B, e o valor da outorga onerosa de alteração do uso do solo.

Mapa 1 – Zoneamento Urbano de São Carlos



Fonte: Peres (2012, p. 290).

Outra questão importante contida no Plano Diretor aprovado em 2005 foi referente aos condomínios residenciais fechados. O Plano contém diretrizes específicas para os condomínios habitacionais. Através dessas diretrizes a aprovação desses empreendimentos mediante TAC's ficou suspensa. As diretrizes buscaram instituir normas públicas municipais complementares a Lei federal 4.591/64, além de acabar com a forma híbrida do loteamento fechado.

Para os parcelamentos que resultem em regime jurídico da forma condominial, as diretrizes estabeleceram, quanto ao tamanho, no artigo 128 (SÃO CARLOS, 2005), que os empreendimentos não poderiam exceder a área de 200.000 m². Porém, para as áreas compreendidas na zona 4A e 2 e 4B abrangidas pelo perímetro delimitado pelo quadrilátero definido pela divisa da Zona 4-A, Rodovia Washington Luiz (SP-310), Rodovia Engenheiro Thales de Lourena Peixoto (SP-318) e estrada Municipal SCA-442, na divisa com o Jardim Embaré a área murada do empreendimento poderia chegar a 550.000 m².

Empreendimentos de grande porte, como é o caso dos condomínios residenciais fechados, podem limitar a mobilidade urbana das cidades em que estão inseridos. Uma vez que as suas áreas são muradas, eles podem representar obstáculos às vias existentes e verdadeiros fragmentos ou ilhas urbanas, rompendo com a lógica urbanística, mas também social, a sua volta. No caso da metragem adotada em São Carlos, podemos perceber que as diretrizes contidas no Plano Diretor é bem generosa e permite a criação de verdadeiros bairros murados.

Outra questão que chama a atenção é a delimitação do quadrilátero definido pela divisa da Zona 4-A, Rodovia Washington Luiz (SP-310), Rodovia Engenheiro Thales de Lourena Peixoto (SP-318) e estrada Municipal SCA-442, na divisa com o Jardim Embaré. Como podemos constatar no mapa acima, essa área engloba, em boa parte, os empreendimentos Damha. Esses empreendimentos, lançados a partir de 2002 (Damha I e II), já possuíam áreas em torno de 500.000 m². E os empreendimentos lançados após a promulgação do plano (Village I, II, Damha III, EcoEsportivo Damha IV) possuem metragem em torno de 250.000 m². Porém, ainda há um agravante. Pois como esses empreendimentos são contíguos uns aos outros, a área correspondente ao Damha I, Damha II, Damha III e Village III, por exemplo, ultrapassa 1.400.000 m².³

Ainda no artigo 128 (SÃO CARLOS, 2005), a fim de minimizar a presença dos muros, símbolo da separação espacial, mas também social, o poder público estipulou que os empreendimentos deveriam reservar, além do passeio público, faixas mínimas de 5 m (cinco metros) ao longo das vias públicas que viessem a ser implantadas no seu entorno, ou em parte dele, para jardins voltados para as referidas vias públicas, de tal modo que a presença de seus muros fosse atenuada. Mais abaixo, no artigo 130 (SÃO CARLOS, 2005), a fim de oferecer contrapartidas sociais e reestabelecer a função pública desses

³ O mesmo pode ser notado no polo onde se localiza os empreendimentos no Parque Faber-Castell, a oeste, e mais acima, no polo constituído pelos condomínios Moradas São Carlos, Terra Nova São Carlos, Condomínio Residencial Quebec e Montreal, etc.

espaços, como ocorre com os parcelamentos de solo sob a Lei 6.766/79, ficou estipulado que os empreendimentos condominiais fechados deveriam destinar 18% (dezoito por cento) para áreas públicas, sendo 10% (dez por cento) para áreas de lazer e 8% (oito por cento) para áreas institucionais, localizadas fora dos limites da área condominial fechada. Porém, novamente é possível perceber meios de burlar essa diretriz, pois a doação fica suspensa em empreendimentos resultantes de desmembramentos (§1), e as faixas mínimas ao longo das vias locais, que visam atenuar a presença dos muros, podem ser computadas como área de lazer (§2).

Conclusão

Embora as diretrizes específicas aos condomínios residenciais fechados contidas no Plano Diretor de 2005 tenham representado avanços, uma vez que foram criadas regulações municipais ante a arbitrariedade de alguns agentes públicos municipais, podemos notar que prevaleceram os interesses de grandes construtoras em detrimento do interesse público. Isso fica evidente nas especificações relativas ao tamanho e localização dos parcelamentos em regime condominial, nos mecanismos e formas de burlar as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor com um conteúdo voltado ao bem público, como a doação de áreas de lazer e institucionais e ao estipular os vetores de crescimento da cidade exatamente nas áreas em que estão localizadas esse tipo de empreendimento, sendo uma dessas construtora e incorporadora a Damha Urbanizadora, um dos braços do Grupo Encalco Damha, responsável pela implantação dos Condomínios Damha.

No limite, as diretrizes aplicadas às esses empreendimentos têm sido, principalmente, as relativas aos coeficientes de aproveitamento e uso do solo e os estudos de impactos de vizinhança.

Dessa forma, a ação do poder público em relação à implantação dos condomínios fechados tem sido marcada pela omissão ante aos interesses da iniciativa privada e em detrimento do bem estar público.

Prevalece no imaginário público a ideia de que esses empreendimentos trazem vantagens econômicas ao município, decorrentes da geração de empregos e do capital investido pelas construtoras. Fica em segundo plano o ônus social e político de tal forma urbana, como podemos perceber na fala abaixo do atual prefeito de São Carlos quanto aos empreendimentos Damha:

São Carlos está precisando de investimentos e estes empreendimentos que o Grupo Encalso Damha está nos oferecendo é um passo importante para ajudar no desenvolvimento do município, investindo e acreditando no potencial de nossa cidade. (PREFEITO..., 2013).

ACTION OF PUBLIC AUTHORITIES AND THE IMPLEMENTATION OF GATED COMMUNITIES IN SÃO CARLOS: AN ANALYSIS OF CONDOMINIUMS DAMHA

ABSTRACT: *Currently, a hallmark of urban space has been the privatization of public spaces once. However, this process does not occur naturally. Rather, it is essential to the action of the government in building a legal framework to legitimize such a phenomenon. In this sense, the article seeks to rescue historically it was built this legal framework responsible for implementing the closed residential spaces in the city of São Carlos, in particular the Damha condominiums. To achieve the goal proposed to use federal legislation (Law 4,591 / 64 and 6,766 / 79) and municipal laws (Law 12,731 / 00 13,691 / 05) that dealt on the subject. We conclude that the municipal government of São Carlos has favored the implementation of these projects via legal framework.*

KEYWORDS: *Gated communities. Urban legislation. São Carlos. Damha Urbanizadora. Master Plan.*

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. As esferas pública e privada. In: _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p.31-88.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4591.htm>. Acesso em: 5 maio 2016.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos:** a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007.

DAL POZZO, C. F. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta:** fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos. 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96709/dalpozzo_cf_me_prud.pdf?sequence=1> Acesso em: 16 maio 2016.

FREI, J. C. de. **Da legalidade dos loteamentos fechados.** [1998]. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/sitioslagos/documentos/ilegalidade.html>>. Acesso em: 5 maio 2016.

GÓES, E. M.; SPOSITO, M. E. B. **Espaços fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Ed. da UNESP, 2013.

MARICATO, E. Erminia Maricato: o Estatuto da Cidade é uma conquista popular. [jul. 2011]. Entrevistadora: Carolina Campos. **Vermelho**, Fortaleza, 5 jul. 2011. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=157988&id_secao=61>. Acesso em: 5 maio 2016.

PERES, R. B. O plano diretor do município de São Carlos. In: _____. **O planejamento regional e urbano e a questão ambiental:** análise da relação entre o plano de bacia hidrográfica Tietê-Jacaré e os planos diretores municipais de Araraquara e São Carlos, SP. 2012. 370f. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) - Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6698>. Acesso em: 5 maio 2016.

PREFEITO participa de reunião com o grupo Encalso Damha. São Carlos, 12 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2013/163178-altomani-participa-de-reuniao-com-o-grupo-encalso-damha.html>>. Acesso 5 maio 2016.

RODRIGUES, A. M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, M. S. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p.147-168.

ROLNIK, R. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/planejamentourbano.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

SÃO CARLOS. Decreto Municipal n. 3 5 6, de 5 de outubro de 2006. Aprova o condomínio “Residencial Village São Carlos II”, e dá outras providências. **Diário Oficial de São Carlos**, São Carlos, 5 out. 2006a. Disponível em: <<http://geo.saocarlos.sp.gov.br/habitacao/files/plots/contracts/000244.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Decretos Municipal n. 2 4 3, de 2 de agosto de 2006. Aprova o condomínio “Residencial Village São Carlos I”, e dá outras providências. **Diário Oficial de São Carlos**, São Carlos, 2 ago. 2006b. Disponível em: <<http://geo.saocarlos.sp.gov.br/habitacao/files/plots/contracts/000243.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Lei n. 13.691, de 25 de novembro de 2005. Institui o Plano Diretor do Município de São Carlos e dá outras providências. **Diário Oficial de São Carlos**, São Carlos, 25 nov. 2005. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/pdf/Lei_13691_05_Plano_Diretor.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Decreto Municipal n. 55, de 26 de março de 2004. Dispõe sobre a aprovação do condomínio “Parque Residencial Damha II”. **Diário Oficial de São Carlos**, São Carlos, 26 mar. 2004. Disponível em: <<http://geo.saocarlos.sp.gov.br/habitacao/files/plots/contracts/000233.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Decreto Municipal n. 64, de 15 de maio de 2002. Aprova o condomínio “Parque Residencial Damha”, e dá outras providências. **Diário Oficial de São Carlos**, São Carlos, 15 maio de 2002.

_____. Lei n. 12.731, de 21 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a instituição de loteamentos fechados e de empreendimentos em sistema de condomínio e dá outras providências. **Diário Oficial de São Carlos**, São Carlos, 21 dez. 2000.

Tabela 1 – Condomínios e loteamentos fechados residenciais horizontais em São Carlos (1976 - 2013)

Empreendimento	Nº Lotes/ Unidade habitacionais	Empreendedor	Forma aprovação
De 1970 à 1999 – 7 empreendimentos			
Parque Sabará (1976)	158	Sapé Agropecuária	loteamento
Residencial Samambaia (1982)	813	-----	loteamento
Parque Faber I (1990)	237	Lápis Johan Faber	loteamento
Residencial Dom Bosco (1996)	47	Educandário São Carlos	loteamento
Parque Fehr (1997)	929	GLH – Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda.	loteamento
Residencial Parati (1999)	71	Comercial e Construtora Bianco Ltda.	loteamento
Grand Ville (1999)	30	Ivo Nicoletti Proj. e Obras / Engeforte	condomínio
De 2000 à 2009 – 23 empreendimentos			
Parque dos Ipês (2000)	37	Ivo Nicoletti Projetos e Obras	condomínio
Residencial Ize Koizume (2000)	24	ODA empreendimentos e participações s/c Ltda.	loteamento
Cond. Residencial Montreal (2002)	283	Eng. e Comércio Bandeirantes Ltda.	condomínio
Parque Faber-Castell II (2002)	156	Faber-Castell Proj. Imob / Sobloco	loteamento
Damha I (2002)	497	Encalco Construções Ltda	condomínio

Empreendimento	Nº Lotes/ Unidade habitacionais	Empreendedor	Forma aprovação
Damha II (2002)	510	Encalso Construções Ltda	condomínio
Bosque de São Carlos (2003)	273	Const. Perdiza Villas Boas	condomínio
Residencial Eldorado (2003)	326	Eldorado São Carlos Emp. Imob. Ltda.	condomínio
Swiss Park (2003)	290	Swiss Park Incorporadora	condomínio
Residencial Dona Eugênia (2004)	30	Oda Empreend. e Particip. S/C Ltda	condomínio
Village Mont Serrat (2006)	44	MRV Engenharia e Participações S.A.	condomínio
Village Paineiras (2006)	66	MRV Engenharia e Participações S.A.	condomínio
Village Damha I (2006)	313	Encalso Construções Ltda.	condomínio
Village Damha II (2006)	244	Encalso Construções Ltda.	condomínio
Jardim Vista Alegre (2007)	186	GTY Empreendimentos Imobiliários S/S. Ltda	loteamento
Orizzonti di San Carlo Residenziale (2007)	70	Tarraf Construtora	condomínio
Parque do Espraiado (2008)	226	SVN Empreend. e Construções Ltda.	loteamento
Terra Nova São Carlos I (2009)	442	Rodobens Negócios Imobiliários	condomínio
Moradas São Carlos I (2009)	596	Rodobens Negócios Imobiliários	condomínio
Jardim Tijuca (2009)	130	RPS Engenharia	loteamento
Con. Res. Nossa Senhora de Nazaré	26	-----	condomínio
Res. Acatu (Tecumseh Village)	49	-----	condomínio

A ação do poder público e a implantação dos espaços residenciais fechados em São Carlos: uma análise dos Condomínios Damha

Empreendimento	Nº Lotes/ Unidade habitacionais	Empreendedor	Forma aprovação
Moradas São Carlos I (2009)	596	Rodobens Negócios Imobiliários	condomínio
De 2010 a 2013 – 7 empreendimentos			
Condomínio Residencial Quebec (2010)	456	Engenharia e Comércio Bandeirantes	condomínio
Moradas São Carlos II (2010)	602	Rodobens Negócios Imobiliários	condomínio
Damha III (2011)	276	Encalso Construções Ltda.	condomínio
Village Damha III (2011)	333	Encalso Construções Ltda.	condomínio
Damha Golf (2012)	128	Encalso Construções Ltda.	condomínio
Reserva Aquarela (2012)	240	Viver Incorporadora e Construtora S.A (Inpar S.A)	condomínio
Moradas São Carlos III (2013)	454	Rodobens Negócios Imobiliários	condomínio

Fonte: Elaboração própria baseado em Góes e Sposito (2013, p. 148–149), Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de São Carlos e Dal Pozzo (2011, p. 130).

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



Impressão:

